



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

**UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO – PPDRU
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA

**A ATIVIDADE TURÍSTICA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA ILHA
DE BOIPEBA, CAIRU, BAHIA, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

Salvador
2013

PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA

**A ATIVIDADE TURÍSTICA E TRANSFORMAÇÕES
SOCIOESPACIAIS NA ILHA DE BOIPEBA, CAIRU, BAHIA, NAS ÚLTIMAS
DÉCADAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador- Laureate International Universities- como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Celeste de Almeida Souza

Salvador
2013

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate
Internacional Universities

DOI: 10.29327/4315919

Oliveira, Paulo Eduardo de

A atividade turística e transformações socioespaciais na Ilha de Boipeba, Cairu, Bahia, nas últimas décadas / Paulo Eduardo de Oliveira - Salvador, 2013.

315 f. : il.

Tese (Doutorado) – Universidade Salvador. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. 2013.

Orientadora: Prof^a Dr^a Regina Celeste de Almeida Souza.

1. Turismo - Brasil - Nordeste. 2. Turismo - Boipeba (BA). 3. Diversidade biológica. 4. Pluralismo Cultural. I. Souza, Regina Celeste Almeida, orient. I. Título.

CDD: 380.1459813

PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA

A ATIVIDADE TURÍSTICA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA ILHA DE
BOIPEBA, CAIRU, BAHIA, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutor em
Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador UNIFACS Laureate
Internacional Universities, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Regina Celeste de Almeida Souza
Universidade Salvador

Profa. Dra. Carolina de Andrade Spínola
Universidade Salvador

Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas
Universidade Salvador

Prof. Dr. José Jorge Sousa Carvalho
Centro Universitário Estácio – FIB - Área 1

Profa. Dra. Natália Silva Coimbra de Sá
Universidade do Estado da Bahia

Salvador, BA, 22 de maio de 2013

Dedico este trabalho a minha mãe, Dona Menininha, pelos primeiros ensinamentos do funcionamento da Natureza.

AGRADECIMENTOS

Em especial, à orientadora, professora Dra. Regina Celeste de Almeida Souza, pela sabedoria e conduta ética durante a elaboração e execução deste trabalho;

Aos professores, Fernando Cardoso Pedrão, Jorge Antônio Silva, Edivaldo Machado Boaventura, Carlos Alberto Costa Gomes, Noélio Dantaslé Spinola, Alba Regina, Alcides dos Santos Caldas, Liliane Ferreira M. da Silva, pelos primeiros ensinamentos que envolvem o desenvolvimento e as questões regionais;

Ao professor Alcides dos Santos Caldas, pelo despertar das questões que envolvem o desenvolvimento econômico e o espaço;

À professora Carolina Andrade Spínola, também ex-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, pelas sugestões dadas a respeito dos processos que envolvem a relação entre o turismo e o espaço;

Aos professores José Jorge Sousa Carvalho e Natália Silva Coimbra de Sá pelas sugestões dadas sobre biologia e cultura durante a fase final de execução desta tese;

Ao professor José Claudio Rocha, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado Bahia, pelo incentivo e apoio dado durante toda a pesquisa de campo;

Ao senhor Armindo Costa Neto, por ter permitido a utilização das fotos que retratam a Ilha de Boipeba na década de 70;

A senhora Karina Novoa, por ter permitido a utilização das fotos que retratam a Ilha de Boipeba na década de 80;

Ao professor Edgard Octacílio de Oliveira, pelas sugestões dadas a respeito do histórico da Região Litoral Sul da Bahia;

A Solange Mendes da Fonsêca, pelo empenho e competência na normatização e correção textual;

A Reinaldo Dantas, assessor técnico da Secretaria de Turismo da Bahia, pelo fornecimento dos dados sobre o turismo na Ilha de Boipeba;

A Jacira Almeida Mendes, bibliotecária da Universidade do Estado da Bahia, pela elaboração da ficha catalográfica desta tese.

“A imaginação é mais importante que o conhecimento.
O conhecimento é limitado. A imaginação envolve o mundo”. (Albert Einstein).

RESUMO

Esta tese aborda o tema Turismo e Transformações Socioespaciais, elegendo como problema de pesquisa as transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba, Cairu, Bahia, que podem estar relacionadas com a atividade turística iniciada a partir da implementação de programas de desenvolvimento turístico pelo governo do Estado da Bahia nas últimas décadas. As questões geradoras da pesquisa foram as seguintes: As transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba são produzidas pela implementação de programas de desenvolvimento turístico nessa localidade? Os programas de desenvolvimento do turismo na Ilha de Boipeba foram implementados sem a participação da população local, o que levou a transformações socioespaciais? A inexistência de fiscalização e monitoramento do Plano de Manejo da Área de Proteção (APA) das Ilhas de Tinharé e Boipeba e do uso do solo urbano são responsáveis pelo crescimento urbano desordenado da Ilha e acarreta problemas socioambientais? Os problemas socioambientais da Ilha de Boipeba causam impactos socioambientais negativos e levam à perda da diversidade biológica dos manguezais e da diversidade cultural das populações tradicionais que habitam a Ilha? A pesquisa teve como objetivos específicos: Explicar se as transformações socioespaciais que ocorrem na Ilha de Boipeba são causadas pelos programas de desenvolvimento de turismo implementados; Entender se a ausência da participação da população local na implantação dos programas de desenvolvimento de turismo na Ilha de Boipeba causa transformações socioespaciais nessa localidade; Relacionar a ausência de fiscalização e monitoramento do plano de manejo da APA e o uso do solo urbano e a ocorrência dos problemas socioespaciais da Ilha de Boipeba; Compreender como os impactos socioambientais negativos que ocorrem na Ilha de Boipeba determinam as perdas da diversidade biológica dos manguezais e da diversidade cultural da população tradicional que habita esta ilha. Optou-se pela pesquisa qualitativa e pelo estudo de caso na execução desta tese, utilizando-se entrevistas semiestruturadas, diário de campo e conversa informal como instrumentos de coleta de dados. A análise dos dados da pesquisa demonstrou que as transformações socioespaciais da Ilha estão relacionadas com os programas de desenvolvimento de turismo Caminhos da Bahia e PRODETUR/NE I. Essas transformações foram responsáveis pelo surgimento dos problemas socioespaciais da Ilha como: crescimento urbano desordenado; mudanças na paisagem local; surgimento de loteamentos clandestinos; especulação imobiliária e substituição dos cultivos tradicionais pelo turismo. Os resultados obtidos evidenciaram que não ocorreu a participação da população local na implementação desses programas, fato que, associado à ausência de fiscalização e monitoramento, levou à perda da diversidade biológica dos manguezais e da diversidade cultural da população tradicional. O aporte teórico foi dado pelos autores tais como: Becker (1975), Buollón (1977), Rodrigues (1977), Santos (1977, 1985, 2001, 2002), Butler (1980), Mathieson e Wall (1990), Knafou (1996), Nicolás (1996), Cruz (2001), Krippendorf (2001), Pearce (2003), Lòpez Palomeque (2007) e Chiapetti (2009).

Palavras-chave: Turismo. Transformações Socioespaciais. Caminhos da Bahia. PRODETUR/NE I. Problemas Socioespaciais. Diversidade Biológica. Diversidade Cultural.

ABSTRACT

This thesis addresses the theme Tourism and socio-spatial transformations, and the following research problem: the socio-spatial transformations of Boipeba, Cairu, Bahia, may be related to tourist activity started with the implementation of programs for tourism development by the state government of Bahia. Generating research questions were the following: The socio-spatial transformations of Boipeba are produced by the implementation of programs for tourism development in this location? Tourism development programs in Boipeba Island were implemented without the participation of the local population, leading to socio-spatial transformations? The lack of supervision and monitoring of the Management Plan of the APA and urban land use is responsible for urban sprawl Island and brings environmental problems? The Boipeba's problems of environmental cause negative environmental impacts and lead to loss of biodiversity mangrove and cultural diversity of traditional populations that inhabit the island? The research had the following objectives: to explain whether the socio-spatial transformations that occur in Boipeba are caused by tourism development programs implemented; examine whether the lack of participation of local people in the implementation of development programs in tourism Boipeba cause socio-spatial transformations; understand whether there is a relationship between lack of supervision and monitoring of the management plan and the APA urban land use as the cause of the problems of socio-spatial Boipeba; understand how negative environmental impacts that occur in Boipeba determine the losses of mangrove biodiversity and cultural diversity of the traditional population that inhabits this island. We opted for qualitative research and the case study on the implementation of this study, using semi-structured interviews, field diary and informal conversation as instruments of data collection. The analysis of the survey data showed that the socio-spatial transformations of the island are related to tourism development programs "Caminhos da Bahia" (Paths of Bahia) and PRODETUR / NE I. These changes were responsible for the emergence of socio-spatial problems of the Island as urban sprawl, changes in the local landscape; emergence of slums; speculation and replacement of traditional crops by tourism. The results showed that there was no participation of local people in the implementation of these programs, a fact that, coupled with a lack of supervision and monitoring, led to the loss of biological diversity of mangroves and cultural diversity of the traditional population. The theoretical contribution was given by authors such as: Becker (1975), Buollón (1977), Rodrigues (1977), Santos (1977, 1985, 2001, 2002), Butler (1980), Mathieson e Wall (1990), Knafou (1996), Nicolás (1996), Cruz (2001), Krippendorf (2001), Pearce (2003), Lòpez Palomeque (2007) e Chiapetti (2009).

Keywords: Tourism. Sociospatial transformation. Caminhos da Bahia. PRODETUR/NE I. Sociogeographic Problems. Biological Diversity. Cultural

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hierarquização das categorias teóricas da formação do espaço.....	27
Figura 2 - Interdependência dos aspectos que humanizam a Natureza	33
Figura 3 – Funcionamento do sistema turístico proposto por Buollón.....	38
Figura 4 – Interação entre os elementos espaciais para a formação socioespacial turística.....	42
Figura 5 - Relação de interdependência entre as categorias de análise da formação socioespacial turística	44
Figura 6 – Sistema Turístico proposto por Beni	51
Figura 7 – Localização das zonas turísticas que firmam parte do PRODETUR-BA..	76
Figura 8 – Localização dos Polos Turísticos que fazem parte do PRODETUR / NE II	88
Figura 9 – Processos envolvidos na aglomeração da atividade turística da Ilha de Boipeba	90
Figura 10 - Urbanização do povoado de Porto de Galinhas em Pernambuco	91
Figura 11 – Crescimento urbano desordenado próximo ao estuário do Rio de Tiba em Santa Cruz da Cabralia-Bahia.....	92
Figura 12 – Esquema demonstrativo da aglomeração da atividade turística e o surgimento de problemas socioespaciais.....	93
Figura 13 – Esquema das multicausas dos problemas ambientais dos espaços turísticos.....	101
Figura 14 - Erosão da Praia de Canoa Quebrada no Estado do Ceará	103
Figura 15 – Processos de formação do espaço como produto social pelas populações tradicionais da Ilha de Boipeba	106
Figura 16 – Grupo de capoeira se apresentando para turista na Ilha de Boipeba ..	107
Figura 17 – Canoa de um só pau de origem indígena, que é utilizada pelos pescadores artesanais da Ilha de Boipeba	113
Figura 18 – Produção de cultura material e imaterial pelas populações tradicionais	117
Figura 19 – Humanização da Natureza pelo homem através da cultura	118
Figura 20 – Processos envolvidos na produção dos sistemas socioambientais pela população tradicional da Ilha de Boipeba.....	120
Figura 21 – Artesanato confeccionado pela população tradicional da Ilha de Boipeba	120
Figura 22 – Técnica de limpar o peixe praticada pelo pescador artesanal da Ilha de Boipeba	121
Figura 23 – Foto da divulgação dos recursos naturais dos manguezais como mercadoria por moradores da Ilha de Boipeba	125
Figura 24 – Manguezais que contornam a parte frontal da Ilha de Boipeba	129
Figura 25 - Construções irregulares no entorno dos manguezais da Ilha de Boipeba	134
Figura 26 - Mapa de localização da Região Litoral Sul da Bahia	136
Figura 27 – Mapa de situação da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba	145
Figura 28 - Estuários APA das Ilhas Tinharé e Boipeba	146
Figura 29 - Coqueirais da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba	146
Figura 30 – Remanescente de Mata Atlântica que recobre parte da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba	147

Figura 31 - Florestas de Mangues característicos de áreas estuarinas da Ilha de Boipeba	147
Figura 32 - Foto que retrata a paisagem costeira da Ilha de Boipeba.....	162
Figura 33 – Foto que aponta a transformação do espaço rural em urbano no interior da Ilha de Boipeba	163
Figura 34 – Foto que retrata a fachada das residências da Ilha de Boipeba	164
Figura 35 – Foto que retrata a praia de Tassimirim na Ilha de Boipeba	166
Figura 36 – Articulação entre os pólos metodológicos ou campos de pesquisa	171
Figura 37 – Passos lógicos para elaborar o Polo Teórico de pesquisa.....	174
Figura 38 – Procedimentos lógicos para elaborar o Polo Técnico de pesquisa	176
Figura 39 – Foto 1 que retrata a paisagem colonial do ciclo de cana-deaçúcar na Ilha de Boipeba	189
Figura 40 – Foto 2 que retrata a paisagem colonial do ciclo de cana-deaçúcar na Ilha de Boipeba	190
Figura 41 – Pescador da Ilha de Boipeba remando a sua canoa artesanal	192
Figura 42 – Crescimento desordenado na Ilha de Boipeba	193
Figura 43 – Avião do tipo Cesna	197
Figura 44 – Vias urbanas (sem asfaltamento) da Ilha de Boipeba	198
Figura 45 – Esgoto doméstico não tratado sendo lançado nos manguezais	199
Figura 46 – Coleta de resíduos sólidos no centro do povoado de Velha de Boipeba	200
Figura 47 – Ecossistemas fluviomarinheiros, praias, rios, estuários, que formam o complexo lagunar da Ilha de Boipeba	201
Figura 48 – Foto do ecossistema manguezal que pontua a Ilha de Boipeba	202
Figura 49 – Cânticos eu louvor a lemanjá na Ilha de Boipeba	205
Figura 50 – Flores sendo jogadas em alto mar para lemanjá	206
Figura 51 – Foto da procissão em louvor a São Francisco pelas ruas da Ilha de Boipeba	207
Figura 52 – Foto que retratam os membros do grupo folclórico Zambiapunga utilizando conchas como instrumento musical	209
Figura 53 – Indumentária utilizada pelos integrantes do grupo Buma Meu Boi da Ilha de Boipeba	210
Figura 54 – Grupo de capoeira se apresentando na seda da AMABO na Ilha de Boipeba	212
Figura 55 – Foto da gastronomia da Ilha de Boipeba à base de mariscos e azeite de dendê	213
Figura 56 – Pescador artesanal praticando pesca de siri com munzuá	216
Figura 57 – Foto de pescadores artesanais praticando a pesca com rede	217
Figura 58 – Foto do Jiqui.....	218
Figura 59 - Núcleo urbano da Velha Boipeba na década de 70	222
Figura 60 – Foto da paisagem da ilha na década de 70	223
Figura 61 - Matriz dos problemas socioespaciais da Ilha de Boipeba, pressão e significância das transformações socioespaciais relacionadas com a atividade turística durante o período de 1979 a 1995.....	229
Figura 62 – Foto que retrata a parte frontal da casa dos pescadores da Ilha de Boipeba na década de 80	232
Figura 63 – Folheto promocional da Costa do Dendê	239
Figura 64 – Desembarque de turistas no novo píer de cimento na Ilha de Boipeba	240

Figura 65 - Crescimento urbano desordenado na Praia de Imbassay no Litoral Norte da Bahia	243
Figura 66 – Expansão e crescimento urbano desordenado na praia de Coroa Vermelha na cidade de Santa Cruz da Cabrália, Bahia	244
Figura 67 - Foto que espelha a expansão do crescimento urbano na Ilha de Boipeba	247
Figura 69 - Expansão do crescimento urbano na Ilha de Boipeba	248
Figura 70 - Loteamento clandestino na Ilha de Boipeba, Cairu, Bahia.....	250
Figura 71 – Foto que retrata o avião modelo Cesna que faz o trajeto entre Salvador e a Ilha de Boipeba	255
Figura 72 – Lancha rápida que faz o trajeto na hidrovía que interliga a ilha de Boipeba e a cidade de Valença.....	256
Figura 73 – Foto que mostra antenas repetidoras de sinais de telefones celulares e de televisão na Ilha de Boipeba	257
Figura 74 – Site no idioma inglês divulgando os atrativos da Ilha de Boipeba.....	258
Figura 75 – Foto que aponta a aglomeração da atividade turística próximo do estuário do Rio do Inferno na Ilha de Boipeba	259
Figura 76 – Construções irregulares em área de Mata Atlântica em Morro de São Paulo na Costa do Dendê, Cairu, Bahia.....	260
Figura 77 – Foto do recém-inaugurado <i>Shopping Center</i> da Velha Boipeba	261
Figura 78 – Shopping Center construído na Praia do Forte	262
Figura 79 – Shopping Center construído em Morro de São Paulo	262
Figura 80 – Foto que retrata a concentração de estabelecimentos no centro da Velha Boipeba	263
Figura 81 – Aglomeração urbana em Morro de São Paulo, Cairu Bahia.....	264
Figura 82 – Expansão do crescimento urbano desordenado na Ilha de Boipeba	265
Figura 83 - Matriz de impactos econômicos negativos decorrentes da atividade na Ilha de Boipeba	267
Figura 84 - Esquema demonstrativo da humanização dos manguezais pelas populações tradicionais da Ilha de Boipeba	269
Figura 85 – Matriz de impactos negativos socioculturais decorrentes da atividade turística na Ilha de Boipeba entre os anos de 1996 e 200	273
Figura 86 – Matriz de impactos ambientais negativos decorrentes da atividade turística na Ilha de Boipeba entre os anos de 1996 e 2005	275
Figura 87 – Foto dos recursos naturais dos manguezais sendo comercializados por estabelecimentos comerciais na Ilha de Boipeba.....	277
Figura 89 - Lixão a céu aberto na Ilha de Boipeba.....	282
Figura 90 - Loteamento clandestino em área de vegetação Ombrófila Densa na Ilha de Boipeba, Cairu, Bahia.....	282
Figura 91 – Foto de coral do tipo cérebro que ocorre na Praia de Moreré na Ilha de Boipeba, com a sua parte direita morta.....	283
Figura 92 – Fluxo turístico em Morro de São Paul	287
Figura 93 – Fluxo turístico em Praia do Forte	288
Figura 94 – Crescimento urbano desordenado no povoado de Praia do Forte	288
Figura 95 – Terreno sendo comercializado na Ilha de Boipeba	290
Figura 96 – Foto do projeto da futura ponte de Itaparica-Salvador	293

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico da evolução de um destino turístico em função do número de visitantes	49
Gráfico 2 - Evolução da receita cambial em função do aumento do fluxo de turistas no Mundo – 2003-2010	56
Gráfico 3 - Chegada de turistas internacionais no mundo por regiões – 2010.....	57
Gráfico 4 - Brasil – Evolução no número de chegada de turistas e receita cambial – 2003-2010	58
Gráfico 5 – Percentagem de recursos contratados pelos Estados durante a vigência do PRODETUR/NE I – 1995 - 2000	80
Gráfico 6 - Percentagem de investimentos por componentes pelo PRODETUR/NE I – 1995 – 2002	81
Gráfico 7 – Passageiros desembarcados em vôos nacionais para os estados nordestinos – 1994 - 2004.....	82
Gráfico 8 - Crescimento do número de estabelecimentos durante 1994 a 2003.....	83
Gráfico 9 - Estágios evolutivos do espaço turístico da Ilha de Boipeba	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução conceitual de espaço de acordo com pensamento geográfico	29
Quadro 2 – Tipologia de modelos espaciais de turismo	47
Quadro 3 – Fundamentos Teóricos do modelo espacial de Miossec	48
Quadro 4 – Problemas econômicos decorrentes da atividade turística.....	96
Quadro 5 – Problemas socioculturais decorrentes da atividade turística	98
Quadro 6 – Problemas ambientais decorrentes da atividade turística	102
Quadro 7- Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba	150
Quadro 8 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba	152
Quadro 9 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba	154
Quadro 10 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé E Boipeba	155
Quadro 11 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba	156
Quadro 12 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba	158
Quadro 13 - Diferenças entre as pesquisas qualitativa e quantitativa.....	178
Quadro 14 - Organizações institucionais que atuam nas atividades de turismo, pesca e de proteção ao meio ambiente no município de Cairu, Bahia, e suas respectivas atribuições	195
Quadro 15 - Problemas espaciais que ocorrem na Ilha de Boipeba - 1991 a 2005	245
Quadro 16 - Problemas ambientais decorrentes da atividade turística na Ilha de Boipeba -1991 a 2005	252

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação das zonas turísticas do Estado da Bahia no fluxo turístico entre os anos de 2009 e 2011	59
--	----

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AIEST	<i>International Association of Scientific Experts in Tourism</i>
AMABO	Associação dos Moradores e Amigos de Boipeba
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
BA	Bahia
BAHIA PESCA	Programa de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca
BAHIATURSA	Empresa Baiana de Turismo S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	Brasil
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDER	Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo
COOPEMAR	Cooperativa Mista de Marisqueiras Pescadores e Aquicultores do Baixo Sul da Bahia
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DVD	<i>Digital Versatile Disc</i>
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A
EMNRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia S/A
FAZAG	Faculdade Zacarias Góes
FIPE	Fundação de Pesquisas Econômicas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNDISPECA	Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades
GAC	Gestão Ambiental Compartilhada

IBAMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDES	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia
INEMA	Instituto de Meio Ambiente
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PTR	Plano de Desenvolvimento
PRODETUR-BA	Programa de Desenvolvimento de Turismo do Estado da Bahia
PRODETER /NE I	Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste primeira etapa
PRODETER /NE II	Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste segunda etapa
PRODETER /NACIONA	Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste de Abrangência Nacional
PTR	Plano de Turismo do Recôncavo
S/A	Sociedade Anônima
SEBRAE	Sistema Brasileiro de Pequenas e Médias Empresas
SEDUTUR	Superintendência de Turismo
SISMUMA	Sistema Municipal de Meio Ambiente
SISTUR	Sistema de Turismo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUINVEST	Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos da Secretaria de Cultura e Turismo
TV	Televisão
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAB	Valor Agregado Bruto
ZAG	Zona Agrícola
ZEA	Zona Extrativa Animal
ZEP(I)	Zona de Expansão (I)
ZEP (II)	Zona de Expansão (II)
ZEV	Zona Extrativa Vegetal
ZME	Zona de Manejo Especial

ZOM	Zona de Orla Marítima
ZOR	Zona de Ocupação Rarefeita
ZPR	Zona de Proteção Rigorosa
ZPV	Zona de Proteção Visual
ZPV(E)	Zona de Proteção Visual Especial
ZPVS	Zona de Proteção da Vida Silvestre
ZT	Zona Turística
ZT(E)	Zona Turística Especial
ZUR	Zona de Urbanização Restrita
ZUC	Zona de Urbanização Controlada
WTTC	World Travel e Tourism Council
WTO	<i>World Trade Organization</i>
a.C.	Antes de Cristo
den	densidade
gab	gabarito
O ₂	Oxigênio na forma gasosa
CO ₂	Dióxido de Carbono
hab	habitante
km ²	kilômetro quadrado
m	Metro
m ²	Metro Quadrado
máx	máximo
mín	mínimo
n ^o	número
pav	pavimento
p ^H	Potencial de Hidrogênio
t	tonelada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A ATIVIDADE TURÍSTICA E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL	26
2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS	26
2.2 A GÊNESE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL	32
2.2.1 Elementos da formação socioespacial.....	35
2.3 A RELAÇÃO DO TURISMO COM O ESPAÇO	37
2.3.1 A gênese da formação socioespacial turística.....	38
2.3.2 Descrição dos elementos e categorias de análise da formação socioespacial turística.....	41
2.4 MODELOS TEÓRICOS ESPACIAIS DE TURISMO	46
3 A ATIVIDADE TURÍSTICA: PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	53
3.1O TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA	53
3.2 ESTRUTURA CONCEITUAL DO TURISMO.....	54
3.3 EXPANSÃO E CRESCIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA	55
3.4 MODELOS TEÓRICOS INDUTORES DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	60
3.4.1 Antecedentes históricos da implementação da Teoria dos Polos de Crescimento como modelo indutor do desenvolvimento regional.....	61
3.4.2 Estrutura conceitual e pressupostos teóricos de Polos de Crescimento.	63
3.4.3 Diferenças conceituais entre Polos de Crescimento e Polos de Desenvolvimento.....	66
3.4.4 Adaptação da teoria de Polos de Crescimento para Polos Turísticos	71
3.5 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS.....	73
3.5.1 Programa de desenvolvimento do turismo Caminhos da Bahia.....	73
3.5.2 Programa de desenvolvimento do turismo Prodetur-NE/I - primeira fase	76
3.5.3 Programa de desenvolvimento do turismo PRODETUR-NE/ II – segunda fase	85
3.6 POLOS TURÍSTICOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	90
3.6.1 Problemas econômicos	95
3.6.2 Problemas socioculturais.....	98
3.6.3 Problemas ambientais	101

4 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ASPECTOS CULTURAIS E SUAS RELAÇÕES COM A ATIVIDADE TURÍSTICA	106
4.1 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: CARACTERÍSTICAS E CONCEITOS	109
4.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ORIGEM E FORMAÇÃO.....	110
4.3 CONCEITOS DE CULTURA, DIVERSIDADES BIOLÓGICA E CULTURAL.....	114
4.4 POPULAÇÕES TRADICIONAIS COMO PRODUTORAS DE CULTURA MATERIAL E IMATERIAL	117
4.5 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O USO SUSTENTAVEL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA DOS ECOSISTEMAS.....	121
5 OS MANGUEZAIS E SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE TURÍSTICA	124
5.1 ESTRUTURA CONCEITUAL E CARACTERÍSTICAS DOS MANGUEZAIS	126
5.2 DISTRIBUIÇÃO DOS MANGUEZAIS NA TERRA	127
5.3 MANGUEZAIS E DIVERSIDADE BIOLÓGICA: REDES INTERACIONAIS COMPLEXAS QUE FORMAM A UNIDADE BÁSICA DA VIDA.....	128
5.4 IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DOS MANGUEZAIS.....	131
5.5 ATIVIDADES HUMANAS E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DOS MANGUEZAIS	132
6 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO LITORAL SUL DA BAHIA E DAS ÁREAS DE ESTUDO	135
6.1 LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO LITORAL SUL DA BAHIA.....	136
6.2 BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E EVOLUÇÃO.....	137
6.3 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DAS ILHAS TINHARÉ E BOIPEBA	144
6.3.1 Localização da área de proteção ambiental das Ilhas Boipeba e Tinharé	144
6.3.2 Aspectos naturais e territoriais.....	145
6.3.3 Aspectos Jurídicos da Criação e Implementação da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba	148
6.4 A ILHA DE BOIPEBA	159
6.4.1 Vias de acessos.....	160
6.4.2 Histórico e ocupação	160
6.4.3 Aspectos naturais e territoriais.....	161
6.4.4 Aspectos socioeconômicos	166
7 ASPECTOS METODOLÓGICOS: O UNIVERSO DE ANÁLISE DA PESQUISA	171
7.1 ROTEIRO METODOLÓGICO DA PESQUISA	174
7.1.1 Escolha do tipo de pesquisa e do método de investigação	178
7.1.2 Os instrumentos de coleta de dados.....	181
7.1.2.1 Entrevistas semiestruturadas	181

7.1.2.2 A observação sistemática.....	183
7.1.2.3 Diário de campo	184
7.1.2.4 Conversa informal	184
7.2 ESCOLHA DA ÁREA DE PESQUISA E DOS LUGARES OBSERVADOS	185
7.3 ESCOLHA DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	186
7.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	186
7.5 VALIDAÇÃO DAS HIPÓTESES	187
8 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA ILHA DE BOIPEBA	189
8.1 ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA ILHA DE BOIPEBA	191
8.2 A DIVERSIDADE CULTURAL DA POPULAÇÃO TRADICIONAL QUE HABITA ILHA DE BOIPEBA.....	202
8.2.1.1 Manifestações culturais	204
8.2.2 A gastronomia: a moqueca com azeite de dendê.....	212
8.2.3 A linguagem.....	214
8.2.4 A pesca nos manguezais: cenário das artes e técnicas de pescas artesanais.....	215
9 ATIVIDADE TÚRISTICA NA ILHA DE BOIPEBA	220
9.1 ESTÁGIO DE EXPLORAÇÃO:PERÍODO ENTRE 1970 E 1978	221
9.2 ESTÁGIO DE ENVOLVIMENTO:PERÍODO ENTRE 1979 E 1995	224
9.3 ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO:PERÍODO ENTRE 1996 E 2013.....	236
10 CONCLUSÕES	296
REFERÊNCIAS.....	303
ANEXO A – Mapa de uso atual do solo da Ilha de Boipeba.....	318

1 INTRODUÇÃO

Escolher o tema Turismo e Transformações Socioespaciais e como problema de pesquisa as transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba, Cairu, Bahia, podem estar relacionadas com a atividade turística iniciada com a implementação de programas de desenvolvimento de turismo pelo governo do Estado da Bahia, nas últimas décadas, retoma a relação da problemática que envolve o turismo com as transformações do espaço.

Os primeiros estudos sobre as repercussões do turismo ficaram restritos somente ao contexto econômico, com a finalidade de aferir os rendimentos econômicos quantitativos gerados por esta atividade e sem incorporar os aspectos espaciais, culturais e ecológicos.

No entanto, autores como Christaller (1963), Foster (1964), Cara (1966), Molina (1966), Young (1973), Buóllon (1977), Miossec (1977), Pearce (1997, 2003), Plog (1977), Butler (1980), Cohen (1984), Mathieson e Wall (1990), Lòpez Palomeque (1994), Nicolás (1996), Knafou (1996), Vera et al. (1997), Krippendorf (2001), Pearce (2003), Lòpez Palomeque (2007) iniciaram os estudos que abordam a relação entre o turismo com os aspectos socioespaciais em várias partes do mundo.

No Brasil, destacam-se os estudos feitos por Barreto (1966), Benevides (1966), Marcelino (1966), Rodrigues (1966), Urry (1966), Becker (1975), Rodrigues (1977), Santos (1977, 1985, 2001, 2002), Geiger (1998), Cruz (2001), Beni (2003), Leroy (2004), Shiki (2007) e Wakashima e Capellari (2010).

Na Bahia, trabalhos realizados por Silva (1966), Carvalho (2003), Alban (2006), Sazaki e Souza (2006), Spínola (2006) e Chiapetti (2009) abordam também a relação entre o turismo e suas repercussões socioespaciais.

A atividade turística se caracteriza pela capacidade de interagir com outros setores da economia e de formar redes complexas e, também, por incorporar aspectos culturais, econômicos e ecológicos durante o seu desenvolvimento.

Por isso, Pearce (2003) afirma que as relações estabelecidas com outros setores da economia tornam a sua conceituação difícil, o que justifica a polissemia de conceitos a seu respeito.

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) conceitua o turismo como uma atividade econômica que envolve uma soma de relações com outras atividades econômicas e o deslocamento de pessoas do seu entorno habitual por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras atividades que não requerem remuneração.

A *Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourism* (AIEST, 2013), quando conceitua o turismo, insere também o deslocamento de pessoas e a soma de relações desta atividade com outros setores produtivos.

Ademais, Lòpez Palomeque (2007) ressalta que, na conceituação e definição do turismo, se deve considerar que esta atividade é antes de tudo uma prática social e, por isso, forma redes sociais.

São essas redes sociais que caracterizam o turismo como uma prática social. Buollón (1997) afirma que o turismo é um fenômeno socioespacial quando passa a existir, ao redor dele, uma trama de redes sociais complexas que caracterizam o seu funcionamento no espaço turístico.

Segundo Santos (2002), o espaço é um conjunto indissociável entre os objetos e as ações dos homens, o que corresponde, respectivamente, às verticalidades e às horizontalidades.

No caso da atividade turística, esses objetos correspondem aos atrativos turísticos e à infraestrutura de acesso instalada sobre o espaço. Por isso, Boullón (1997) afirma que o espaço turístico é uma consequência da distribuição da infraestrutura e da superestrutura sobre um substrato natural.

No entanto, a adição de objetos ao espaço está relacionada com as motivações dos turistas para viajarem. Essas motivações determinam a tipologia dos espaços. Também Vera et al. (1997) consideram que existe uma relação entre a tipologia dos espaços e as diferentes motivações dos turistas para viajarem.

Essa tipologia foi utilizada por Knafou (1996) para explicar a origem da formação dos espaços. Ademais, o turismo é uma atividade que requer deslocamento de turistas de sua residência habitual para outros lugares. É esse deslocamento que materializa a relação do turismo com o espaço e também explica a formação dos espaços turísticos.

Cruz (2001) ressalta que o deslocamento dos turistas de sua residência para consumir os produtos turísticos é responsável por estabelecer a sua relação com o

espaço. A autora ainda acrescenta que essa relação é quem dá concretude ou materialidade ao espaço.

No entanto, quando ocorre o envolvimento e a participação da sociedade local com o turismo, dá-se a sua formação socioespacial ou a sua totalidade espacial. Santos (2002) ressalta que essa formação é um instrumento adequado para entender a gênese da formação dos espaços porque são os processos sociais que deixam as marcas do passado, e o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se.

A formação socioespacial se torna relevante em decorrência dos fluxos massivos de turistas para várias partes do Planeta. Por isso, vem despertando o interesse dos gestores públicos como uma solução para resolver problemas de ordem econômica em regiões que se encontram estagnadas ou passaram por crises econômicas.

Justifica-se, assim, por parte desses gestores, a inserção de programas de desenvolvimento de turismo que gerem renda e emprego para as populações que habitam aquelas regiões, como os Megaprojetos Turísticos instalados em Cancún no México.

No Brasil, os Megaprojetos Turísticos e o Programa de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste (PRODETUR /NE) foram introduzidos na Região Nordeste com a finalidade de gerar renda e empregos e minimizar as desigualdades inter-regionais.

No entanto, esses programas caracterizaram-se por apresentar linhas de ações primordiais: instalação de infraestrutura de acesso, serviços públicos e *marketing* promocional. Essas linhas de ações acarretam transformações para o espaço porque adicionam novos elementos e movimentam os já existentes. Entretanto, nas localidades em que foram implementados, devido à ausência dos instrumentos de gestão ambiental e fiscalização do uso do solo urbano, as ocorrências de transformações socioespaciais foram inevitáveis.

Becker (1995) e Cruz (2001) relatam que essas transformações ocorreram no México e na República Dominicana devido a implementação de programas de desenvolvimento de turismo que apresentam linhas de ações, implementação de infraestrutura de acesso e bens de serviços públicos, com a finalidade de motivar fluxo turístico massivo.

No Brasil, transformações desse tipo já ocorreram nos destinos turísticos de Porto de Galinhas, Jericoacora, Canoa Quebrada, Porto Seguro e Praia do Forte, localizados, respectivamente, nos Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia, após a introdução do Programa do PRODETUR /NE.

Ressalta-se que esses programas são fundamentados na Teoria de Polos de Crescimento, de François Perroux (1977), que foi adaptada para o turismo, intitulado como Modelo de Desenvolvimento de Polos Turísticos.

Uma das particularidades desse modelo é a formação de núcleos de aglomeração urbana em decorrência da concentração de equipamentos turísticos próximos aos atrativos naturais e culturais devido ao fluxo crescente de turistas, o que justifica a ocorrência das transformações socioespaciais.

Mathieson e Wall (1990), Butler (1980) e Pearce (2003) assinalam que problemas de ordem espacial, econômica, cultural e ecológica estão relacionados com fluxos massivos de turistas e o aumento dos equipamentos turísticos que se concentram em vários pontos dos espaços turísticos.

Esses problemas tomam uma dimensão espacial maior quando ocorrem em ambientes insulares, que apresentam como particularidades ecossistemas detentores de uma rica diversidade biológica e, no caso específico deste estudo, os manguezais da Ilha de Boipeba, em cujo entorno, habitam populações tradicionais.

Essa dimensão se justifica porque tais populações são detentoras de uma rica diversidade cultural e, ao longo dos séculos, elaboraram estratégias e possibilidades de sobrevivência utilizando os recursos naturais desse ecossistema.

De acordo com o exposto acima, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

- As transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba foram produzidas pela implementação de programas de desenvolvimento de turismo nesta localidade?

- Os programas de desenvolvimento do turismo na Ilha de Boipeba foram implementados sem a participação da população local, o que levou a transformações socioespaciais?

- A inexistência de fiscalização e monitoramento do Plano de Manejo da Área de Proteção (APA) das Ilhas de Tinharé e Boipeba e do uso do solo urbano são responsáveis pelo crescimento urbano desordenado da Ilha e acarreta problemas socioambientais?

- Os problemas socioambientais da Ilha de Boipeba causam impactos socioambientais negativos e levam à perda da diversidade biológica dos manguezais e da diversidade cultural das populações tradicionais que habitam a ilha?

Para responder a essas questões, de forma provisória, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- Os programas de desenvolvimento do turismo implementados na Ilha de Boipeba causam transformações socioespaciais;

- Na implementação dos programas de desenvolvimento do turismo na Ilha de Boipeba, não ocorreu participação em nível local, sendo esta a causa das transformações socioespaciais na localidade;

- As transformações socioespaciais em curso na Ilha de Boipeba têm como causas a ausência de fiscalização e o monitoramento do Plano de Manejo da APA e do uso do solo urbano da localidade;

- As perdas da diversidade biológica dos manguezais e da diversidade cultural das populações tradicionais são ocasionadas pelos impactos socioambientais negativos que ocorrem na Ilha de Boipeba.

Nessa perspectiva, foram elaborados os seguintes objetivos:

- Geral

- Analisar as relações existentes entre as transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba, Cairu-Bahia, e a implementação de programas de desenvolvimento do turismo pelo governo do Estado da Bahia nas últimas décadas

- Específicos:

- Explicar se as transformações socioespaciais que ocorrem na Ilha de Boipeba são causadas pelos programas de desenvolvimento de turismo implementados.

- Entender se a ausência da participação da população local na implantação dos programas de desenvolvimento do turismo na Ilha de Boipeba causa transformações socioespaciais nessa localidade;

- Relacionar a ausência de fiscalização e monitoramento do plano de manejo da APA e o uso do solo urbano e a ocorrência dos problemas socioespaciais da Ilha de Boipeba

- Compreender como os impactos socioambientais negativos que ocorrem na Ilha de Boipeba determinam as perdas da diversidade biológica dos manguezais e da diversidade cultural da população tradicional que habita esta Ilha

Dentro desse contexto, esta tese se estrutura em onze seções:

1ª) Introdução - faz uma abordagem do tema e um recorte do problema de pesquisa;

2ª) A Atividade Turística: programas de desenvolvimento de turismo e transformações socioespaciais - aborda os conceitos de crescimento e desenvolvimento e as repercussões espaciais, econômicas, culturais, sociais e ambientais, oriundas das transformações socioespaciais provocadas pelos programas indutores do desenvolvimento do turismo;

3ª) A Atividade Turística e a Formação Socioespacial - descreve a gênese da formação do espaço e a interação dos seus elementos com a atividade turística;

4ª) Populações Tradicionais: aspectos culturais e suas relações com a atividade turística - descreve o processo histórico da sua formação socioespacial e como se deu a sua inserção na atividade turística;

5ª) Os Manguezais e sua Relação com a Atividade Turística - relata o histórico e o uso dos manguezais, a sua diversidade biológica e suas relações com a atividade turística;

6ª) Caracterização da Área de Estudo - descreve os aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais da Região Litoral Sul da Bahia e as características socioeconômicas que são pertinentes à Área de Proteção das Ilhas Tinharé e Boipeba, local onde são estabelecidas as relações entre o modelo indutor do desenvolvimento do turismo com as transformações socioespaciais;

7ª) Aspectos Metodológicos - o universo de análise da pesquisa – descreve os passos lógicos utilizados para encontrarem as respostas das questões geradoras da pesquisa e as questões pertinentes à escolha do tipo de pesquisa e do método de abordagem em função do problema de pesquisa;

8ª) A Formação do Espaço da Ilha de Boipeba - descreve o processo histórico da sua formação socioespacial e explica a gênese da diversidade cultural da população tradicional que habita a Ilha de Boipeba

9ª) A Atividade Turística na Ilha de Boipeba - é o momento do encontro do pesquisador com seu objeto de pesquisa e, para isso, descreve, analisa e argumenta os dados coletados com outros estudos e estabelece relação com a problemática envolvida com o problema investigado;

10ª) Conclusões - corresponde às respostas das questões geradoras da pesquisa. Finaliza-se a tese afirmando ou não se existem relações estabelecidas entre o modelo indutor do desenvolvimento do turismo e as transformações socioespaciais.

Na execução desta tese, optou-se pela pesquisa qualitativa e o estudo de caso como método de investigação. A Teoria Crítica foi o referencial teórico escolhido para dar sustentação à análise e à discussão que envolve a relação entre os programas de desenvolvimento de turismo implementados pelo governo do Estado da Bahia, nas últimas décadas, e as transformações socioespaciais que ocorrem na Ilha de Boipeba.

Pesquisar as relações existentes entre as transformações socioespaciais de Boipeba e a implementação de programas de desenvolvimento turístico pelo governo do Estado da Bahia é relevante, pois o quadro referencial teórico que aborda essa relação enquanto produção de conhecimento científico, não está suficientemente estudado para explicar, de forma imediata, todas as relações envolvidas com este problema.

A realização desta pesquisa se justifica também devido aos poucos trabalhos empíricos que abordam este problema, utilizando modelos espaciais evolutivos. Isso se torna relevante porque a compreensão dos problemas regionais deve ser feita por estágios uma vez que as regiões são dinâmicas e mudam a sua configuração espacial de acordo com os meios e modos de produção de cada ciclo econômico a que foi submetida.

Para entender essa dinamicidade, faz-se necessária a compreensão da atividade turística, os programas de desenvolvimento de turismo e as transformações socioespaciais, o que é abordado na próxima secção.

2 A ATIVIDADE TURÍSTICA E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

A compreensão da formação do espaço turístico requer *a priori* a definição de um corpo conceitual que revele a essência da relação entre a atividade turística com o espaço.

A formação de um corpo conceitual se torna necessária porque, a princípio, os conceitos dão significados as categorias teóricas relacionadas com as transformações socioespaciais.

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS

Os conceitos de, espaço, território, região, lugar e área são relevantes porque propõem regras de interpretação dos fatos e especificam a elaboração das linguagens científicas relacionadas com a formação socioespacial do espaço turístico da Ilha de Boipeba.

Porém, de início, é necessário distinguir conceito de categoria de análise espacial. O conceito é uma representação abstrata do objeto pelo pensamento e por suas características gerais. As categorias de análise são representações do concreto ou da realidade objetiva e também representam as ações do sujeito sobre os objetos.

Silva (1986) afirma que, nos estudos de análise espacial, devem ficar nítidas essas diferenças porque as categorias definem os modos de ser, de agir, enquanto os conceitos remetem a um conjunto de ideias a respeito de alguma coisa ou de um fenômeno abstrato.

Portanto, estabelecer uma base teórica conceitual direcionada para pesquisas que relacionem os aspectos envolvidos entre a atividade turística e as transformações socioespaciais é essencial porque uma teoria é um conjunto de leis, teoremas, axiomas e conceitos que expressa e dá forma aos fenômenos e serve também para compreender o contexto em que a atividade turística está inserida.

Esse aspecto torna-se relevante porque, no cotidiano, os gestores públicos desconhecem esses conceitos, e a atividade turística é implementada de forma equivocada em relação aos seus objetivos finais. Silva (2006) também afirma que,

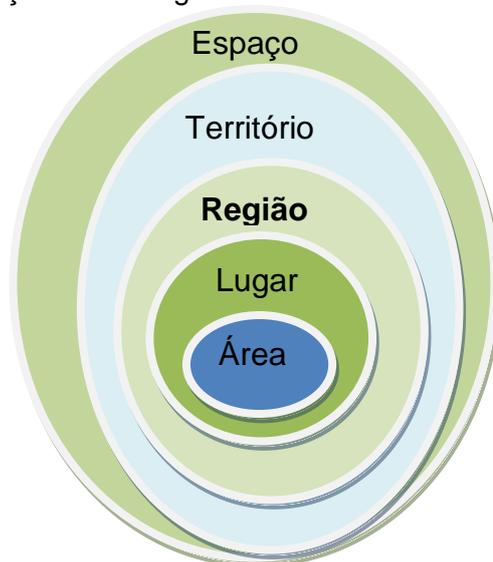
em regra geral, a atividade turística é implementada pelos gestores públicos e privados sem estar em consonância com os seus fundamentos teóricos.

Essa ausência se torna relevante quando associada à baixa capacitação profissional dos gestores públicos:

[...] contradizendo perspectivas conceitos e teorias sobre o Turismo, este vem sendo introduzido em todas as regiões do Brasil, seja por incentivos e iniciativas públicas e/ou por investimentos privados, mas, na maioria dos casos, com baixíssimo nível profissional e sem planejamento prévio. E isto se configura um paradoxo a ser analisado. Numa lógica inversa, para não dizer, muitas vezes, insensata e perversa, inclusive incentivado pelo poder público, o Turismo tem se desenvolvido em lugarejos sem estrutura, sem profissionais e profiisionalismo, gerando uma contradição entre desenvolvimento e exploração. (SILVA, 2006, p.31-32).

No entanto, uma base conceitual relacionada com o turismo deve ser elaborada obedecendo a um critério de hierarquização em escala decrescente, como mostra a Figura 1.

Figura 1 - Hierarquização das categorias teóricas da formação do espaço



Fonte: Elaboração própria (2013).

De acordo com a Figura 1, a categoria teórica espaço é mais abrangente porque incorpora outras categorias – território, região, lugar e área.

Todavia, é difícil conceituar espaço porque requer a fundamentação teórica de várias outras áreas do conhecimento científico como: economia, sociologia, biologia, geografia, matemática, antropologia e física.

Além disso, a depender da finalidade do estudo, o conceito de espaço pode ser carregado de abstrações ou concretudes, a exemplo do conceito abstrato de espaço na área de matemática ou de concreto dado pela materialidade das relações sociais e de produção no campo da sociologia.

Da mesma opinião, Lefèbvre (1976) assinala que o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais e de produção e por isso, na sua compreensão, requer um conjunto de disciplinas.

Ressalta-se que a dificuldade dessa conceituação está relacionada também com os aspectos econômicos, sociais, políticos, tecnológicos, que atuam na formação do espaço.

Esses aspectos sofrem mutações de acordo com o período temporal a que foi submetido o espaço, o que justifica também a variedade de paradigmas geográficos de sua abordagem.

Sazaki e Souza (2009) corroboram a ideia de que diferentes matrizes teóricas sobre espaço foram resgatadas nas últimas décadas com viés teórico quantitativo, principalmente no âmbito da economia, como no caso dos trabalhos elaborados por von Thünen, Weber, Perroux, Lösch, Christaller e Isard.

Depois, outras surgiram para imprimir os aspectos qualitativos no conceito de espaço.

A evolução de conceito de espaço de acordo com o paradigma geográfico é demonstrada no Quadro 1.

Quadro 1 - Evolução conceitual de espaço de acordo com pensamento geográfico

Períodos Evolutivos	Paradigma Geográfico	Bases Teóricas	Pensadores
Décadas de 70 (séc. XIX) a 50 (séc. XX)	Geografia Tradicional	Fundamentado no historicismo; determinismo geográfico; o espaço não é um conceito-chave de análise espacial.	Ratzel (1914); Hartshorne (1936)
Década de 50		Fundamentado no positivismo lógico; O espaço aparece pela primeira vez como conceito-chave; o conceito de espaço é vinculado ao de região e classificado segundo procedimentos de agrupamentos e divisão lógica em técnicas estatísticas.	James (1972); Christofolletti (1976); Capel (1982).
Décadas - de 50 e 70	Geografia Crítica	Fundamentado no materialismo histórico e na dialética; o espaço reaparece com conceito-chave; o espaço é entendido como; espaço social; vivido; o espaço como processo de produção e consumo.	Lefèbvre (1976); Claval (1977); Santos (1977); Soja (1979a; 1993b); Harvey (1993).
Década de 70	Geografia Humanista e Cultural	Fundamentado na fenomenologia e no existencialismo; retomada da matriz historicista; o conceito de espaço está assentado na subjetividade, na intuição, nos sentimentos e na simbologia.	Holzer (1997); Tuan (1983; 1980)

Fonte: Adaptado de Caldas (2008)

Como mostra o Quadro 1, os diversos conceitos de espaço estão associados ao paradigma geográfico predominante de cada época. Verifica-se que as suas definições estão sempre voltadas para os aspectos quantitativos e qualitativos que fazem parte ou representam os elementos espaciais.

O conceito de espaço está associado também à interação dos objetos com as ações dos homens. Por isso, Santos (2002) conceitua espaço como um conjunto de fixos ou verticalidades (os objetos) e de fluxos ou ações (as horizontalidades). No que diz respeito à atividade turística, esses objetos são os atrativos turísticos, a infraestrutura de acesso a bens de serviços públicos que são inseridos no espaço para atrair fluxos turísticos e dar suporte a permanência dos turistas nos destinos turísticos.

No entanto, a distribuição dos atrativos turísticos serve de base para definir o que seja espaço turístico de acordo com alguns autores. Boullón (1997) define o espaço turístico como sendo uma consequência da distribuição desses atrativos. Ainda de acordo com esse autor, tais objetos são essenciais para dar suporte ao deslocamento e à permanência dos turistas nos destinos desse setor.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Vera et al (1997) afirmam que os diferentes conceitos de espaço e sua tipologia turística estão associados com a motivação dos turistas e os tipos de objetos implementados pelos gestores públicos e privados para dar suporte a sua permanência nos destinos turísticos.

Nesses últimos conceitos, estão inseridos não só os atrativos turísticos, mas também a presença dos turistas e a posse do espaço pelos agentes produtores do turismo. Todavia, o sentido de posse do espaço é que origina o território.

Silva (1986) afirma que o território é a primeira concretude do lugar. Essa concretude se refere à posse e também às relações sociais e econômicas que uma sociedade imprime sobre os territórios ocupados e neles estabelece também relações de poder.

O sentido de posse também é corroborado por Geiger (1998), quando conceitua o território como uma extensão territorial que foi ocupada por uma sociedade e a ele começa a pertencer, pois o território, além de conter uma unidade natural, tem uma unidade social, política, cultural e econômica, passando a ser designado, agora, como uma territorialidade, isto é, como parte desse território.

A territorialidade e o sentido de pertencer a este definem o conceito de território. Para Corrêa (1995), o território é um conceito subordinado a outro mais abrangente: o espaço, isto é, a organização espacial. O território é o espaço revestido das dimensões política, econômica, cultural, ecológica e tecnológica.

Ademais, a ocupação, a posse e as formas de produzir e se organizar para sobreviver nos territórios são as causas do surgimento das regiões, o que se justifica pelo conceito de região ser posterior ao de território. Então, por região se entende uma porção ocupada do território.

Conforme Lopes (2005), devido ao fato de o conceito de região ser menos abrangente do que o de território, devem ser incluídos os fatores que delimitem as suas dimensões de contiguidade na sua definição. Contudo, é o princípio da contiguidade que diferencia o conceito de região em relação ao de território e também lhe dá dinamicidade.

Segundo Ferreira (1989, p.50), o aspecto importante a ressaltar nos estudos de análise espacial é que o “conceito de região deve ser dinâmico porque as estruturas internas das regiões condicionam também extensões externas de suas áreas e modificam, com o tempo, os sistemas produtivos a que foram submetidas”.

Ainda de acordo com esse autor, as modificações que ocorrem em uma região modificam a sua proximidade e regiões interdependentes.

Essas modificações e relações de interdependência justificam a inserção do conceito de região como uma categoria teórica-chave nos estudos de análise regional. Além disso, os homens se fixam nas regiões e nelas estabelecem os seus sistemas sociais e econômicos para sobreviver. Esta fixação dá o sentido de concretude ou materialidade ao conceito de região.

A definição de conceito de região como um ente concreto é mais adequado porque permite, no processo de síntese, que a interpretação vá do todo para as partes e destas para o todo compreensivo. Mas, se o conceito de região ficar restrito somente à abstração, não permite que esta passagem ocorra em suas múltiplas compreensões. Portanto, o conceito de região somente de forma abstrata torna a sua compreensão incompleta.

Ainda assim, a formulação do conceito de região como ente concreto vai permitir ao pesquisador e planejador uma maior quantidade de dados em consonância com uma área delimitada em que esteja ocorrendo um fenômeno turístico. Permite também realizar inter-relações entre os aspectos particulares que envolvem o problema de pesquisa em questão com o geral. Essas inter-relações são essenciais porque explicam as múltiplas determinações da totalidade do fenômeno turístico e que se expressa na paisagem.

No entanto, Silva (1986) assinala que o conceito de região está subordinado ao de paisagem porque só a partir da produção do espaço como paisagem é que se define o lugar como região, e nesta, está impregnada a materialidade dos homens.

A paisagem é o espelho das formas de como os homens se organizam e elaboram os seus sistemas socioculturais e produtivos sobre as regiões. A paisagem é o resultado das relações dos homens com o espaço e revela as formas de viver do passado e do presente. “O ato de viver sobre as regiões é que dá origem às paisagens geográficas diferenciadas.” (SILVA, 1986, p.29).

Por isso, Santos (2002, p.103) ressalta que não se deve confundir o conceito de paisagem com espaço, pois:

[...] a paisagem é o conjunto das formas que num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima.

Então, o conceito de paisagem está subordinado ao tempo. Corrêa (1998) também corrobora que o tempo acusa as marcas deixadas pela sociedade na paisagem.

No caso específico da paisagem turística da Ilha de Boipeba, esta representa uma mediação entre as impressões históricas deixadas pelos homens com as do presente. Tais impressões representam os meios e as formas de como produzir, a que foi submetida essa paisagem. Hoje, a atividade turística com os seus meios e modos de produção não só transforma a paisagem passada como também produz novas formas na do presente.

A paisagem espelha também as redes sociais complexas que os homens imprimiram em uma região com os seus objetos materiais e imateriais. É a impressão desses objetos nas regiões que determina a origem dos lugares.

Essa impressão serve de base para conceituar lugar como sendo uma rede complexa de relações sociais e econômicas que se operam em um substrato físico localizado. Então, o conceito de lugar remete à noção de *habitat*, pois é o lugar onde se mora, onde se habita (TUAN, 1980).

Castro (2006) analisa as relações que articulam o local com o global em uma economia de mundialização comandada pelas novas tecnologias da informação, que tornam os lugares mais fluidos. Essa fluidez transcende o espaço físico.

Para Tuan (1980), a transcendência está contemplada numa dimensão subjetiva da mente e, neste caso, o lugar se torna também um *locus* de relações emocionais entre os sujeitos. No que se refere à atividade turística, o lugar é o acontecimento do fenômeno turístico como um fenômeno social e econômico.

A delimitação dos lugares pelos homens para implementar as suas atividades econômicas é a causa do surgimento das áreas. Para Corrêa (1995), a conceituação de área está associada não só a uma delimitação restrita, mas também a uma atividade econômica.

A organização social e econômica dos homens em áreas delimitadas é a origem da formação socioespacial.

2.2 A GÊNESE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Os homens, ao longo dos tempos, ao transformarem a natureza primitiva (os meios naturais) com o seu trabalho e sua organização social, criaram novas

configurações territoriais sobre a Terra. De acordo com Santos (2002), essas configurações correspondem ao conjunto formado pelos meios naturais existentes em um determinado espaço e pelos acréscimos de novos elementos a estes pelos homens, e assim se deu a origem dos espaços.

No entanto, Santos (2002) afirma que, no começo da história do homem, a configuração territorial era simplesmente o conjunto dos complexos naturais e, à medida que novos elementos foram adicionados:

[...] a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens, estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades; verdadeiras próteses. Cria-se configuração territorial que é dada cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2002, p.62).

A humanização da natureza, ou segunda natureza produzida, ocorre pela interação das relações sociais e econômicas e o meio físico do espaço, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Interdependência dos aspectos que humanizam a Natureza



Fonte: Adaptado de Santos (2002, p.62).

Como mostra a Figura acima, a humanização da natureza é resultante das relações estabelecidas entre o meio físico e as relações sociais e econômicas que ocorrem no do espaço.

Para Castells (1999), a interação das relações sociais e econômicas estabelecidas pelos homens sobre um substrato físico para humanizar a natureza é o cerne da formação socioespacial.

Além disso, são as relações sociais que dão função e um significado social ao espaço. Por isso, Santos (2002) assinala que o espaço é uma instância da sociedade e, ao mesmo tempo, uma instância econômica e cultural ideológica,

porque, a economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. Esse autor ressalta que o mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer o espaço é social.

Fica evidente que, nos estudos científicos voltados para análise espacial, não se deve dar ênfase somente ao espaço como um meio físico, mas também a sociedade com os seus significados sociais. Santos (1985) afirma que o espaço não pode ser apenas formado pelos objetos naturais e nele deve ser inserida a sociedade, pois é ela que dá vida e significado a esses objetos.

Portanto, o espaço é a conjunção dos objetos naturais com a sociedade, e cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.

Todavia, a sociedade utiliza o seu meio físico para inserir os seus meios e modos de produção para sobreviver. No entanto, os meios e modos de produção são processos econômicos.

Conforme Santos (1977), é a sociedade com os seus meios e modos de produção que forma e transforma as formas espaciais existentes e adiciona outras. Por isso, justifica-se a inserção de uma teoria social e econômica para auxiliar estudos direcionados em análise espacial, e o autor complementa:

Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço [...] modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através da formação social. (SANTOS, 1977, p. 6-7).

Todavia os circuitos econômicos – produção, distribuição, consumo – organizados pela sociedade e sobrepostos nos espaços ao longo dos tempos, são primordiais para entender a formação socioespacial. Portanto, os circuitos econômicos são fatos econômicos que operam sobre os espaços pelas sociedades.

Os fatos econômicos, num determinado momento histórico, são relevantes para a compreensão e a organização do espaço, a exemplo dos ciclos econômicos a que fora submetido o espaço da Ilha de Boipeba ao longo dos séculos, sendo que, hoje, a atividade turística se constitui como um novo ciclo.

Contudo, os fatos econômicos estão relacionados com a divisão do trabalho dos homens sobre os espaços. É patente que o significado social do espaço está

relacionado também com a divisão do trabalho entre os homens em um determinado período histórico. Corrêa (1995, p.67) acrescenta:

Como o trabalho social e a sua divisão dão-se em um determinado tipo de sociedade com certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e de um modo dominante de relações, a organização espacial resultante refletirá estas características básicas da sociedade.

Porém, a divisão do trabalho realizado por uma sociedade interage com os aspectos econômicos, sociais, ideológicos e político-institucionais. A interação desses elementos é que determina a totalidade ou a essência da formação socioespacial, a qual, para Santos (2002), corresponde à totalidade espacial.

A totalidade espacial só se completa com a inserção dos elementos materiais e imateriais que os homens inserem nos espaços.

2.2.1 Elementos da formação socioespacial

Os espaços são formados porque os homens adicionam novos elementos ou modificam os existentes. Santos (1985, p.6-7) afirma que os homens, as firmas, as instituições, a infraestrutura e o meio ecológico são os elementos que compõem a estrutura espacial. As características e funções desses elementos são descritas a seguir:

- Os **homens** são os seres sociais. Através dos seus processos socioeconômicos, dão concretude ou particularidades aos espaços. São responsáveis também pela divisão do trabalho, sendo fornecedores destes e, ao mesmo tempo, candidatos a este trabalho;

– As **firmas** são as organizações privadas e têm como funções a produção de bens e serviços e ideias;

– As **instituições** correspondem às organizações públicas. Têm como finalidade elaborar normas, ordens, leis e legitimações para organizar o espaço produtivo;

– O **meio ecológico** é o conjunto de complexos naturais e serve de base física para o trabalho humano;

– A **infraestrutura** é o trabalho humano materializado e geografizado nas formas de portos, rodovias, aeroportos, hidrovias e infovias.

Além disso, a interação desses elementos é essencial na formação socioespacial. Para Santos (1985), à medida que os elementos espaciais se tornam mais intercambiáveis, as relações entre eles se tornam também mais íntimas e muito mais extensas. Essas relações são responsáveis pela totalidade dos espaços.

Em relação à atividade turística, essa interação fica mais evidente e pertinente na análise do espaço porque o turismo se caracteriza por ser um fenômeno essencialmente espacial e, na sua formação, envolvem relações entre os aspectos sociais e econômicos que se materializam sobre um meio natural.

Ainda de acordo com Santos (1985) esta interação depende também dos meios e formas de produção que operam no espaço em um determinado período. Todavia, as formas de produzir sobre os espaços são influenciadas por fatores internos e externos.

No caso específico da atividade turística, essas influências são mais evidentes porque a sua implementação e operação são influenciadas por fatores internos e externos que atuam sobre os elementos espaciais, modificando-as. Santos (1985) ainda assinala que, em uma análise espacial, esses elementos não podem ser analisados de forma dissociada porque a compreensão da formação socioespacial fica incompleta.

Ademais, cada elemento espacial especificado acima possui características físicas, econômicas, sociais, que, quando associadas, servem de base para a classificação dos espaços.

Essas características foram utilizadas por Boudeville (1969) para classificar os espaços, como especificado a seguir:

– **Espaço homogêneo:** é entendido como invariante e uniforme. Os territórios e regiões apresentam as mesmas características físicas, econômicas e sociais comuns (homogeneidade). A sua configuração espacial é de unicidade.

– **Espaço polarizado:** é concebido como diferenciado e funcionalmente integrado a várias empresas ou cidades circunvizinhas. Neste tipo de espaço, uma grande empresa ou metrópole funciona como um polo (um nó, nodal). A noção de polo é ligada à noção de dependência de uma concentração e da existência de um centro, com uma pequena periferia composta de vários espaços que gravitam no seu campo de polarização;

– **Espaço de planejamento:** é definido como um conteúdo de plano ou programa. Este espaço se caracteriza por apresentar diversos territórios e regiões que o compõem ligados às mesmas decisões para fins de planejamento;

No entanto, esses espaços servem de base para os homens planejarem as suas atividades econômicas. Entre elas, destaca-se o turismo, por apresentar uma relação de dependência com o espaço.

2.3 A RELAÇÃO DO TURISMO COM O ESPAÇO

A relação do turismo com o espaço tem como elemento-chave o deslocamento dos turistas de sua residência habitual para os destinos turísticos em busca de descanso, lazer, recreação e contato com a Natureza. Tal mobilidade não só consome, produz, reproduz e transforma os espaços como também estabelece novas relações espaciais. Cruz (2001) afirma que diversas particularidades caracterizam a relação do turismo com o espaço, e uma dessas diz respeito ao deslocamento dos turistas para consumir os produtos turísticos que estão inseridos nos espaços.

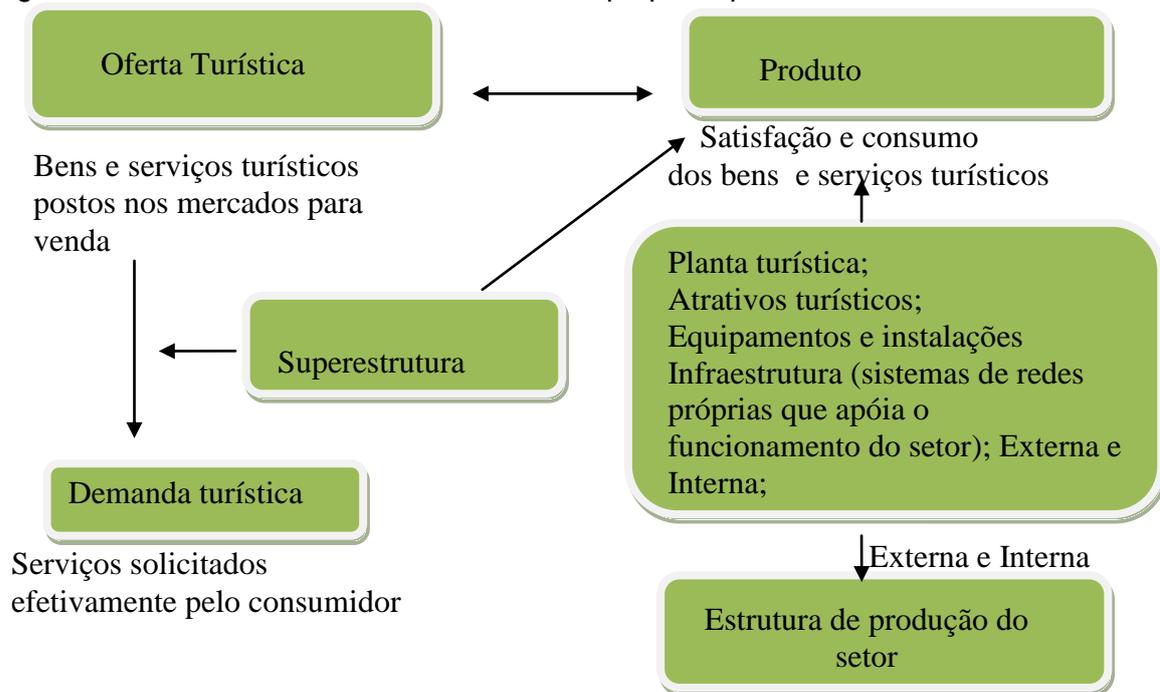
A relação entre turismo e espaço se dá também porque, da sua implementação e operacionalização nos destinos turísticos receptores, participa um conjunto de objetos artificiais (fixos), a infraestrutura e a superestrutura, que são implementados sobre uma base natural ou um espaço preexistente. Esses objetos vão constituir a base para a instalação das ações (fluxos) a exemplo do deslocamento de turistas e ações da sociedade local sobre o espaço.

A relação entre fixos e fluxos é também evidenciada por Cara (1996), quando atesta que a atividade turística, para ser implementada em um espaço, requer a instalação de novos objetos artificiais fixos (hotéis, pousadas, bares, restaurantes, estradas, aeroportos e *piers* de atracação para embarque e desembarque de turistas e visitantes) para dar suporte às ações dos turistas.

Contudo, a relação entre os fixos e fluxos ocorre em várias escalas. Segundo Santos (1985), essas escalas são de natureza local e global e são comandadas por homens, firmas, instituições, que dispõem dos meios e dos modos de produção do espaço. Além disso, a interação entre fixos e fluxos turísticos dá a concretude da relação do turismo com o espaço.

A concretude ou materialidade corresponde à configuração espacial turística de uma localidade receptora. A característica dessa configuração é expressa em uma rede complexa de relações espaciais. Buollón (1997) afirma que essas relações são determinantes na formação do sistema turístico do espaço, como o proposto abaixo pela Figura 3 a seguir.

Figura 3 – Funcionamento do sistema turístico proposto por Buollón



Fonte: Adaptado de Buollón (1997, p. 32)

A Figura 3 representa as partes de um sistema turístico segundo o modelo oferta-demanda. Buollón (1997) afirma que a planta turística (os atrativos turísticos, os equipamentos, a infraestrutura) a oferta (bens e serviços postos efetivamente no mercado) e demanda turística e a superestrutura (os organismos públicos e privados), o produto turístico, interagindo entre si, são responsáveis pela espacialidade turística. Ainda de acordo com esse autor, esta interação é responsável pela formação de redes complexas sobre o espaço.

Contudo, para entender essa interação, faz-se necessário compreender a origem da formação socioespacial turística.

2.3.1 A gênese da formação socioespacial turística

A gênese da formação dos espaços turísticos se dá em decorrência das relações existentes entre a organização social das sociedades do passado e as do presente sobre como produzir a atividade turística.

López Palomeque (2007) afirma que, nos estudos turísticos espaciais, não se devem dissociar as inter-relações entre a sociedade e os aspectos econômicos porque o turismo é uma prática social e econômica e, no âmbito dessa interação, está a sociedade.

Portanto, a função social exercida pela sociedade no espaço é que dá a sua totalidade espacial. A totalidade se completa quando os elementos da formação turística – firmas, instituições, turistas, infraestruturas – são inseridos no espaço.

Além disso, na formação dos espaços turísticos, outros aspectos devem ser analisados porque o turismo não se caracteriza apenas pelo deslocamento de pessoas à procura de lazer e recreação, mas também como uma prática socioespacial complexa. Para Assis (2003, p.109), o turismo é:

[...] mais que o simples deslocamento de pessoas com fins de lazer. É uma prática socioespacial complexa e multifacetada que interage fixos e fluxos e tem seus rebatimentos nas diferentes esferas da organização socioespacial.

Ainda de acordo com Assis (2003, p.109-110), entre essas esferas, destacam-se:

- a **econômica** porque requalifica os espaços através da diversificação, do crescimento e/ou decréscimo das atividades, provocando alterações nos perfis de emprego, na renda e na base produtiva.

- a **cultural** devido ao fato de modificar os sistemas de valores, o estilo de vida e os padrões de consumo das populações receptoras;

- a **política** porque (re)define o papel do Estado como gerenciador da infraestrutura turística, da normatização e gestão do espaço;

- a **ideológica** porque articula estratégias e táticas que permeiam o imaginário do turismo como via de “salvação do mundo” e como mecanismo de manutenção da ordem;

- a **espacial** porque se refere ao espaço como meio de produção, como produto de consumo e como o *locus* das práticas socioespaciais.

No entanto, essas práticas são motivadas pelos turistas ao se deslocarem para consumir os produtos turísticos.

Por outro lado, as motivações e preferências dos turistas nos deslocamentos para as localidades receptoras para consumir os produtos turísticos serviram de fundamentos teóricos para Knafou (1996, p.70-71) elaborar três fontes de formação dos lugares turísticos:

1 – os turistas que estão na origem do turismo: de início, os lugares turísticos surgem pelas práticas turísticas em si. Tal surgimento se dá porque os turistas não são do lugar e, devido a eles, o local torna-se turístico. Nessa formação, os turistas se deslocam de forma voluntária para visitarem locais com atrativos naturais. Os Alpes Suíços e a Côte d'Azur, na Riviera das Flores, na França, surgiram no início do século XIX dessa maneira.

No Brasil e na Bahia, vários destinos turísticos surgiram nos anos 1970 por esse mesmo processo, como o balneário turístico de Búzios no Estado do Rio de Janeiro, Camboriú em Santa Catarina, Arembepe e Porto Seguro na Bahia.

A Ilha de Boipeba como destino turístico surgiu também dessa maneira no início dos anos 1970, por *hippies* e aventureiros em busca de natureza conservada e paz. Depois, essa ilha foi inserida nos mercados turísticos como produto turístico;

2 – o mercado como fonte de criação dos lugares turísticos: os mercados hoje se constituem como as principais fontes de turistificação dos lugares. Áreas com potencial em recursos naturais e culturais e capazes de motivarem fluxos turísticos são delimitadas e utilizadas como matérias-primas na elaboração de produtos turísticos.

Na concretização dessas áreas como destinos turísticos, são implementados meios de acessos e hospedagens para dar suporte aos turistas nos seus deslocamentos e estadias. A criação de estações de esportes de inverno e altitude nos Alpes Franceses e o balneário turístico de Cancún no México são exemplos de destinos turísticos que surgiram por esse processo.

Além disso, Knafou (1996) chama atenção para a necessidade de se observar a evolução espacial de localidades que são inseridas nos mercados turísticos. A preocupação desse autor se justifica devido ao fato do surgimento de transformações socioespaciais devido à ausência de fiscalização e monitoramento dos fluxos turísticos por parte dos gestores públicos, porque os mercados não estão preocupados com essas transformações, e as localidades turísticas são vistas somente como geradoras de lucros;

3 – os planejadores e promotores “territoriais” porque são eles que estabelecem normas, leis e padrões para normatizar, fiscalizar e monitorar a atividade turística em relação aos recursos naturais e culturais em localidades turísticas.

Isso é importante porque, quando implementado pelos mercados, o desenvolvimento do turismo é desigual e assimétrico em relação ao meio físico e social. Essa assimetria se justifica porque os operadores turísticos têm uma visão geral do mercado e estão preocupados com as singularidades que configuram as localidades receptoras turísticas e que são atrativos para os turistas.

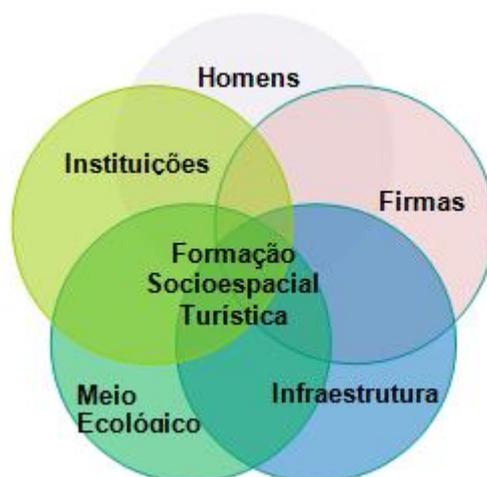
Outro problema a ser levado em conta na formação dos espaços turísticos pelos promotores públicos, através de planos, programas e projetos, em áreas isoladas e estagnadas economicamente, é que o turismo é importante porque vai promover o desenvolvimento local, gerando empregos e renda.

Então, fica evidente que a gênese da formação socioespacial turística é a relação estabelecida entre a sociedade e os elementos do espaço. No entendimento dessa relação, faz-se necessário analisar e descrever esses elementos e as categorias-chave desta análise.

2.3.2 Descrição dos elementos e categorias de análise da formação socioespacial turística

Os elementos, homens, instituições, firmas, infraestruturas e meio ecológico interagem para a formação socioespacial. A Figura 4.

Figura 4 – Interação entre os elementos espaciais para a formação socioespacial turística



Fonte: Adaptado de Santos (1985, p.6-7).

Como mostra a Figura 4 a interação desses elementos é essencial na produção socioespacial porque uma das características da atividade turística é formar redes relacionais com esses elementos.

Além disso, essa interação é resultante do movimento desses elementos sobre o espaço. Godoy (2004) analisa que este movimento é consequência do aparecimento de novas funções que são dadas pelos homens a esses elementos.

Essas novas funções são responsáveis por mudanças ou mutabilidade espacial, e tal mutabilidade leva ao surgimento de uma nova configuração espacial. Portanto, caso ocorra a dissociação de um desses elementos, a análise da formação espacial é parcial, é incompleta e compromete a compreensão da gênese da transformação socioespacial.

Descrever cada elemento com as suas particularidades e características é relevante para o entendimento da formação dos espaços turísticos.

Os **homens** – no espaço turístico da Ilha de Boipeba, os homens são representados pelas populações tradicionais que habitam e dependem do meio ecológico, rios, manguezais, estuários, para a sua sobrevivência, e também pelos turistas, visitantes e veranistas de segunda residência;

O **meio ecológico** – corresponde aos ecossistemas, praias, estuários, manguezais, rios, e ao bioma Mata Atlântica. Este meio é utilizado como matéria-prima na elaboração de produtos turísticos para atrair fluxos turísticos. Os

manguezais utilizados como meio de sobrevivência da população tradicional que habita o seu entorno;

As **firmas** – são representadas pelas empresas ligadas direta e diretamente à atividade turística, alojamentos e alimentação, agências de viagem e pelas empresas relacionadas com o turismo, comércio (farmácias, mercados, lojas de confecções) e da construção civil, lojas de materiais de construção e pequenas empresas de reparos e, em menor número, as empresas de pesca, de agropecuária e florestais;

As **instituições** – diversas instituições (federais, estaduais, municipais) atuam em conjunto, com a finalidade de normalizar, ordenar, fiscalizar, organizar, conservar, proteger os recursos naturais, culturais e os sistemas produtivos de tradicionais locais dos destinos turísticos;

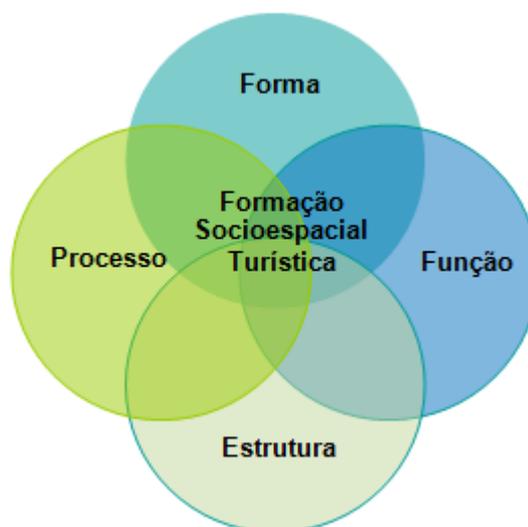
A **infraestrutura de acesso** – corresponde às hidrovias, rodovias e aerovias. Essas vias são os elos entre o destino turístico e os núcleos emissores de turistas, que permitem o acesso de turistas, moradores locais, veranistas, mercadorias, objetos artificiais e ordens para os destinos turísticos; de serviços como saneamento básico, água, esgoto, tratamento de resíduos sólidos, postos de saúde, energia e segurança;

A **superestrutura** – corresponde às organizações públicas e privadas especializadas em fornecer bens e serviços para dar suporte à permanência dos turistas nas localidades turísticas.

Os elementos descritos acima, quando inseridos no espaço turístico, tornam-se intercambiáveis como movimentos sincrônicos. Contudo, Santos (1992) ressalta que, desses movimentos, surgem as categorias teóricas de análise do espaço turístico; a forma, a função, a estrutura e o processo.

A interação dessas categorias é essencial na análise da formação socioespacial turística. A Figura 5.

Figura 5 - Relação de interdependência entre as categorias de análise da formação socioespacial turística



Fonte: Adaptado de Santos (1985, p.51-52).

Essas categorias permitem também compreender os aspectos sociais, econômicos, culturais, ecológicos e tecnológicos que pressionam a ocorrência das transformações socioespaciais.

No entanto, Silva (1986) assinala que as categorias teóricas de análise espacial tornam-se entidades concretas no momento em que se chega à síntese dos fenômenos socioespaciais envolvidos, ou seja, passam de entes secundários para primários.

No trabalho seminal de Santos (1985), *Espaço e Método*, afirma que para analisar as categorias, forma, estrutura, função e processo a sua integração é essencial para entender o dinamismo da produção das transformações espaciais.

Tratando-se da atividade turística, essa interação fica mais evidente e pertinente na análise do espaço porque o turismo se caracteriza por ser um fenômeno espacial e, na sua formação, envolver relações entre os aspectos sociais e econômicos que se materializam sobre um meio natural.

Entretanto, Santos (1985) ainda assinala que essa interação depende dos meios e formas de produção que operam no espaço em um determinado período e que a sua análise não pode ser de forma dissociada, pois uma categoria está associada com outra, ficando incompleta a compreensão da formação e das transformações socioespaciais.

Cada categoria apresenta as suas peculiaridades individuais, que são:

Forma – é o aspecto visível (a paisagem). É o resultado do movimento sincrônico e diacrônico dos elementos espaciais e também do arranjo ou padrão dos objetos turísticos. A paisagem turística é responsável pela concretude espacial;

Função – corresponde à demanda, à oferta, aos serviços turísticos, à gestão da atividade turística e ao *marketing*. A sua funcionalidade dá a totalidade do espaço turístico;

Estrutura – é o conjunto indissociável da oferta e da demanda turística. Na análise espacial do turismo, não se dissocia a demanda da oferta e suas interações com a população residente;

Processo – é resultado da interação entre forma, função e estrutura em movimento sincrônico. Está diretamente relacionado com o tempo social ou as ações da sociedade de acordo com os ciclos turísticos implementados.

Entre essas categorias, o processo é relevante, pois permite analisar a evolução e as transformações que se operam no espaço e sua relação com as outras categorias em sua totalidade. Mudanças que ocorrem nesta categoria (o processo) interferem no movimento das outras. Essas mudanças podem apresentar fases de estabilidade, pequenas mudanças, ou, então, passar por completas transformações, produzindo novos espaços turísticos.

O processo permite também analisar a evolução e as transformações operadas no espaço em sua totalidade. Rodrigues (1997) afirma que o processo espacial corresponde a uma categoria de análise-chave porque objetiva investigar a evolução das mudanças estruturais espaciais em sua totalidade.

Além disso, o processo explica o dinamismo do espaço, que pode apresentar fases de estabilidade, de pequenas mudanças, ao se reestruturar, ou, então, passar por completas transformações, produzindo-se novos espaços.

Para Cruz (2001), qualquer análise que se pretenda realizar sobre a participação do turismo na produção e transformação espacial, exige entender as relações estabelecidas entre essas categorias e os processos produtivos envolvidos na atividade turística que levam a essas mudanças.

Os processos envolvidos na formação e transformação dos espaços turísticos são explicados utilizando-se os modelos espaciais como ferramentas de análise porque demonstram, de forma gráfica, a evolução espacial do turismo em função do tempo.

Descrever os principais modelos espaciais utilizados é relevante para compreender as mudanças que ocorrem nos espaços.

2.4 MODELOS TEÓRICOS ESPACIAIS DE TURISMO

Os modelos teóricos espaciais são representações abstratas que expressam evolução e expansão da atividade turística sobre os espaços.

Pearce (2003) afirma que tais modelos são importantes nos estudos de análise espacial de turismo porque permitem descrever, interpretar e compreender a complexidade da evolução desta atividade sobre os espaços em períodos ou estágios.

Os primeiros estudos espaciais para compreender a dimensão temporal e espacial dos destinos turísticos foram elaborados por Christaller em 1963. O modelo proposto por esse autor se fundamenta em três fatores-chave de análise:

- 1- preferências motivacionais dos turistas;
- 2- degradação do meio físico em decorrência da implementação das infraestruturas de acesso e de alojamentos;
- 3- alterações dos recursos naturais e culturais.

Entretanto, pautados nos estudos de Christaller (1963), diversos autores elaboram outros modelos. Pearce (2003) relata que esses modelos são do tipo: viagem ou ligação; origem-destino; modelos estruturais e modelos evolucionistas. O Quadro 2 a seguir mostra as características principais desses modelos e seus respectivos autores:

Quadro 2 – Tipologia de modelos espaciais de turismo

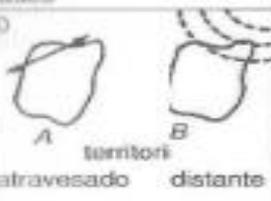
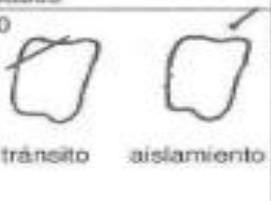
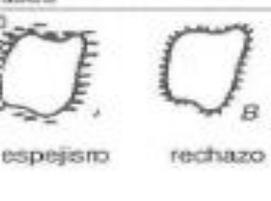
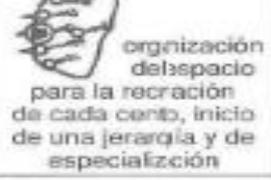
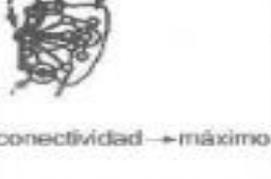
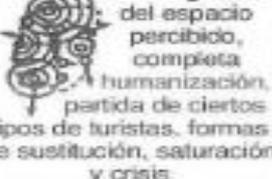
TIPOS	ÊNFASE	AUTOR	CARACTERÍSTICAS
De ligação	Componente ligação ou viagem	Mariot Campbell Greer-Wall Miossec	-Conceito de rotas (acesso/recreativa/ retorno) -Percurso X estada (excursionista X recreativo) -Mudanças no volume de viagens turísticas Conceito de zonas sucessivas -Núcleos e cinturões
Origem/ destino	Função geradora/ receptora e sua integração recíproca	Lundgren Pearce	-Hierarquia espacial de circulação de viagens (tipos de destinos turísticos) -Integração geração/recepção + fluxo turístico
Estrutural	Relação núcleo/ Periferia	Britton	-Destinos dependentes – sistema comercial multinacional – enclave turístico em economias periféricas
Evolucionista	Mudanças nos movimentos turísticos e no desenvolvimento de estruturas de turismo. Conceito: "periferia do prazer"	Plog Butler Gormsen Miossec Oppermann	-Personalidade dos diferentes tipos de Turistas (tipos psicográficos) -Ciclo de vida das áreas turísticas -Incorporação das mudanças no grau de participação local/regional no processo de desenvolvimento -Evolução estrutural de regiões turísticas no tempo e no espaço (instalações) -Combina estrutura espacial com o papel e comportamento de diferentes grupos de turistas (existência de estruturas pré-turísticas)

Fonte: Castro (2006, p.74).

Entre os modelos especificados acima, os evolucionistas são os mais testados de forma empírica pelos pesquisadores de turismo porque se aproximam mais da realidade da evolução temporal da atividade turística e de suas repercussões socioespaciais.

Entre esses modelos, o de Miossec (1977) e de Butler (1980) se destacam porque relacionam a evolução do espaço em função dos equipamentos turísticos implementados no espaço. O Quadro 3 a seguir mostra a síntese dos fundamentos teóricos do modelo de Miossec (1977).

Quadro 3 – Fundamentos Teóricos do modelo espacial de Miossec

Centros turísticos	Transporte	Conduta del turista	Actudes de los encajados de tomar decisiones y la población de la región receptora
fases	fases	fases	fases
0  territorio A B atravesado distante	0  tránsito aislamiento	0  falta de interés y conocimiento	0  espejismo rechazo
1  centro pionero	1  apertura	1  percepción global	1  observación
2  multiplicación e centros	2  incremento de las conexiones de transporte entre los centros turísticos	2  progreso en la percepción de sitios e itinerarios	2  política de la infraestructura que da servicio a los centros
 organización del espacio para la recreación de cada centro, inicio de una jerarquía y de especialización	 circuitos de excursiones	 competencia espacial y segregación	 segregación efecto demostración dualismo
 especialización por jerarquías saturación	 conectividad → máximo	 desintegración del espacio percibido, completa humanización, pérdida de ciertos tipos de turistas, formas de sustitución, saturación y crisis	 turismo total plan de desarrollo de protección ecológica

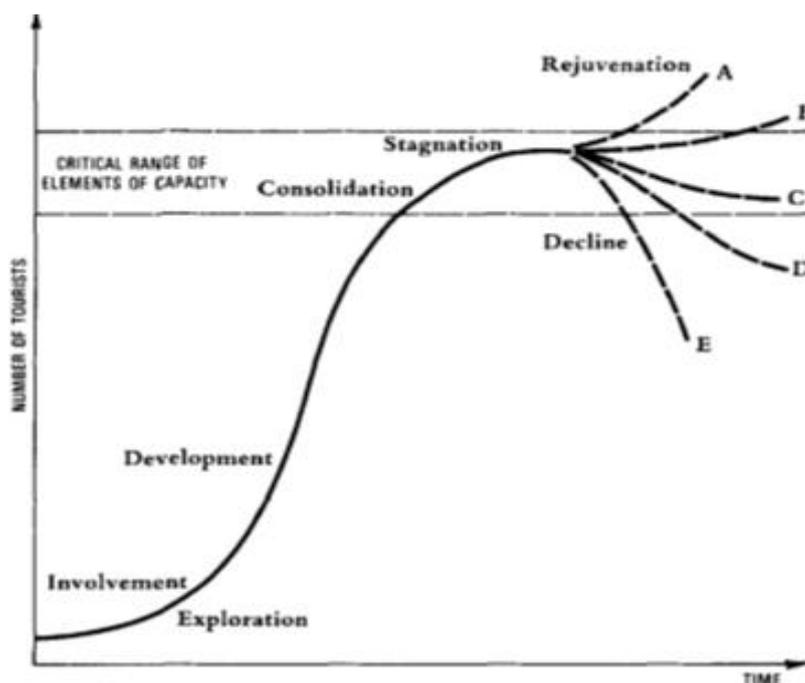
Fonte: Vera et al (1997, p. 235).

De acordo com o Quadro 3, esse modelo interpreta a evolução temporal da atividade turística sobre os espaços em função dos sistemas de transportes, da conduta dos turistas nos núcleos receptores turísticos e das atitudes dos gestores públicos e privados em relação à tomada de decisões sobre a saturação dos destinos turísticos.

O modelo também aborda as repercursões do turismo sobre a população local, a sua aceitabilidade ou negação da atividade turística e, também, se a segregação social em decorrência dessa atividade.

No entanto, o modelo proposto por Blutter (1980) é o mais indicado para compreender a evolução de um destino turístico (ciclo de vida) em função do número de visitantes e suas repercussões socioespaciais, como mostra o Gráfico 1.

O modelo representado no Gráfico 8 foi elaborado de acordo Gráfico 1 - Gráfico da evolução de um destino turístico em função do número de visitantes



Fonte: Butler (1980, p.7).

com os fundamentos teóricos do ciclo de vida de um produto utilizado na área de *marketing*. Mostra que uma destinação turística evolui em fases ou estágios. A evolução de cada estágio está associada com aumento do fluxo turístico; instalação dos equipamentos turísticos e alteração do meio físico.

Esse modelo interpreta também a consolidação da atividade turística na localidade e sua saturação turística em decorrência do uso intensivo dos recursos socioambientais em função do crescimento do número de turistas e equipamentos hoteleiros. Esse modelo ainda explica:

- as áreas turísticas são dinâmicas e evoluem com o tempo;
- a espacialidade turística é concretizada de acordo com as mudanças dos estágios;

– a extensão e a natureza das instalações turísticas se modificam de acordo com os estágios que se sucedem.

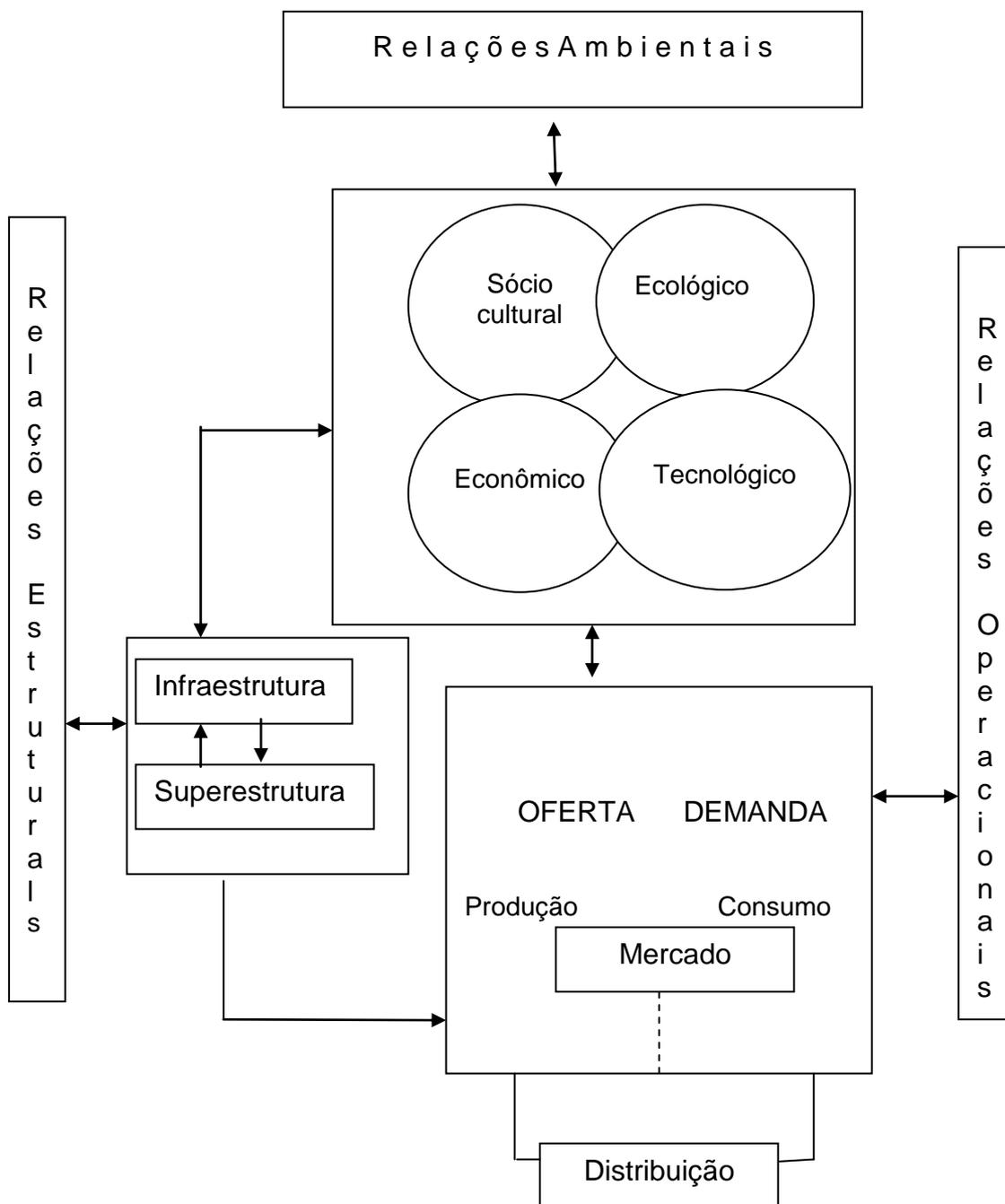
Ademais, Butler (1980), ao formular o seu modelo, deixou nítida a existência do desequilíbrio entre o crescente número de visitantes com o aumento das instalações turísticas em uma área. Esse desequilíbrio repercute de forma negativa sobre o meio físico do espaço turístico, porque:

Visitantes virão para uma área em pequeno número, inicialmente restrito pela falta de acesso, instalações e conhecimento local. Com o aumento de instalações, o número de visitantes vai aumentar devido à disseminação de informação da área através do *marketing* e pela facilidade de acesso. Com o passar do tempo, a popularidade da área vai crescer rapidamente [...] provocando escassez de terras, alterando a qualidade da água e do ar e o ressentimento por parte da população local frente ao turismo. Como a atratividade dos recursos entra em declínio, a área turística tende também a perder competitividade com outras áreas por causa do uso excessivo desses recursos e do impacto dos visitantes. (BUTLER, 1980, p. 3, tradução nossa).

Fica evidente, pelas interpretações teóricas desse modelo, que as repercussões negativas da atividade turística sobre o espaço estão relacionadas com o aumento da demanda turística e do número de turistas. Pearce (2003) analisa também que, nos estudos de análise espacial do turismo, é necessário estabelecer relações entre a estrutura espacial e os movimentos dos fluxos turísticos.

Outros autores também elaboram modelos com a finalidade de compreender a dimensão espacial dessa atividade, a exemplo do modelo de Sistema Turístico (SISTUR) proposto por Beni (2003). Esse modelo dá ênfase às interações entre os sistemas e subsistemas envolvidos na expansão da atividade turística no espaço, como mostra a Figura 6.

Figura 6 – Sistema Turístico proposto por Beni



Fonte: Beni (2003, p 48).

De acordo com a Figura anterior, o SISTUR envolve relações complexas entre os sistemas ambientais, estruturais e operacionais e os subsistemas, superestrutura e infraestrutura, sociocultural e ecológica, oferta, produção, distribuição, demanda e consumo, que ocorrem nos espaços turísticos. A

complexidade dessas relações é responsável pela dimensão temporal que envolve o turismo com o território e o espaço produzido.

No entanto, neste estudo, a opção é pelo modelo evolucionista proposto por Butler (1980) porque é o que mais se aproxima da realidade espacial da Ilha de Boipeba. A aceitabilidade desse modelo se justifica também devido ao fato de explicar a relação entre o aumento das instalações turísticas e o crescente fluxo de visitantes em uma área turística.

O uso desse modelo é relevante porque compreende as relações entre a atividade turística como também da diversidade cultural das populações que habitam as localidades receptoras turísticas. A origem e formação da diversidade cultural da população tradicional que habita a Ilha de Boipeba será abordada na próxima secção.

3 A ATIVIDADE TURÍSTICA: PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

A relação entre o turismo e as transformações socioespaciais envolve redes complexas de elementos materiais e imateriais que dificultam a sua análise e compreensão. Por isto, Prats (2006) afirma que entender essa relação requer abordagens teóricas multidisciplinares e interdisciplinares e uma estrutura conceitual que englobem diversas áreas do conhecimento científico.

Dessa forma, este capítulo aborda as repercussões econômicas e as transformações socioespaciais do turismo sobre os espaços

3.1O TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

A importância e o significado do turismo nas últimas décadas têm crescido de forma tão expressiva que os gestores públicos vêm dando a essa atividade um lugar de destaque na política econômica, destacando-a como uma das atividades mais promissoras para o futuro milênio.

Hoje, o turismo é uma das atividades econômicas que mais têm despertado interesse devido à sua capacidade de agregar vários setores da economia, aumentar a arrecadação de impostos, gerar renda e emprego e favorecer a circulação de mercadorias.

A OMT (2001) também ressalta que a importância do turismo como uma atividade econômica é decorrente não só da capacidade de interagir com diferentes setores da economia para o seu desenvolvimento, como também pela capacidade de gerar renda, emprego e divisas para um país. Os benefícios econômicos gerados pelo turismo ajudam a equilibrar a balança de pagamentos, aumentam os impostos públicos e aquecem a atividade empresarial. Nesse contexto, o turismo é considerado como uma exportação de uma nação, região, ou cidade (destino turístico).

A partir dos benefícios econômicos gerados, o turismo se caracteriza como uma atividade agregadora da economia. Essa agregação é responsável pela

geração do Valor Agregado Bruto (VAB) na região receptora, o que leva à melhoria do índice de riqueza econômica de uma região.

Ainda de acordo com a OMT (2001, p.10), essa agregação assim se justifica:

Efetivamente os gastos dos turistas não somente se limitam ao pagamento do aluguel de um quarto de hotel, mas, também, destinam parte da renda disponível a uma grande variedade de serviços e bens de consumo como alimentos, transportes, entretenimentos, excursões e outras atividades.

Essa renda, quando distribuída, favorece o bem-estar social e econômico das populações locais que estão envolvidas de forma direta e indireta com o turismo.

Isso se torna relevante porque, quando ocorre distribuição de renda, eleva-se o bem-estar das populações, o turismo está cumprindo a sua função como promotor do desenvolvimento da região.

No entanto, o turismo como uma atividade econômica requer e envolve, para ser implementado, uma rede complexa e interligada a outros setores da economia.

Esse envolvimento é necessário para que ocorram fluxos turísticos no espaço e tempo e, também, para dar suporte necessário à permanência dos turistas nos destinos turísticos.

Para entender as redes complexas que o turismo forma com outros setores da economia, faz-se necessário, primeiro, conceituar e definir as categorias teóricas que lhe conferem e dão *status* de atividade econômica.

3.2 ESTRUTURA CONCEITUAL DO TURISMO

A conceituação do turismo se torna difícil porque apresenta, como características primordiais, a multissetorialidade e a dependência de outros setores da economia para se desenvolver.

A OMT (2001) ressalta que o turismo pode ser estudado e analisado sob o foco de várias disciplinas em decorrência da complexidade das relações entre os elementos que o formam com as redes setoriais da economia. Silva (2006) afirma também que essa complexidade é que dificulta uma conceituação precisa do turismo.

Todavia, o acontecer do fenômeno turístico envolve o deslocamento de pessoas de sua residência habitual, o que serve de base para o conceito proposto pela OMT.

A OMT (2001) conceitua o turismo como uma atividade que envolve uma soma de relações com outras atividades econômicas e o deslocamento de pessoas do seu entorno habitual por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras atividades que não requerem remuneração.

No entanto, a soma de relações e o deslocamento de pessoas caracterizam o turismo como uma prática social. Boullón (1997), Pearce (2003), Barreto (2000) e Cruz (2003) afirmam que essa prática social é decorrente do deslocamento do turista do seu lugar de origem para o local de consumo do produto turístico nas localidades receptoras turísticas.

Por isso, na definição de turismo, outras características estão implícitas. A OMT (2001, p.38) especifica as seguintes características:

- introdução dos possíveis elementos motivadores de viagem: lazer, negócios ou outros;
- nota temporária do período por um ano, período realmente amplo, máximo, se comparado com o tempo normal de duração dos vistos de viagem para turismo dados pelos governos – três meses – ou com a periodicidade prevista por algumas legislações para delimitar o que se considera habitual – seis meses;
- delimitação das atividades desenvolvidas antes e durante o período de estada;
- localização da atividade turística como atividade realizada fora do seu entorno habitual.

Essas características, quando associadas com a evolução dos sistemas de transportes aéreos e o crescente fenômeno da globalização, justificam hoje a expansão e evolução do turismo.

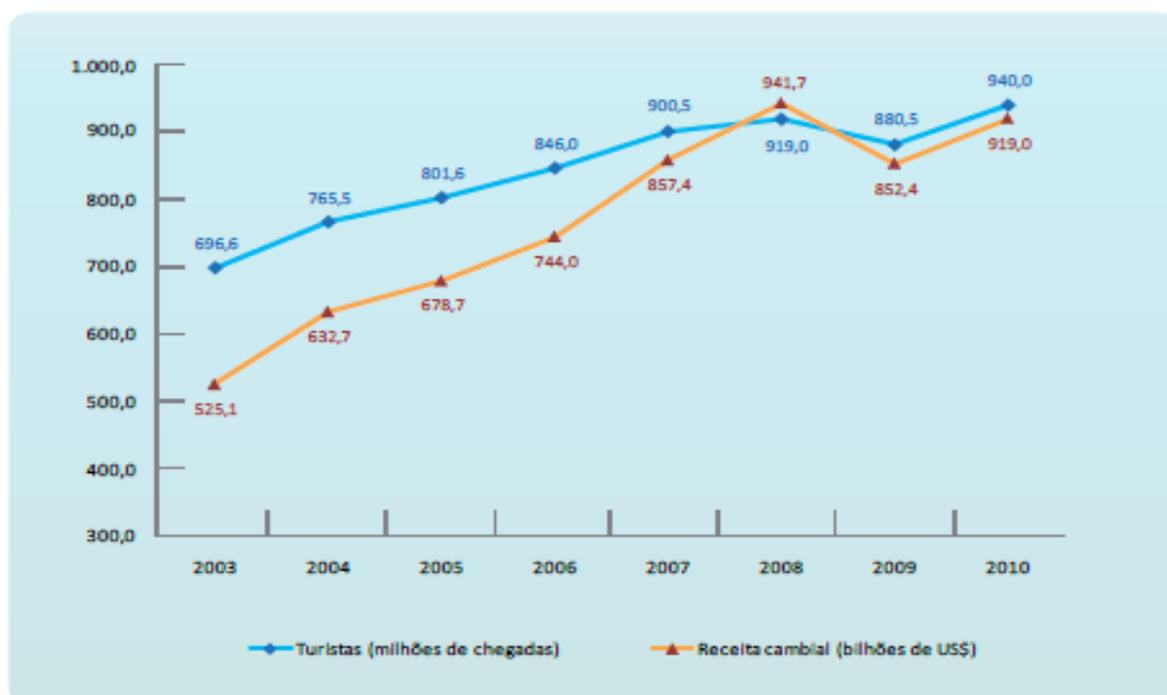
3.3 EXPANSÃO E CRESCIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

O aumento contínuo do fluxo de turistas só foi possível devido à evolução dos sistemas de transportes e aos preços acessíveis das passagens aéreas em diversos continentes do globo terrestre.

Outros fatores preponderantes para a expansão da atividade turística são o crescimento do fenômeno da globalização, favorecido pela integração dos blocos econômicos, e o aprimoramento dos meios de comunicação.

Tais fatores, quando associados, permitem o aumento crescente do fluxo de turistas entre os países e suas regiões nas últimas décadas. Esse crescimento está associado também com o aumento da receita cambial, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução da receita cambial em função do aumento do fluxo de turistas no Mundo – 2003-2010

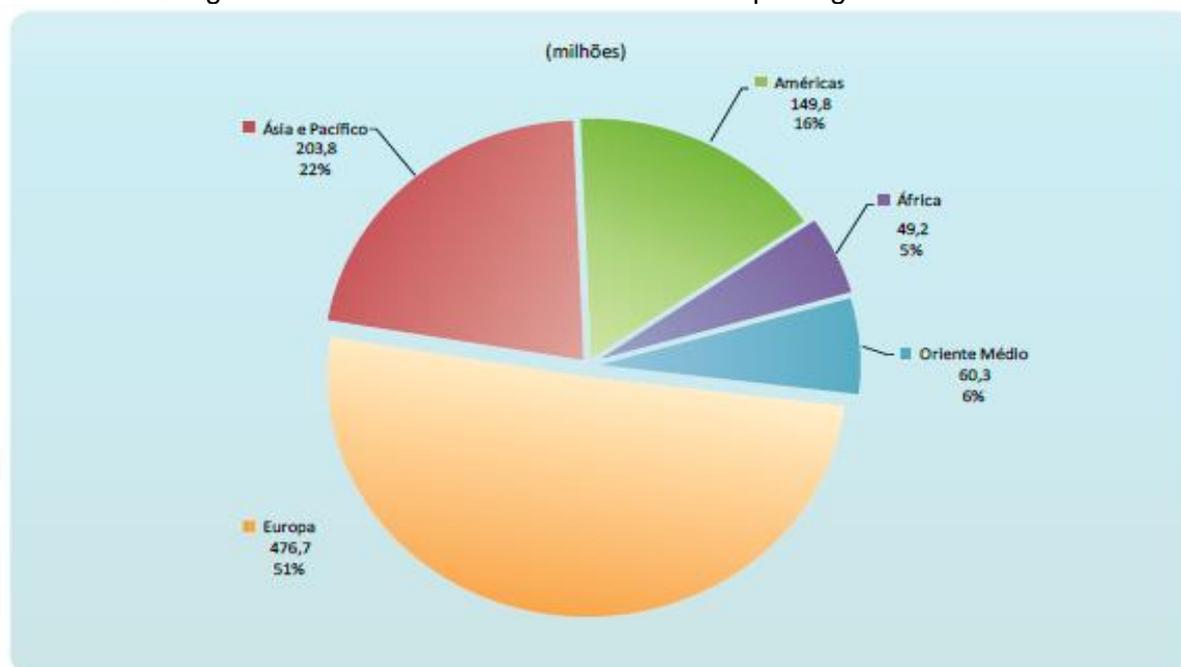


Fonte: FIPE (2011, p. 8).

Como mostra a Gráfico acima, ocorreu crescimento do fluxo de turistas entre os anos de 2003 e 2010 que foi, respectivamente, de 696,6 milhões de turistas e, depois, para 940,0 milhões. A receita cambial cresceu também na mesma proporção. No ano de 2003, a receita foi de US\$ 525,1 bilhões, crescendo para US\$ 919,0 bilhões no ano de 2010.

Segundo a *World Travel e Tourism Council (WTTC, 2011)* este crescimento se justifica devido a expansão crescente da economia dos países emergentes. Esse crescimento repercutiu no continente europeu porque foi a região do planeta que recebeu um maior fluxo de turistas, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Chegada de turistas internacionais no mundo por regiões – 2010



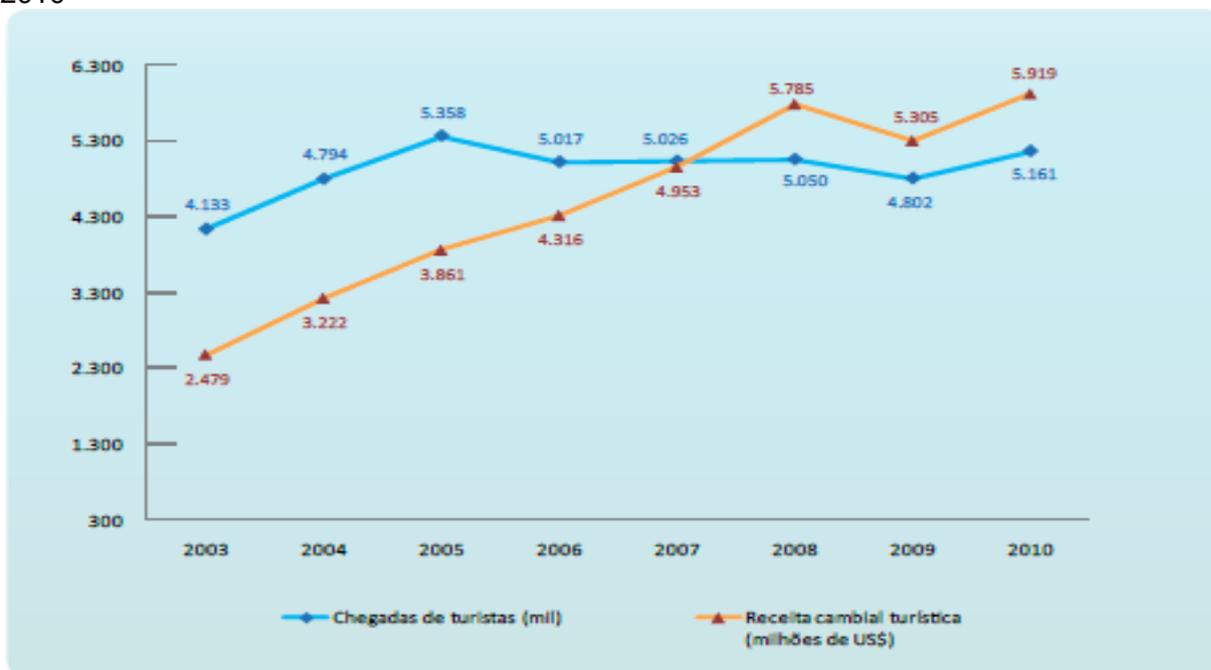
Fonte: FIPE (2011, p. 8).

Observa-se que, no ano de 2010, a taxa de crescimento foi maior no continente europeu, entre os demais, sendo o único que apresentou um maior fluxo de turistas (476,7 milhões), com uma percentagem de 51% do fluxo total de turistas. As regiões da Ásia, do Pacífico e da África apresentaram, em média, 13,55% do total do fluxo mundial de turistas.

O prognóstico para a próxima década é o crescimento da atividade turística em âmbito global. Segundo projeções da WTTC (2011), entre 2012 e 2022, o turismo vai crescer a uma taxa média de 4,4% ao ano e gerar 300 milhões de empregos. Esse número vai representar 9,2% do número total de empregos gerados no planeta. Além disso, a taxa de crescimento projetada para o ano de 2022 vai permitir que a atividade participe com 9,6% do PIB global.

No Brasil, confirma-se a mesma tendência de crescimento mundial de turismo, como demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Brasil – Evolução no número de chegada de turistas e receita cambial – 2003-2010



Fonte: FIPE (2011, p.9).

O Gráfico 4 mostra que ocorreu crescimento da chegada de turistas internacionais no País entre os anos de 2003 e 2010, aumentando, respectivamente, de 4.133 mil turistas para 5.161 turistas. O mesmo aconteceu com a receita cambial, que aumentou de US\$ 2.479 milhões para US\$ 5.919 milhões nesse mesmo período.

No que se refere ao fluxo do turismo interno no Brasil, entre os anos de 2010 e 2011, ocorreu uma variação positiva de crescimento de 21,15%, que representou uma movimentação de 6.389.406 milhões de turistas no território nacional (FIPE, 2011). Esse aumento está associado aos reflexos positivos de o País sediar a Copa do Mundo de 2014.

Portanto, a previsão de crescimento do turismo para o Brasil até o ano de 2020 é otimista devido à realização da Copa das Confederações no ano de 2013, a copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos no segundo semestre do ano de 2016. De acordo com as previsões da WTTC (2011), para o ano de 2020, a taxa de crescimento do turismo no País é de 7,7% e vai ocupar a quinta posição global.

Com relação ao fluxo total de turistas no Estado da Bahia, a tendência de crescimento também se confirma:

– Fluxo de brasileiros de outros Estados que vêm à Bahia: 5.291.242 (5,29 milhões) contra 4,08 milhões de 2009, o que representa um crescimento de 29% em dois anos;

– Fluxo de estrangeiros que vêm à Bahia: 558 mil, contra 514 mil de 2009, o que representa um crescimento de 8%, em dois anos;

– Fluxo de baianos que viajam pelo próprio Estado: 5.301.699 (5,3 milhões).

Esses dados acima representam um fluxo total de 11.015.000 (onze milhões e quinze mil) turistas (brasileiros, estrangeiros e baianos viajando pelo próprio Estado), contra 9,05 milhões de 2009, o que representa um crescimento de 19% em dois anos (FIPE, 2011, p.1).

A receita turística acompanhou esse crescimento em 2011 e foi de R\$ 7 bilhões contra R\$ 5 bilhões em 2009, o que significa um crescimento de 37% (FIPE, 2011, p.1).

Também a Zona Turística Costa do Dendê onde se localiza a Ilha de Boipeba, o fluxo de turistas aumentou nos últimos anos, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Participação das zonas turísticas do Estado da Bahia no fluxo turístico entre os anos de 2009 e 2011

Zona Turística	Participação 2009 (%)	Participação em 2011 (%)
Baía de Todos-os-Santos	35,1	36,9
Costa do Descobrimento	10,8	14,1
Costa dos Coqueiros	5,3	10,1
Costa do Cacau	3,8	6,2
Costa do Dendê	1,9	5,8
Costa das Baleias	5,0	5,5
Caminhos do Sertão	5,1	5,2
Chapada Diamantina	1,5	4,5
Caminhos do Oeste	7,0	4,3
Lagos do S. Francisco	1,3	2,3
Caminhos do Jiquiriça	0,4	1,5
Vale do São Francisco	-	0,9
Caminhos do Sudoeste	-	0,5
Outras cidades	22,8	2,3

Fonte: FIPE (2011, p. 4).

A Tabela 1 demonstra o aumento do fluxo de turistas nas zonas turísticas do Estado da Bahia entre os anos de 2009 e 2011. Com relação à Costa do Dendê a taxa de crescimento foi de 3,9% nesse mesmo período.

Esse crescimento se confirma na Ilha de Boipeba, área de estudo desta pesquisa. O fluxo de turistas vem aumentando nos últimos dez anos e, hoje, esse fluxo na localidade é de 5.400 turistas e no ano 2.000 era de 1.200 turistas (Petrusca Mello, ex-secretaria de turismo de Cairu, 2013).

No entanto, o crescimento e posterior desenvolvimento da atividade turística e suas repercussões socioespaciais dependem do tipo de modelo indutor do desenvolvimento do turismo.

3.4 MODELOS TEÓRICOS INDUTORES DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Modelos teóricos de desenvolvimento são simulacros, réplicas imperfeitas e abstratas que representam de forma aproximada a realidade da dinâmica das atividades produtivas dos homens sobre os territórios.

Para explicar a dinâmica da atividade turística sobre os territórios existem vários modelos e entre eles se destacam: o de “Polos Turísticos” e o Territorialista ou Endógeno por serem os mais utilizados e submetidos a testes empíricos por vários autores.

Silva (2006, p.1), analisa as diferenças conceituais entre estes dois modelos:

O modelo de “polos de crescimento que inspira os “polos turísticos” privilegia os aspectos vinculados à função de especialização regional, no caso o turismo”. Sua implementação acontece atrelada a investimentos exógenos que não utilizam, numa escala otimizada, recursos produtivos da base local. Já o modelo territorialista ou endógeno preconiza a prevalência do território sobre a função, sendo considerado, portanto, o mais apropriado ao planejamento do desenvolvimento turístico, por propiciar um efetivo grau de endogeneização dos benefícios socioeconômicos gerados no processo.

Contudo, o modelo de desenvolvimento turístico, Territorialista ou Endógeno, fundamentado nas potencialidades do território, induz à desconcentração da atividade turística, e o crescimento dessa atividade é irradiado de dentro para fora, não ficando na dependência de investimentos exógenos.

Outra característica marcante deste modelo é o aproveitamento dos recursos naturais e culturais das populações locais respeitando as suas limitações de uso na

elaboração de produtos turísticos e favorecendo a participação coletiva de todos nos processos decisórios sobre a melhor forma de implementar a atividade turística dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável.

Porém, neste estudo será utilizado como modelo de análise o de Polos Turísticos cujos fundamentos teóricos são pautados pela Teoria de Polos de Crescimento. Essa escolha se justifica por ser o mais utilizado como vetor de desenvolvimento de turismo em outros países e no Brasil.

Na Bahia, Região Litoral Sul da Bahia, onde está situada a Ilha de Boipeba, os seus fundamentos teóricos servem de base para a elaboração de programas de desenvolvimento de turismo a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), do Caminhos da Bahia e do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR-BA).

3.4.1 Antecedentes históricos da implementação da Teoria dos Polos de Crescimento como modelo indutor do desenvolvimento regional

A Teoria de Polos de Crescimento é fecunda e rica em conceitos, que não só explicam os estudos acerca dos efeitos locais das estruturas dos sistemas produtivos, mas serviu também de base teórica para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional e urbano em diversos países.

Concebida de início por François Perroux na década de 50 para explicar os fundamentos teóricos da análise econômica do crescimento dinâmico das economias capitalistas modernas, se intitulava Teoria da Unidade Dominante. Após passar por diversas mudanças nos seus pressupostos teóricos, Perroux (1997) no ano de 1955, com o intuito de explicar os fundamentos científicos de economia regional, passou a ser denominada de Polos de Crescimento por Perroux (1997). A sua base teórica foi amplamente adaptada e utilizada pela economia regional para a elaboração de políticas públicas indutoras de desenvolvimento regional em diversos países.

Na Escócia, os gestores públicos a utilizaram para eliminar os fatores responsáveis pela baixa taxa de crescimento. Para isto, adaptaram esta teoria para o modelo de desenvolvimento intitulado de Cidades Novas e Regionais.

Na Irlanda, foi implementada como estratégia de desenvolvimento regional para impedir a emigração frequente da população desempregada na direção da cidade de Belfast, à procura de melhoria de emprego

Na Ucrânia, foi implementada com a finalidade de criar polos combinados de minério de ferro e carvão para atender as áreas industriais próximas.

Na França, foi utilizada para minimizar o desemprego e revitalizar áreas econômicas decadentes após a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, segundo Andrade (1987), a utilização da teoria de polos de crescimento ocorreu entre as décadas de 50 e 60 como instrumento de Planejamento Regional. Ainda de acordo com Andrade (1987), a partir da década de 50, J. Boudeville, discípulo de François Perroux, morando no Brasil por um período de três anos realizou estudos para implementação de polos de desenvolvimento no Estado de Minas Gerais tendo como fundamentos esta teoria e também difundiu os seus fundamentos teóricos nas universidades do Recife e da Bahia.

Nesse mesmo período, Vargas (1982) afirma que Michael Rochefort, geógrafo francês, orientou pesquisas sobre a teoria de Perroux em diversas partes do país. Entre elas, destaca-se a realizada pela equipe do Conselho Nacional de Geografia, cujo objeto de estudo discorreu sobre a Geografia das Indústrias do Brasil Sudeste e sobre a região polarizada do Rio de Janeiro. Outros estudos sobre polarização foram realizados nas cidades de Fortaleza e Belo Horizonte pelo geógrafo Kempton Weeb, geógrafo e brasilianista, cujo tema abordado foi sobre a Distribuição e Fluxo de Gêneros Alimentícios nestas cidades.

No ano de 1963, esta teoria serviu de base científica para os gestores públicos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) realizarem estudo sobre aglomeração urbana nas cidades de Juazeiro e Petrolina. Estes estudos serviram de base para implantação do primeiro Distrito Industrial do Cabo no Recife.

Neste mesmo ano foi realizado o I Seminário sobre Polos de Desenvolvimento pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na cidade do Recife com a finalidade de discutir a validade e aplicabilidade da teoria de polos de crescimento. Vargas (1982) ressalta também que, no ano de 1966, a SUDENE aderiu às tentativas de aplicação à realidade brasileira a Teoria dos Pólos de Crescimento no seu III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1966-1968).

No Estado da Bahia, conforme Andrade (1987), J. Boudeville realizou estudos para implementação de polos de desenvolvimento e, no ano de 1963, esta teoria foi utilizada para explicar a distribuição dos gêneros alimentícios. Na década de 80, serviu de pressuposto teórico para a implantação de diversos polos de desenvolvimento.

A partir da década de 90, esta teoria serviu de pressupostos teóricos na elaboração de programas turísticos pautados no modelo de “Polos Turísticos” como indutores do desenvolvimento do turismo. Em âmbito regional, através do PRODETUR-NE e, no Estado da Bahia, através de programas como o Plano de Turismo do Recôncavo (PTR), Caminhos da Bahia e PRODETUR-BA.

A conceituação e análise dos pressupostos teóricos que norteiam o modelo de “Polos Turísticos” são essenciais para entender a funcionalidade deste modelo como indutor do desenvolvimento do turismo.

3.4.2 Estrutura conceitual e pressupostos teóricos de Polos de Crescimento

O pressuposto básico da Teoria de Polos de Crescimento é que o crescimento não ocorre de forma difusa em todo espaço de um país, ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos, com intensidade variável, daí se expandido por diversos canais com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia. Estes pontos foram denominados por Perroux de Polos de Crescimentos.

Os pontos ou dados observados por esse autor correspondem a polos de crescimento: Para Perroux (1997), um dado de observação corresponde a um ponto ou polo de crescimento e, que surge por diversas circunstâncias, entre elas, o aparecimento de uma indústria motriz que é dotada de inovação e tem a capacidade de criar uma interdependência industrial, atração de outras empresas para seu entorno, e também irradiar o crescimento para outros pontos. A noção de polo está ligada à dependência e à concentração de forças de atração e repulsão que gravitam ao redor de um centro ou pontos. Esses centros, segundo Perroux (1997), eram dotados de inovação e também correspondiam a espaços econômicos abstratos nos quais se localizavam as indústrias motrizes. Para que tenha capacidade de atração, a indústria apresenta as seguintes características:

- Tem que ser de grande porte e suas decisões tendem a causar um grande impacto na área;
- apresenta uma taxa de crescimento superior à média regional e durante certos períodos, um crescimento do seu próprio produto mais elevado do que o crescimento médio do produto industrial e do produto nacional;
- a indústria motriz caracteriza-se por uma forte interdependência técnica (*linkages*), com uma gama diferenciada de outras indústrias, de modo a formar um complexo industrial;
- a indústria motriz localizada em um determinado ponto na região, polo de crescimento, tem a finalidade de convergir para si, atrair e concentrar outras empresas para alavancar o crescimento;
- a influência da indústria motriz pode ser basicamente dividida em três efeitos: sobre a estrutura de produção, sobre a demanda e sobre o mercado.

Os efeitos de convergências de outras indústrias para a indústria motriz originam o espaço econômico polarizado e seu crescimento. Para Perroux (1997) o crescimento consiste num processo essencialmente “polarizado”, na medida em que as forças que o induzem operam no sentido de reunirem atividades em torno de sucessivos centros de inovação, o que resulta de desequilíbrios entre setores industriais e, por extensão, entre as regiões nas quais estes se localizam.

Para Andrade (1987), essa polarização refere-se à capacidade da indústria motriz de: obter matérias-primas; atrair mão de obra para produzir uma série de produtos que dinamizam a vida regional; atrair outras indústrias para o seu entorno.

Ainda de acordo com esse autor, essa dinamização é responsável pela aglomeração da população, que estimulará o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias para a produção de alimentos e fornecedoras de matérias-primas e que, por sua vez, desencadeia atividades ligadas ao setor terciário, principalmente os de serviços, que são proporcionais às necessidades da população que a cerca e se instala na sua área de influência.

Perroux (1997) utilizou também o conceito de indústrias-chave como sendo as que têm a capacidade de gerar um crescimento das vendas de outros produtos superior ao próprio crescimento de suas vendas. As indústrias-chave têm como finalidade a produção de matérias-primas, energia, transportes. Segundo ainda esse autor, em toda economia articulada, a sua característica é possuir indústrias-

chave em pontos privilegiados, com a finalidade de dinamizar o crescimento regional.

Os pressupostos acima relatados serviram de base para Perroux (1997) formular o conceito de polo. Segundo Andrade (1987, p.59) a concepção de polo para Perroux é:

[...] um centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para um centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estará sempre, assim, sempre ligado ao do seu pólo. (ANDRADE, 1987, p.59).

Andrade (1987) afirma que os polos surgem de forma planejada ou espontânea como indutores do crescimento regional. Conforme Perroux (1997), o crescimento apresenta as seguintes características:

- o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, mas se manifesta em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos variáveis sobre toda economia;
- o crescimento é forçosamente desequilibrado;
- a interdependência técnica é um fator a se destacar na transmissão do crescimento;
- a economia nacional em crescimento não é unicamente um território politicamente organizado. É, também, uma combinação de conjuntos, relativamente ativos, representados pela indústria-motriz ou polos industriais ou atividades geograficamente aglomeradas, e de conjuntos relativamente passivos, representados pela indústria não-motriz ou regiões dependentes, nas quais as primeiras produzem fenômenos de crescimento sobre as segundas.

Após formulada essa teoria de polos de crescimento o que ocorreu foi uma confusão conceitual e uma inadequação como modelo de desenvolvimento regional, pois esta teoria foi interpretada por muitos autores como teoria de desenvolvimento. Ocorreram também mudanças e adaptações nos seus princípios teóricos para usos generalizados por diversos autores. Vargas (1982, p.7) argumenta:

[...] que estas mudanças, adaptações e usos diversos escaparam as formulações elaboradas por Perroux e que este fato não deve desmerecer a sua colaboração, mesmo porque, grande parte de todas teorias criadas tem como palco, aquele vivenciado pelo autor

e, nem sempre as projeções são facilmente e acertadamente elaboradas, ou mesmo dos objetivos do autor.

De acordo ainda com Vargas (1982, p.7-8) a inadequação do uso desta teoria como indutora do desenvolvimento se deve a diversos fatores, como:

- a separação entre o conceito de espaço geográfico. Se esta separação permite generalizar o desempenho de uma economia independentemente de seus limites político-administrativos, ela é mais facilmente admitida dentro de um mesmo país, principalmente naquele onde o poder encontra-se mais centralizado;

- a não predição da atuação do capital monopolista e multinacional, que em sua época era menos notável, se evidenciaria em níveis bastante elevados a partir da década de 60, e que a propriedade pública e o controle de firmas líderes teriam papel preponderante no processo de estabelecimento de centros de crescimento;

- um fenômeno observado num determinado espaço setorial poderia estar sujeito a políticas de dimensões geográficas diversas;

- os espaços econômicos dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos se encontram dominados pelos países desenvolvidos e, por isso, as soluções adotadas nestes não surtem efeitos naqueles.

Além disso, Vargas (1982) ainda analisa que o conceito de *linkage*, distribuição de benefícios originados pela existência ou criação de “polos de crescimento”, encontra-se no âmago da teoria. Isto porque os “pontos de crescimento” percebidos por Perroux (1997) são altamente concentradores e dominantes, e a criação ou incentivos de outros pontos não permitem o estabelecimento de uma homogeneidade econômica e social extensiva.

Essa análise é importante porque diversos autores não distinguem as diferenças conceituais entre polos de crescimento e polos de desenvolvimento.

3.4.3 Diferenças conceituais entre Polos de Crescimento e Polos de Desenvolvimento

Ao formular a sua teoria, Perroux (1997) deixou evidentes as diferenças conceituais existentes entre Polos de Crescimento e Polos de Desenvolvimento e que os dois não se identificam. Para o autor, desenvolvimento é entendido como uma combinação de mudanças estruturais na economia, que abrangem toda população de uma região polarizada. O crescimento é entendido como certos pontos

ou polos que, mesmo motivando o crescimento do produto e da renda, não provocam transformações significativas nas estruturas regionais.

Andrade (1987) também corrobora que existem diferenças nítidas entre crescimento e desenvolvimento, pois crescimento existe apenas quando há um aumento do produto global e, conseqüentemente, da renda *per capita*. Desenvolvimento é um processo de mudanças e transformações na estrutura regional que favorecem a população.

Ainda segundo Andrade, essa diferença conceitual fica nítida quando:

[...] os polos espontâneos, surgidos sem obedecer a uma planificação, podem ser chamados de crescimento quando provocam o crescimento do produto e da renda per capita sem acarretar transformações sensíveis às estruturas regionais, e se devem chamar de desenvolvimento, quando ao lado do crescimento do produto, provocam também modificações de estruturas que favorecem à população da região para ele polarizada. (ANDRADE, 1987, p.60).

O que ocorreu, porém, foram interpretações conceituais errôneas por parte dos autores sobre a teoria de polos de crescimento, a exemplo de sua adaptação conceitual para a promoção do desenvolvimento econômico. Sobre essas interpretações, Andrade (1987, p.61) explica:

A partir de um momento difícil de identificar na literatura sobre o tema o “polos de crescimento” é transformado em “polo de desenvolvimento” o que vai introduzir uma primeira confusão conceitual. Confusão essa que não é referendada por Perroux que ao utilizar as duas expressões, teve o cuidado de diferenciá-los conceitualmente. Sabe-se que a diferença entre crescimento e desenvolvimento é fundamental. Por isso mesmo, não tomá-la em consideração terá conseqüências práticas graves quando do uso normativo da noção de pólo. (ANDRADE, 1987, p.61).

Andrade (1987) ainda assinala que esta seqüência de raciocínio vai-se constituir em fontes de confusões conceituais subseqüentes e cujo alcance ficaria circunscrito à discussão acadêmica, porém sem maiores conseqüências práticas.

Mas, no cotidiano, acontece é que esta teoria serviu de base para criar diversas intervenções em diversos países, sem critérios técnicos, e, no Brasil, com a finalidade de promover o desenvolvimento regional com conseqüências imprevistas, pois:

[...] polo como uma expressão vinculada ao desenvolvimento tornou-se uma expressão de uso popular, utilizada sem qualquer critério técnico pelos governos e pela mídia, para denominar qualquer empreendimento localizado em qualquer espaço e do qual se espere

desdobramentos em termos do desenvolvimento regional. (ANDRADE, 1987, p.24).

Como é uma construção teórica, as evidências empíricas de sua aplicação como modelo indutor de desenvolvimento não foram satisfatórias e a levaram a desigualdades regionais. Isso ocorreu porque não foram levadas em as diferenças existentes entre crescimento e desenvolvimento.

Essas diferenças conceituais são também válidas quando aplicadas ao turismo. Conforme, Azzoni (1993) existem diferenças nítidas entre o crescimento do turismo na região e o desenvolvimento turístico da região. Para o autor crescimento do turismo é o crescimento dessa atividade na região e desenvolvimento turístico da região é quando este tem a capacidade de promover efeitos de encadeamentos que levam à superação das condições de atraso econômico regional.

Na prática, o uso da teoria de Polos de Crescimento, adaptada para Polos Turísticos, como indutora do desenvolvimento regional é justificada pelos gestores e planejadores públicos porque através dela é possível resolver o atraso regional e criar empregos e renda para as populações pobres.

Contudo, o modelo teórico de polos turísticos como modelo de planejamento para o desenvolvimento do turismo regional à ênfase na especialização e à função do território em detrimento deste com um todo.

Silva (2006, p.6) afirma que “o destino turístico e seu entorno regional podem configurar um espaço geográfico que tenha o turismo como sua função de especialização econômica”. Todavia, no planejamento turístico de um espaço geográfico assim configurado, não se devem privilegiar apenas os aspectos funcionais envolvidos, e deve ser levado em conta o território com todos os seus aspectos sociais econômicos, políticos, ecológicos, culturais, tecnológico, e que estes fatores atrelados a investimentos públicos e privados possam encadear efeitos sinérgicos e quebrar as barreiras inertes e inibidoras do desenvolvimento regional. Como afirma Silva (2006, p.6-7):

A noção de território como um espaço socialmente construído e organizado dever ser o elemento-chave e norteador do processo de planejamento, buscando-se, desse modo, privilegiar os aspectos essenciais conducentes ao desenvolvimento turístico de base endógena: os recursos humanos, a capacidade empresarial e tecnológica, a estrutura produtiva – dotada de uma apropriada diversificação de atividades econômicas “encadeadas” – o capital físico, institucional e social – enfim, de recursos localizados que conformam o território no qual se efetiva a “consumação turística.

Vale ressaltar também que, durante a formulação da teoria de polos de crescimento, na década de 50, o que era predominante era um sistema de produção nos moldes do fordismo, e Perroux (1997), ao formular a sua teoria, tomou como objeto de estudo as indústrias pesadas ligadas aos setores de metalurgia, siderurgia, ferrovia e automobilística, indústrias modernas localizadas na França.

Andrade (1987) complementa que Perroux mencionou também ser possível aplicar a sua teoria como modelo de desenvolvimento para os setores primários e terciários. A justificativa era baseada no fato de o polo ser sempre um ponto ou uma área que exerce influência sobre uma região e que pode ser canalizado por estradas, por caminhos que liguem a área polarizada ao polo, e acrescenta:

A existência de vários polos, ligados uns aos outros, por estradas e ocupando toda uma área dinâmica, tem repercussão sobre todas as atividades econômicas regionais e forma aquilo que chama de zonas de desenvolvimento. Estas zonas, quando se destacam ao todo nacional pelo seu dinamismo, pelo crescimento de sua renda e pela influência que adquirem sobre as demais. Pode ser considerada, em escala nacional, como um polo; daí se falar pólos agrícolas, pólos turísticos, em polos complexos. (ANDRADE, 1987, p.61).

Os pressupostos acima citados serviram para vários autores e gestores públicos usarem de forma indiscriminada a terminologia polos de crescimento como modelo de desenvolvimento regional e urbano, a exemplo dos polos turístico, agrícola, mineral. Vargas (1982) também afirma que ocorreram interpretações errôneas e o uso indiscriminado do termo Polos de Desenvolvimento, como a criação de polos agrícola-industrial e agrícola-mineral como os previstos no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período de 1972-1974.

Outros conceitos foram também relacionados ao de Polos de Crescimento como: eixo de desenvolvimento, zona de desenvolvimento, ponto de desenvolvimento. Com relação ao surgimento de polos turísticos, Andrade (1987) ainda argumenta que à primeira vista pode parecer inadmissível que se fale que polos turísticos funcionem como uma atividade motriz capaz de promover o desenvolvimento regional. O que se evidencia na prática, porém, é que certas regiões da Europa em que a atividade turística foi implementada, sobretudo na Bacia do Mediterrâneo, é o crescimento econômico da região, pois o turismo tem a capacidade de provocar uma hipertrofia dos serviços e aumentar a renda local em um período de tempo curto.

No Brasil, implementados a partir da década de 90, os polos turísticos se caracterizam por ficarem à mercê de capitais exógenos. O seu funcionamento é pautado no modelo de divisão territorial do trabalho. Suas ações, o que fazer, como fazer, para que fazer, não partem de ordens endógenas do território, mas sim externas.

Essas ordens têm como finalidade articular os destinos turísticos locais, detentores de uma rica diversidade biológica e cultural, localizados em regiões costeiras, com mercados turísticos globais.

Essas particularidades típicas do modelo de polos turísticos são responsáveis por acarretarem custos e passivos ambientais, que são repassados para as populações locais, e também pela desarticulação dos seus sistemas produtivos tradicionais e socioculturais.

Além disso, esse modelo, por ser dependente de capitais privados, nacionais e internacionais, leva também ao endividamento do Estado em decorrência dos altos custos para dotar os destinos turísticos de: infraestrutura básica; rede de esgotos e de abastecimento de água; energia elétrica; coleta de águas pluviais; rede telefônica; coleta de resíduos e destinação final adequada de resíduos sólidos; acesso, construção e reforma de rodovias e aeroportos; construção de pontes e *piers*; e melhoria de hidrovias.

Ressalta-se que a implementação de infraestrutura de acesso e de serviços públicos são essenciais não só para dar suporte ao deslocamento e à permanência dos turistas nos destinos turísticos, mas também beneficiam as populações que habitam esses destinos. Mas, na prática, a infraestrutura e os serviços públicos são implementados sem as devidas preocupações com os recursos socioambientais das localidades receptoras turísticas, o que justifica os custos negativos para essas sociedades.

Mesmo assim, a teoria dos Polos de Crescimento de Perroux (1997) ainda continua a servir de base teórica para a implementação de políticas de desenvolvimento regional, a exemplo dos modelos de desenvolvimento turístico fundamentados em “Polos Turísticos”. Perroux assinala que a aplicabilidade da sua teoria só tem resultados práticos quando associada a uma política pública que promova forças sinérgicas de encadeamentos de todos os setores da economia por toda a região.

Mas, no cotidiano, o que se comprova é que este modelo não atingiu os seus objetivos propostos como modelo de desenvolvimento que eram estimular o crescimento econômico e depois reduzir o nível de desigualdade entre as regiões e criar sinergias para alavancar o desenvolvimento da região e resolver os seus problemas de desigualdades regionais.

Contudo, ressalta-se que na adaptação do modelo de polos de crescimento para polos turísticos foram mantidos os fundamentos teóricos de origem da teoria que o originou.

Mas, no cotidiano, o que se comprova é que este modelo não atingiu os objetivos propostos como modelo de desenvolvimento, que eram estimular o crescimento econômico e, depois, reduzir o nível de desigualdades entre as regiões e criar sinergias para alavancar o desenvolvimento da região e resolver seus problemas de desigualdades regionais.

Contudo, ressalta-se que na adaptação do modelo de polos de crescimento para o de polos turísticos, foram mantidos os fundamentos teóricos [de origem] da teoria que o originou.

3.4.4 Adaptação da teoria de Polos de Crescimento para Polos Turísticos

Sessa (1983), utilizou os pressupostos teóricos da teoria de Polos de Crescimento formulada por Perroux (1997) de forma científica para adaptá-la como modelo indutor do desenvolvimento do turismo.

Sessa (1983) utilizou os pressupostos teóricos da Teoria de Polos de Crescimento formulada por Perroux (1997) de forma científica para adaptá-la como modelo indutor do desenvolvimento do turismo.

Para essa adaptação, utilizou o seguinte pressuposto teórico daquela teoria:

A economia nacional em crescimento não é unicamente um território politicamente organizado. É, também, uma combinação de conjuntos, relativamente ativos, representados pela indústria-motriz ou polos industriais ou atividades geograficamente aglomeradas, e de conjuntos relativamente passivos, representados pela indústria não-motriz ou regiões dependentes, nas quais as primeiras produzem fenômenos de crescimento sobre as segundas. (PERROUX, 1997, p.151).

Em seguida, tomou como empréstimo os conceitos de indústria-motriz e de indústrias movidas:

[...] indústria motriz é aquela que tem a capacidade de aumentar as vendas e as compras e serviços das outras e as empresas; indústrias movidas - as que têm as suas vendas aumentadas em função das motrizes. (PERROUX, 1997, p.152).

Sessa (1983) substitui a indústria motriz pela indústria hoteleira, e os polos industriais receberam a denominação de polos turísticos. De acordo com esse autor, polos turísticos passaram a ser denominados como as atividades turísticas concentradas em determinados pontos de uma região que tem a capacidade de causar aglomeração de outras empresas turísticas ligadas de forma direta ou indireta a essa atividade.

O conceito de polo turístico, segundo o BNB (2013, p.4), corresponde a:

Grupos de Municípios contíguos, com atrações turísticas similares ou complementares, e compromisso de desenvolver a capacidade local de gerenciar o fluxo de turismo sustentável, em benefício da população local.

Esses fundamentos teóricos de polos turísticos serviram de base para a implementação de programas de desenvolvimento do turismo em vários países a partir da década de 60, a exemplo do México e República Dominicana. Entretanto, Cruz (2001) faz uma ressalva e afirma que, no Brasil, este modelo já aparecia na política nacional de turismo no final da década de 60, conforme se pode verificar, por exemplo, entre os pressupostos do Plano Nacional de Turismo, que não chegou a ser implementado.

Esse programa tem como pressupostos a concentração de investimentos públicos e privados em determinados pontos regionais como eixo central para atrair empresas ligadas, de forma direta e indireta, com a atividade turística, com o objetivo final de atrair um maior fluxo de turistas.

Ademais, o turismo, quando é implementado como vetor de desenvolvimento sobre os territórios, modifica a sua dinâmica espacial e sobre eles imprime novos padrões espaciais. Compreender os fundamentos teóricos dos programas de desenvolvimento de turismo é importante para analisar a dinâmica espacial do turismo no espaço.

3.5 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Os programas de desenvolvimento do turismo causam transformações socioespaciais porque apresentam, nos seus escopos, linhas de ações que induzem à (re)produção e (re)organização dos espaços, a exemplo da implementação de infraestrutura de acesso para induzir o aumento do número de turistas e de equipamentos turísticos.

Entre esses programas, destacam-se o Programa Caminhos da Bahia, o Programa de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste – primeira fase (PRODEDETUR/NE I), Programa de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste e segunda fase (PRODEDETUR/NE II), implementados na Região Litoral Sul da Bahia.

Ressalta-se que, entre os anos de 1991 e 1992, o governo da Bahia elaborou o programa denominado de Estratégia Turística da Bahia, ancorado no Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR/BA). Por isto, esse programa não utilizado nesse estudo para análise devido ao seu período curto de vigência e por apresentar linhas de ações similares ao PRODETUR/NE I, a quem deu origem. A descrição e a análise desses programas serão feitas na próxima subsecção.

3.5.1 Programa de desenvolvimento do turismo Caminhos da Bahia

Esse programa foi executado entre os anos de 1979 e 1990 pela Empresa Bahiana de Turismo S/A (Bahiatursa) com a finalidade de consolidar a segunda estratégia de desenvolvimento do turismo na Bahia.

As linhas de ações desse programa são pautadas no Plano de Desenvolvimento Turístico do Recôncavo (PTR), elaborado, no ano de 1970, pelo então Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER) como a primeira estratégia de desenvolvimento do turismo no Estado da Bahia:

Assim foi em 1970, quando o Conselho de Desenvolvimento (CONDER) elaborou o 1º plano estratégico denominado Plano de Turismo do Recôncavo, e em 1979, quando foi escrita a 2ª estratégia executada por intermédio do programa denominado de Caminhos da Bahia, que contemplava a construção e gerenciamento de hotéis e pousadas, ações promocionais e capacitação de recursos humanos. (BAHIA, 2005, p.2).

A base teórica primordial desse plano é que uma cidade, que corresponde a um polo turístico, detentora de recursos naturais e culturais e históricos, localizada em um ponto do espaço e dotada de uma rede de serviços turísticos, é capaz de atrair fluxos de turistas e promover o crescimento do turismo e irradiar para outros pontos periféricos (BAHIA, 1972).

Ainda de acordo com o PTR, essa cidade se caracteriza como um ponto de atração de fluxos turísticos nacionais e internacionais.

Portanto, esse fundamento teórico está de acordo com a Teoria de Polos de Crescimento de Perroux (1997) quando afirma que a finalidade de um polo é expandir o crescimento com intensidades variáveis por diversos canais e com efeitos variáveis sobre toda a economia.

Assim, tomando como base os fundamentos teóricos do PTR acima especificados, foram selecionadas pelo programa Caminhos da Bahia cinco regiões turísticas: Chapada Diamantina, Litoral Sul, Recôncavo, São Francisco, Baía de Todos os Santos, em função da diversidade dos recursos naturais, históricos e culturais de cada região com a finalidade de descentralizar a atividade turística no Estado da Bahia.

A opção econômica e diferenciada – pelos atrativos naturais, históricos e culturais – das regiões do Estado consideradas prioritárias [...] conquistaram, através do programa Caminhos da Bahia uma fatia do mercado turístico regional e nacional [...] (BAHIA, 1983, p.17).

A inserção dessas regiões nos mercados turísticos tem como finalidade atingir o objetivo principal do programa, que é a integração dos espaços turísticos no interior do Estado para a promoção do crescimento dessa atividade:

Só a Emtur, subsidiária da Bahiatursa, investiu quase 150 milhões de cruzados¹ na infraestrutura de equipamentos e serviços para que o desenvolvimento do espaço turístico dessas regiões pudesse ser efetivado. Assim em todas as cidades dos Caminhos da Bahia, a Emtur atuou, direta e indiretamente, para a criação de hotéis, agências de viagens, *campings*, melhor adequação de acesso e terminais rodoviários – enfim, em todos os segmentos de infraestrutura. (BAHIA, 1987, p.53).

Ademais, cada região é detentora de uma cidade como fator de atratividade, a saber: Lençóis na Chapada Diamantina; Valença no Litoral Sul; Salvador no Recôncavo e Juazeiro no São Francisco:

A Bahia com o espaço geográfico superior ao da França não poderia continuar oferecendo apenas Salvador como alternativa para os visitantes. Definiu-se, então, que a atuação abrangeria as cidades de grande potencial turístico, incluídas em um programa promocional chamado Caminhos da Bahia. Ilhéus, Valença, Porto Seguro, Cachoeira, Itaparica, Lençóis, Caldas do Jorro, Cipó, Juazeiro, Paulo Afonso, Ibotirama e Jacobina tinham potencial e foram imediatamente beneficiadas. (BAHIA, 1987, p.53).

Então, para atrair correntes turísticas nacionais e internacionais, o governo da Bahia investiu em ações promocionais de *marketing* que contemplam o programa Caminhos da Bahia:

A ação mercadológica da Bahiatursa [...] teve um custo de aproximadamente 25 milhões de dólares. Desse total, o sistema estadual de turismo, por conta de sua política de trabalhar sempre em conjunto com a iniciativa privada, contribui apenas com 4 milhões de dólares. (BAHIA, 1987, p.23).

No ano de 1981, foi gerada uma campanha promocional para captação de voos internacionais, criando-se como peça publicitária o *slogan*: Bahia – Terra da Felicidade, para divulgar os recursos turísticos das regiões selecionadas. Essa divulgação aconteceu nos Estados brasileiros de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, e em vários países como Argentina, México, Chile, Venezuela, Estados Unidos, Colômbia, Portugal, França, Itália, Espanha, para sedimentar mercados turísticos nacionais e internacionais.

Além disso, esse programa contemplava “ pela primeira vez, uma política coordenada de ações no mercado internacional, o que favoreceu a presença constante da Bahia em eventos e calendários mundiais dos quais o Brasil participava (sob coordenação da EMBRATUR). (BAHIA, 1995, p.41).

Como resultado desta ação da Bahiatursa, a “Bahia registrou nesses oito anos, um crescimento de 94 por cento no fluxo de visitantes, passando de 1 milhão e 83 mil em 1979, para 2 milhões e 100 mil visitantes em 86. (BAHIA, 1987 p. 20)”.

Esse crescimento repercutiu também no aumento do número de equipamentos hoteleiros instalados. No período de 1976 a 1986 o crescimento do setor hoteleiro foi da ordem de 62% (BAHIA, 1987, p.19).

Ademais, esse programa tinha como finalidade estimular o turismo interno e despertar o interesse das comunidades interioranas para o potencial turístico das localidades:

Além de criar novas destinações turísticas na Bahia, o programa Caminhos da Bahia, estimulou o turismo interno, na medida que

foram despertados os interesses da comunidade em conhecer o potencial turístico de sua terra. (BAHIA, 1983, p.16).

3.5.2 Programa de desenvolvimento do turismo Prodetur-NE/I - primeira fase

A concepção do escopo desse programa tem a sua origem no Programa de Desenvolvimento de Turismo da Bahia (PRODETUR-BA) concebido para ser implementado entre os anos de 1991 e 1992:

Trata-se de um instrumento de política econômica previsto para vigorar entre 1991 e 1992, cuja implementação foi precedida de um planejamento estratégico abrangente e criterioso, contemplando a construção de infraestrutura básica nas áreas turísticas do Estado; o incentivo ao setor privado para a implementação de equipamentos e serviços turísticos; a capacitação dos serviços públicos que dão suporte a atividade; a qualificação dos recursos humanos e a promoção turística, esta realizada por intermédio de um marketing arrojado nos mercados interno e externo. (BAHIA, 2005, p.42).

Para ser implementado o Programa, o Estado da Bahia foi dividido em zonas turísticas, como mostra a Figura 7 a seguir.

Figura 7 – Localização das zonas turísticas que firmam parte do PRODETUR-BA



Fonte: Bahia (2005, p.11).

A espacialidade por zonas se justifica devido à grande dimensão territorial do Estado da Bahia devido à diversidade em recursos naturais e culturais. A titularidade temática dessas zonas foi em decorrência da sua principal identidade física e da presença de recursos naturais e culturais.

Essas sete zonas (BAHIA, 2005) abrangiam os seguintes municípios:

- **Costa dos Coqueiros:** Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro de Freitas;

- **Baía de Todos os Santos:** Jaguaripe, Itaparica, Vera Cruz, Salinas da Maragrida, Maragojipe, São Félix, Cachoeira, Saubara, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Salvador;

- **Costa do Dendê:** Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú;

- **Costa do Cacau:** Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Canavieiras;

- **Costa do Descobrimento:** Belmonte, Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro;

- **Costa das Baleias:** Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri;

- **Chapada Diamantina:** Subdivida nos Circuitos do Diamante (municípios de Mucugê, Itaetê, Andaraí, Lençóis, Iraquara, Palmeiras e Seabra) e do Ouro (municípios de Rio de Contas, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso, Livramento de Nossa Senhora e Abaíra).

No entanto, “para agilizar a implementação do PRODETUR-BA, o governo do Estado integrou-se ao PRODETUR/NE I”. (BAHIA, 2005, p.43).

De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2013) o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE I) é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. O PRODETUR/NE I é financiado com recursos do BID e do governo federal e tem o Banco do Nordeste como Órgão Executor.

Esse programa foi financiado também pelo Banco Mundial (BIRD), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Turismo (BNB, 2013, p.43).

A área de abrangência do PRODETUR/NE I compreende os nove Estados nordestinos, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, onde sua atuação ocorre por meio do financiamento de obras de infraestrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios (BNB, 2013, p.1).

Segundo o BNB (2005, p.6), o PRODETUR/ NE I foi desenhado de acordo as seguintes estratégias:

- propiciar uma estrutura institucional adequada para fomentar e encorajar o turismo sustentável, por meio do fortalecimento institucional de órgãos de turismo de estados e municípios, órgãos ambientais estaduais e outros órgãos de municípios localizados nas áreas turísticas selecionadas

- melhorar as condições ambientais e de saneamento nas áreas turísticas, via investimentos em fornecimento de água e coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos e na recuperação e proteção ambiental, além do fortalecimento institucional das companhias de água e esgoto;

- facilitar os deslocamentos para e dentro da região, por meio de investimentos no melhoramento de aeroportos, sistemas de vias urbanas e rodovias secundárias e de acesso, complementados pelo fortalecimento dos órgãos estaduais de transportes em termos de sua capacidade operacional e de manutenção;

- melhoria e diversificação dos produtos turísticos da região, por meio de atividades como a recuperação e preservação do patrimônio histórico com revitalização de seu entorno e a melhoria de praias, parques e outros recursos naturais.

Para o cumprimento dessas estratégias, foram elaborados os seguintes objetivos:

- **Geral:**

- Reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico regional através de investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos em áreas atualmente de expansão turística.

Específicos:

- Atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão;
- Gerar oportunidades de emprego;
- Melhorar os níveis de renda;
- Aumentar as receitas públicas;
- Beneficiar a população de baixa renda das áreas selecionadas com disponibilização dos serviços de abastecimento de água, esgotos e acessos pavimentados;
- Aumentar a capacidade dos Estados beneficiados de acompanhar a demanda por serviços básicos.

Ressalta-se que as estratégias desse programa têm suas origens no PRODETUR-BA. Para Bahia (1999) para reforçar e agilizar a sua implementação o governo do Estado integrou-se ao PRODETUR/ NE I e manteve as principais estratégias daquele programa:

Concluído em dezembro de 1992, o programa contém as bases da estratégia para o desenvolvimento do turismo no Estado, podendo ser descrito como um instrumento de intervenção governamental de caráter multissetorial que busca convergir ações nas áreas de infraestrutura pública, promoção e educação para o turismo nas regiões prioritárias [...] construção de infraestruturas básicas nas áreas turísticas do Estado; incentivo ao setor privado para a implementação de equipamentos e serviços turísticos; a capacitação dos serviços públicos que dão suporte a atividade; a qualificação dos recursos humanos e promoção turística, esta realizada por um marketing arrojado nos mercados interno e externo. (BAHIA, 1999 p. 44).

Para implementar as estratégias do PRODETUR-NE I, no ano de 1995, no segundo semestre, foi assinado pelos Estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte os primeiros contratos de subempréstimo, seguidos pelos Estados do Ceará e Pernambuco.

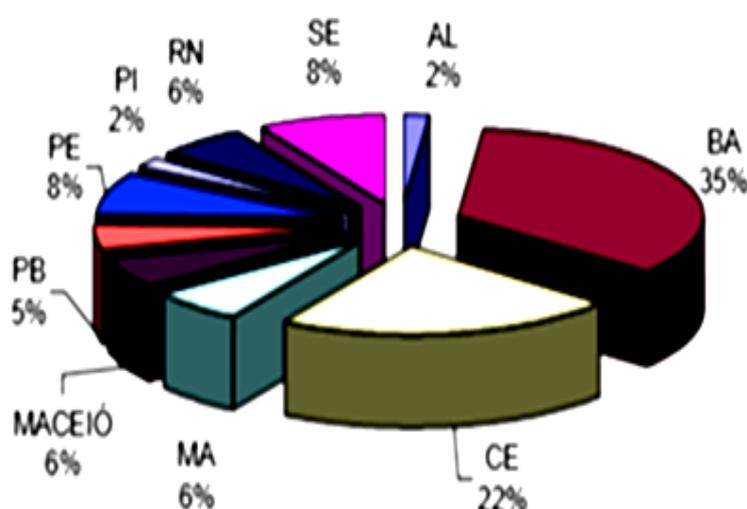
Os Estados da Paraíba e Maranhão assinaram contratos em 1997, enquanto os últimos Estados a aderirem ao Programa e assinarem contratos foram o Piauí, em 1999, e Alagoas, somente em 2002. O estado de Minas Gerais não chegou a assinar contratos no PRODETUR/NE I por não atender, na época, aos critérios da legislação nacional quanto à capacidade de pagamento e endividamento.

Os Estados da Paraíba e Maranhão assinaram contratos em 1997, enquanto os últimos Estados a aderirem ao Programa e assinarem contratos foram o Piauí, em 1999, e Alagoas, somente em 2002. O estado de Minas Gerais não chegou a assinar contratos no PRODETUR/NE I por não atender, na época, aos critérios da legislação nacional quanto à capacidade de pagamento e endividamento.

Para implementar esse programa, foram investidos, entre os anos de 1995 e 2002, na Região Nordeste, os seguintes recursos por componentes: US\$ 340.312.56 milhões em transporte; US\$ 161.268.357,66 milhões em saneamento básico e US\$ 44.141.719,72 milhões investidos em recuperação do patrimônio histórico e cultural (BNB, 2013).

O Gráfico 5 mostra a percentagem de recursos contratados entre os estados participantes.

Gráfico 5 – Percentagem de recursos contratados pelos Estados durante a vigência do PRODETUR/NE I – 1995 - 2000

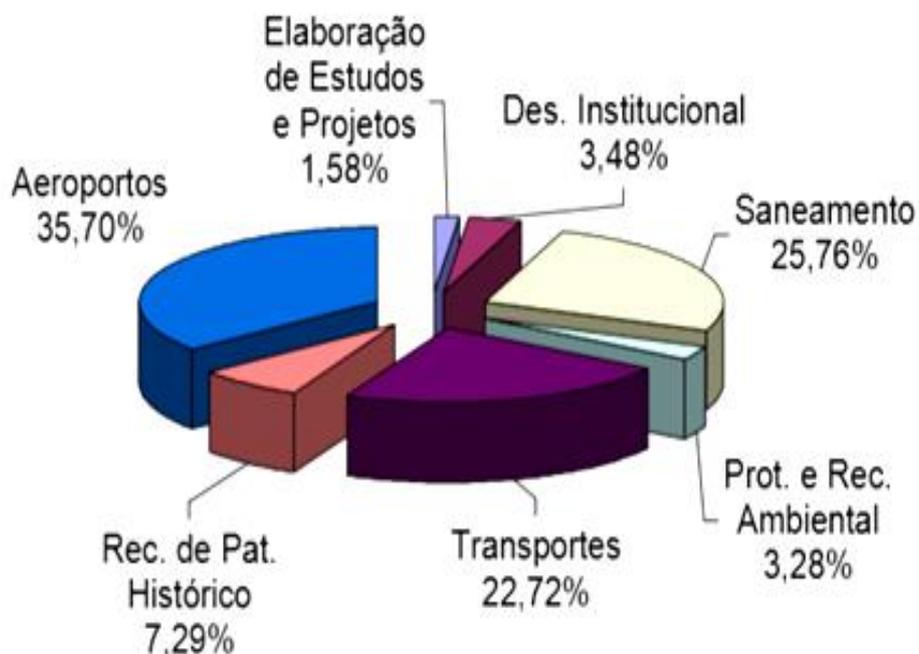


Fonte: BNB (2013, p.17).

Pode-se constatar a Bahia foi contemplada com o maior montante de recursos por ter apresentado um maior número de projetos e pela sua capacidade de pagamento.

Em relação aos investimentos aplicados por componentes o setor de transporte recebeu mais recursos, como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Percentagem de investimentos por componentes pelo PRODETUR/NE I – 1995 – 2002

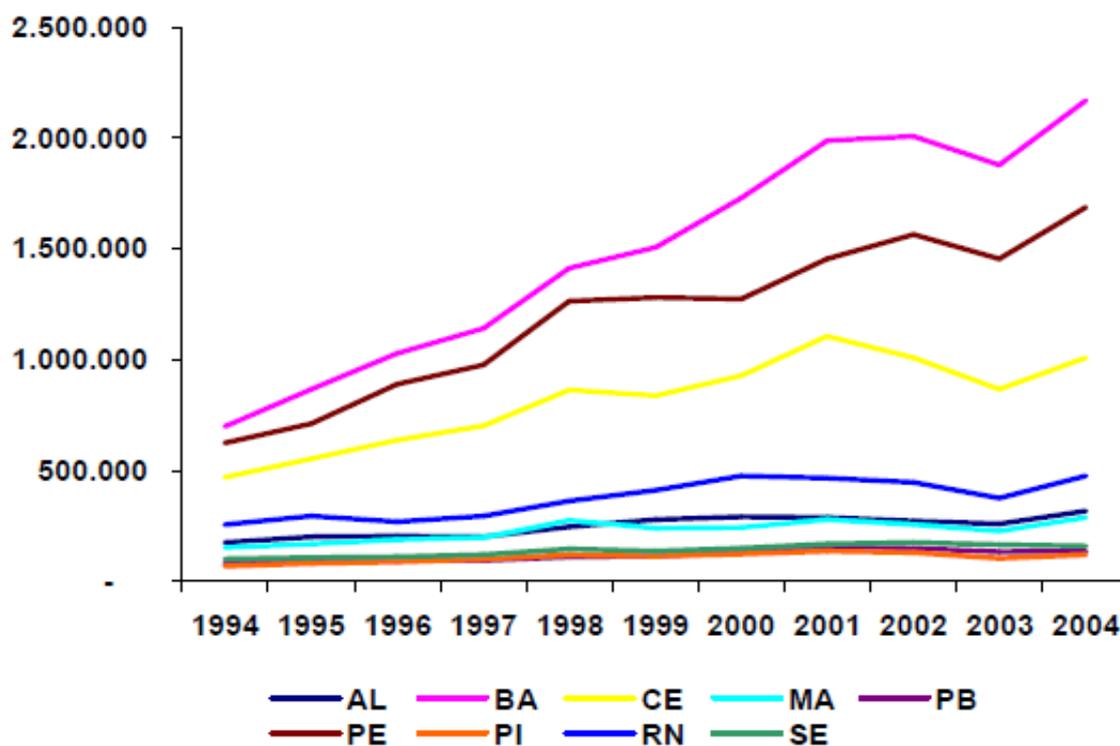


Fonte: BNB (2013, p.17).

Constata-se pelo Gráfico 6 que o componente transporte (transportes e aeroportos) obteve 58,42% dos recursos investidos. Isto se justifica porque a finalidade do PRODETUR/NE I era aumentar a capacidade instalada de infraestrutura de acesso para aumentar o fluxo turístico.

A aplicação destes recursos refletiu de imediato no aumento do fluxo turístico nos estados nordestinos, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Passageiros desembarcados em vôos nacionais para os estados nordestinos – 1994 - 2004

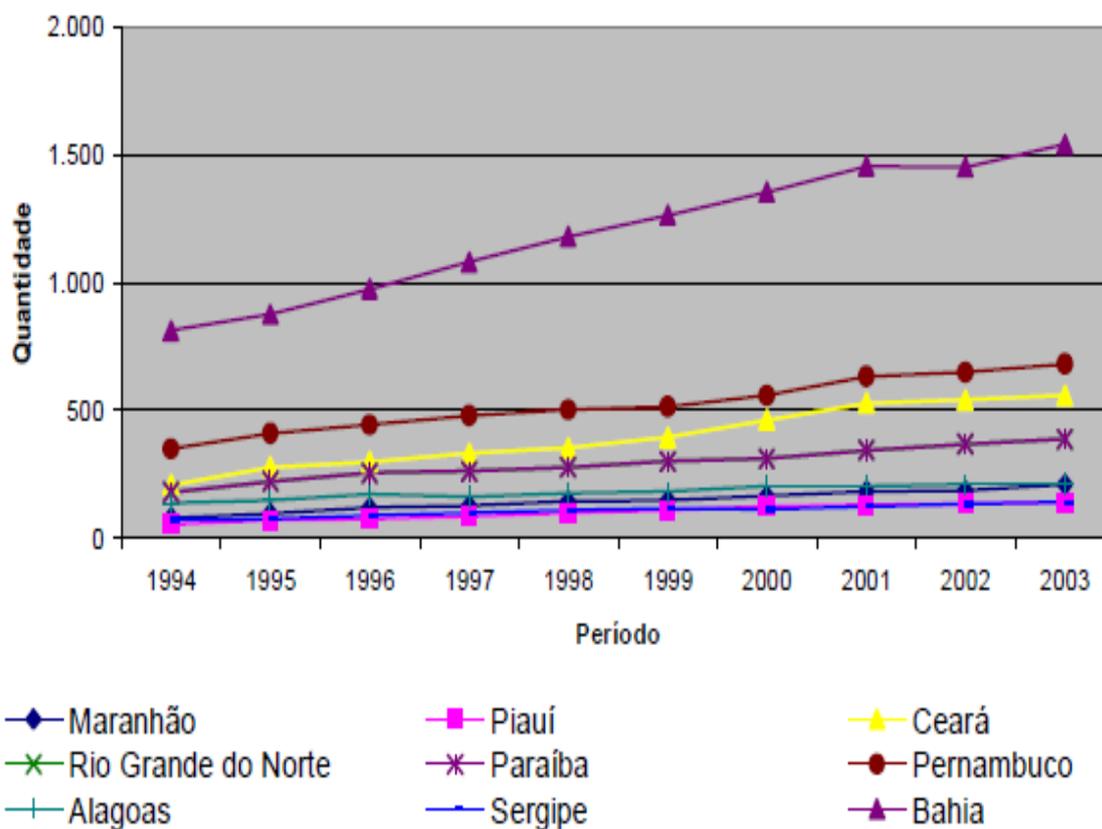


Fonte: BNB (2013, p.15).

O Gráfico 7 mostra que o Estado da Bahia apresentou um maior desembarque de passageiros porque antes da vigência da PRODETUR /NE I já tinha investido em melhoria da sua infraestrutura aeroportuária.

O crescimento do fluxo turístico foi acompanhado pelo aumento no setor de alojamento nos estados beneficiados pelo programa, como mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Crescimento do número de estabelecimentos durante 1994 a 2003



Fonte: BNB (2013, p.23).

Observa-se que os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará foram os que criaram mais estabelecimentos de alojamento no período de análise, com 3.294 novas unidades, representando 69,2% dos novos estabelecimentos (BNB, 2013, p. 25)

No estado da Bahia este programa foi implementado a partir do ano de 1995 e finalizado no ano de 2002, com o objetivo de consolidar o turismo como uma atividade econômica capaz de induzir o desenvolvimento regional e melhorar os indicadores socioeconômicos das populações que habitam os diversos destinos turísticos.

Observa-se que os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará foram os que criaram mais estabelecimentos de alojamento no período de análise, com 3.294 novas unidades, representando 69,2% dos novos estabelecimentos (BNB, 2013).

No Estado da Bahia, este programa foi implementado a partir do ano de 1995 e finalizado no ano de 2002, com o objetivo de consolidar o turismo como uma atividade econômica capaz de induzir o desenvolvimento regional e melhorar os indicadores socioeconômicos das populações que habitam os diversos destinos turísticos.

Para alcançar os objetivos propostos desse programa, foram elaboradas seis macroestratégias: infraestrutura; marketing turístico; educação para o turismo; preservação do patrimônio; preservação ambiental; captação de Investimentos. Para atender a essas macroestratégias, foram aplicados durante a vigência do programa recursos totais de US\$ 214.62 milhões, sendo US\$ 139,56 milhões do programa e US\$ 75.06 milhões de contrapartida do governo da Bahia. Os investimentos privados, no setor turístico, realizados nos municípios contemplados pelo Programa no Estado da Bahia totalizaram US\$ 657,9 milhões no período compreendido entre os anos de 1994 e 2004 BNB (2005, p.38).

No entanto, o crescimento do turismo ocorreu de forma acentuada no Estado, uma vez que, no ano 1991, o número de turistas era 1.984 milhões e, no ano de 2002, foi da ordem de 4.136 milhões com uma taxa de 5,204% crescimento (BAHIA, 2003).

Outro indicador importante da evolução do fluxo turístico desse período é o movimento de aeronaves e de passageiros em aeroportos do Estado. No Polo Turístico Litoral Sul, o único aeroporto com contagem sistemática de tráfego é o de Ilhéus. Para esse aeroporto, a evolução do tráfego é significativa, passando de 112 mil passageiros em 1994 para 208 mil em 2001 (BAHIA, 1983).

Com relação aos investimentos realizados pelo PRODETUR /NE I na zona turística da Costa do Dendê, situada na Região Litoral Sul da Bahia, onde está localizada a APA das Ilhas Tinharé e Boipeba, área de estudo selecionada para execução desta pesquisa, o quadro de aplicação de recursos se repete: o setor de transportes foi beneficiado com uma maior quantia de US\$ 51.855 milhões; o setor de energia elétrica se destacou como o segundo segmento em recursos investidos com US\$ 11.650 milhões; logo em seguida, saneamento com US\$ 1.891 milhões.

Vale ressaltar que, para a preservação ambiental, foram destinados apenas recursos na ordem de US\$ 143 mil (BAHIA, 1983).

Na Ilha de Boipeba, esse crescimento também repercutiu, pois no ano de 1990 era de 1.000 e, no ano de 2005, aumentou para 2.100 turistas (Júlio Oliveira, ex-secretário de turismo de Cairu, 2013).

O crescimento da atividade turística durante a vigência do PRODETUR/NE I deve-se primeiro aos investimentos em infraestrutura de acesso e, depois, aos projetos de (re)qualificação urbana dos destinos turísticos.

Por isso, Cruz (2001) afirma que o PRORDETUR/NE é uma política urbana e que seu objetivo central é investir volumosos recursos financeiros em (re)qualificação urbana para atender ao fluxo de turistas e criar atratividade para as empresas de turismo para regiões com forte vocação natural e cultural. Silva (1966) afirma que existe uma necessidade de o turismo estabelecer uma relação espacial com a urbanização, considerando que esse processo é responsável por uma concentração diversificada de serviços e que essa agregação exerce efeitos sobre outras instâncias espaciais.

Essa agregação é peculiar de programas de desenvolvimento de turismo fundamentado em polos turísticos, como o PRODETUR/NE cuja finalidade é a concentração das empresas de turismo em determinados pontos (polos turísticos) para induzir o crescimento desta atividade e, depois, a sua expansão para outros pontos da região.

Contudo, quando a implementação dos programas ocorre sem a fiscalização e monitoramento dos recursos socioambientais do espaço, as transformações socioespaciais ocorrem.

3.5.3 Programa de desenvolvimento do turismo PRODETUR-NE/ II – segunda fase

De acordo com o BNB (2013) O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR /NE II) tem como objetivo dar continuidade ao processo de desenvolvimento do setor de turismo na região Nordeste do Brasil, iniciado com o PRODETUR/NE I.

A sua área de abrangência abrange os estados da Região Nordeste e ainda o nordeste dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, incluindo o vale do Jequitinhonha, através do financiamento dos investimentos necessários em ações no âmbito estadual e municipal voltadas para o desenvolvimento da capacidade de gestão, além da infra-estrutura, objetivando compatibilizar a disponibilidade de serviços públicos com o crescimento esperado do turismo, nas áreas de intervenção.

De acordo com informações oficiais (BAHIA, 2013, p.20), o marco conceitual desse programa é a incorporação de novos mecanismos com as seguintes características:

- Participação popular através dos Conselhos de Turismo e realização de audiências públicas para discussão dos projetos;
- Subcomponentes para fortalecimento institucional de municípios – voltados para o fortalecimento da capacidade de gerenciamento administrativo, fiscal, ambiental, cultural e de turismo;
- Subcomponentes para a capacitação profissional e empresarial – direcionados para a melhoria da qualidade dos serviços turísticos;
- Redução dos impactos ambientais negativos, ocorridos em função do planejamento municipal inadequado e da execução e supervisão de obras sem a devida atenção para a adoção de medidas que pudessem amenizar esses impactos.

Entre essas características, destacam-se a participação da sociedade local na gestão do programa e a redução dos impactos ambientais negativos oriundos da primeira fase do PRODETUR-NE:

Da avaliação dos resultados do referido programa, surgiram alguns aspectos os quais foram abordados como, por exemplo, a necessidade de redução dos impactos ambientais negativos, ocorridos em função do planejamento municipal inadequado e da execução e supervisão de obras sem a devida atenção para a adoção de medidas que pudessem amenizar esses impactos. (BNB, 2013, p.1).

Para atingir alcançar os resultados esperados o escopo do programa apresenta os seguintes objetivos (BNB, 2013, p.1):

Geral:

Melhorar a qualidade de vida da população que reside nos pólos turísticos situados nos Estados participantes do Programa.

Específicos:

- Promover o aumento das receitas provenientes da atividade turística;
- Melhorar a capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios;
- Assegurar o desenvolvimento turístico autosustentável e responsável nas áreas a serem beneficiadas pelo Programa;
- Melhorar a qualidade de vida das populações fixas dos municípios a serem beneficiados, por meio de incremento dos postos de trabalho e renda, aumento da acessibilidade da população aos serviços urbanos e melhoria da gestão municipal sobre o uso e ocupação do solo, o meio ambiente e o crescimento da atividade turística.
- Conferir sustentabilidade às ações realizadas no âmbito da primeira fase do PRODETUR/NE, antes de expandir a atuação para novas áreas turísticas.

Observa-se que, entre os objetivos específicos listados acima, se destaca a promoção do aumento das receitas provenientes da atividade turística como sendo o principal da lista e que atesta que o seu resultado final em primeiro plano é o crescimento da atividade turística.

Logo em seguida, vem o terceiro objetivo, que é assegurar o desenvolvimento do turismo autossustentável. Como dito anteriormente, o conceito de polo turístico ainda prevalece como modelo de desenvolvimento do turismo de forma equivocada e, na prática, ele favorece somente o crescimento do turismo na região.

Para alcançar esses objetivos, foram elaboradas as seguintes estratégias (BNB, 2013, p.1):

- Definição das áreas a serem beneficiadas pelas ações do Programa, com base no conceito de Polos Turísticos (espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares);
- Realização de planejamento participativo, integrado e sustentável para o desenvolvimento do turismo nos polos turísticos selecionados;

- Foco em ações visando o benefício da população local – desenvolvimento humano e social;
- Priorização de ações que visam à Mitigação de Passivos Ambientais, associados a alguns dos projetos do PRODETUR/NE I;
- Priorização de ações necessárias para Completar e Complementar os investimentos da primeira fase do Programa;
- Fortalecimento da gestão municipal.

Entre essas estratégias, destacam-se o conceito de polo turístico como unidade de planejamento regional do turismo e a participação da sociedade local. Ressalta-se que o conceito de polo está associado ao desenvolvimento do turismo e que fica explícita também, na segunda fase do PRODETUR-NE, a aplicação dos fundamentos da Teoria de Polos de Crescimento, que foi adaptada para Polos Turísticos.

Para implementar as estratégias e os objetivos do PRODETUR/NE II foram selecionadas áreas com vocação natural para o turismo, presença de recursos naturais e culturais, nos Estados de abrangência do programa e em parceria com os governos estaduais. Essas áreas recortes foram denominadas de Polos de Turismo, como mostra a Figura 8.

Figura 8 – Localização dos Polos Turísticos que fazem parte do PRODETUR / NE II



Pólos de Turismo

- Costa dos Corais - AL
- Descobrimento - BA
- Chapada Diamantina - BA
- Litoral Sul - BA
- Salvador e Entorno - BA
- Costa do Sol - CE
- Capixaba do Verde e das Águas - ES
- São Luís e Entorno - MA
- Vale do Jequitinhonha - MG
- Costa das Piscinas - PB
- Costa dos Arrecifes - PE
- Costa do Delta - PI
- Costa das Dunas - RN
- Costa dos Coqueirais - SE

Fonte: BNB (2013, p.1).

Ressalta-se que a criação desses polos privilegia os aspectos vinculados à função de especialização regional, no caso, o turismo. Essa especialização está relacionada com áreas com vocações naturais e culturais capazes de atraírem fluxos maciços de turistas.

O programa envolve aplicação de recursos da ordem de US\$96 milhões no Estado da Bahia, sendo US\$39 milhões provenientes de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e US\$ 56,5 milhões de contrapartida, distribuídos entre o Estado da Bahia e a União, com previsão de desembolso até junho de 2010 (BAHIA, 2013, p.1).

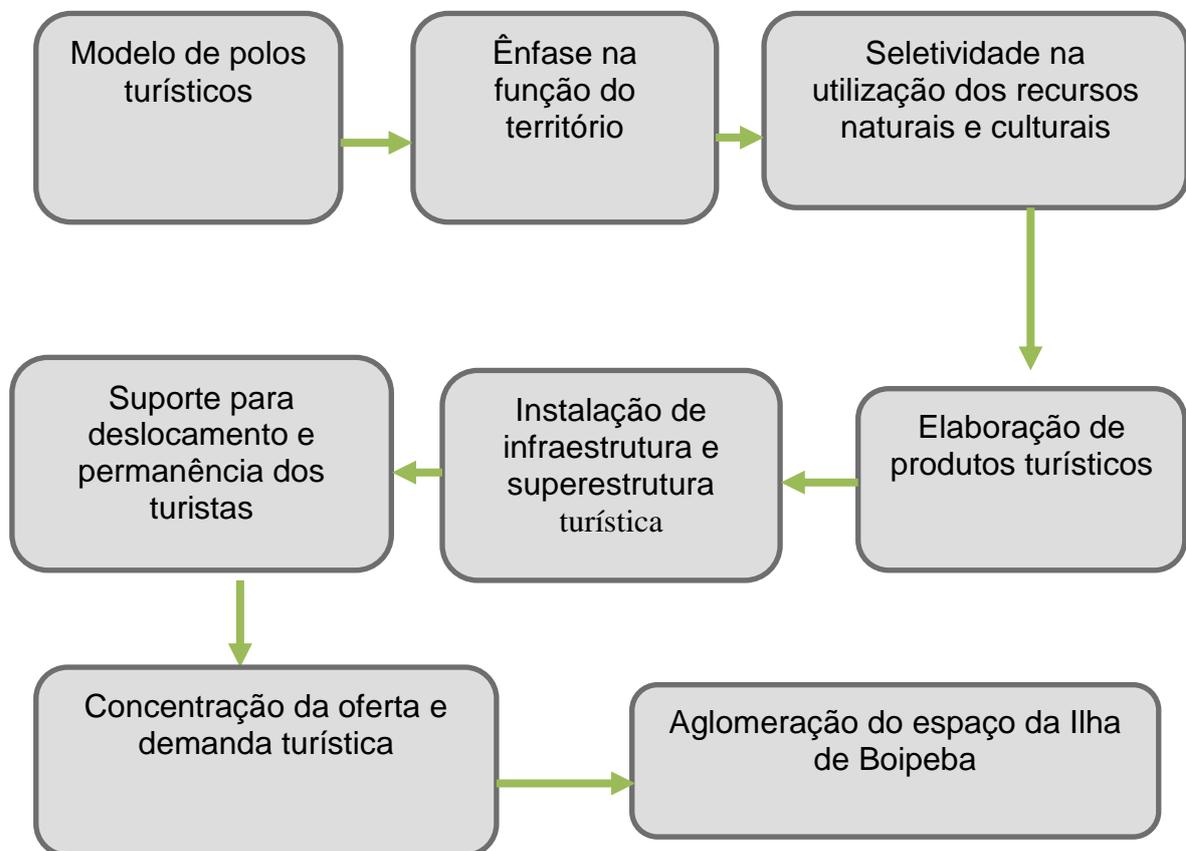
No Polo Turístico do Litoral Sul da Bahia, foram investidos os seguintes recursos financeiros: US\$ 49.012,63 mil na elaboração do Estudo Socioeconômico/Aterro/Coleta Seletiva na Península de Maraú; US\$ 250.000,00 mil elaboração do projeto de urbanização da orla de Morro de São Paulo; 103. 519.000, 00 mil na construção da rodovia Itacaré-Camamú (BAHIA, 2013, p.1).

No entanto, a Ilha de Boipeba não foi beneficiada com obras de infraestrutura e de serviços públicos por parte desse programa. Ressalta-se que a implementação de obras de infraestrutura, quando ocorre de forma não planejada e com as devidas precauções com a conservação e preservação dos recursos socioespaciais, acarreta transformações.

3.6 POLOS TURÍSTICOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

O modelo de desenvolvimento de Polos Turísticos causa transformações socioespaciais porque dá ênfase à função do território, ou seja, seleciona os recursos naturais e culturais pontuados no espaço como fatores motivacionais para gerarem fluxos turísticos. Tal seleção é responsável pela polarização ou aglomeração no espaço. A Figura 9, demonstra os processos envolvidos na aglomeração do espaço turístico.

Figura 9 – Processos envolvidos na aglomeração da atividade turística da Ilha de Boipeba



Fonte: Elaboração própria (2012).

Como demonstra a Figura 9, o modelo de Polos Turísticos, ao dar ênfase à função do território ou a sua especialização, utiliza os recursos naturais e culturais como matérias-primas para a elaboração de produtos turísticos.

Essa especialização ocorre porque o modelo de polos turísticos se caracteriza como práticas seletivas espaciais na organização e produção do espaço. Tais práticas estão direcionadas para a utilização dos recursos naturais e culturais.

Ainda de acordo com a Figura para que os produtos turísticos sejam consumidos pelos turistas nas localidades receptoras, faz-se necessária a instalação de infraestrutura e de serviços públicos básicos e de uma superestrutura turística para dar acesso e suporte à permanência dos turistas.

Porém, quando isso não ocorre de forma planejada, essas instalações se aglomeram em pontos específicos em decorrência da concentração da oferta e demanda turística próxima dos atrativos naturais e culturais.

Para Becker (1995), a utilização dos recursos em escala otimizada acontece porque o modelo de Polos Turísticos exerce efeitos atrativos sobre outras atividades do mesmo espaço econômico e geográfico e, assim, pressiona o uso dos recursos naturais e culturais, tendo como consequência a aglomeração da atividade turística.

Essa aglomeração foi evidenciada em vários países europeus em que esse modelo foi implementado também sem planejamento como constatado por Silva e Silva (2003) na costa atlântica da Região de Algarve em Portugal. Esses autores evidenciam a aglomeração de empresas de turismo próximo aos atrativos naturais e culturais para atender a fluxos de turistas crescentes.

No Brasil, segundo Chiapetti (2009), em localidades em que esse modelo foi implementado através do PRODETUR /NE I, como em Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe, transformações espaciais também ocorreram. A figura 10 retrata o crescimento urbano desordenado no Povoado de Porto de Galinhas no Estado de Pernambuco.

Figura 10 - Urbanização do povoado de Porto de Galinhas em Pernambuco



Fonte: Arquivo pessoal (2005).

Na Bahia, a FGV (2003) também constatou que, em Morro de São Paulo, Porto Seguro e Santa Cruz da Cabrália, ocorreram transformações socioespaciais após a implementação do PRODETUR /NE I, como aponta a Figura 11 o crescimento desordenado próximo ao estuário do Rio de Tiba na cidade de Cabrália.

Figura 11 – Crescimento urbano desordenado próximo ao estuário do Rio de Tiba em Santa Cruz da Cabrália-Bahia

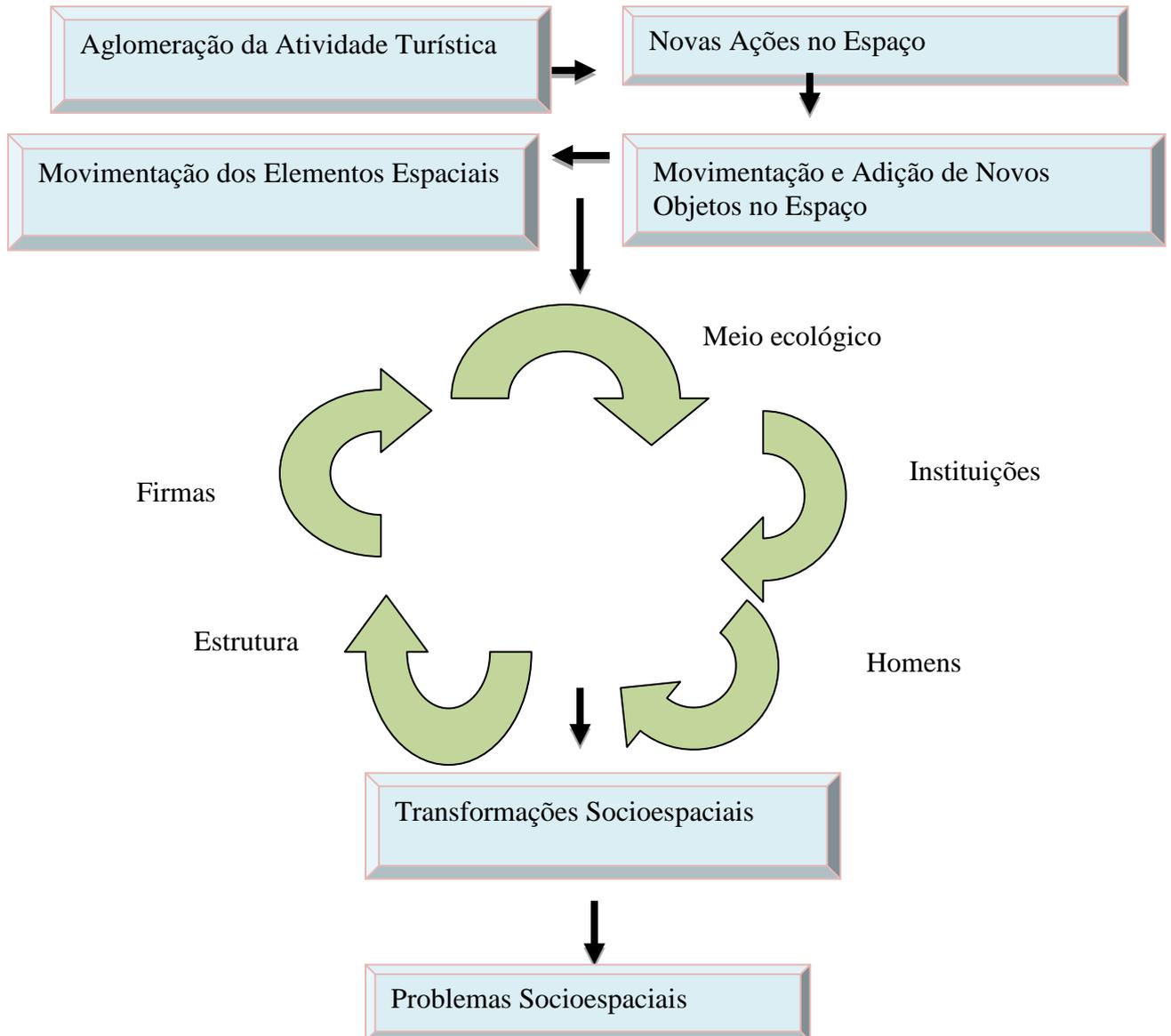


Fonte: Litoarte (1990).

Como retrata a Figura 11, após a implementação daquele programa, ocorreu crescimento urbano desordenado em direção ao estuário do Rio de Tiba, com repercussões negativas ao complexo estuarino desse rio.

As transformações socioespaciais ocorrem porque a aglomeração da atividade turística é responsável por novas ações sobre os espaços turísticos. Essas novas ações levam a problemas socioespaciais. A Figura 12 sintetiza os processos envolvidos no surgimento de problemas socioespaciais

Figura 12 – Esquema demonstrativo da aglomeração da atividade turística e o surgimento de problemas socioespaciais



Fonte: Adaptado de Santos (1985, p.6-7).

Como demonstra a Figura 12 novas ações adicionam e movimentam novos objetos no espaço, a exemplo de hotéis, pousadas, bares, restaurantes, rodovias, hidrovias, aeroportos, *piers* de atracação para desembarque de passageiros. Esses novos objetos põem em movimento os elementos espaciais, firmas, meio ecológico, homens e estrutura.

Rodrigues (1997) afirma que esse movimento é responsável também pelo surgimento de novas ações e pelo dinamismo espacial. Essa dinamicidade é devida ao aumento dos fluxos (novas ações) e fixos (novos objetos artificiais) e, com isso, provoca uma nova (re)organização espacial. Essa (re)organização põe em

movimento os elementos espaciais, o que leva outra vez a novas ações e, assim, recomeça um novo ciclo de transformações.

Portanto, essa dinamicidade apresenta relação direta com a sazonalidade do fluxo turístico, o que vai influenciar na intensidade dessas transformações.

Mathieson e Wall (1990) afirmam que a atividade turística é um fenômeno complexo e as suas repercussões socioespaciais estão relacionadas com a dinamicidade espacial do ato de viajar dos turistas.

Para esses autores, na análise dessas repercussões, devem-se levar em conta os seguintes componentes:

- um elemento dinâmico, que implica o ato de viajar dos turistas de um destino turístico ou destinos selecionados;
- um elemento estático, que implica a permanência do turista no destino. Neste caso, corresponde à infraestrutura e à superestrutura turística;
- um elemento consequente, resultante dos elementos anteriores e relacionado com os subsistemas econômicos, físicos e sociais com os quais os turistas estão em contato direta e indiretamente.

Por sua vez, Swarbrooke (2000) ressalta que a análise da relação entre o modelo de desenvolvimento de turismo e as transformações socioespaciais deve incluir também os seguintes fatores nas tomadas de decisão pelos agentes públicos para minimizar os custos sociais negativos:

- a força e a coerência da sociedade e de suas culturas locais;
- a natureza do turismo na localidade;
- o grau de desenvolvimento social e econômico da população local em relação aos turistas.

No entanto, Mathieson e Wall (1990) destacam ainda que as transformações socioespaciais repercutem de forma positiva ou negativa. Esses autores ainda ressaltam que essas repercussões são de natureza, econômica, social, cultural e ambiental e, quando associadas, acarretam problemas econômicos e socioambientais, como os descritos a seguir.

3.6.1 Problemas econômicos

Quando ocorre de forma não planejada, a atividade turística causa problemas econômicos negativos, em sua maioria, para as populações locais e ocasionando externalidades negativas. O Quadro 1 demonstra esses problemas.

Quadro 4 – Problemas econômicos decorrentes da atividade turística

Problemas Econômicos	Positivo	Negativo
Divisas e balanças de pagamentos	x	
Geração de renda e empregos	x	
Melhoramento das estruturas econômicas das localidades	x	
Estímulo a atividade empresarial	x	
Dependência do turismo local a investimentos externos		x
Dependência econômica da localidade ao turismo		x
Estímulo à inflação		x
Desarticulação dos sistemas produtivos locais		x
Especulação imobiliária		x
Tendência a importar		x
Temporalidade da atividade e baixas taxas de retorno de inversões		x
Criação de externalidades		x

Fonte: Adaptado pelo autor de Mathieson e Wall (1990, p.73).

De acordo com o Quadro 4, entre os problemas econômicos negativos, destaca-se a dependência do turismo local a investimentos externos. Vale salientar que essa característica é típica do modelo de Polos Turísticos.

Além disso, essa dependência determina o que produzir e as formas de como produzir porque as ordens são exógenas e determinadas pelos mercados turísticos globais.

Isso se torna relevante porque não ocorre o aproveitamento total dos recursos socioambientais em sua totalidade, uma vez que o modelo pautado em Polos Turísticos seleciona áreas ricas em recursos naturais e culturais para motivar fluxos turísticos com a finalidade de promover o crescimento do turismo em curto prazo em escalas otimizadas.

Para Casasola (1995), essa otimização é típica do modelo de Polos Turísticos, pois a sua finalidade é promover o turismo de massa, a exemplo do Modelo de Megaprojetos Cancún, que foi implementado em Cancún, Veracruz, Puerto Vallarta, Mazatlán e Acapulco no México.

Hills e Lundgren (1977) evidenciaram também que, nas Ilhas do Caribe, do Atlântico, do Pacífico e do Índico, que o modelo de turismo implementado nessas ilhas é também dependente de capitais externos, e a finalidade dos investimentos estrangeiros nesses ambientes insulares é promover o turismo de massa para obter rendimentos em curto prazo e sem aproveitar a totalidade dos recursos socioambientais para gerar renda e emprego.

A dependência da localidade ao turismo foi evidenciada por Taveira e Fonseca (2009) nos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe onde o PRODETUR/NE I foi implementado como indutor do desenvolvimento do turismo:

Em consonância com o modelo de desenvolvimento hegemônico e centralizador adotado pelo Poder Público do estado, em conformidade com os preceitos do neoliberalismo, as políticas públicas de turismo visam à atração do grande capital, sobretudo representado pelos investimentos externos na dinâmica do lugar. (TAVEIRA; FONSECA, 2009, p.8).

Outro problema econômico relevante é a desarticulação dos sistemas produtivos locais. A Unesco (1976) corrobora que esse problema é frequente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos porque as suas economias são instáveis e dependentes de capitais externos.

Entre os sistemas produtivos, a desestruturação da pesca artesanal nas comunidades litorâneas ocorre com mais frequência.

Na faixa litorânea do Brasil, nos Estados de São Paulo e Paraná, a desarticulação da pesca artesanal foi evidenciada por Diegues e Arruda (2001) e Telles e Gândara (2012) após a introdução do turismo de massa. Nos Estados nordestinos em que o PRODETUR/NE I foi implementado, essa desarticulação também ocorre.

Outro problema econômico significativo é a especulação imobiliária porque não só eleva os custos das propriedades locais, como também estimula os moradores a venderem as suas propriedades abaixo do preço, por não terem informações do valor real de mercado.

Após a venda, não conseguem mais adquirir outra propriedade com o mesmo valor, o que os obriga a migrarem para ocupar terrenos na periferia. Essa migração é responsável pelo surgimento de loteamentos clandestinos e de problemas espaciais. Além disso, esse problema leva à transformação de espaços rurais em urbanos com modificações nos mosaicos homogêneos da paisagem.

Porém, os problemas econômicos negativos, quando associados, induzem ao aparecimento de problemas socioculturais.

3.6.2 Problemas socioculturais

Os problemas socioculturais se tornam relevantes porque, nos estudos de análise espacial do turismo, carecem de pesquisas que os relacionem com os sistemas ambientais e econômicos.

Essa carência se justifica devido à dificuldade de aferir a subjetividade dos seres humanos.

Contudo, os problemas relacionados com a atividade turística devem ser analisados de acordo com a evolução temporal dos deslocamentos de fluxos turísticos em escalas de tempo.

Cohen (1984) assinala que a análise desses problemas deve ser feita observando-se os seguintes parâmetros:

- o **turista**: suas atitudes, conduta moral, estilos de vida, comportamentos e valores, que são determinantes na modificação do tecido social das comunidades locais;

- o **morador local**: corresponde aos habitantes fixos que prestam ou não serviços turísticos às empresas. A assimilação por parte desses novos valores, normas e estilos de vida leva a modificações da cultura local;

- **interação turista-morador**: no contato entre culturas diferentes, passam a prevalecer os traços da cultura dominante, neste caso, a do turista.

Quando esses parâmetros interagem, potencializam as repercussões socioculturais sobre o espaço das localidades receptoras turísticas, acarretando problemas positivos ou negativos. O Quadro 2 aponta esses problemas.

Quadro 5 – Problemas socioculturais decorrentes da atividade turística

Problemas Socioculturais	Positivo	Negativo

Efeito imitação – moradores locais imitam o estilo de vida e condutas dos turistas		x
Aumento nos índices de prostituição		x
Quebra da coesão comunitária		x
Assimilação dos traços culturais		x
Estímulo ao consumo de drogas		x
Perda da cultura tradicional local		x
Fortalecimento cultural	x	
Aumento dos laços de solidariedade entre os povos	x	
Valorização, preservação e conservação da cultural local	x	

Fonte: Adaptado de Mathieson e Wall (1990, p.177-200).

Como indica o Quadro 5, o turismo traz benefícios sociais, mas, em contrapartida, ocasiona também repercussões socioculturais negativas, em sua maioria, que se refletem principalmente na ruptura da coesão comunitária e perda da cultura tradicional local.

Com relação ao efeito imitação, repetição dos comportamentos e estilos de vida de outras culturas, isso decorre do contato frequente com os turistas. O efeito imitação foi constatado por Oliveira (2005); Souza e Vieira Filho (2011), ao realizarem pesquisas com populações receptoras locais quanto aos impactos negativos sobre as suas culturas causadas pela atividade turística.

O efeito imitação foi constatado por Oliveira (2005) e Souza e Vieira Filho (2011), ao realizarem pesquisas com populações receptoras locais quanto aos impactos negativos sobre as suas culturas causadas pela atividade turística.

No entanto, pesquisas realizadas por Telles e Gândara (2012) na Ilha do Mel, no Estado do Paraná, constataram também, entre os moradores locais, a perda da cultura tradicional:

Algumas manifestações culturais de gerações antecessoras praticamente sumiram, no período de cerca de duas décadas. A rusticidade e o modo de vida de antes não predomina mais nas famílias e na comunidade, e as atividades econômicas voltadas ao atendimento do turismo passa a determinar o modo de vida da população local. Boa parte dos habitantes tradicionais teve que atuar em tarefas menos rentáveis da economia ligada aos serviços turísticos, como opção economicamente viável. Os habitantes passaram a perder sua auto-estima. (TELLES; GÂNDARA, 2012, p.23).

Ressalta-se que, nas regiões abertas ao turismo, os problemas socioculturais na maioria dos casos já existem, mas a atividade turística os estimula, levando-as à ruptura cultural das populações tradicionais que habitam os destinos turísticos.

Todavia, essa ruptura é decorrente da perda dos traços culturais e incorporação de novos traços da cultura dominante do turista. Veloso Pires (2004, p.4) explica essa perda:

O turista, quando chega na região de destino, não se despe de sua referência cultural para incorporar a referência autóctone. Quando viaja, o turista leva consigo todos os seus hábitos e comportamentos de consumo para a região de destino, independente de qual seja a destinação escolhida.

A predominância da cultura do turista é também corroborada por Krippendorf (2001, p.68) quando analisa: “[...] mas nesta grande indústria que é o turismo, é evidente que prevalece a escala de valores da cultura dos turistas”.

Contudo, os problemas socioculturais são mais evidentes em localidades em que o turismo foi implementado sem as devidas preocupações com a gestão do espaço e dos recursos socioambientais.

Autores como Jones (1978), Loeb (1977), Noronha (1979), Cohen (1984) e Casasola (1995) constataram que os problemas socioculturais estimulam a prostituição, os conflitos e mudanças na organização da família em localidades turísticas em que o turismo foi introduzido. Esses autores ainda assinalam que esses problemas são frequentes em localidades em que a população não foi sensibilizada para os impactos negativos da atividade turística.

No entanto, Casasola (1995) afirma que, nas Penínsulas Ibérica, Itálica e Balcânica, que são banhadas pelo Mar Mediterrâneo, o crescimento rápido do turismo foi responsável pelo surgimento dos problemas socioculturais que afetaram os modos de vida e de comportamento dos seus habitantes.

No Brasil, em áreas protegidas habitadas por populações tradicionais, a exemplo do Parque Estadual da Ilha Anchieta, Parque Estadual de Ilhabela, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, cujos espaços foram abertos ao turismo ocorreu perda da coesão comunitária entre essas populações.

Na Bahia, Ramalho (2002) e Bonfim e Tupinambá (2011) evidenciaram que, nas populações tradicionais que habitam as localidades turísticas de Itacaré, Praia

atividade econômica e apresenta, nos últimos anos, o crescimento dessa atividade de forma acentuada.

Nesses ambientes, esse fenômeno é relevante, porque os ecossistemas que pontuam as ilhas são considerados críticos devido a sua fragilidade ecológica e também são habitados por espécies raras e sensíveis às ações antrópicas.

Ressalta-se também que essa fragilidade ocorre porque os ambientes insulares fazem interconexões entre os ambientes marinhos, fluviais e terrestres, o que justifica o endemismo de espécies e riqueza em diversidade biológica.

Esses problemas tomam uma dimensão maior quando, na unidade de conservação, inexistem políticas públicas direcionadas para o monitoramento da atividade turística com a finalidade de conservar os recursos socioambientais insulares. Os problemas ambientais decorrentes da atividade turística é demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 – Problemas ambientais decorrentes da atividade turística

Problemas Ambientais	Positivo	Negativo
Redução da cobertura vegetal		x
Tráfego intenso de veículos automotivos (barcos e lanchas) sobre os manguezais e dunas		x
Lançamento de esgotos domésticos não tratados nas praias, rios e estuários		x
Destinação final inadequada de resíduos sólidos		x
Pesca e caça predatória		x
Exaustão da diversidade biológica dos ecossistemas		x
Preservação e conservação dos recursos ambientais	x	

Fonte: Mathieson e Wall (1990, p.155-157).

Como demonstra o Quadro 12 a redução da cobertura vegetal, o lançamento de óleo nos recursos hídricos por veículos automotores (lanchas e barcos), o lançamento de esgotos domésticos não tratados nas praias e rios estuários, o assoreamento de rios e estuários, a destinação final inadequada de resíduos sólidos, a descaracterização da paisagem, são problemas ambientais relevantes

porque comprometem a diversidade biológica dos ecossistemas e, no caso específico deste estudo, os manguezais.

Além disso, a perda da diversidade biológica tem como consequência a perda da cultura tradicional e da pesca artesanal, que fazem parte do sistema sociocultural das comunidades litorâneas dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento nos países tropicais e subtropicais. Essas perdas tomam significância porque esse sistema está associado aos ecossistemas costeiros que pontuam a costa desses países.

Outros problemas ambientais, como a destruição da flora e da fauna, a alteração da qualidade da água e a poluição das praias, foram evidenciados pela WTO (1994) nos ambientes insulares de Malta (Sul do Continente Europeu); Galápagos (Equador); PhiPhi (Tailândia); Ilhas Gregas (Grécia); Ilhas Baleares (Espanha); Príncipe Eduardo (Canadá), e por Casasola (1995) em Mazatlán no México.

No Brasil, segundo Chiapett (2009), com a implantação do PRODETUR /NE I nos Estados nordestinos Alagoas, Ceará, Maranhão, Sergipe e Pernambuco, diversos problemas ambientais ocorreram como assoreamento de praias; pressão sobre os ecossistemas frágeis; crescimento urbano desordenado;

A Figura 14 aponta a erosão da praia de Canoa Quebrada no Estado do Ceará, após a implantação daquele programa.



Fonte: Arquivo pessoal (2002).

A Figura acima retrata a erosão da praia de Canoa Quebrada em decorrência da construção de instalações inadequadas nesta localidade após a implementação daquele programa. Essas instalações foram responsáveis pela impermeabilização excessiva do solo, o que não facilitou a drenagem das águas pluviais.

Outros problemas de ordem ambiental relevante são a circulação de carros motorizados e a visitação excessiva pelos turistas sobre as dunas. Esse problema torna-se significativo porque esse ecossistema nas regiões costeiras tem funções ecológicas essenciais, como a formação e estabilização de lagoas, a proteção dos núcleos urbanos contra o excesso de ventos e areia, e também por possuir uma diversidade de animais que são próprios desse ambiente, como coelhos e roedores.

Na Bahia, a FGV (2003) e Sá & Associados (2006) também constataram, após a implementação do PRODETUR /NE I, diversos problemas ambientais em Morro de São Paulo, Ilha de Boipeba, Gamboa, Grarapuá e Barra Grande, destinos turísticos que fazem parte do Polo Litoral Sul da Bahia.

Lima (2003) afirma que os problemas são decorrentes da concentração de atividades turísticas próximas aos recursos naturais e culturais, que geralmente levam também a conflitos de uso do espaço.

Esses conflitos comprometem a continuidade da diversidade cultural das populações tradicionais que habitam ao longo da faixa costeira brasileira e que, ao

longo dos séculos, ainda vêm mantendo uma relação harmônica com os recursos naturais dos ecossistemas.

Butler (1974) constatou também que o turismo praticado nas Ilhas Galápagos, localizadas no Equador, traz vários benefícios econômicos, como geração de renda e emprego, mas, em contrapartida, os impactos ambientais negativos prevalecem em sua maioria, a exemplo da poluição aquática dos ecossistemas costeiros dessa ilha, que leva a perdas irreversíveis da fauna e da flora e estão associados com a ausência de monitoramento e fiscalização por parte do poder público.

Portanto, a compreensão da relação entre a atividade turística requer uma descrição e análise da formação do espaço turístico. A gênese dessa formação será descrita no próximo capítulo.

4 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ASPECTOS CULTURAIS E SUAS RELAÇÕES COM A ATIVIDADE TURÍSTICA

A inclusão da população tradicional que habita o espaço da Ilha de Boipeba na análise de sua estrutura espacial se justifica porque corresponde ao elemento-chave homens ou sociedade e, no espaço, confere a sua concretude ou realidade objetiva através de suas práticas sociais.

Essa realidade se materializa porque ela imprime aos outros elementos espaciais, firmas, meio ecológico, infraestrutura, superestrutura, instituições, os seus valores, as suas normas de conduta, os seus hábitos e costumes, como demonstra a Figura 15.

Figura 15 – Processos de formação do espaço como produto social pelas populações tradicionais da Ilha de Boipeba



Fonte: Adaptado de Santos (1985, p.49).

De acordo com a Figura 15, a materialidade confere o *status* de produto social ao espaço.

A inclusão destas populações se justifica também porque quando modifica as normas de condutas, valores, hábitos e costumes o espaço também muda. Santos (1985) afirma que sempre que a sociedade (totalidade social) passa por processos de mudanças, as formas ou os objetos geográficos (tanto novos como os velhos) assumem novas funções e a configuração espacial também muda. “Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinado valores às formas”. (SANTOS, 1985, p.49).

Contudo, o produto social do espaço é decorrente da diversidade cultural da população que habita a Ilha de Boipeba e que foi elaborada ao longo dos séculos em consonância com os recursos naturais do meio ecológico que habitam, em particular, os manguezais.

Para tal fim, a simbologia da diversidade cultural da população tradicional que habita a Ilha de Boipeba é inserida na elaboração de produtos turísticos. Tais símbolos correspondem: aos estilos de vida; aos artefatos materiais (apetrechos de pescas, canoas, remos); aos artefatos imateriais (a linguagem, a arte, a religião, a culinária), como aponta a Figura 16.

Figura 16 – Grupo de capoeira se apresentando para turista na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Portanto, a inserção dessas populações na análise espacial se torna relevante porque, com os seus modos de pensar e agir, determinam os meios e as formas de produzir e transformar o espaço da Ilha de Boipeba.

Contudo, esse modo de agir é determinado por forças internas e externas. As internas correspondem às necessidades de subsistência da vida cotidiana, como a prática da pesca artesanal e os sistemas tradicionais de cultivo de feijão, mandioca e milho. Essas forças internas são determinadas pela sua cultura.

Por outro lado, as forças externas são exercidas de acordo com as necessidades dos mercados globais. Autores como Moran (1994), Marcílio (1986), Ribeiro (2000) e Sanches (2004) concordam que os mercados interferem na dinâmica da cultura das populações tradicionais.

Os ciclos econômicos ditados pelos mercados globais interferem na cultura dessas populações porque cada um dita os meios, os modos e as normas de como produzir. Estudos realizados por Castro (1967), Wolf (1970), Freyre (1973, 1999), Britto e Vianna (1992), Diegues (1993, 1994), relacionam a ocorrência de modificações na cultura das populações tradicionais aos ciclos econômicos a que foram submetidas.

Isso se confirma porque, ao longo dos séculos, a população da Ilha de Boipeba foi submetida a vários ciclos econômicos: do pau-brasil; da cana-de-açúcar; do dendê; do cacau e agora o do turismo. No entanto, esses ciclos provocaram modificações na sua cultura, a exemplo de perdas de técnicas artesanais de pesca, como evidenciado pelas narrativas dos pescadores artesanais daquela localidade.

Como atesta o Sr. Afonso Dias:

Quando o peixe era abundante aqui em Boipeba se pratica muito a pesca com grosseira e camboa. Hoje estas artes não existem aqui na ilha. (AFONSO DIAS, ex-pescador artesanal, entrevista direta, 2010).

Ressalta-se que, em estudos que abordam a relação existente entre o desenvolvimento regional e suas repercussões espaciais, a inclusão da sociedade se torna significativa porque o espaço regional não é um sistema fechado, mas dinâmico, e este dinamismo é resultado das ações humanas.

Logo, compreender como essa população elabora a sua cultura é primordial para o entendimento das transformações socioespaciais que ocorrem naquela localidade.

Porém, é necessário, primeiro, definir uma base conceitual do que seja população tradicional para que fiquem nítidas a sua interface com a atividade turística e as transformações socioespaciais.

4.1 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: CARACTERÍSTICAS E CONCEITOS

São consideradas populações tradicionais (não-indígenas), caiçaras, caipiras, campeiros, babaqueiros, jangadeiros, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos amazônicos, porque, ao longo dos séculos, estabeleceram uma relação de dependência com os recursos naturais de diversos ecossistemas para a sua sobrevivência. Para tal fim, utilizaram técnicas simples para apreensão desses recursos.

Antunes (2008) observa que a Lei nº 9.985, de 8 de julho de 2000, define população tradicional tendo como parâmetro as suas relações estabelecidas com as florestas:

[...] como aquelas que, em princípio, encontram seus habitats em florestas nacionais, reservas extrativistas e reservas do desenvolvimento sustentável, ou seja, grupos que são conhecidos como povos da floresta, caiçara ou outros que reconhecidamente, tenham uma forma peculiar e características, distinguindo-os da comunidade nacional. (ANTUNES, 2008, p. 457).

Esse conceito associa as populações tradicionais a povos que têm como particularidade os seus modos de vida ligados às florestas, sem considerar os seus modos de produção como tradicionais.

Para Rueda (1999), não existe “população tradicional” emoldurada e estereotipada num único conceito; o que existe são populações que, por causa de algumas características comuns, são tidas como “tradicionais”, embora tais pontos comuns não sejam idênticos quantitativa e qualitativamente.

Portanto, as diferenças são reais e totalmente justificadas não pelo meio em que essas populações vivem, mas, especialmente, pelo sistema de produção e pelo modo de vida que elas levam. Essas diferenças dependem também do grau de interação com os outros grupos.

Logo, o mais correto é associar o conceito de população tradicional à repetição dos seus modos de vida tradicional.

Então, para ser considerada como população tradicional, deve ter os atributos acima listados, característicos do modo de vida tradicional, que façam distinção de uma população urbana.

Diegues e Arruda (2001, p.39-41) afirmam que as populações tradicionais se caracterizam:

- pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
- pela reduzida acumulação de capital;
- pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio, para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, com a pesca e atividades extrativistas;
- pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente;
- por haver uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, que o produtor e sua família dominam até o produto final;
- pelo fraco poder político que, em geral, reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e,
- pela autoidentificação ou identificação por outros de pertencerem a uma cultura distinta.

Entender a origem do núcleo central da formação das populações tradicionais e de seus conhecimentos tradicionais é importante para compreender como essas populações, ao longo dos séculos, conservaram a diversidade biológica de diversos ecossistemas brasileiros.

4.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ORIGEM E FORMAÇÃO

Populações tradicionais que habitam os diversos ecossistemas brasileiros têm o seu núcleo original de formação na cultura indígena. Leff (2004) assinala que o

legado cultural dos povos indígenas aparece como um recurso indissociável de seu patrimônio de recursos naturais, pelo vínculo que historicamente têm estabelecido com o seu entorno, através das práticas produtivas, o que influenciou na formação de diversas culturas.

Esse legado foi utilizado pelos índios que habitavam a costa brasileira para sobreviver. Para tal fim, disputavam os melhores ecossistemas ricos em diversidade biológica, entre eles, o manguezal. Ao longo dos séculos, elaboraram estratégias e possibilidades para utilizar a diversidade biológica desses ecossistemas e, assim, a Natureza foi o substrato que possibilitou a evolução contínua de suas culturas. Como atesta Arruda (1997, p.263):

A colonização do Brasil empreendida pelos portugueses a partir do século XVI plasmou entre a população rural um modelo sócio-cultural de adaptação ao meio que, malgrado suas diferenças regionais e as que se podem detectar ao longo do tempo, apresenta características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas do país. Esse modelo sócio-cultural de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais deve a maior parte de suas características às influências das populações indígenas e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país.

No período colonial, os povos aqui chegados (portugueses e africanos negros) fundiram-se com a cultura indígena e formaram novas etnias e novas culturas, cada qual contribuindo com seus traços, que se inter-relacionaram, formando uma rica diversidade étnica.

De acordo com Mello (1999), no período colonial, três correntes humanas contribuíram para essa heterogeneidade étnica: o índio, o negro e o português; e cada uma dessas etnias também já apresentava um grau de complexidade cultural bem desenvolvido.

O significado dessa complexidade na formação étnica do brasileiro é descrita na obra seminal de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala*. De acordo com Freyre (1999, p. 89- 290), cada etnia contribui para a gestação de uma nova etnia com os seus traços culturais:

– a **indígena**: matriz principal porque os primeiros índios, os Tupis, que habitavam o litoral brasileiro, elaboram artefatos de pescas (canoa de um só pau, remos, jequi, gererê, munzuá), que eram utilizados em diversas práticas de pesca artesanal como

a pesca de camboa e a pesca com jequi. Cultivaram mandioca, milho, inhame, batata e feijão. Na alimentação, deixaram um legado, ao prepararem caldos com pimenta e, com a farinha de mandioca, elaboravam farofa e beijus;

– a **negra**: no regime alimentar brasileiro, a contribuição da cultura africana firmou-se principalmente pela introdução do azeite de dendê, da pimenta malagueta, do quiabo e pelo maior uso da banana. Alguns pratos mais característicos da culinária brasileira são de técnica africana, como a farofa e o vatapá.

– a **branca**: é tida como a matriz secundária porque o colono português introduziu, no Brasil, a criação de bovinos, a cultura de cereais, como o trigo, o consumo de gorduras de origem animal, técnicas avançadas de cultivo de cana-de-açúcar e introdução do azeite de oliva (“azeite doce”) na culinária brasileira. Esse colono modificou também, de forma significativa, a cultura indígena com os seus hábitos, linguagem e modo de ser.

Portanto, a fusão dessas etnias foi responsável pelo surgimento de uma nova cultura denominada de crioula. Ribeiro (2000), a respeito dessa cultura, observa que, no plano étnico-cultural, ela se forma pela gestação de várias etnias (índia, negra e branca) e se foi consolidando através da língua e dos costumes.

Essa consolidação é a origem dos tijolos ou matrizes da nova sociedade brasileira. Para Ribeiro (2000), era o brasileiro que surgia com a sua feição crioula.

A feição da cultura crioula, o jeito, o modo e a maneira de ser, em consonância com as particularidades ecológicas de cada região do Brasil, elaboraram diversos sistemas produtivos e assim se ramificou, originando vários núcleos ou variantes dessa cultura.

Conforme Ribeiro (2000), a área cultural crioula, embora assentada na economia açucareira, abrangia várias atividades que se complementavam com outras formas de produção e especializações produtivas que se diversificaram, dando origem a outros núcleos culturais ou variantes daquela cultura. Como é o caso dos núcleos litorâneos de pescadores, de jangadeiros nordestinos, de salineiros e das subáreas de cultivo de cacau, todas variantes da cultura crioula.

Essas populações, hoje, são representadas pelos caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, pescadores artesanais e outras variantes. Não têm registro de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de

moradia como uma parcela individual; sendo o restante do território delimitado como área de uso comunitário, regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente e tendo o conhecimento tradicional como mediador.

Esse conhecimento tradicional permitiu o uso diversificado de vários ecossistemas brasileiros, o que justifica, hoje, a existência de populações tradicionais extrativistas de seringais, piaçava, cupuaçu, castanha, babaçu, mangaba, além de caçadores e pescadores artesanais.

No caso específico da população tradicional que habita a ilha de Boipeba, diversos traços culturais ou padrões culturais da cultura indígena e negra africana ainda persistem nessas populações, como mostra a Figura 17.

Figura 17 – Canoa de um só pau de origem indígena, que é utilizada pelos pescadores artesanais da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2011).

Esta canoa representa o principal meio de locomoção dos pescadores para a prática da pesca artesanal nos manguezais da Ilha de Boipeba.

É a existência das populações tradicionais produtoras e detentoras desses conhecimentos é que vem assegurando, até o presente momento, a conservação da diversidade biológica de vários ecossistemas brasileiros, entre eles, os manguezais.

Ademais, conceituar, cultura, diversidades biológica e cultural é relevante para compreender como estas populações produzem cultura para se relacionar com o meio ambiente.

4.3 CONCEITOS DE CULTURA, DIVERSIDADES BIOLÓGICA E CULTURAL

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), no seu artigo 2º, define diversidade biológica como sendo:

A variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e ecossistemas. (ONU, 2011, p.2).

O conceito de diversidade biológica descrito acima é abrangente e complexo, pois não só trata de variedades de espécies dos ecossistemas, mas de variedades inter e intraespecíficas, mas também restringe a diversidade biológica dentro dos preceitos do campo biológico e não envolve a cultura.

Para Diegues e Arruda (2001), essa variabilidade é entendida apenas como produto da natureza, sem a intervenção humana. Esses autores assinalam também que a biodiversidade, em muitos casos, não é apenas um produto natural, mas, em muitos casos, um produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular das sociedades tradicionais não-industriais.

No entanto, a diversificação das ações humanas sobre os recursos naturais dá origem à diversidade cultural. Em tal diversidade, está inserida a simbologia dos sujeitos. Diegues e Arruda (2001) acrescentam:

É uma construção cultural e social [...] as espécies vegetais e animais são objeto de conhecimento, domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais [...] (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.17).

Entretanto é necessário que sejam inseridas as práticas milenares humanas de domesticação das espécies biológicas no conceito de diversidade biológica.

Por isso, Albagli (1998) ressalta que o conceito de diversidade biológica não se deve restringir somente ao mundo natural; o Homem, também com a sua cultura, faz parte da diversidade planetária e acrescenta:

Cada vez mais a diversidade cultural humana – língua, crenças e religiões, práticas de manejo do solo, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos – é interpretada como sendo um componente significativo da biodiversidade, consideradas as recíprocas influências entre o ambiente e as culturas humanas. Desse modo, o conceito de biodiversidade vem sendo ampliado para o de sociobiodiversidade. (ALBAGLI, 1998, p.63).

Portanto, a sociobiodiversidade está relacionada com as práticas milenares

dos homens exercidas em função dos recursos naturais dos ecossistemas terrestres. Posey (1987), Gómez-Pompa (1971) e Klaus (1992) afirmam que o conceito de diversidade biológica não é apenas relativo à diversidade de inúmeras espécies, mas também ao resultado das práticas, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais na apreensão da diversidade biológica de vários ecossistemas terrestres.

Para esses autores, a cultura foi o instrumento de mediação, ficando, então, evidente que o conceito de diversidade biológica está incorporado ao de cultura.

Conforme Laraia (2001), a palavra cultura apareceu, pela primeira vez, no século XVIII, como *kulture* (em dicionário alemão), significando todos os aspectos espirituais de uma comunidade; enquanto a palavra francesa *civilization* referia-se, principalmente, às realizações materiais de um povo.

Essas materializações remetem ao ato de produzir de um povo, os seus artefatos materiais e imateriais, ou seja, a sua cultura.

O primeiro conceito sistematizado de cultura surgiu no ano de 1871, na Inglaterra, pelo antropólogo britânico Edward B. Taylor (1832-1917), ao afirmar que cultura é todo um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, religião, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Essa definição serviu de base para o conceito de cultura utilizado por vários antropólogos. Marconi e Presotto (2001), citando Kroeber e Kluckhorn (1952), ressaltam que estes autores contribuíram para a formulação do conceito de cultura, ao estabelecer que as práticas sociais dos homens apresentam dependência do meio ambiente e que, ao conceito de cultura, se devem incorporar os seguintes aspectos:

– primeiro: o homem age de acordo com os seus padrões culturais; a cultura é um meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos;

– segundo: em vez de modificar o seu aparato biológico, o homem modificou o seu equipamento superorgânico, isto é, a cultura; e, por isso, ele foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar os aspectos naturais da Terra.

Marconi e Presotto (2001) ainda concordam que a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores, e

este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo.

Outros conceitos e características de cultura foram elaborados por vários autores na literatura mundial, seguindo uma ordem cronológica.

No ano de 1930, Franz Boas define cultura como uma totalidade de atividades físicas, mentais e comportamentais que caracterizam os indivíduos.

O termo totalidade se refere à soma dos fatos sociais que são utilizados por uma sociedade na sua organização social, e esse conceito foi elaborado por White (1978), que a ele incorporou a repetição de padrões sociais.

Laraia (2001), ao formular o seu conceito de cultura, incorpora também os padrões de comportamento socialmente transmitidos.

A incorporação desses comportamentos é essencial para definir o que seja cultura porque eles remetem a um conjunto de atitudes, reações e costumes dos indivíduos em face do meio social.

Este ambiente social representa um conjunto de teias sociais elaboradas pelos homens, tendo a sua cultura como instrumento de mediação. Geertz (1973) afirma que o homem é um animal amarrado às teias de significados que ele mesmo teceu, e sua cultura é formada por essas teias. Porém, essas teias são importantes na determinação dos elementos materiais e imateriais da cultura.

Conforme Marconi e Presotto (2001, p.45), os elementos que fazem parte da cultura são:

- **intraorgânicos**: dentro de organismos humanos (conceitos, crenças, emoções, atitudes);
- **interorgânicos**: dentro de processos de interação social entre os seres humanos;
- **extraorgânicos**: dentro de objetos materiais (machados, fábricas, ferrovias, vasos de cerâmica) situados fora de organismos humanos, mas dentro de padrões de interação social entre eles; a essência da cultura está nas ideias, abstrações, comportamentos, conhecimentos, crenças, valores, normas e símbolos.

Ressalta-se que essa interação social está relacionada com a presença dos recursos naturais dos ecossistemas em que os homens habitam. Quanto mais diverso um ecossistema, maior a diversidade cultural dos homens.

Estudos realizados por Gómez-Pompa (1971) confirmam a existência de uma íntima relação a utilização dos recursos naturais das florestas tropicais e as práticas tradicionais das populações que habitam o seu entorno, sendo que a perda de uma

interfere na outra.

Para Antunes (2008), a perda da diversidade biológica está associada também à perda da diversidade cultural, e acrescenta:

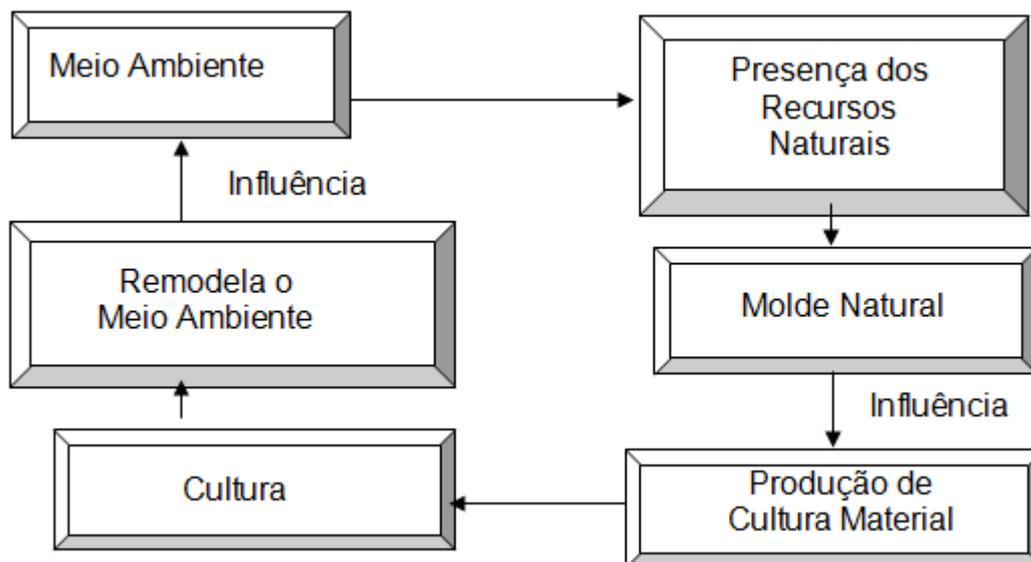
Um aspecto da perda da diversidade biológica que não tem merecido a nossa atenção da comunidade internacional é o que diz respeito à perda da diversidade biológica e cultural entre os diferentes povos, em especial das chamadas populações indígenas e comunidades locais [...] a perda da diversidade biológica, em minha opinião, deve ser encarada sob duplice aspecto: perda de diversidade de flora e fauna e perda de diversidade cultural. (ANTUNES, 2008, p.329-330).

A relação íntima entre essas duas diversidades foi mediada pelas populações tradicionais e serviu para o uso sustentável de vários recursos naturais de diversos ecossistemas brasileiros.

4.4 POPULAÇÕES TRADICIONAIS COMO PRODUTORAS DE CULTURA MATERIAL E IMATERIAL

O homem se distingue das outras espécies biológicas pela capacidade de elaborar cultura material e imaterial, como mostra a Figura 18.

Figura 18 – Produção de cultura material e imaterial pelas populações tradicionais



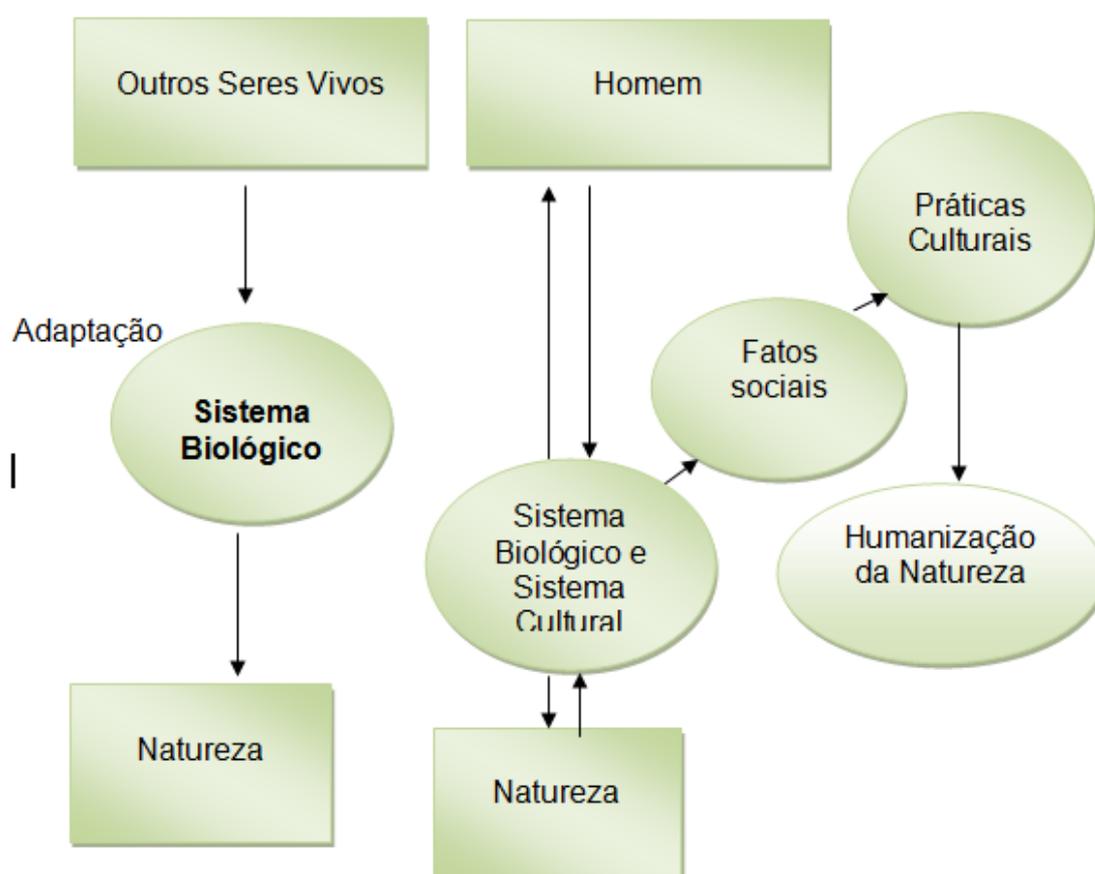
Fonte: Elaboração própria (2102).

Como mostra a Figura 18, ocorre uma relação de reciprocidade entre cultura e meio ambiente. No entanto, a presença de recursos naturais serve de moldes e influencia no desenvolvimento da cultura pelas populações tradicionais. Por sua vez, a cultura remodela o meio ambiente. Arruda (1997), Freyre (1999), Diegues (2000) e

Leff (2004) corroboram a visão de que a produção de cultura material e imaterial das populações tradicionais está na dependência da presença dos recursos naturais do meio ambiente

Vale ressaltar que o meio ambiente não é fator determinante, mas ele permite que as populações tradicionais criem possibilidades e estratégias para elaborar cultura. Para isso, dispõem, simultaneamente, de um sistema biológico e um sistema cultural. Através do seu sistema cultural, produz cultura, transformando os fatos sociais em práticas culturais, como demonstra a Figura 19 a seguir.

Figura 19 – Humanização da Natureza pelo homem através da cultura



Fonte: Elaboração própria (2012).

As práticas culturais permitem aos homens humanizar a Natureza e tornar nítida a dependência entre cultura e meio ambiente.

Para Kaplan e Manners (1975), o homem é um produto da evolução biológica, mas um produto inteiramente único – único porque ele vem relacionar-se com o seu ambiente, por modos que diferem profundamente daqueles de todas as espécies

infra-humanas. No nível infra-humano, muitas espécies adaptam-se, em parte, ao seu ambiente total, através de um processo de aprendizado infraespecífico e não cumulativo.

Segundo ainda esses autores, o homem, ao adaptar-se ao seu ambiente tal como ele é, cria, cada vez mais, estratégias e possibilidades de modificar e adaptar a si mesmo e a esse ambiente. E o artifício mediador desse processo é o que chamamos de cultura – o mecanismo primário através do qual o homem começa adaptando-se e termina controlando o seu ambiente.

Pesquisas realizadas por Moran (1991), Roosevelt (1991) e Furtado (1993) com populações tradicionais que habitam os rios amazônicos, comprovam a utilização de estratégias para sobreviver ao meio ambiente. No entanto, Sanches (2004), realizando pesquisas com a população tradicional que habita a estação ecológica da Juréia-Itatins no Estado de São Paulo, constatou que as estratégias utilizadas para sobreviver ao meio ambiente são:

- herança e transmissão do conhecimento através de gerações, a partir de experiências prévias e de observação detalhada sobre os fenômenos naturais e as características biológicas e ecológicas de cada espécie;
- o custo-benefício e o tempo alocado de forma otimizada em cada atividade, considerando os fatores socioeconômicos no tempo e no espaço;
- o respeito aos calendários ecológicos que regulam a intensidade dessas atividades;
- a influência dos aspectos simbólicos – tabus alimentares, crenças e mitos;
- a confecção de tecnologias específicas e adaptadas às condições locais.

Não restam dúvidas de que, cada vez mais, o ambiente se tornou um ambiente cultural, de tal modo que quaisquer que sejam as mudanças biológicas que possam ocorrer na espécie, a direção da causação parece ser mais da cultura para a biologia, em vez de outra forma contrária (KAPLAN; MANNERS, 1975).

A dependência entre cultura e meio ambiente é evidenciada também por Scherer (2011) em populações tradicionais que habitam os rios amazônicos:

O modo de vida desses grupos humanos – chamados também de Povos das Águas, está condicionado ao ciclo da natureza, pois o fenômeno da enchente e da vazante regula em grande parte o

cotidiano ribeirinho, de tal modo que o mundo do trabalho obedece ao ciclo sazonal quando desenvolvem as atividades de extrativismo vegetal, agricultura, pesca e caça. Na época da enchente dos rios a cultura da roça, o cultivo da agricultura, para subsistência bem como a pesca e a caça, ficam em grande parte comprometidos. (SCHERER, 2011, p. 2).

Fica evidente a relação existente entre a cultura dessas populações e a dependência do meio ambiente.

No entanto, a repetição de suas práticas culturais é que permite que a população da Ilha de Boipeba elabore os seus sistemas socioambientais, como mostram as Figuras 20, 21 e 22:

Figura 20 – Processos envolvidos na produção dos sistemas socioambientais pela população tradicional da Ilha de Boipeba

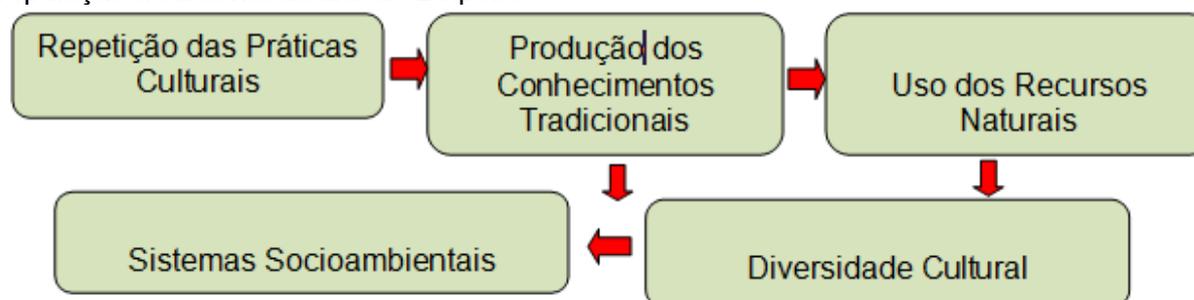


Figura 21 – Artesanato confeccionado pela população tradicional da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Figura 22 – Técnica de limpar o peixe praticada pelo pescador artesanal da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Os sistemas socioambientais se tornam relevantes porque permitem que a população elabore os seus conhecimentos tradicionais, como mostrados nas Figuras 21 e 22 acima.

São esses conhecimentos que asseguram o uso dos recursos naturais. Por conseguinte, o uso desses recursos é responsável pela diversidade cultural dessas populações. Neste caso, a cultura é a mediadora na produção dos sistemas socioambientais dessas populações.

Diversos autores, como Diegues (1994), Colchester (2000), Descola (2000), Ramos Ramalho (2002) e Oliveira (2005) evidenciaram também essa mediação.

Portanto, a produção da cultura material e imaterial pelas populações tradicionais, em consonância com a diversidade biológica dos ecossistemas, se torna relevante no uso sustentável dessa diversidade.

4.5 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O USO SUSTENTAVEL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA DOS ECOSISTEMAS

Ao longo dos séculos, as populações tradicionais, através de sua diversidade cultural, elaboraram artefatos de baixo consumo de energia e técnicas simples de manejo que lhes permitiram o uso dos recursos naturais de diversos ecossistemas, causando baixo impacto negativo.

De acordo com Diegues (1994), as populações tradicionais são povos que vivem em simbiose com os ecossistemas porque, ao longo do tempo, criaram estratégias e possibilidades de uso sustentável dos seus recursos naturais de forma não conflitiva, pois retiravam somente o necessário para sua sobrevivência.

Por isso, essas populações mantiveram e ainda mantêm uma relação não conflitiva com a Natureza, beneficiando-a sempre, justificando que, mesmo se apropriando dos recursos naturais, grande parte dos territórios brasileiros ainda habitados por essas populações se constitua ainda como ilhas isoladas de diversidade biológica e cultural.

Fica evidente que a associação entre cultura e desenvolvimento é essencial. Cuéllar (1997) considera que ela é um fator determinante, senão a própria essência, do desenvolvimento, pois, por meio da cultura, as populações tradicionais mediam, através de suas atitudes e estilos de vida, os modos de gestão dos recursos não renováveis.

Portanto, não se pode dissociar o conceito de cultura de desenvolvimento porque:

O desenvolvimento divorciado de seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma. O desenvolvimento econômico, em sua plena realização, constitui parte da cultura de um povo [...] a cultura, em seu sentido mais específico de valores, símbolos, rituais e instituições sociais, afeta as decisões e os resultados econômicos. (CUÉLLAR, 1997, p.21-23).

Ressalta-se que a mediação entre cultura e meio ambiente é feita pelas práticas tradicionais de manejo exercidas por diversas populações tradicionais que habitam o entorno das florestas tropicais no Brasil.

Esse manejo é que ainda assegura a permanência da diversidade biológica dessas florestas com fontes de renda e empregos.

Para Arruda (2000), tornou-se evidente que as populações “tradicionais”, de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, pescadores artesanais, mas principalmente as sociedades indígenas, desenvolveram, mediante observação e experimentação, um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais.

Contudo, a manutenção do conhecimento adquirido pelas populações tradicionais depende também da permanência dos recursos naturais dos ecossistemas e, em particular, dos manguezais que pontuam a Ilha de Boipeba.

O que justifica a necessidade a existência de um sistema ancestral de coexistência sustentável entre os homens e os recursos naturais dos ecossistemas.

Para Leff (2000, p.113):

As práticas produtivas de cada formação social, fundadas na simbolização de seu ambiente, nas suas crenças religiosas e no significado social dos recursos, geraram diversas formas de percepção e apropriação, regras sociais de acesso, práticas de manejo dos ecossistemas e padrões culturais de uso e consumo dos recursos. Assim, foi-se configurando uma “ideologia agrícola tradicional”, desenvolvida através de estratégias baseadas no uso múltiplo de “ecossistema-recurso”.

Esse “ecossistema-recurso as sociedades e seus ambientes naturais, que permitiu um equilíbrio entre ambos.

Por isso, essas práticas asseguram também a reprodução social de dessas populações. Colchester (2000) observa que as comunidades tradicionais desenvolveram formas de vida marcadamente sintonizadas com seu ambiente local e que muitos *habitats* ocupados por essas comunidades são menos modificados e degradados que as áreas adjacentes.

Fica patente que a associação estabelecida entre as populações tradicionais e os seus conhecimentos tradicionais é um elemento-chave no processo de desenvolvimento sustentável do espaço.

No entanto, a produção e a continuidade dos conhecimentos tradicionais dependem da manutenção da integridade ecológica dos ecossistemas e, em particular de Boipeba os manguezais. A sua descrição é feita na secção seguinte.

5 OS MANGUEZAIS E SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE TURÍSTICA

A inserção dos manguezais como elemento de análise espacial é devido ao fato de ser o ecossistema que mais ocorre na ilha de Boipeba. Além disso, em uma análise espacial este elemento não pode está ausente porque faz parte do conjunto de complexos territoriais desta localidade e constitui a base física do trabalho humano.

Todavia, este ecossistema não é um elemento natural do espaço isolado e interagem com os outros elementos do espaço, firmas, homens, infraestrutura superestrutura. Santos (1985, p.8) ressalta:

Na medida em que às infraestruturas se somam e colam ao meio ecológico, e se torna na verdade uma parede inseparável dele, não seria uma violência considerá-los como elementos distintos?. A expressão meio ecológico não tem a mesma significância dada à natureza selvagem ou natureza cósmica, como as vezes tende admitir. O meio ecológico já é meio modificado ou cada vez mais técnico.

Portanto, modificações nestes elementos interferem na estrutura ecológica deste ecossistema.

No entanto, a sua relação com a atividade turística se justifica também porque é utilizado como matéria-prima do produto turístico desta localidade. Por esta razão é utilizado para passeios turísticos a exemplo da contemplação da paisagem da Ilha de Boipeba.

Ademais, a sua diversidade biológica (peixes, moluscos, crustáceos) é utilizada no preparo de alimentos e comercializada para atender ao fluxo crescente de turistas. A Figura 23 aponta os recursos naturais dos manguezais sendo comercializados por um estabelecimento comercial da Ilha.

Figura 23 – Foto da divulgação dos recursos naturais dos manguezais como mercadoria por moradores da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2011).

No entanto, esse ecossistema, além de desempenhar importância socioeconômica para a população da Ilha de Boipeba, é o substrato para expressão de sua diversidade cultural.

Fica evidente que esse ecossistema é um elemento-chave na análise espacial da Ilha de Boipeba. A sua ausência compromete a compreensão da totalidade dos elementos que fazem parte da estrutura espacial da Ilha.

A inserção desse elemento se justifica também porque serve de substrato natural para a população tradicional que habita a Ilha elaborar a sua diversidade cultural. Pesquisas realizadas por Souza (1987), Schaeffer-Noveli (1999), Furtado (1993), Vannuci (2002) e Nascimento (2008) também ressaltam a importância desse ecossistema para a elaboração da diversidade cultural das populações tradicionais que habitam seu entorno.

Conceituar, descrever e compreender a sua importância socioambiental é essencial no entendimento da relação que envolve a atividade turística e as transformações socioespaciais que ocorrem em Boipeba.

5.1 ESTRUTURA CONCEITUAL E CARACTERÍSTICAS DOS MANGUEZAIS

Várias nomenclaturas são dadas a esse ecossistema: “manguezal”, para designar todo o ecossistema; “floresta-de-mangue”, para designar a cobertura vegetal. A palavra “mangue” tem origem na língua *Wolof* do Senegal. Em inglês, a palavra *mangrove* também pode ser usada para designar a floresta, as árvores e os arbustos. No idioma espanhol, é nomeado de “*manglares*”. Na língua francesa, é intitulado de “*mangroves*” para designar todo o ecossistema.

A *International Society for Mangrove Ecosystems* (2011) define este ecossistema como um grupo de árvores que crescem na zona entremarés das águas costeiras, em regiões tropicais e subtropicais do globo terrestre.

No Brasil, são conceituados como um ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos sujeitos à ação das marés localizadas em áreas relativamente abrigadas (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995).

Portanto, a transitoriedade entre os ambientes marinhos e de água doce a que está submetido esse ecossistema é uma característica que deve estar inserida no seu conceito.

Para Schaeffer-Novelli (1995), o manguezal é um ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito a regime de marés. Santos et al. (2009) afirmam que o termo mangue corresponde a um tipo de vegetação arbóreo-arbustiva, que se desenvolve principalmente nos solos lamosos dos rios tropicais e subtropicais ao longo da zona de influência das marés, e o termo manguezal é usado para designar todo o ecossistema e que envolve os aspectos abióticos e bióticos.

Esse ecossistema apresenta também como característica ecológica peculiar uma relação simbiótica entre fauna e flora. Tal característica é utilizada no conceito elaborado por Vannuci (1999) quando assinala que o ecossistema manguezal é uma designação especial para uma associação também especial de animais e plantas que vivem na faixa entremarés, de transitoriedade, das costas tropicais baixas, ao longo dos estuários, deltas, águas salobras interiores, lagoas e lagoas.

Por ser um ecossistema que apresenta transitoriedade entre ambientes marinhos e fluviais, essa característica favoreceu para sua distribuição em regiões costeiras de várias partes da Terra.

5.2 DISTRIBUIÇÃO DOS MANGUEZAIS NA TERRA

Os manguezais ocorrem nas faixas costeiras tropicais e subtropicais de diversos países entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, paralelos 23°27"N e 23°27"S, e com latitudes de 25°N e 25°S. Vannuci (2002) ressalta que os manguezais se distribuem nas regiões tropicais e subtropicais da Terra e fazem parte das florestas equatoriais ou tropicais.

Conforme, a International Society for Mangrove (2011), os manguezais distribuem-se ao longo dos mares e terras em 123 países, de trópico a subtropical, e cobrem uma superfície total de 150.000 km² da Terra dos quais 30% ocorrem na América Tropical.

Entre os países, a Indonésia e o Brasil apresentam uma maior cobertura de manguezais ao longo de seus litorais, com percentuais de 23,56% e 7,4%, respectivamente. Dos 7.367 km de extensão do litoral brasileiro, 80% são pontuados por manguezais e ocupam uma área aproximada de 13.400 km² (UFRN, 2010).

Os Estados do Maranhão e do Pará sozinhos são detentores da maior faixa de manguezais do País: 57% do total. Os manguezais não são restritos apenas a esses dois Estados, distribuindo-se a partir da foz do Rio Oiapoque, no Amapá, na Região Norte, até a fronteira de Laguna, no Estado de Santa Catarina, no Sul do País. Também se ressalta que, na Região Norte, é onde está localizada a maior extensão de manguezais do Brasil, com 52%, sendo as condições edáficas e climáticas favoráveis responsáveis pelo crescimento exuberante dos bosques de mangues, que atingem até trinta metros de altura. Na Região Sul, dificilmente ultrapassa um metro de altura (UFRN, 2010).

Na Bahia estima-se que a área de manguezais seja aproximadamente de 1.000 km² distribuídos ao longo de 1.181 km da costa. Os maiores bosques estão entre os municípios de Valença e Marau, região do Baixo Sul, Canavieiras e Caravelas na região Extremo Sul (RAMOS, 2002, p.86).

A APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba tem o seu território coberto por 43.300 hectares de manguezais. Em pesquisa sobre a Ilha de Boipeba, Santos et al (2009) constataram que, nos povoados de Ponta dos Castelhanos, São Sebastião e Vila de Moreré, encontram-se os maiores bosques de mangues. Isso ocorre por estarem próximos aos estuários dos rios do Inferno e Catu, e, nessas localidades, as árvores podem atingir até 14 metros de altura.

As características edáficas (solos lodos), climáticas (alta umidade e temperaturas altas) são responsáveis pela rica diversidade biológica dos manguezais e, em particular, de espécies de animais e microrganismos. Uma das características dessa diversidade é apresentar teias alimentares complexas e interacionais de organismos vivos interdependentes que sustentam a base da vida e dos quais dependemos para a nossa sobrevivência.

5.3 MANGUEZAIS E DIVERSIDADE BIOLÓGICA: REDES INTERACIONAIS COMPLEXAS QUE FORMAM A UNIDADE BÁSICA DA VIDA

A formação da diversidade biológica dos manguezais está associada a capacidade de este ecossistema se associar com outros e formar zonas de transição ou écotone¹, que se caracteriza pela riqueza em diversidade de espécies.

Sobre esse fenômeno, deve-se ressaltar que os manguezais são geralmente associados aos extremos de baías, praias, restingas, rios e lagoas. Inclui também uma zona de transição, o que justifica essa diversidade de espécies.

Associada a uma zona de transição, com as variações de marés alta e baixa deixa uma capa de fitoplâncton no chão de areia, criando assim as condições para o início de uma cadeia alimentar que sustenta todo o ecossistema e a formação de sua diversidade biológica.

Essa diversidade cresce de uma unidade escalar menor, a atômica, para uma escala de maior complexidade, as biomoléculas. Estas interagem para formar a unidade básica da vida, as células, que, por sua vez, formam dois grandes grupos de seres vivos: os unicelulares e os pluricelulares. Estes, em conjunto, formam diferentes tipos de populações de animais, plantas, microrganismos. Em conjunto, esses seres vivos conferem a este ecossistema uma diversidade rica em espécies biológicas.

Com relação à flora, assinala-se que são poucas as espécies que compõem os bosques de mangues brasileiros, mas as condições edáficas e climáticas favoráveis do nosso litoral permitem a sua distribuição em quantidade (URFN, 2010). *Rhizophora mangle*, *Rhizophora harrisonii*, *Rhizophora racemosa*, *Avicennia schaueriana*, *Avicennia germinans*, *Laguncularia racemosa* e *Conocarpus erectus* são espécies endêmicas. Outras 105 espécies de plantas e 50 espécies de algas se

¹ - Zona de transição entre dois ecossistemas

integram à flora endêmica para compor a totalidade dos bosques de mangues.

A fauna é composta por espécies endêmicas, próprias do ecossistema analisado, e transitórias, ou seja, as que visitam os manguezais para alimentação e reprodução e são provenientes de outros ecossistemas associados, baías, estuários e oceanos.

A quantificação da fauna típica desse ecossistema é difícil porque a sua localização é costeira, ocorrendo a movimentação de outros animais, peixes e crustáceos, provenientes de vários ecossistemas associados para reprodução, alimentação e cria das larvas de crustáceos e peixes (UFRN, 2010).

Na Bahia, devido à extensão de sua costa e à riqueza de rios e estuários, a exemplo da Ilha de Boipeba e da Vila de Moreré, é favorecida a formação de manguezais que apresentam uma diversidade de espécies animais, vegetais e de microrganismos. Nessas localidades, predominam em sua maior parte espécies vegetais do tipo *Rhizophora mangle* (mangue vermelho), *Avicennia schaueriana* (mangue preto) e *Laguncularia racemosa* (mangue branco), espécies que podem atingir até 15 metros de altura. A Figura 24 retrata um bosque de mangue na Ilha de Boipeba.

Figura 24 – Manguezais que contornam a parte frontal da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2011).

O valor ecológico do manguezal é refletido em sua diversidade de espécies animais, por se constituir em um berçário de reprodução e alimentação.

A sua riqueza em diversidade está na fauna fixa e transitória e no grande número de microrganismos que povoam esse ecossistema, formando verdadeiras teias alimentares complexas. Milhares de espécies de microrganismos, fitoplânctons e zooplânctons, flutuantes ou não, fotossintetizadores, fixadores de nitrogênio, decompositores habitam nos substratos lodosos dos manguezais.

Todos esses microrganismos fazem parte das complexas teias alimentares desse ambiente, com a finalidade de servir de alimento para animais maiores e reciclar nutrientes, transformando minerais em matéria orgânica, fixando CO₂ atmosférico e liberando O₂ para a atmosfera.

Por isso, é colonizado por um grande e diversificado grupo de animais provenientes da água salgada e doce, assim divididos: a) animais fixos ou permanentes, que fecham seu ciclo de vida dentro desse ambiente. São representados por: crustáceos: o caranguejo (*Ocides cordatus*), a espécie mais abundante nos manguezais e de grande valor comercial; vários tipos de siris, o siri-do-mangue (*Callinectes danae*), o siri-de-ponta (*Callinectes bocourti*); moluscos: lambreta (*Lucina pectinata*), sururu (*Myitella falcata*), papa-fumo (*Anomalocardis brasiliiana*), a ostra-do-mangue (*Crassostrea rhizophora*); animais que passam duas fases de sua vida dentro desse ecossistema; chegam à fase de larva, e depois retornam na fase adulta para fechar o seu ciclo; este grupo é representado pelo camarão (*Penaeus subtilis*); animais semi-residentes, que entram no manguezal influenciados pelo sobe e desce das marés, só para se alimentarem; são os peixes: tainha (*Mugil curema*) e robalo (*Centropomus pectinatus*). Os répteis, aves e mamíferos, provenientes do ambiente terrestre, não fixam moradia nesses ecossistemas, indo ali somente para se alimentarem. Dentre os mamíferos, destaca-se o mico (*Callithrix penicilatta*).

Ao longo dos séculos, os homens se apropriaram da diversidade das espécies dos manguezais para a sua sobrevivência. Ao estabelecerem esta relação de apropriação com os manguezais, estabeleceram também relações sociais, econômicas e culturais entre si.

Porém, nas últimas décadas, a diversidade biológica dos manguezais está sendo comprometida devido ao uso indevido deste ecossistema, o que poderá não só reduzir os seus recursos naturais, mas também comprometer a sua importância socioeconômica.

5.4 IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DOS MANGUEZAIS

A relação dos homens com os manguezais é antiga e abrange os aspectos sociais, econômicos, culturais e naturais. Estes sempre despertam o interesse dos homens para fins alimentícios.

Hoje, dentre os ecossistemas brasileiros, os manguezais têm uma importância peculiar, pois é grande o número de pessoas que dependem, direta ou indiretamente, dos seus recursos naturais, principalmente as comunidades tradicionais que habitam na faixa litorânea brasileira. Essa população depende de forma direta ou indireta dos serviços ambientais prestados pelos manguezais.

Ramos (2002) assinala que entre esses serviços ambientais se destacam o fornecimento de recursos para a pesca, alimentação, recreação, proteção das zonas costeiras de erosão e ser a base das cadeias e teias alimentares para diversos peixes marinhos.

Diversos autores, como Schaeffer-Novelli (1999), Ramalho (2002), (Fruehauf (2006) e Oliveira (2005), relatam a importância desses benefícios para as populações que habitam o seu entorno nas regiões costeiras brasileiras.

Na Bahia, segundo Ramos (2002), estima-se que cerca de 95.000 pessoas dependem dos seus recursos naturais para sobreviver. Oliveira (2005), realizando estudos nos manguezais da Ilha de Sapinhos, município de Maraú na Bahia, constatou que diversos animais, siris, tainhas, robalos, camarões, ostras, lambretas, que habitam os manguezais, são utilizados pelas comunidades tradicionais diretamente como fonte de alimentos, principalmente para o aporte de proteínas de baixo custo e, indiretamente, como fonte alternativa de renda, quando comercializados.

Pesquisa realizada por Ramalho (2002) nos manguezais de Porto Sauípe, Litoral Norte da Bahia, evidenciou que peixes e crustáceos capturados nesse ecossistema constituem a principal fonte de alimentação e renda para as populações tradicionais que habitam no seu entorno.

A importância social e econômica dos manguezais reside também no fato de ele ser um dos maiores provedores da atividade pesqueira artesanal. De acordo com a *International Society for Mangrove* (2011), as águas que banham os manguezais são responsáveis por uma produtividade de peixes, mariscos e moluscos de valor

comercial que supera qualquer outro tipo de ecossistema costeiro.

Com o crescimento da atividade turística nas últimas décadas, os manguezais vêm sendo utilizados para lazer e recreação e também como matéria-prima na elaboração de produtos turísticos.

Segundo Menghini (2008), os manguezais, por suas características peculiares, vêm sendo utilizados como área para o turismo e a produção de outros bens de serviços. Segundo Nascimento (2008), entre os benefícios gerados pelos manguezais está o de servir de suporte para o desenvolvimento da atividade turística.

A importância socioeconômica dos manguezais vem sendo ameaçada ao longo dos anos, em decorrência das atividades humanas que não obedecem à capacidade reprodutiva de sua fauna e flora, as quais, persistindo, levam à degradação ambiental dos seus recursos naturais.

5.5 ATIVIDADES HUMANAS E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DOS MANGUEZAIS

Diversas atividades humanas, em várias partes das regiões tropicais e subtropicais do planeta, interferem no equilíbrio ecológico dos manguezais e podem levar a degradações ambientais com perdas irreversíveis para os seus recursos naturais.

A esse respeito, Vannuci (1999) afirma que vastas áreas de manguezais nos países tropicais e subtropicais são continuamente convertidas ou transformadas para diversas finalidades em prol do “desenvolvimento”. Na ânsia por lucros rápidos, para gerar empregos para um maior número possível de pessoas e se obter dinheiro rapidamente, os manguezais têm sido ocupados para cultivo de camarões, complexos industriais e turísticos e usos agrícolas.

Pesquisas efetuadas por Fraga (2003), Medeiros (2003), Meurer (2003) e Santos et al (2003), com a finalidade de comprovar os impactos negativos do cultivo de camarão no ecossistema manguezal em vários trechos do litoral brasileiro, nos Estados do Pará e Santa Catarina, constataram que essa atividade não só reduz a cobertura vegetal desse ecossistema, mas também interfere nas cadeias alimentares que estão associadas a esse ambiente.

Ressalta-se que outras ações humanas também são as causas da degradação dos manguezais, principalmente devido à urbanização em regiões

costeiras. Como atestam Spalding et al (2010), cerca de um quinto dos manguezais do mundo, cobrindo 36.000 km² quadrados, foram perdidos entre 1980 e 2010, sendo que as causas principais foram o desmatamento para o uso direto na agricultura e os loteamentos para fins urbanos.

Para esses autores, a destruição desse ecossistema é geralmente atribuída a decisões locais, forças do mercado, demanda industrial, expansão populacional ou à pobreza.

A *International Society for Mangrove for Mangrove* (2011) estima que, desde o ano de 1980 até o presente momento, se tenha perdido 25% de áreas de bosques de mangues em todo o mundo. Essa perda é quatro vezes mais alta em relação a outros tipos de florestas.

Em nosso país, os manguezais sofreram, nas últimas décadas, uma redução de cerca de 46,4% (UFRN, 2010): havia uma área de aproximadamente 25 mil quilômetros quadrados de manguezais em 1983 e, em 1997 eram apenas 13,4 mil quilômetros quadrados.

Contudo, essas perdas estão associadas ao crescimento urbano e à implementação de infraestrutura nos municípios litorâneos brasileiros nos últimos anos. Santos et al (2009) ressaltam que esse fenômeno é responsável pelo aterro desse ecossistema para dar lugar a portos e estradas.

Na Região Sudeste, em particular no Estado de São Paulo, é o local em que os manguezais sofrem mais degradação e perda de sua cobertura vegetal. Maneschy (1993) afirma que essa degradação compromete amplas áreas de manguezais devido a expansão urbana e industrial, poluição, construção de portos.

No litoral paraibano, Alves e Nishida (2003) constataram que diversas atividades humanas são responsáveis pela degradação dos manguezais e perdas dos seus recursos naturais, a exemplo da diminuição do estoque do caranguejo-uçá, crustáceo de alto valor comercial, que vem obrigando os catadores da Paraíba a se deslocarem para manguezais de outros Estados, onde a espécie ainda é abundante.

Em Sergipe, Nascimento (2008) destaca que a construção de aterros, barragens, drenagens e a pesca de gamboa são as principais causas de degradação ambiental dos manguezais.

Na Bahia, Ramalho (2002) assinala que a construção de grandes complexos hoteleiros no Estado da Bahia vem contribuindo de forma significativa para a degradação dos manguezais. Ramos (2002), por sua vez, afirma que, no litoral da

cidade de Ilhéus e municípios circunvizinhos, a criação de camarões (carcinocultura) e o desmatamento para a construção de moradias são as principais atividades humanas que vêm contribuindo para a degradação ambiental dos manguezais.

Na Ilha de Boipeba, a poluição e as construções irregulares no seu entorno são as principais causas de degradação desse ecossistema, como aponta a Figura 25.

Figura 25 - Construções irregulares no entorno dos manguezais da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Outros fatores também são preponderantes na degradação dos manguezais, como a expansão imobiliária em áreas turísticas, crescimento urbano desordenado das cidades litorâneas e uso de rede de arrasto como técnica de pesca. Oliveira (2005), ao realizar estudos a respeito de impactos negativos sobre os manguezais da Ilha de Sapinhos, município de Marajú, evidenciou que a atividade turística e a pesca predatória são as principais causas desses impactos.

De acordo com o cenário descrito acima, faz-se necessário chamar a atenção dos gestores públicos para a urgência de efetivação, aplicação e fiscalização dos dispositivos legais de proteção e conservação desse ecossistema.

Isso se torna relevante porque a maior parte da região estuarina da Região Litoral Sul da Bahia é recortada por esse ecossistema e que ainda desempenha função ecológica para a manutenção da integridade dessa região.

A sua descrição é feita no capítulo seguinte.

6 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO LITORAL SUL DA BAHIA E DAS ÁREAS DE ESTUDO

O conceito de região utilizado nesta pesquisa é o de Região Plano proposto por Boudeville (1969) como sendo aquela em que suas diversas partes são tomadas de forma igualitária para a tomada de decisão por parte dos gestores públicos.

A Região Litoral Sul da Bahia foi selecionada porque é detentora de uma diversidade de recursos naturais e culturais e também por possuir extensas áreas contíguas, e assim permite fazer comparações inter-regionais em relação aos programas de modelo de desenvolvimento de turismo que foram implementados e as transformações socioespaciais ocorridas.

A escolha desta região se justifica também por possuir uma diversidade de recursos naturais e culturais e por isto o seu espaço foi submetido a vários ciclos econômicos ao longo dos séculos e os mais recentes o turismo e o Projeto Manati esse último com a finalidade de produzir gás natural e petróleo e que já se encontra em operação.

Outro projeto previsto para inserção do seu espaço é o Projeto Viário Oeste-Leste que tem como finalidade de integrar esta região a outras regiões da Bahia, Oeste e Metropolitana de Salvador, e também com Região Sudeste do Brasil, o elo à possível construção da Ponte Itaparica-Salvador.

No entanto, esta região apresenta várias denominações. Para fins de planejamento, é chamada de Mesorregião Baixo Sul do Estado da Bahia. Quando utilizada para planejamento regional turístico (regionalização do turismo), é intitulada de Costa do Dendê e de Polo Litoral Sul da Bahia.

No ano de 2005, uma nova regionalização foi feita no estado para fins de planejamento e intitulada de Territórios de Identidade e a Ilha de Boipeba foi inserida no Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia.

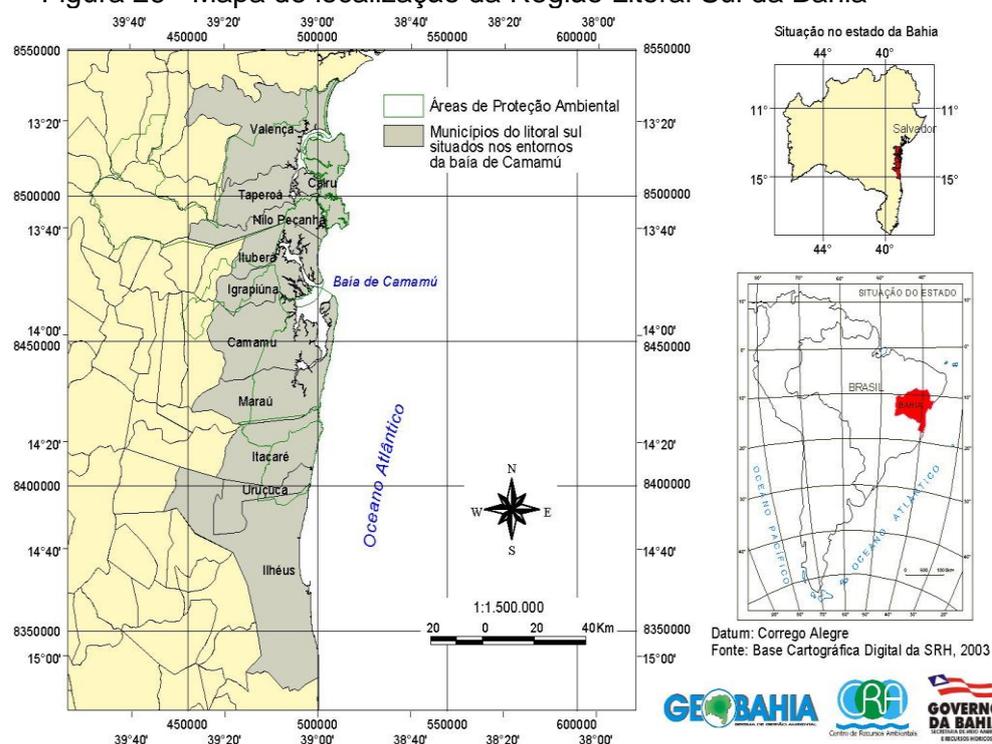
Com relação às áreas recortes de análise – beira do cais, centro urbano de Velha Boipeba, Praia de Tassimirim, Rua do Areal, bairros da Tiririca e Matança, Moreré, estuários, manguezais – o recorte foi feito porque essas localidades compõem a estrutura espacial da Ilha de Boipeba. Essa localidade faz parte do município de Cairu para fins administrativos e, para fins de planejamento ambiental, da unidade de conservação da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba no município de Cairu, Bahia.

Os dados secundários, socioeconômicos e ambientais da Região Litoral Sul da Bahia têm com fontes a Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (2010), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) e a Associação dos Moradores da Ilha de Boipeba (2006). Os dados secundários turísticos e ambientais são das seguintes fontes: o Plano de Manejo da APA, documentos da Fundação Getúlio Vargas (2003), documentos de Cairu et al Associados (2006). A fonte de dados primários, turísticos, ambientais e socioeconômicos foi obtida pela pesquisa de campo.

6.1 LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO LITORAL SUL DA BAHIA

A Região Litoral Sul localiza-se entre os paralelos $13^{\circ} 20' S$ e $15^{\circ} S$ e os meridianos de $38^{\circ} 51' W$ e $39^{\circ} 40' W$ no Estado da Bahia. A Figura 26 mostra a sua localização.

Figura 26 - Mapa de localização da Região Litoral Sul da Bahia



Fonte: Bahia (2003).

6.2 BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E EVOLUÇÃO

A origem da produção, organização e transformação dos espaços geográficos europeus e mundiais advieram do surgimento do capitalismo comercial (mercantilismo) e também dos avanços tecnológicos dos instrumentos de navegação. De acordo com Ribeiro (2000), esse avanço foi promovido pela Escola de Sagres em Portugal.

Entre esses instrumentos de navegação, estão as cartas náuticas e o aperfeiçoamento do astrolábio pelos portugueses, este último construído por Hiparco, astrônomo grego, que viveu entre os séculos 190-126 a.C. Esse instrumento foi essencial para o avanço mundial das navegações por parte dos portugueses e espanhóis. O astrolábio permitia não só calcular a distância percorrida pelo navio do seu ponto de partida ao ponto de chegada, ampliando assim o horizonte da navegação, mas também atingir pontos comerciais antes não alcançados pelos navegadores para a venda de produtos ou em busca de matérias-primas.

Logo após a invenção do astrolábio, o surgimento da bússola foi também determinante para a expansão marítima europeia. Ribeiro (2000) também afirma que esses avanços tecnológicos foram essenciais para a expansão marítima europeia e, em particular, a portuguesa no final do século XV:

Esse complexo poderio português vinha sendo ativado nas últimas décadas, pelas energias transformadoras da revolução mercantil, fundada especialmente na nova tecnologia, concentrada na nau oceânica, com suas novas velas de mar alto, seu leme fixo, sua bússola, seu astrolábio e, sobretudo, seu conjunto de canhões de guerra. Suas ciências eram um esforço de concatenar com um saber a experiência que ia se acumulando. E, sobretudo, fazer praticar esse conhecimento para descobrir qualquer terra achável. (RIBEIRO, 2000, p.38-39).

Vale ressaltar que essa evolução tecnológica foi um dos fatores que permitiu também a expansão e a consolidação do mercantilismo como doutrina econômica dos Estados nacionais europeus. A meta desses Estados era ampliar o comércio para outros continentes, como o africano e o asiático, em um espaço de tempo curto e, assim, sedimentar esta doutrina.

Essa expansão era uma resposta ao domínio crescente do comércio europeu pelos árabes, otomanos, no Mar Mediterrâneo. Furtado (2007) assinala que o comércio interno europeu, em intenso crescimento no início do século XV, começou

a estagnar devido às invasões turcas e, tendo como conseqüência, dificuldades crescentes de acessos pelos europeus aos mercados orientais que abasteciam a Europa de matérias-primas de boa qualidade e produtos manufaturados.

Esse domínio era responsável por insatisfações entre os chefes de Estados dos países europeus e também da burguesia mercantil europeia (Portugal, Espanha, França e Inglaterra). A dominação do comércio do mediterrâneo pelos árabes foi um estímulo para que os países europeus procurassem meios para fugir dessa dominação, e a alternativa foi restabelecer novos caminhos para atingir os mercados da Ásia e da África. Ainda de acordo com Furtado (2007, p.25), “[...] o restabelecimento dessas linhas comerciais, contornado o obstáculo otomano, constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus na segunda metade do século XV”.

Ainda de acordo com Furtado (2007), esses novos mercados foram, de início, conquistados principalmente pelos portugueses e espanhóis e, depois, os ingleses e franceses, alargando de forma significativa o horizonte geográfico até então conhecido pelas sociedades europeias. Navegando pelo Oceano Atlântico, os portugueses chegaram à costa ocidental da África e oriental da América e, através do Oceano Índico, chegaram à Ásia Oriental no continente africano.

Esse autor ainda assinala que a ocupação desses novos espaços geográficos foi essencial para o desenvolvimento e expansão do comércio econômico europeu, principalmente de Portugal, no século XVI. Essa expansão atingiu a costa africana, as ilhas do Atlântico e a costa das Índias Orientais.

As novas conquistas marítimas dessa época foram responsáveis pela formação, produção e transformação de novos espaços geográficos mundiais e pela consolidação de Portugal e Espanha como novos Estados nacionais. Conforme Ribeiro (2000), essa expansão marítima sobre novos continentes possibilitou o nascimento de dois Estados nacionais, Portugal e Espanha, que acabavam de se constituir, superando o fracionamento feudal que sucedera à decadência dos romanos.

Essa grande expansão marítimo-comercial realizada pelos europeus consolidou, entre os séculos XV e XVIII, o capitalismo comercial como novo modo de produção e de organização do espaço geográfico, não só na Europa, mas em algumas partes do mundo. Todos os continentes, com exceção da Antártida, se tornaram conhecidos pela Europa, e seus territórios foram incorporados ao mundo

européu e ao novo modo de produção, o capitalismo mercantil, e com profundas modificações nos espaços geográficos mundiais, a exemplo do brasileiro.

A história do início da ocupação e produção do espaço territorial brasileiro, no século XVI, se deu não apenas por pressão econômica, mas também política. Países europeus pressionavam os portugueses e espanhóis, afirmando que só tinha direito sobre territórios americanos quem os ocupasse. Furtado (2007, p.27) ressalta:

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que os espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado.

Portugal, preocupado em perder as terras americanas, empreendeu em solo brasileiro uma empresa agrícola, a açucareira, que compensasse os custos operacionais dessa ocupação. Freyre (1999) ressalta que a exploração do território brasileiro enquadra-se no grande programa marítimo e comercial inaugurado por Vasco da Gama. Além da produção de cana-de-açúcar pela colônia (brasileira), o território brasileiro era também fonte de fornecimento de matérias-primas para a manufatura de produtos pelas metrópoles europeias, com a finalidade de servir de base para a acumulação de capital para o nascente capitalismo mercantil.

A valorização e a organização das áreas produtivas foram realizadas segundo o modo de ser europeu, mais especificamente, de acordo com o projeto colonizador de Portugal. Para Ribeiro (2000), ao contrário dos povos que aqui encontraram, todos eles estruturados em tribos autônomas, autárquicas e não estratificadas em classes, o enxame dos invasores era a presença local avançada de uma vasta e vetusta civilização urbana e classista, cujo centro de decisão estava nas lonjuras de Lisboa, dotada sua corte de muitos serviços, sobretudo do poderoso Conselho Ultramarino, que tudo previa, planificava, ordenava, provia.

A seleção de áreas específicas, com solos férteis e ricos em matérias-primas para satisfazer as necessidades mercadológicas das metrópoles europeias, deu origem à produção de diversos tipos de espaços territoriais em solo brasileiro. Essa produção evoluiu de forma cíclica, obedecendo aos interesses do capital internacional e, no caso específico, da Região Litoral Sul da Bahia.

O povoamento dessa região é anterior à ocupação lusitana. Para Liziê (2008, p.4), o processo de ocupação humana foi feito por povos nativos residentes. Na

verdade, quando os “[...] guerreiros tupinaés e, depois, os tupinambás invadiram esta região, dali expulsando os moradores, ela já era habitada há muito tempo, há mais de dois milênios”. Sambaquis (restos de conchas) e urnas funerárias são testemunhos culturais deixados por esses agrupamentos mais antigos.

Dentre os povos nativos que já habitavam a região, destacam-se os indígenas do grupo linguístico Tupi, como os Tupinambás e Aimorés. Liziê (2008, p.4) observa que o município de “Cairu era a maior metrópole indígena na região e o seu nome originou-se da palavra *Aracajuru* da língua indígena Tupi, que quer dizer Casa do Sol”.

A ocupação dessa região iniciou em 1501 pelos portugueses que aportaram no Canal de Tinharé em busca de recursos naturais (vegetais) de interesse econômico para serem comercializados nos mercados europeus. Esse modelo exploratório não se restringia somente à costa baiana, mas abarcava todo o litoral brasileiro de Norte a Sul que possuísse espécies vegetais de valor comercial, a exemplo do pau-brasil, pois este vegetal produzia uma seiva de cor avermelhada, que era utilizada na tintura de tecidos para serem comercializados pelos portugueses nos mercados europeus.

Sobre essa ocupação, Sousa (1987), na sua célebre obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, relata:

Quando El-Rey D. João III repartiu parte da terra da costa do Brasil em capitania, fez mercê de uma delas, com cinqüenta léguas de costa, a Jorge Figueiredo Correa, escrivão de sua Fazenda, por respeito a seu cargo não pode povoar a capitania em pessoa, ordenou de o mandar a fazer por outrem, para o que fez prestes à custa de sua fazenda uma frota de navios com muitos moradores, providos do necessário para a sua povoação. E mandou em seu lugar-tenente a um castelhano muito esforçado, experimentado e prudente, que se chamava Francisco Romeiro, o qual partiu de Lisboa com sua frota, e fez a viagem para esta costa do Brasil. (SOUSA, 1987, p.77).

O interesse dos europeus pela costa brasileira era devido à riqueza do pau-brasil, pois tinha alto valor comercial nos mercados europeus. A esse respeito, Liziê (2008) assinala que há muito tempo os portugueses, espanhóis e franceses já navegavam por todo o litoral brasileiro em busca de pau-brasil, mas também de papagaios e algodão. Na Região Litoral Sul da Bahia, os colonos portugueses

aportaram entre 1501 e 1515 nas margens do canal de Tinharé. Essa ocupação permitiu depois a fundação da Aldeia e Residência de Boipeba:

Em 1563, Mem de Sá doou ao colégio da Bahia a chamada sesmaria das dozes léguas de Camamú, onde, em 1537, os jesuítas fundaram a Aldeia e Residência de Boipeba, uma das mais antigas. (LIZIÊ, 2008, p.4).

As primeiras tentativas de colonização dessa região ocorreram com a introdução da agroindústria do açúcar na capitania de São Jorge dos Ilhéus, base da economia colonial. Sousa (1987, p.77-78) descreve o início dessa colonização:

E como foi bem visto e descoberto do rio dos Ilhéus, que assim se chama pelos que tem defronte da barra, donde a capitania tomou o nome, se passou com toda gente para este rio, onde se fortificou e assentou a vila de São Jorge, onde agora está, na qual, nos primeiros anos, teve muitos trabalhos de guerra com o gentio; mas como eram tupiniquins, gente melhor acondicionada que o outro gentio, fez pazes com eles, e fez-lhe tal companhia que com seu favor foi a capitania em grande crescimento, onde homens ricos de Lisboa mandaram fazer engenhos de açúcar, com que a terra enobreceu muito.

Com a decadência da cana-de-açúcar no final no século XVI, na vila de São Jorge dos Ilhéus, sede da capitania, a população migrou para as terras hoje denominadas de Baixo Sul. Iniciou-se, então, o povoamento das ilhas de Boipeba e Tinharé, com o estabelecimento dos primeiros engenhos de açúcar. O início do povoamento dessas ilhas é assim descrito por Souza (1987, p.75): “[...] de Tinharé a Ilha de Biopeba são quatro léguas; esta ilha possui padres da companhia do colégio da Bahia, e a de Tinharé está povoada por portugueses”.

Segundo ainda Liziê (2008), no século XVII, essa região passou a produzir gêneros alimentícios para boa parte da Cidade do Salvador. Nesse mesmo período, a aldeia da Ilha de Boipeba apresentou um grande crescimento em decorrência da fuga de colonos do continente devido ao ataque dos índios Aimorés e, no ano de 1610, essa localidade foi elevada à condição de vila.

A região permaneceu despovoado até o século XVIII, quando se dá a retomada da ocupação com a incorporação das capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro à administração central da Bahia, estabelecendo com esta um processo de comunicação e intensificando-se o desenvolvimento econômico a partir de Salvador.

A introdução do cultivo de cacau, em 1846, no município de Canavieiras deu outro dinamismo a essa região. A expansão da cacauicultura na direção Leste-Oeste foi rápida, e sua interiorização resultou na ocupação definitiva dessa região, com o estabelecimento de fazendas e o surgimento de povoados, vilas e cidades. É nesse período de colônia que o processo de organização do espaço foi definido, devido à heterogeneidade de seu potencial e à qualidade geoambiental.

No ano de 1909, tem início a construção da malha ferroviária do Sudoeste baiano, partindo do porto de Ilhéus em direção a Vitória da Conquista (Sudoeste), Ubaitaba (Norte) e Itajuípe (Noroeste). Melhoram as condições portuárias de Ilhéus, e a penetração da ferrovia até Itajuípe contribui para o dinamismo da região e o surgimento de vários núcleos urbanos. Nesse período, Ilhéus e Itabuna despontam como os principais centros produtores de cacau do Brasil.

No ano de 1930 começa a era do rodoviarismo e a definição da organização atual do espaço urbano-regional. São construídas as BR-116 (Rio Bahia) e BR-101 (Litorânea) com a finalidade de interligar as regiões interioranas de diversos estados brasileiros com o litoral. Decaem e desativam-se as ferrovias e as antigas rotas marítimas costeiras, estagnando os antigos núcleos costeiros, com perdas de função de entrepostos portuários.

A atividade mineradora também faz parte da ocupação econômica dessa região, e a exploração mineral data do tempo do Brasil imperial. No ano de 1858, foi concedido um dos mais antigos títulos de direito mineral outorgado para extrair mineral betuminoso em terrenos situados às margens do rio Maraú (BAHIA, 2001).

Na década de 50 do século XX, dá-se início à extração de barita na Ilha Grande no município de Camamu, pela empresa mineradora Baroid Pigmima Ltda. A implementação desse empreendimento foi de grande relevância econômica para o desenvolvimento da Região Litoral Sul da Bahia em decorrência do beneficiamento da barita, minério utilizado na confecção das sondas de perfuração de petróleo.

Na região, esse minério foi explorado de forma indiscriminada por um longo período de tempo e, não havendo naquela época preocupação por parte da empresa mineradora com os impactos negativos causados ao meio ambiente, é sabido que, quando mal conduzida, a mineração causa impactos ambientais negativos ao meio ambiente como: mudança na topografia original; instalação de um processo de erosão acelerada; desmatamento e afugentamento da fauna; no ambiente aquático,

altera o pH² das águas, aumenta a sua turbidez, altera os cursos dos rios, poluindo as águas subterrâneas e cria condições adversas para a sobrevivências da fauna aquática.

A região é também possuidora de reservas minerais de manganês, argila, areia, gipsita, ileminita, rutilo, zirconita e cianita e também de minerais energéticos – petróleo, gás e turfa. Tendo sido iniciada a exploração econômica desses minerais sem que obedecessem à legislação ambiental, diversos impactos negativos ocorreram nos ecossistemas dessa região.

Hoje, a região compreende áreas com organização socioeconômica caracterizada por diferentes atividades agrícolas, incluindo a agropecuária bovina, que se vem expandindo mais recentemente. Entre as culturas mais recentes, destacam-se: guaraná, cravo-da-índia, seringueiras, pimenta-do-reino e dendê. Mais recentemente, a exploração de gás e petróleo vem surgindo como uma das alternativas econômicas para alavancar o desenvolvimento regional.

A região também tem forte vocação para o turismo, e o ecoturismo surge como um segmento promissor; devido à riqueza em biodiversidade de vários ecossistemas dessa região, com forte potencial também para o turismo náutico e a pesca esportiva.

A partir da década de 90, essa região foi inserida no Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE I) cujas diretrizes eram dotar as localidades turísticas de infraestrutura urbana e de acesso para serem mais competitivas não só nos mercados nacionais, mas, em particular, nos internacionais. Como consequência, ocorreu um aumento significativo do fluxo de turistas para essa região e também o crescimento urbano desordenado das localidades turísticas receptoras, a exemplo da Ilha de Boipeba e da Vila de Moreré.

O crescimento da atividade turística nesses territórios de forma desordenada teve como consequência a perda da diversidade biológica e cultural, e, para isso, foi necessária a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas de Tinharé e Boipeba.

² Quantidade de hidrogênio de uma substância

6.3 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DAS ILHAS TINHARÉ E BOIPEBA

APA é uma unidade de conservação do tipo sustentável porque permite o uso dos recursos ambientais dentro de um contexto de sustentabilidade, pois se leva em conta os aspectos ecológicos, espaciais, tecnológicos, culturais e políticos.

Brasil (2013), o conceitua como uma extensa área territorial, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações residentes e do entorno. Seus objetivos básicos são: proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, promovendo, ainda, quando necessária, a recuperação dos ecossistemas degradados.

6.3.1 Localização da área de proteção ambiental das Ilhas Boipeba e Tinharé

A APA das Ilhas Tinharé e Boipeba está situada na Mesorregião denominada de Baixo Sul da Bahia, localizada entre a desembocadura do rio dos Patos e o canal de Taperoá, entre os paralelos 13° 22'S a 13° 40'S e os meridianos de 38° 51' e 39° 03' W, no município de Cairu, Estado da Bahia. A Figura 27 mostra a localização da APA.

Figura 27 – Mapa de situação da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba



Fonte: Brasil (1995, p.1).

6.3.2 Aspectos naturais e territoriais

A APA abrange uma área de cerca de 433 km². Dentro do seu espaço territorial, estão as ilhas de Tinharé e Boipeba, além de outras menores, como as ilhas da Aranha, Coroinha, Matinha e Manguinhos (BAHIA, 1998). Os distritos que compõem a APA são: Galeão e Gamboa na Ilha de Tinharé e Velha Boipeba na Ilha de Boipeba. Morro de São Paulo, Garapuí, Cova da Onça ou São Sebastião, Moreré e Canavieiras são os povoados que fazem parte desta Unidade de Conservação.

Sua área está envolvida por um rico ecossistema estuarino formado por pequenos canais, ilhotas, rios e praias (BAHIA, 2010). O litoral que recorta a APA é bastante sinuoso e diversificado em suas formas de relevo como baixada litorânea, planícies marinhas e fluviomarinhas. É recortado também por morros, barras, recifes,

braços de mar e microbacias hidrográficas e pontuadas por coqueirais, estuários e coqueirais, como mostram as Figuras 28 e 29.

Figura 28 - Estuários APA das Ilhas Tinharé e Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Figura 29 - Coqueirais da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Esses ecossistemas, ricos em diversidade biológica, são importantes para a subsistência das comunidades tradicionais, principalmente as que sobrevivem da pesca artesanal como fonte de renda principal.

Com relação à flora, o que predomina em sua maior parte é Mata Ombrófila Densa (Mata Atlântica secundária em processo de regeneração), que se mantém sempre verde o ano todo. Espécies como o pau-d'arco (***Tabebuia impetiginsa***) e landi (***Colophyllum brasiliensis***), que apresentam valor econômico no local, estão presentes (BAHIA, 1998).

A vegetação de dunas, restingas, de áreas úmidas (manguezais), de várzeas e a mata ciliar também constituem o tipo florístico da APA. As Figuras 30 e 31

retratam os tipos diversificados de formações vegetais desta unidade de conservação.

Figura 30 – Remanescente de Mata Atlântica que recobre parte da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Figura 31 - Florestas de Mangues característicos de áreas estuarinas da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Dentre os indivíduos da macrofauna encontrados nos habitats observados, a avifauna é a mais representativa, pelo número de espécies e o número de indivíduos. Há presença de espécies em vias de extinção, como o Curió (*Oryzoborus angolensis*) que é muito explorado pelo homem, porque apresenta valor comercial em decorrência do seu canto.

Também estão presentes muitas espécies de répteis: camaleão (*Rhampoleon brevicaudatus*), tatu verdadeiro (*Dasypus novemcinctus*), teiú (*Tupinambis merianae*) e jacaré de papo amarelo (*Caiman latirostris*).

Os peixes, crustáceos e moluscos povoam as ilhas que fazem parte da APA em quantidade e diversidade (BAHIA, 1998). Esses animais são a base de sustentação da economia local, pois a pesca artesanal é uma das principais atividades econômicas das ilhas que fazem parte desta Unidade de Conservação e, por isso, necessitam de instrumentos legais de proteção.

Nas últimas décadas, vem ocorrendo um aumento da atividade turística de forma desordenada e com uma tendência para o advento do turismo de massa. Esse fenômeno vem contribuindo para o surgimento de impactos negativos aos ecossistemas, o que compromete a capacidade reprodutiva de peixes, crustáceos, moluscos e, em particular, os de interesse comercial que asseguram a sobrevivências das comunidades tradicionais que habitam o entorno dos manguezais e estuários. Pelos motivos acima relatados, foi necessária a promulgação de documentos jurídicos para assegurar a implementação da APA e a conservação dos seus recursos ambientais.

6.3.3 Aspectos Jurídicos da Criação e Implementação da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba

A APA das Ilhas Tinharé e Boipeba foi criada pelo Decreto nº 1.240 de 5 de junho de 1992, com bases legais: no artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 3.858, de 3 de novembro de 1980 (institui o Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e dá outras providências) e com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981 (dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências) e na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 10, de 14 de dezembro de 1988 (dispõe sobre as Áreas de Proteção Ambiental).

Os motivos de sua criação e implementação foram os seguintes:

– as ilhas de Tinharé e Boipeba apresentam litoral bastante recortado, com a presença de morros, barras e recifes, assentados em depósitos costeiros compostos por arenitos, areias e mangues, canais e braços de mar, entrecortados por ilhéus e inúmeras microbacias hidrográficas e praias;

- a existência, na região, de um grande ecossistema estuarino, que envolve as ilhas de Tinharé e Boipeba, formado por pequenos canais e ilhotas;
- a região assim descrita constitui relevante patrimônio ecológico de interesse para proteção ambiental, preservando-se, inclusive, da ação antrópica os recursos naturais das suas áreas de restinga e de remanescentes da Mata Atlântica;
- a necessidade de se garantir o desenvolvimento harmônico e disciplinado dos povoados da região das ilhas, a exemplo do Morro de São Paulo, Gamboa do Morro, Garapuá, Velha Boipeba, sustando o processo acelerado de descaracterização ambiental, por que passam, em face do turismo predatório;
- na forma da legislação ambiental, a APA constitui o tipo de Unidade de Conservação mais adequada de que dispõe o Poder Público para ordenar as atividades econômicas, de turismo ecológico e outras atividades sociais e humanas no interior das áreas de interesse relevante, segundo diretrizes que orientam o desenvolvimento sustentável.

A criação da APA motivou-se também por conta do crescimento do turismo na região de forma desordenada, ocorrendo nas últimas décadas e vem comprometendo a integridade dos seus ecossistemas (BAHIA, 1998). Esse fenômeno ocorre com mais intensidade nas localidades de Morro de São Paulo e Gamboa porque são localidades com grande demanda turística no verão, por estarem em áreas de fácil acesso pela via fluvial ou marítima e nos seus territórios ocorrer a presença de praias extensas e com água limpa, que se constituem em recursos turísticos de grande atratividade. Os objetivos da criação da APA (BAHIA, 1998, p. 5) foram:

- estimular o desenvolvimento regional;
- ordenar as atividades econômicas, de turismo ecológico, sociais e humanas, observando as diretrizes que orientam o desenvolvimento sustentado;
- ordenar o seu território devido ao crescimento urbano desordenado nas últimas décadas;
- incentivar o uso sustentável dos recursos naturais;
- criar mecanismos com vistas a reverter o processo acelerado de descaracterização ambiental do povoado das ilhas;
- preservar os manguezais, os recursos naturais da área de restinga e de remanescentes da Mata Atlântica bem como o relevante patrimônio histórico e ecológico;

- incentivar as ações de educação ambiental para desenvolver a consciência ecológica nas gerações atuais e futuras;
- proteger paisagens, belezas cênicas e recursos hídricos;
- propiciar recreação e lazer.

Para harmonizar a ocupação humana e o desenvolvimento econômico, foi aprovado, em 1998, o Plano de Manejo da APA através da Resolução nº 1.692 de 19 de junho de 1998 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM). Ao mesmo tempo, o Artigo 3º dessa Resolução aprova e constitui o Zoneamento Ecológico-Econômico. Esse zoneamento é tipificado de acordo com usos permitidos e restrições. Os Quadros 7, 8, 9, 10, 11e 12 demonstram esse zoneamento.

Quadro 7- Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZPR (Zona de Proteção Rigorosa)	Correspondem as áreas de preservação definidas pela legislação federal; Lei Federal nº 4771/65 -Código Florestal; Lei Federal no 693/81 – que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente; Resolução CONAMA nº04/85; Constituição Estadual Art. 15.	Manguezais; Áreas Estuarinas; Recifes de Corais; Dunas e Restingas; Lagos, Lagoas e Nascentes; Matas Ciliares; Encostas sujeitas a erosão e deslizamentos; Cavernas e Sítios Fossilíferos; Florestas e demais formas de vegetação ao longo dos rios e qualquer corpo d' água em faixa marginal (pântano); Bolsões de desova de tartarugas marinhas localizadas nas praias de Tassimirim e ao sul da Foz do Rio Catu até a ponta dos Castelhanos, na Ilha de Boipeba.	Vegetação contemplativa controlada; Estudos de pesquisas e técnico-científicas; Trilhas ecologias controladas; Pesca e mariscagem por comunidades tradicionais de forma controlada; Atividades que impliquem na necessidade de garantir a integridade físico-biótica dos ecossistemas em formação de recomposição gradativa dos ambientes e ou unidades ambientais destruídas e ou modificadas por antropismo.	Todas as atividades antrópicas que importem na descaracterização da fauna e flora e dos ecossistemas aquáticos, ou dos atributos e características que lhe conferem especificidade e ou peculiaridade a exemplo da morfologia; Proibido o tráfego de veículos; Iluminação nas áreas de desova de tartarugas marinhas conforme portaria do IBAMA no 11 de 30/10/95.

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZPVS (Zona de Proteção da Vida Silvestre)	Correspondem as: Ilhas do Manguinho e Papagaio que apresentam pouca ou insignificante ação antrópica, com a presença de animais silvestres principalmente a avifauna, e local de pouso e reprodução de aves migratórias; Áreas de Floresta Ombrófila Densa de Mata Grande, na Ilha de Boipeba e Mata da Cerca Grande na Iha de Tinharé; Dunas do Cabaça na Ilha de Boipeba; Recifes da praia do Bainema até a foz do Rio Catu, na Iha de Boipeba.	Ilha com vegetação de mangue constituindo-se em nicho ecológico (pouso e reprodução); área de vegetação ombófila densa; Dunas com vegetação preservada; Recifes incluindo prado de fanerógamas marinhas.	Pesquisa técnico-científica.	Restrita a qualquer atividade que importe na alteração dos recursos naturais, inclusive implantação de trilhas e qualquer tipo de extrativismo.

Fonte: Bahia (1998, p. 124).

Nas Zonas ZPR e ZPVS ficam restritas atividades antrópicas que comprometam a integridade ecológica dos seus ecossistemas. Isso se justifica pela presença de espécies que utilizam essas áreas para desova e também a riqueza em recifes de corais e também pela presença de uma avifauna migratória que dependem dessas áreas para se alimentar. Nessas zonas são permitidas somente atividades com fins científicos.

A preservação dessas zonas é relevante devido as espécies endêmicas que o habitam e pela presença temporária de aves migratórias. O Quadro 8 a seguir descreve as outras zonas que fazem parte do grupo de conservação do zoneamento da APA.

Quadro 8 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZME (Zona de Manejo Especial).	Correspondem as áreas que contém ambientes relacionados as áreas úmidas podendo ou não ter sofrido ação antrópica: A partir da Lagoa de Garapuá se estendo para o sul da Ilha de Tinharé até as proximidades das fazendas Pracuí e Salinas; Áreas menores na Fazenda Santo Antônio e próximo a localidade de Canavieiras na Ilha e Tinharé; Ao longo da trilha que liga a localidade de Garapuá a Fazenda Pilão defronte a Cairú, em Tinharé; Área ao norte da Ilha de Tinharé, cortada pelos rios Cabotá e Taengo; Área entre o Rio Cabotá e Mata da Cerca Grande, na Ilha de Tinharé; Grande e do Bainema na Ilha de Boipeba.	Áreas de campo com presença de áreas úmidas, pântanos, várzeas, com pouca profundidade do lençol freático, alta acidez do solo e vegetação de espécies endêmicas.	Pesquisa técnico-científica; Implantação de trilhas controladas; Visitação controlada	Restrição a qualquer atividade que descaracterize seus ecossistemas, que venha comprometer a sua auto-recuperação, a exemplo de atividades que revolvem o terreno, que interrompa o fluxo natural das águas ou comprometam a sua qualidade.

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZOM (Zona de Orla Marítima)	Corresponde a faixa costeira de 60 m contados a partir da linha de preamar máxima incluindo terrenos da Marinha e desembocadura dos principais rios conforme constituição do Estado da Bahia (Art. 214 inciso I) e a Lei Federal no 7661/88 Art. 10; Compreende dentre outras as praias em Tinharé: Morro de São Paulo (Alambique, Prainha, Segunda e Terceira e Quarta Praias; Garapuá; Pontal. Em Boipeba: Cueira, Tassimirm e Bainema.	Estirâncio (faixa litorânea coberta e descoberta pela maré) e pós praia; Terrenos marinhos	Visitação contemplativa; Atividade de apoio a turismo e ao lazer (esporte de praia e banho)	Arruamentos; Tráfego de veículos; Construções de edificações em caráter permanente; Qualquer forma de utilização do solo que impeça acesso ou dificulte o acesso ao mar.

Fonte: Bahia (1998, p.124)

De acordo com o Quadro 8 nas Zonas ZME e ZOM são permitidos os usos para fins científicos e com visitação controlada. Isso ocorre porque essas zonas são detentoras de ecossistemas típicos de terraços marinhos como os estuários com alto grau de fragilidade. O Quadro 9 prossegue com essa descrição.

Quadro 9 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZOR (Zona de Ocupação Restrita)	Correspondem as áreas costeiras relacionadas a mananciais superficiais com vocação para o turismo de baixa densidade.	Terraços marinhos e fluviomarinhos; Colinas.	Residencial unidomiciliar e pluridomiciliar: Lote mín=3.000m ² ; IP= 0,8; Gab máx= 2 pav; Dens. máxi= 250m ² /hab; Turístico: Lote mín=20.000m ² ; IP = 0,8; Gab máx =3 pav; Dens. máx=250m ² /hab.	Descaracterização da morfologia do terreno da fauna e flora; Todos os empreendimentos deverão apresentar solução de esgotamento sanitário compatível com a profundidade do lençol freático.
ZUR(Zona de Urbanização Restrita)	Correspondem aos povoados com características socioculturais tradicionais , a exemplos do Galeão, Garapuá, Pedrinhas, Cachoeirinha, Canavieiras, Moreré e São Sebastião (Cova da Onça).	Terraços marinhos e fluviomarinhos; Colinas.	Residencial unidomicilar, comércio e serviço de pequeno porte, conservando as características turísticas locais.	Implantação de loteamentos e qualquer tipo de construção que venha alterar a atual estrutura urbanística e sociocultural das populações.
ZEV(Zona de Extração Vegetal)	Correspondem as áreas de mata com a presença de piaçava, localizadas na Ilha de Tinharé e que já são utilizadas pelas comunidades tradicionais.	Matas com presença de piaçava sobre terraços fluviomarinhos e colinas.	Extração controlada de piaçava; Atividades econômicas com características artesanais; agricultura de subsistência; Implantação de hotel fazenda: Gleba mín= 500.000 m ² ; IP=0,9; Gab máx= 250 m ² /hab.	Desmatamento

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZEA (Zona Extrativa Animal)	Corresponde ma as áreas de manguezais já utilizadas com extrativismo tradicional, localizadas no entorno dos rios Abrué, Marim e Verde na Ilha de Tinharé	Manguezais	Extrativismo controlado	Qualquer atividade que importe em alteração desse ecossistema.

Fonte: Bahia (1998, p.126)

De acordo com Quadro 9 nas Zonas ZOR, ZUR, ZEV e ZEA o seu uso é permitido com restrições porque nas Zonas ZEV e ZEA acusam a presença de recursos naturais, manguezais e piaçava, que são utilizados pela população tradicional que habita o seu entorno. Ressalta-se que nas Zonas ZOR e ZUR são pontuadas por terraços marinhos e fluviomarinhos e a presença de colinas. Isso é relevante porque são zonas susceptíveis a processos de erosão. O Quadro 10 dá continuidade a esta descrição.

Quadro 10 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé E Boipeba

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZPV (Zona de Proteção Visual)	Corresponde ao contexto paisagístico de dunas e colinas, próximas as localidades de Morro de São Paulo e Gamboa, em processo de ocupação que otimizam a implantação de equipamentos de infraestrutura turística.	Colinas;Dunas	Visitação contemplativa; Trilha ecológicas; Uso residencial: Lote mín - 1.000m ² ; IP= 0,7; Gab máx= 2 pav; Turístico: Lote mín= 5.000 m ² ; IP= 0,8; Gab máx= 2 pav.	Legislação ambiental e parcelamento do solo vigente; Todos os empreendimentos devem apresentar soluções de saneamento básico compatível com o lençol freático.

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZPV(E) - (Zona de Proteção Visual Especial)	Contexto paisagístico onde ocorrem dunas e colinas com paisagem conservada, que otimizam a implantação de equipamentos de infraestrutura turística de baixa densidade.	Colinas; Dunas.	Visitação contemplativa; Trilha ecológicas; Uso residencial Lote mín- 10.000m ² ; IP= 0,8; Gab máx = 2 pav; Turístico: Lote mín= 20.000 m ² ; IP= 0,8; Gab. máx= 2 pav. Dens. máx=250m ² /hab	Legislação ambiental e parcelamento do solo vigente; Todos os empreendimentos devem apresentar soluções de saneamento básico compatível com o lençol freático.

Fonte: Bahia (1998, p.128).

Nas ZONAS ZPV e ZPV(E) como mostra o Quadro acima são também destinadas a conservação e permitem somente a visitação e contemplação devido a sua riqueza em dunas e colinas. Esses ecossistemas se caracterizam pela sua fragilidade aos processos de erosão devido a retirada de sua vegetação. O Quadro 11 descreve o grupo de zonas de categoria uso.

Quadro 11 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZEP (I) - Zona de Expansão (I)	Correspondem aos vetores de expansão urbana dos povoados de Morro de São Paulo, Gamboa e Velha Boipeba.	Colinas	Comércio; Serviços; Uso residencial unidomiciliar e pluridomiciliar: Lote 300 m ² IP=0,5; Gab máx= 2 pav. Turístico: Lote mín=1.500m ² ; IP=0,6; Gab. Max= 2 Pav.	Legislação ambiental e parcelamento do solo vigentes; Todos os empreendimentos devem apresentar solução de saneamento básico compatível com o lençol freático.

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZEP (II) – Zona de Expansão (II)	Compreendem áreas próximas aos adensamentos de Morro de São Paulo e Gamboa e defronte a sede de Cairu com tendência a expansão urbana.	Terraços fluviomarinhos; Colinas.	Comercial; Serviços; Residencial unidomiciliar e pluridomiciliar: Lote mín=600 m ² ; IP= 0,5; Gab. máx= 2 pav. Turístico: Lote mín= 2.000m ² ; IP=0,6; Gab. máxi= 2 pav.	Legislação ambiental vigente e parcelamento do solo vigentes; Todos os empreendimentos devem apresentar solução de saneamento básico compatível com o lençol freático.
ZAG (Zona Agrícola)	Correspondem as áreas onde já se praticam as atividades agropastoril de resistência e o extrativismo vegetal. Sendo proposto o turismo de baixa densidade (Hotel Fazenda).	Terraços marinhos e fluviomarinhos; Colinas.	Agropastoril de subsistência; Extrativismo controlado; Atividades econômicas com características artesanais; Residencial e domiciliar, pluridomiciliar e unidomiciliar e turístico .	Uso de defensivos agrícolas nos moldes da legislação vigente e em conformidade com a Resolução CONAMA 10/88; Proibido o parcelamento do solo para loteamento residencial.

Fonte: Bahia (1998, p.130).

Essas zonas se caracterizam pelo uso de atividades produtivas com o condicionante de obedecer de forma rigorosa a legislação ambiental e os parâmetros estabelecidos pelos instrumentos de gestão do uso do solo. Isso se justifica porque essas zonas são detentoras de colinas e terraços fluviomarinhos. Esses ecossistemas são sensíveis a ação antrópica e em particular a visitação excessiva por turistas. O Quadro 12 complementa a descrição desse grupo de zonas.

Quadro 12 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZT (Zona Turística)	Compreendem áreas apropriadas para a expansão da atividade turística.	Terraços marinhos e fluviomarinhos; Colinas.	Institucional; comercial. residencial unidomiciliar e pluridomiciliar: Lote mín - 1.000m ² ; IP= 0,7; Gab máx= 2 pav; Turístico: Lote mín= 5.000 m ² ; IP= 0,7; Gab Máx= 2 pav.	Os empreendimentos estarão condicionados a parecer técnico em relação as soluções apresentadas para o esgotamento sanitário, coleta e destinação final adequada do lixo; Todos os empreendimentos deverão apresentar solução de saneamento básico compatível com o lençol freático.
ZT (E) (Zona Turística Especial)	Compreendem áreas com declividade suave cuja localização determina uma vocação turística de baixa densidade.	Terraços marinhos e fluviomarinhos; Colinas.	Uso residencial unidomiciliar e pluridomiciliar: Lote mín=2.000m ² ; IP= 0,7; Gab máx = 2 pav; Turístico: Lote mín= 10.000 m ² ; IP= 0,8; Gab. máx= 2. Dens. mx=250m ² /hab.	Os empreendimentos estarão condicionados a parecer técnico em relação as soluções apresentadas para o esgotamento sanitário, coleta e destinação final adequada do lixo; Todos os empreendimentos deverão apresentar solução de saneamento básico compatível com o lençol freático.

Zonas	Descrição	Caracterização	Usos Permitidos	Restrições
ZUC (Zona de Urbanização Controlada)	Compreende as povoações de Morro de São Paulo, Gamboa, Velha Boipeba que apresentam ocupação desordenada, carentes de infraestrutura básica e que sofrem com o impacto do turismo de massa.	Colinas; Dunas; Terraços fluviomarinhos.	Comercial; Serviços; Institucional; Uso residencial unidomiciliar e pluridomiciliar: Lote mín=250m ² ; IP= 0,5; Gab máx = 2 pav; Turístico: Lote mín= 1.200 m ² ; IP= 0,6; Gab. máx= 2 pav.	Legislação ambiental vigente e parcelamento do solo vigente; Todos os empreendimentos devem apresentar solução de saneamento básico compatível com o lençol freático.

Fonte: Bahia (1998, p.132).

As zonas descritas no Quadro 12 permitem atividades turísticas. No entanto, a implementação dos equipamentos turísticos terão que serem submetidos a condicionantes de acordo com a legislação ambiental e os instrumentos de gestão do uso do solo porque essas zonas são pontuadas por ecossistemas frágeis, terraços marinhos, terraços fluviomarinhos, colinas dunas. Instalações turísticas que não estejam de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo zoneamento da APA comprometem a função ecológica dos ecossistemas dessas zonas.

Esse zoneamento, como instrumento de planejamento ambiental quando associado com as linhas de ações e objetivos estabelecidos pelo plano de manejo da APA, possibilita, dentro do contorno espacial desta unidade de conservação, preservar e conservar os seus recursos socioambientais.

Dentro desse espaço, destaca-se a Ilha de Boipeba, por apresentar uma diversidade de ecossistemas, riqueza em diversidade cultural, paisagens típicas de vilarejos praianos e grande atratividade turística.

6.4 A ILHA DE BOIPEBA

O nome Boipeba significa *m'boi pewa*, “ cobra chata”, dado pelos índios tupis que habitavam esta localidade, em alusão a um tipo de tartaruga marinha frequente na ilha. Hoje, a localidade é denominada de Velha Boipeba (AMABO, 2006).

6.4.1 Vias de acessos

Os acessos para quem parte de Salvador se dão pelas estradas federais BR-324 e BR-101 e, depois, pela BA-452 até a cidade de Valença, com um percurso de 256 km. Em seguida, o acesso é feito por via fluviomarinha, por barco (tipo marcha lenta, que os moradores chamam de “pó-pó”) ou por lancha rápida, com uma duração de 3 horas e meia e uma hora, respectivamente. Outra opção é se deslocar pelas mesmas rodovias e, depois, seguir pela BA-884 até a cidade de Cairu (distância de 56km do entroncamento dessa cidade). No cais do distrito Torrinhas, completa-se o percurso de barco, gastando neste trajeto uma hora de lancha lenta e vinte cinco minutos de lancha rápida. O acesso pode ser feito também pelo sistema *ferry-boat* que liga Salvador à Ilha de Itaparica e depois pela BR-101 até a cidade de Nazaré, daí pela BA-001, que liga esta cidade a Valença.

Esse trajeto por rodovia pavimentada é de 110km e, depois, completa-se a viagem com barco ou lancha rápida. Por aviação, também se tem acesso a essa ilha, por aeronaves de pequeno porte que decolam do Aeroporto de Salvador (Luis Eduardo Magalhães), fazendo o trajeto em 30 minutos até a fazenda Pontal do Curral. Depois, faz-se de barco, a travessia do canal do Rio de Inferno, num percurso de 20 minutos.

Está interligada também a Morro de São Paulo e o trajeto é feito por lanchas rápidas com duração de 40 minutos e 25 minutos respectivamente.

Entre essas possibilidades de acesso, a fluvial é a mais utilizada devido ao fato de não existir comunicação terrestre entre essa localidade e o continente, o que justifica o aumento do número de lanchas rápidas (deslocando-se principalmente do porto de Valença), fenômeno que tem contribuído para o aumento do número de turistas na Ilha.

6.4.2 Histórico e ocupação

A ocupação da Ilha de Boipeba é também uma consequência do projeto Ultramarino de Colonização dos Portugueses cuja finalidade era a busca de matéria-prima para abastecer as metrópoles centrais europeias.

A fundação da ilha ocorreu no ano de 1563 pelos colonos portugueses. Liziê (2008) ressalta que a fundação de Boipeba foi possível porque Mem de Sá, no ano

de 1537, doou ao colégio da Bahia a chamada sesmaria das 12 léguas de Camamu o que possibilitou aos jesuítas fundarem a Aldeia e Residência de Boipeba, uma das mais antigas. Ainda segundo essa autora, a aldeia de Boipeba teve grande crescimento quando ocorreu a fuga de colonos do continente (Ilhéus), temerosos dos ataques dos Aimorés.

No ano de 1610, foi levada à condição de vila. Em 1811, Boipeba perde a sua condição de vila para o povoado de Jequié, que recebeu o nome de Vila Nova de Boipeba.

Em 500 anos, desde sua fundação, a ilha passou por diversas transformações espaciais em decorrência de vários ciclos econômicos a exemplo; do pau-brasil; da cana-de-açúcar e os mais recentes, o turismo e produção de gás natural. A chegada da atividade turística foi o fenômeno que mais contribuiu para a sua transformação espacial.

6.4.3 Aspectos naturais e territoriais

A configuração territorial da Ilha é composta pelos distritos de Velha Boipeba, Monte Alegre, os povoados de Bainema, Mata Grande, Mata do Serrão, Pau Grande, Mariana, Cova da Onça e a Vila de Moreré.

A sua parte litorânea (frontal para o Oceano Atlântico) é circundada pelas praias de Tassimirim, Moreré, Bainena e Cova da Onça. Os rios do Inferno e Grande formam um complexo estuarino que dão configuração à parte fluvial da ilha. Tanto a parte litorânea quanto a fluvial da ilha são pontuadas por manguezais, mata atlântica e coqueirais que, em conjunto, formam um complexo florístico homogêneo e que dá a essa localidade uma beleza cênica peculiar típica de paisagens tropicais costeiras.

A figura 32 mostra esse complexo.

Figura 32 - Foto que retrata a paisagem costeira da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Os rios do Inferno e Grande, sob influência dos ciclos das marés do Oceano Atlântico, formam diversos estuários que, associados aos manguezais, conferem a essa localidade riqueza em diversidade biológica, a exemplo dos peixes, crustáceos e moluscos. Essa diversidade é essencial para assegurar a sobrevivência dos moradores locais e também para estabelecer a relação com a diversidade cultural das comunidades tradicionais que habitam a Ilha.

O seu núcleo de povoamento se deu a partir da praça central que dá acesso à Igreja do Divino Espírito Santo, monumento histórico dos tempos remotos do Brasil Colônia e, depois, se expandiu para o cais até próximo à foz do Rio do Inferno. Esse povoamento antigo é chamado de Velha Boipeba e corresponde à parte mais urbanizada e adensada da ilha e à sua parte fluvial. Nessa parte, estão instaladas diversas residências, casas de veraneio, estabelecimentos comerciais (bares, restaurantes, pousadas, agências de viagem) e dois atracadouros. Estes servem de apoio para diversos tipos de embarcações oriundas de diferentes localidades e também para descarregamento de mercadorias para abastecer os estabelecimentos comerciais da ilha, além do desembarque de turistas provenientes de diversos Estados brasileiros, cidades circunvizinhas e também de vários países.

A outra parte de povoamento da ilha se desenvolve em direção ao litoral marítimo, e as edificações predominantes são as pousadas, hotéis, bares e restaurantes para dar suporte aos turistas, visitantes e veranistas.

A outra área de expansão urbana se deu para o seu interior devido ao surgimento de loteamentos clandestinos, sem obedecer aos parâmetros de edificações do zoneamento do Plano Diretor Urbano de Desenvolvimento (PPDU), para atender a um grande fluxo de pessoas de baixa renda que se deslocam dos municípios circunvizinhos à procura de emprego na atividade turística. Nesta parte, é onde se observa, com mais intensidade, altos índices de desmatamento e transformação do meio natural em urbano, como mostra a Figura 33.

Figura 33 – Foto que aponta a transformação do espaço rural em urbano no interior da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

A Figura 33 mostra que as residências são construídas de alvenaria, as paredes são de tijolos de barro rebocadas com cimento e pintadas com cores variadas. Os tetos das casas são cobertos com telhas de barro. São bem arejadas e, em suas salas, os eletrodomésticos (televisor, aparelho de som, rádio e DVD) são arrumados nos seus devidos lugares e cobertos com capa de pano para evitar poeira e salitre. Os quartos possuem pisos de cimento e, às vezes, de lajota; as camas são de madeira e estão sempre arrumadas. Nas cozinhas, tanto os eletrodomésticos como os demais utensílios, sempre bem arrumados, dão um

aspecto peculiar de residências do interior, pois alguns utensílios são pendurados nas suas paredes e as frutas, cachos de bananas, são suspensos com arame na cumeeira. Os banheiros têm piso de cimento e são divididos em dois compartimentos: no primeiro, encontra-se uma pia e um vaso sanitário; o segundo é destinado ao banho. As frentes das casas, em sua maioria, são decoradas com uma variedade de plantas ornamentais, e, em outras, ocorreram adaptações de um cômodo para abertura de comércio, com a finalidade de vender desde gêneros alimentícios a produtos de higiene pessoal aos turistas. A Figura 34 retrata essas casas.

Figura 34 – Foto que retrata a fachada das residências da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Nos quintais, cultivam-se árvores frutíferas – mangas, carambolas, mamão, acerola, jaca, banana, laranja, goiaba e caju. A vegetação que predomina na ilha é do tipo de bosque de mangue, representada pelas espécies arbóreas do tipo: Mangue-Vermelho ou verdadeiro (*Rizophora mangle*), Mangue-de-botão (*Canocarpus erectus*), Mangue-Branco (*Laguncularia racemosa*) e Mangue-Siriba (*Avicenia schauweiana*), sendo mais predominante o mangue do tipo vermelho.

Na parte terrestre da localidade, a formação vegetal predominante é a Floresta Tropical Atlântica do tipo Floresta Ombrófila Densa³, sendo mais adensada na Vila de Moreré. Entre as espécies arbóreas presentes se destacam:

³ - Mata Atlântica do tipo secundária com diversos estágios de regeneração

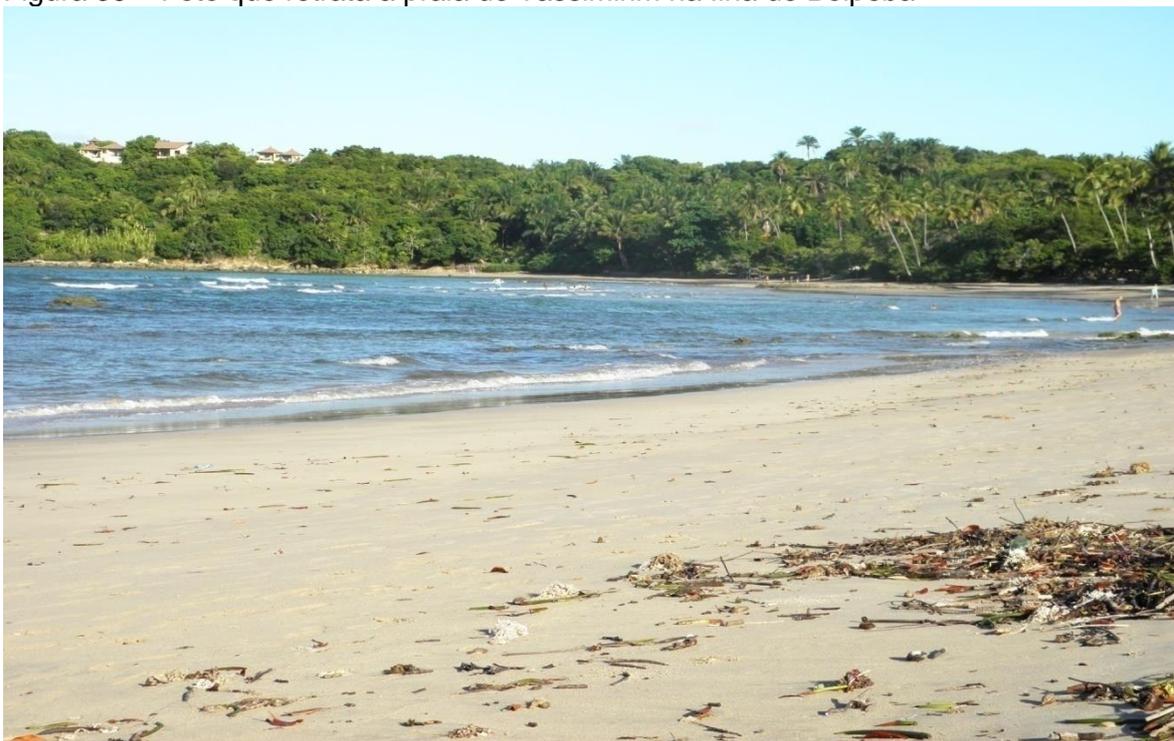
maçaranduba (*Manilkara elata*), cedro (*Cedrelasp.*), coração-de-negro (*Swartzia grandiflora*), banha-de-galinha (*Guettarda sp.*), louro (*Nectandra sp.*), louro-cravo (*Cryptocarya mandioccana*), pau-roxo (*Peltogyne discolor*), além de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e pequi-preto (*Caryocar edule*).

Os animais que habitam a Ilha são representados por dois grupos: no primeiro, os que habitam as áreas úmidas, os manguezais e estuários, assim especificados: O primeiro: **A) crustáceos:** caranguejos: (*Ocides cordatus*), gaimuns (*Cardisoma guanhumi*) moluscos: ostas (*Crassostrea gigas*), bivalvos (*Pecten maximus*, *Amêijoia macha*) **B) peixes:** tainhas (*Mugil cephalus*), robalos (*Epinephelus Marginatus*) **C) répteis:** tartarugas de pente (*Eretmochelys imbricata*). O segundo é representado pelos animais que habitam a parte terrestre da Ilha: **A) mamíferos:** raposa vermelha (**Raposa Vulpes**) **B) répteis:** (*Bothrops jararaca*) **C) aves:** (Cubango (*Icteridae haemorrhous*), tiés (*Traupis palmurum*) **D) anélideos:** (***Siphonops annulatus***), **E) Anfíbios:** (*Bufos spp*).

A parte frontal da ilha é contornada pela praia de Tassimirm, sendo apropriada para banho e, por isso, a mais frequentada. Sua areia é de um branco amarelado, por causa da variedade de sedimentos de granulometria fina carreados pelas variações dos fluxos das marés e dos rios Inferno e Grande. A cor da água também varia: quando a maré está cheia, tem um tom amarelado; quando vazia, a cor é azulada. O pôr do sol nessa parte da Ilha é muito bonito; com tonalidades que variam do vermelho para o alaranjado.

As praias de Tassimirim, Cueira, Moreré e Bainema contornam a parte da ilha banhada pelo Oceano Atlântico, como mostra a Figura 35.

Figura 35 – Foto que retrata a praia de Tassimirim na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

A Figura 35 retrata a praia de Tassimirim, que é pontuada por coqueiral ao longo do seu trajeto.

6.4.4 Aspectos socioeconômicos

A população residente da ilha é de 2.500 habitantes, distribuída entre vilas e povoados, sendo os homens sua maioria, 60% (Roberto José Silva, 2012, gestor público da ilha). Na década de 90, a população estagnou (com taxa de crescimento de 0,2%) e, nos últimos anos, vem decaindo. Os jovens na faixa etária de 19 anos predominam entre a população-40% (IBGE, 2010).

As condições de vida ainda são precárias na localidade, com uma incidência de pobreza da ordem de 66,85%. O índice de renda da população é baixo, 50% dos chefes de família apresentam uma renda de R\$ 230,23 inferior a um salário mínimo vigente de R\$ 678,00 reais e 11% não possuem renda (BAHIA, 2010).

A maior parte da renda auferida da população vem da pesca artesanal e, em menor parte, do turismo. Hoje, são poucos os trabalhadores rurais dedicados ao extrativismo do coco-da-baía e do dendê. “Na década de 80, cerca de 70% da população da ilha auferia a sua renda da atividade pesqueira e 1.500 famílias

estavam ligadas a esta atividade e os 30% restantes do extrativismo do coco da baía e do dendê” (BAHIA, 1998, p.76).

Hoje, a pesca artesanal é a segunda fonte de renda da população local.

Os pescadores não são organizados em sindicatos de classe e são representados pela Associação de Pescadores de Cairu. Para exercer a sua profissão, os pescadores não recebem auxílio do poder público para a compra de barcos e materiais de pesca. O período de defeso⁵ do robalo, camarão e lagosta não é respeitado por alguns pescadores locais, e poucos são cadastrados para receberem o auxílio do defeso^{2 4} para o camarão, lagosta e robalo, que corresponde a alta estação do turismo.

O sistema utilizado na captura de peixes, mariscos e crustáceos é em sua totalidade artesanal. A canoa movida de um só pau movida da remo é o meio de locomoção utilizado pela maioria dos pescadores.

Todavia, com o crescimento do turismo, já se evidencia a utilização de motores de combustão em substituição ao remo, pois este equipamento permite um deslocamento mais rápido e facilita também a captura em maior quantidade de peixes e crustáceos.

Já se evidencia a pesca embarcada, com barcos motorizados, patrocinada por donos de restaurantes da localidade, com o objetivo de pescar mais para atender à demanda turística crescente. Este tipo de pesca é praticado na boca da barra, foz do rio Grande, com mais intensidade no período de alta estação, com a finalidade de captura de peixes de alto valor comercial, a exemplo da cavala, vermelho, robalo, para atender ao fluxo de turistas que aumenta naquele período (Sebastião Silva, 2012, representante local da associação dos pescadores artesanais).

Com o aumento da demanda por produtos pesqueiros, diversos impactos ambientais negativos ocorrem nos manguezais da ilha de Boipeba e estuários adjacentes, pois o que é pescado, em sua maior parte, é consumido pela população local. O excedente é vendido aos comerciantes locais de bares, pousadas, restaurantes, e hotéis.

⁴ - Período de reprodução em que a pesca é proibida

Quando chega o período da alta estação, a demanda por frutos do mar aumenta e também para servir a turistas e moradores de outros locais, como Valença, Salvador e Morro de São Paulo. As espécies mais capturadas são: a cioba, o camarão, a lagosta, a cavala e o polvo, devido ao seu alto valor comercial. A mariscagem de lambretas, ostras e sururus nos manguezais da Ilha de Boipeba é frequente.

No entanto, a demanda por pescado aumenta no período do defeso e várias espécies de peixes e crustáceos como, o caranguejo, gaimum, robalo, camarão, e que coincide com o aumento da demanda turística. Este aumento pode levar a exaustão desses animais.

Mesmo a localidade apresentando riqueza em diversidade biológica e o crescimento da atividade turística, a população residente local apresenta baixos índices de indicadores sociais e econômicos.

O sistema de saúde é precário e não mais comporta a demanda por serviços dos moradores locais e do fluxo de visitantes. Apesar disso, os moradores não apresentam sinais clínicos de desnutrição, provavelmente em razão da ingestão de proteínas, lipídios e sais minerais contidos nos peixes e mariscos provenientes dos manguezais e estuários adjacentes. A fonte de ingestão de carboidratos provém principalmente de massas artificiais (pães e biscoitos) comprados em mercearias da localidade; e as vitaminas são ingeridas através do consumo de frutas, mangas, mangabas, bananas, jacas, cultivadas na própria Ilha.

As doenças sexualmente transmissíveis (DST) ocorrem entre a população sexualmente ativa, a exemplo da sífilis. Dengue, hepatite, esquistossomose e verminoses são outros tipos de doenças parasitárias e viróticas notificadas com frequência nas localidades (Joelson Sale Silva, enfermeiro do posto de saúde de Boipeba). O índice de mortalidade infantil é alto, 30 óbitos por mil habitantes (BAHIA, 2010).

A população, quando necessita de atendimento de saúde mais especializado, desloca-se para o hospital de Valença e, quando não resolve o seu problema nesta cidade, o atendimento é finalizado nos hospitais de Salvador. Mesmo com os indicadores sociais e econômicos baixos descritos anteriormente, não foram observados sinais de mendicância entre os moradores da Ilha.

A ausência de saneamento básico é um problema na localidade e somente 50% dos domicílios são cobertos por água tratada, e o sistema de coleta de esgoto é inexistente (Roberto Jorge Silva, 2012). Os dejetos humanos são acondicionados pela maioria da população em fossas rudimentares e lançados diretamente, por esgotos domésticos, nos mananciais.

A coleta de resíduos sólidos é feita diariamente e só cobre 54% dos domicílios, pois, nos locais mais distantes do centro urbano, é ineficiente. É realizada por funcionários da prefeitura em um trator acoplado a uma carroceria de madeira, que depois é depositado em um terreno baldio sobre o solo a céu aberto, “lixão” sem tratamento e separação (Roberto Jorge Silva, 2012, gestor público local)

No lixão, estão presentes resíduos orgânicos, principalmente casca de frutas, restos de comidas, animais mortos, que são responsáveis pela produção do “chorume”⁵ que, ao contato com o solo, contamina o lençol freático, comprometendo a qualidade da água potável e marinha. Vale ressaltar também que esse tipo de resíduo atrai ratos e insetos, que são vetores de doenças infecciosas e parasitárias.

Outros resíduos sólidos, pilhas, diversos tipos de vidros, embalagens plásticas e de papel são encontrados com frequência O problema do lixo já é preocupação dos órgãos públicos:

O problema do lixo e sua deposição precisa ser avaliado, inclusive a escolha de um local apropriado para depositá-lo, já que a tendência é aumentar o seu volume, e o incremento de sua atuação como agente contaminante dos mananciais. (BAHIA, 2010, p.45).

A geração de resíduos sólidos e sua disposição final inadequada vêm-se acentuando nos últimos anos devido à expansão urbana desordenada provocada pelo êxodo rural de trabalhadores rurais oriundos da lavoura cacaueteira devido à crise que atingiu os municípios produtores de cacau, em particular, Ilhéus e Itabuna. Eles são atraídos pelos empregos prometidos pelos gestores públicos que planejam e implementam a atividade turística nessa localidade.

O sistema de segurança é assegurado por policiais lotados em um posto. A Ilha é pacata, e os moradores não se envolvem em brigas e confusões. Na época de fluxo turístico, esse silêncio é quebrado e, segundo moradores, o consumo de

⁵ - Líquido de cor escura resultante da fermentação dos resíduos orgânicos

diversos tipos drogas já chegou à Ilha (Reginaldo Filho, 2013, sargento do posto policial de Boipeba).

O transporte público na ilha é inexistente, pois não é permitida a circulação de veículos automotores. Os únicos meios de transporte disponíveis para a população se deslocar diariamente para as cidades circunvizinhas, Cairu e Valença, são barcos e lanchas e, internamente, somente os tratores com carrocerias de madeira que fazem a ligação da Vila de Moreré com essa localidade.

Devido ao crescimento do turismo nos últimos anos, associado com a ausência de políticas públicas e os instrumentos de gestão ambiental e planejamento urbano, já se observam pontos de crescimento urbano desordenado, principalmente na parte frontal da Velha Boipeba.

As construções irregulares são responsáveis principalmente pela descaracterização da paisagem local, o que pode levar a perda da diversidade biológica dos manguezais porque são construídas próximas dos estuários e manguezais. Vale ressaltar também que foi aprovado o Plano de Manejo da APA no ano de 1992, mas, na prática, a sua eficiência e eficácia não acontecem como instrumento normativo e ordenador do espaço territorial.

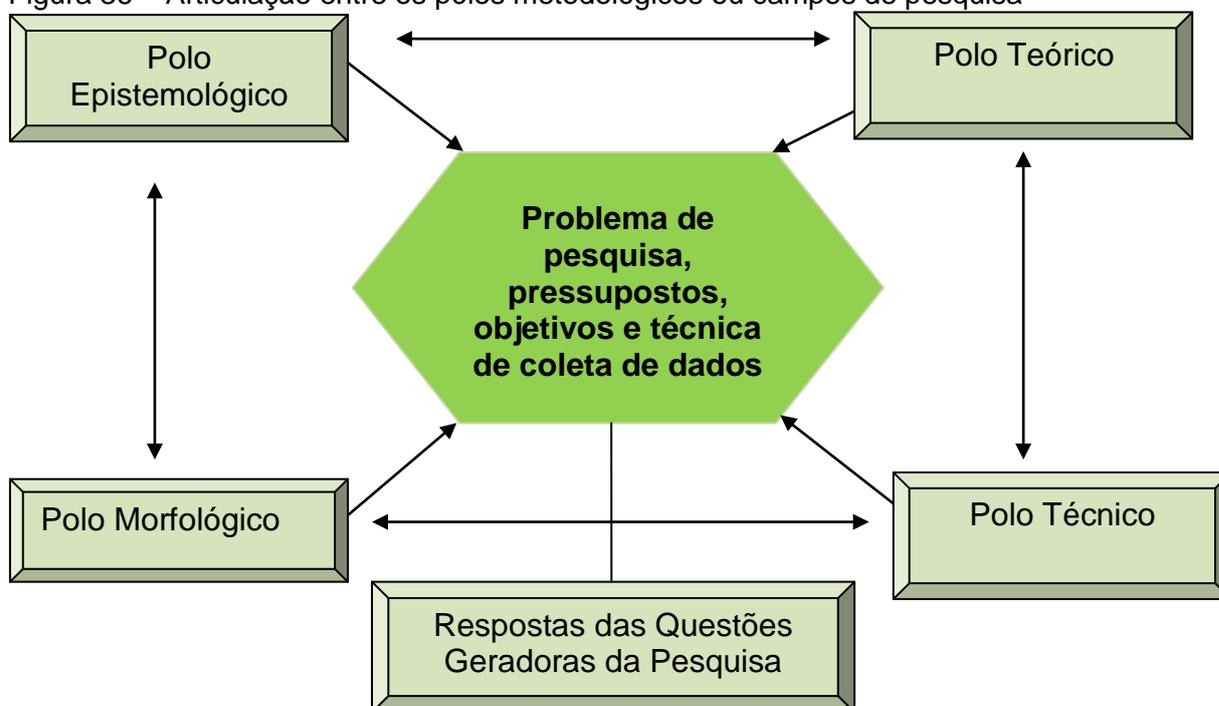
Para analisar como ocorre a perda da diversidade biológica dos manguezais e da diversidade cultural da população tradicional da Ilha de Boipeba faz-se necessária a elaboração dos passos lógicos metodológicos para compor o universo de análise da pesquisa.

7 ASPECTOS METODOLÓGICOS: O UNIVERSO DE ANÁLISE DA PESQUISA

Por metodologia, entende-se um conjunto de procedimentos lógicos e articulados entre si em função do problema de pesquisa, das questões geradoras, dos pressupostos, dos objetivos geral e específicos, do método de investigação e dos instrumentos de coleta de dados. Kaplan (1972) a conceitua como a descrição, a explicação e a justificação dos métodos. Para Laville e Dionne (1999, p.13). “[...] metodologia é o estudo dos princípios lógicos e dos métodos de pesquisa”.

Esses princípios estão articulados de forma lógica com os polos ou campos da pesquisa, como mostra a Figura 36.

Figura 36 – Articulação entre os pólos metodológicos ou campos de pesquisa



Fonte: Adaptado de Bruyne et al (1977, p.35-36).

Esses polos têm como finalidade servir de base teórica para delimitar o problema e encontrar os caminhos lógicos das perguntas às respostas das questões geradoras da pesquisa e também articulá-las em função do objeto de pesquisa. Bruyne et al (1977) preconizam que esses polos dão cientificidade à pesquisa científica.

A articulação desses polos permite também que o pesquisador, a partir de um dado particular ou uma singularidade, se desloque até o geral, ou seja, o tema. Essa generalização é um dos objetivos da metodologia. Kaplan (1972) ressalta que

a importância da metodologia é que ela capacita o pesquisador a fazer generalização a respeito de seu tema, análise, síntese e síncrese.

Este movimento dialético de análise-síntese-síncrese é que permite ao pesquisador responder as questões geradoras da pesquisa e, por último, fazer as conclusões de sua pesquisa.

A consequência desse movimento é a absorção, pela mente do pesquisador, da imagem do seu objeto de estudo, levando-o, então, a tomar consciência de sua problemática.

Isso se torna relevante porque o pesquisador, como cientista social, pode sugerir mudanças de intervenção espacial com a finalidade de conservar os recursos socioambientais do espaço, no caso em análise, a Ilha de Boipeba, e assim contribuir para o bem-estar social da população tradicional que sempre ocupou esse espaço e dele depende para a sua sobrevivência.

Bruyne et al (1977, p.35-36) observam que os polos apresentam as seguintes finalidades:

– **Polo Epistemológico:** exerce uma função de vigilância crítica. Ao longo da pesquisa, ele é a garantia da objetivação, isto é, da produção, do objeto científico, da explicitação das problemáticas da pesquisa;

– **Polo Morfológico:** é a instância que enuncia as regras de estruturação, de formação do objeto científico e lhe impõe certa figura, uma certa ordem entre os seus elementos. Permite ainda colocar um espaço de causação em rede onde se constroem os objetos científicos, seja como modelos ou cópias, seja como simulacros de problemáticas reais. O polo morfológico suscita diversas modalidades de quadros de análise porque é a conjunção dos polos teórico e técnico;

– **Polo Técnico:** controla a técnica de coleta de dados, esforça-se por constatar-los para poder confrontá-los com a teoria que os suscitou. Exige precisão na constatação, mas, sozinho, não garante sua exatidão;

– **Polo Teórico:** guia a elaboração dos pressupostos ou hipóteses e a construção dos conceitos. É o lugar da formulação sistemática dos objetos científicos. Propõe regras de interpretação dos fatos, de especificação e de definição das soluções provisoriamente dadas às problemáticas. É o lugar de elaboração das linguagens científicas, determina o movimento da conceitualização. O polo teórico avizinha-se dos “quadros de referência”, que lhe fornecem inspirações problemáticas provenientes das contribuições teórico-práticas das disciplinas.

Contudo, percebe-se a necessidade de definir uma base teórica e um método de investigação que sejam interdependentes. Essa interdependência se torna relevante para compreender problemas de pesquisas que abordem diversas áreas do conhecimento científico e, no caso específico, relacionados com a atividade turística e suas repercussões sobre o espaço.

Todavia, atividades complexas como o turismo, que envolvem relações entre o espaço com os sistemas ambientais e socioeconômicos, requerem uma relação lógica entre a teoria e o método de investigação no seu entendimento.

Vale salientar que as bases teóricas devem estar também em consonância com o problema formulado e com as hipóteses e objetivos a serem alcançados. Com relação a essa consonância, Silva (2006, p.38) assinala:

A elaboração e a escolha das bases teóricas, assim como a determinação da metodologia envolvida na construção de um trabalho de cunho científico, é fundamental para se atingirem os objetivos propostos durante a formulação da hipótese ou da problemática conceitual. É por meio das bases conceituais e do método que a hipótese formulada no início é confirmada ou refutada. Portanto, a escolha dessas bases e do método de análise deve convergir para o entendimento da realidade, suas peculiaridades, sua problemática e, ao mesmo tempo, possibilitar conclusões que venham a se tornar propostas ou sugestões que possibilitem a interferência no objeto estudado [...].

Partindo desses pressupostos, faz-se necessário incluir, nos estudos turísticos, os polos metodológicos de pesquisa de forma articulada para estabelecer relações lógicas entre as questões envolvidas com o problema de pesquisa e suas respostas acerca dessas relações com as transformações socioespaciais.

A inserção desses polos se justifica também porque permite fazer reflexões a respeito da implementação dos programas de desenvolvimento de turismo e suas repercussões socioespaciais que ocorrem na Ilha de Boipeba.

Além disso, esses polos apresentam relações lógicas que são essenciais em estudos interdisciplinares e, no caso específico, da atividade turística. Bruyne et al (1977) ainda enfatizam que as articulações entre os polos – teórico, técnico e morfológico – são indispensáveis em estudos interdisciplinares, e acrescentam:

A reflexão metodológica deve apresentar a maior gama possível de procedimentos epistemológicos, teóricos, morfológicos e técnicos para colocá-lo a disposição dos pesquisadores das disciplinas [...] o campo da pesquisa, concebido como lugar efetivo do trabalho dos pesquisadores é essencialmente um lugar dinâmico e dialético no qual se elabora uma prática científica que constrói objetos de conhecimento específicos, os quais impõem por sua vez, sua matriz

particular de apreensão e de interpretação dos fenômenos. (BRUYNE et al., 1977, p.28).

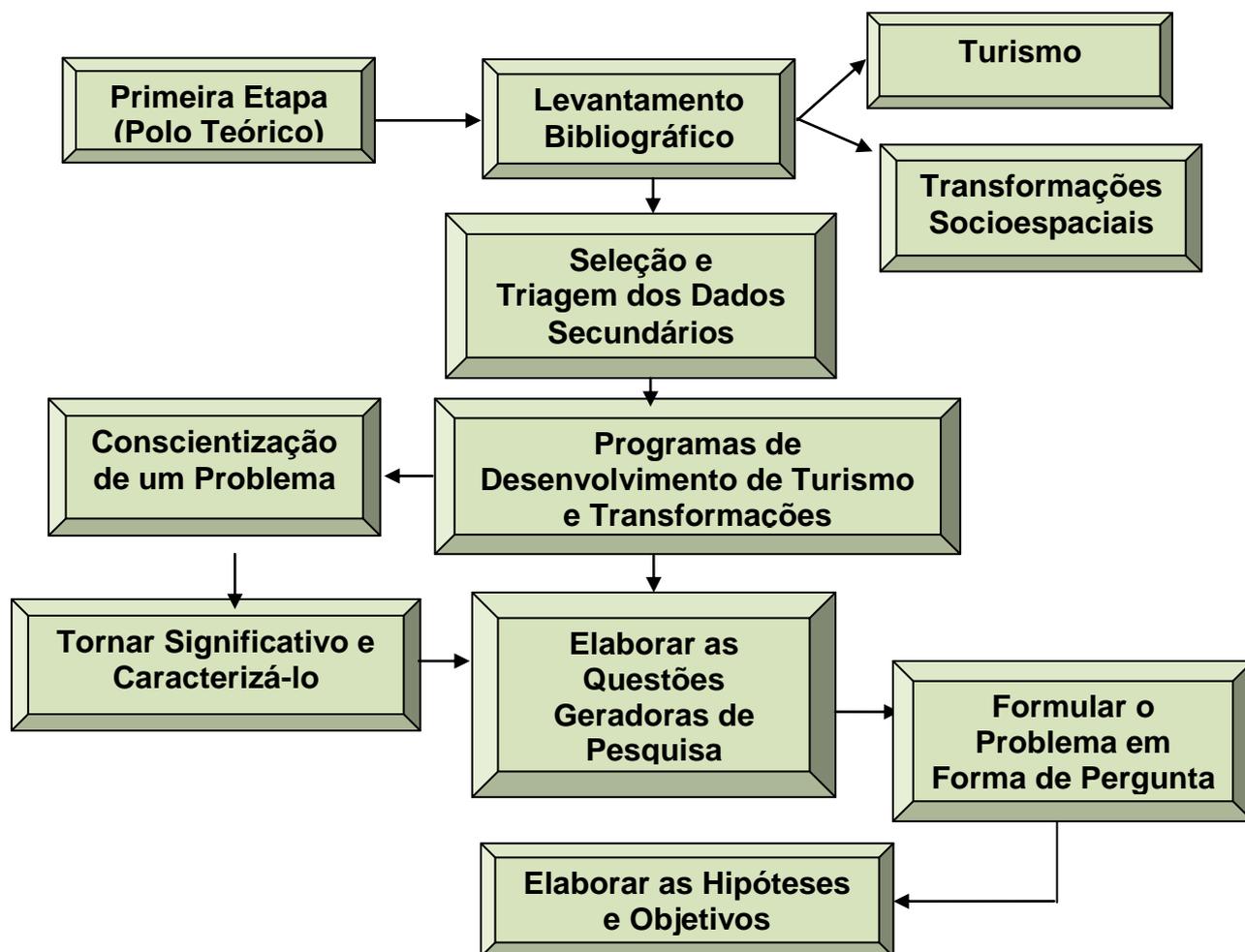
Partindo desses princípios, na execução desta pesquisa foi elaborado o roteiro metodológico que engloba os polos de pesquisa necessários a uma investigação científica e que permitem responder aos fenômenos envolvidos com a atividade turística e suas transformações socioespaciais.

7.1 ROTEIRO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este roteiro está estruturado em duas etapas: a primeira – elaboração do polo teórico; a segunda – corresponde ao polo técnico. A elaboração deste roteiro se justifica porque serve de guia no percurso lógico para obter as respostas das questões geradoras da pesquisa formuladas acerca do problema da pesquisa.

O roteiro para elaboração do polo teórico da pesquisa é demonstrado pela Figura 37.

Figura 37 – Passos lógicos para elaborar o Polo Teórico de pesquisa



Fonte: Adaptado de Bruyne et al (1997); Laville e Dionne (1999).

Na execução desta etapa, foram percorridos os seguintes passos lógicos:

- **Primeiro passo:** levantamento bibliográfico sobre o tema Turismo e Transformações Socioespaciais. Foi feita uma triagem de autores como Christaller (1963); Butler (1980); Tuan (1980); Mathieson e Wall (1990); Santos (1992); Cohen (1984) Casasola (1995), Corrêa (1995); Cara (1996); Molina (1996); Buollón (1997); Furtado (1993), Knafou (1997); Rodrigues (1997); Beni (2003); Swarbrooke (2000), Cruz (2001); Pearce (2003); Spínola (2006); Tomazzoni (2007); Lòpez Palomeque (2007) e Saziki e Souza (2009);

Segundo passo: seleção e triagem dos secundários. Em seguida, foram feitos triagem, seleção dos dados secundários e recorte do tema, estabelecendo uma relação os programas de desenvolvimento de turismo e transformações socioespaciais. Como base de fundamentação teórica, os seguintes autores foram consultados: Becker (1995), Perroux (1977), Rodrigues (1997), OMT (2001), Cruz

(2003), Silva (2006), Spínola (2006), Chiapetti (2009) que abordam as categorias teóricas sobre turismo e transformações socioespaciais;

– **Terceiro passo:** conscientização de um problema de pesquisa. Nesta etapa, realizou-se a filtragem dos dados secundários relacionados com o recorte do tema para tomar consciência e identificar a significância do problema de pesquisa. Logo em seguida, é feita sua caracterização e delimitação;

– **Quarto passo:** elaboração das questões geradoras de pesquisa. Após a conscientização do problema, foram elaboradas quatro questões geradoras de pesquisa. Essas questões referem-se à problemática, à realidade ou ao contexto, que pressionam a ocorrência do problema de pesquisa e sua complexidade.

Essa problemática é relevante porque, de forma provisória, revela as relações e causas possíveis do problema de pesquisa;

– **Quinto passo:** elaboração do problema de pesquisa. Corresponde também ao objeto de pesquisa, eixo problematizador ou foco da pesquisa. A sua elaboração consistiu em agrupar as questões geradoras da pesquisa em uma única.

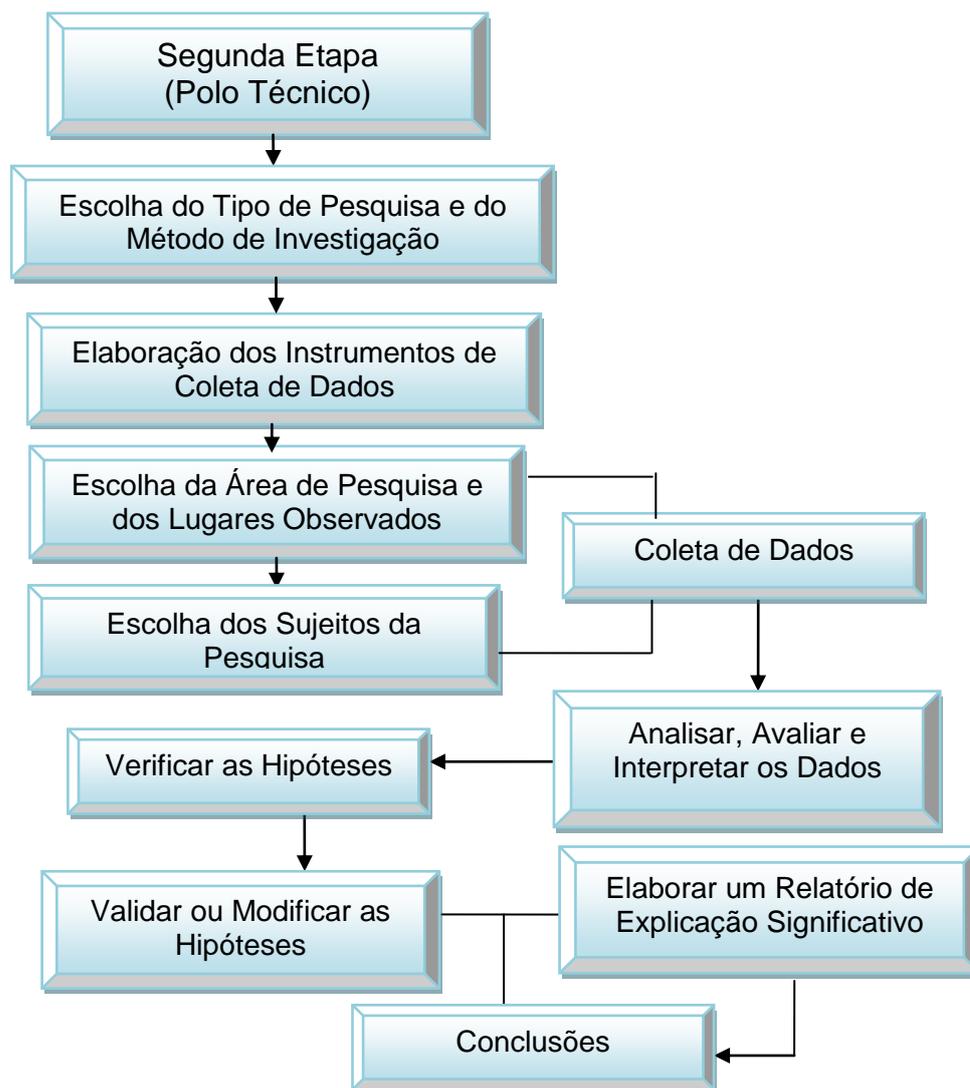
O problema de pesquisa formulado em única pergunta se torna relevante devido ao fato de expressar uma relação lógica que abrange desde o tema até as questões geradoras de pesquisa;

– **Sexto passo:** elaboração das hipóteses e dos objetivos geral e específicos. Foram elaborados de acordo com o problema da pesquisa, sua problemática envolvida ou questões geradoras.

Esse enquadramento é essencial porque as hipóteses são as respostas provisórias do problema de pesquisa percebido.

Portanto, a sua comprovação requer a elaboração de um polo técnico com a finalidade de servir de guia na coleta dos dados primários. A Figura 38 demonstra os passos lógicos para elaborar este polo.

Figura 38 – Procedimentos lógicos para elaborar o Polo Técnico de pesquisa



Fonte: Adaptado de Bruyne et al (1997); Laville e Dionne (1999).

Este polo tem como finalidade orientar a coleta de dados primários para confrontar com a teoria que lhe deu origem. Na sua execução, requer precisão e exatidão para que esses dados sejam pertinentes com a problemática da pesquisa.

Isso se torna relevante porque a coleta dos dados primários segue uma lógica estabelecida entre o polo teórico e o polo técnico. Além disso, esses dados têm uma relação direta com os objetivos específicos e as hipóteses de pesquisa.

Portanto, a veracidade desses dados confirma ou não as respostas das questões geradoras da pesquisa e veracidade das hipóteses.

Fica evidente, então, que uma pesquisa científica é uma relação lógica estabelecida entre as questões geradoras e suas respostas.

Devido a sua relevância, a descrição dos passos lógicos que compõem o polo técnico requer uma fundamentação teórica para dar cientificidade à sua operacionalização.

Ademais, a sua execução tem de apresentar também um encadeamento lógico entre a escolha do tipo de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados. A descrição lógica dos passos lógicos deste polo é feita a seguir.

7.1.1 Escolha do tipo de pesquisa e do método de investigação

A opção pela pesquisa qualitativa se justifica neste estudo porque apresenta características que podem explicar os nexos relacionais entre o sujeito da pesquisa e suas representações sociais com o cotidiano. Matheus e Fustinoni (2006, p.21) destacam estas características:

- a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal, pois não é possível separar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto sem perder de vista o significado;
- os investigadores interessam-se mais pelos processos do que pelos resultados ou produtos;
- os investigadores tendem a analisar os dados de forma indutiva (do particular para o geral);

O significado é de importância vital, ou seja, são os participantes da pesquisa ou sujeitos que adquirem destaque, com os significados que atribuem ou percepções/representações que elaboram.

Ainda de acordo com essas autoras estas características o diferem da pesquisa quantitativa, pois esta não leva em conta os significados do sujeito investigado e também o isola dos fenômenos envolvidos na causa e efeito do problema de pesquisa. O Quadro 13 sintetiza as diferenças existentes entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa.

Quadro 13 - Diferenças entre as pesquisas qualitativa e quantitativa

Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Quantitativa
Holística	Reducionista
Raciocínio dialético, indutivo	Raciocínio lógico dedutivo
Amostras reduzidas.	Amostras mais amplas.
Nem sempre representativa do universo	Representatividade é importante.
Entrevistados não escolhidos por amostragem	Entrevistados escolhidos por amostragem.
Roteiro aberto e indireto.	Questionário mais rígido.
Questões podem ser acrescentadas no momento da entrevista.	Questões formuladas previamente.
Participação ativa do entrevistador, que compartilha interpretações	Participação limitada do entrevistador
Entrevista informal	Necessidade de homogeneização das informações para comparação controle.
Dados subjetivos/íntimos.	Entrevista mais informal
Singularidade	Dificuldade em obter dados mais profundos/íntimos

Fonte: Matheus e Fustinoni (2006, p.21).

O Quadro 13 deixa claro que as características da pesquisa qualitativa permitem ao pesquisador, o universo dos significados, valores, crenças, comportamentos e atitudes dos sujeitos investigados.

É importante ressaltar, conforme Minayo (2004), que a pesquisa qualitativa nos leva ao universo das significações e atitudes do sujeito da pesquisa em relação ao objeto delimitado e às representações das suas práticas socioculturais.

Por isso, a prática da pesquisa qualitativa possibilita investigar e entender o significado da ação social humana e suas práticas culturais. Minayo e Sanches (1993) ressaltam também que, para entender as práticas socioculturais, a pesquisa qualitativa utiliza a linguagem como instrumento de mediação:

[...] a metodologia qualitativa procura focar, principalmente, o social como um mundo de significados possível de investigação e a linguagem como matéria prima desta investigação, a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais. (MINAYO; SANCHES, 1993, p.238-239).

Essa linguagem media a relação entre os sujeitos sociais (populações tradicionais) que habitam o entorno dos manguezais e suas práticas sociais interferem no espaço da Ilha de Boipeba.

Justifica-se também a opção pela pesquisa qualitativa na execução deste estudo pelo fato de esta compreender os fenômenos socioculturais e as práticas tradicionais dos sujeitos da pesquisa pelo seu grau de complexidade e não levando em conta somente a sua expressão quantitativa.

Para compreender o grau de complexidade dos fenômenos socioculturais e seus nexos com o meio ecológico, econômico, tecnológico e o problema de pesquisa delimitado, é necessário um método de investigação associado de forma integrada com a pesquisa qualitativa.

Neste caso, o estudo de caso como método de investigação foi escolhido porque orienta os caminhos lógicos para responder às questões que envolvam os nexos relacionais e causais, assim como os programas de desenvolvimento de turismo causa transformações socioespaciais na Ilha de Boipeba.

Para Vergara (1990), o estudo de caso é um estudo circunscrito a uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Yin (2001), afirma que o estudo de caso é uma investigação empírica que permite inserir um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Praticar o estudo de caso é estabelecer relações, transcrever textos e comparar estudos que abordam o mesmo problema de pesquisa.

Nessa perspectiva, o estudo de caso permite entender como programas indutores do desenvolvimento do turismo são responsáveis pelas transformações socioespaciais na Ilha de Boipeba. Permite entender também como essas transformações são as causas dos problemas espaciais, econômicos, sociais, culturais e ambientais deste destino e que levam a impactos negativos.

Vale salientar também que, em um nível mais específico, a escolha do estudo de caso como método de investigação, deve-se ao fato de este propiciar a compreensão das relações socioculturais que envolvem as populações tradicionais com a atividade turística e seu entorno ambiental.

Este método permite também comparar se outros destinos turísticos em que estes programas foram implementados, ocorreram também transformações socioespaciais.

O que justifica a escolha da observação sistemática, diário de campo, entrevistas semi-estruturadas e conversa informal como técnicas de coleta de dados para compreender como ocorrem essas transformações.

7.1.2 Técnicas de coleta de dados

Por dado se entende a evidência da possível resposta de um problema de pesquisa delimitado. Laville e Dionne (1999) conceituam um dado como elemento ou quantidade conhecida que serve de base à resolução de um problema.

Por conseguinte, a escolha das técnicas de coleta de dados para compor um método de investigação tem que apresentar uma relação lógica com o tipo de pesquisa, os objetivos específicos a serem alcançados.

Nesse contexto, a observação sistemática, o diário de campo, as entrevistas semiestruturadas e a conversa informal, quando associados com o estudo de caso, permitem ao pesquisador estabelecer uma relação lógica na busca das respostas às questões norteadoras da pesquisa.

Na coleta de dados secundários, foram utilizados: diversos documentos oficiais, livros, teses, *sites* da Internet e dados censitários publicados por organizações públicas e privadas que abordam o tema em questão dentro do contexto da Região Litoral Sul da Bahia e da Ilha de Boipeba.

No que diz respeito aos dados secundários, socioeconômicos, ambientais e turísticos, foram utilizadas bases de dados regionais de instituições públicas e privadas sobre a Região Litoral Sul da Bahia, e esses dados foram adaptados para a realidade dessa localidade, tendo como referências dados do município de Cairu.

Com relação à coleta de dados primários, foram utilizados, como instrumentos dessa coleta; entrevistas semiestruturadas, observação sistemática, diário de campo e conversa informal complementou a coleta desses dados.

Ademais, a elaboração do roteiro dessas técnicas foi feita em consonância com os objetivos específicos da pesquisa a serem alcançados. A justificativa da escolha desses instrumentos e os procedimentos técnicos de coleta são relatados a seguir.

7.1.2.1 Entrevistas semiestruturadas

Na execução da pesquisa, foram realizadas 25 entrevistas semiestruturadas com representantes dos segmentos envolvidos com a atividade turística na Ilha de Boipeba, a exemplo dos pescadores artesanais, gestores públicos, moradores locais e representantes de organizações não governamentais e turistas.

A seleção dos entrevistados foi feita de acordo com o seu envolvimento cotidiano com a atividade turística e com o espaço da Ilha de Boipeba.

Essa escolha se justifica porque os entrevistados detêm informações sobre o problema de pesquisa. Garret (1974) ressalta que, na seleção dos entrevistados, é primordial que estes tenham respostas de acordo com o problema de pesquisa e também com os objetivos específicos a serem alcançados.

Antes da realização das entrevistas, os entrevistados foram informados não só sobre os objetivos da pesquisa e da instituição envolvida, como também da necessidade de sua permissão para que a entrevista fosse gravada

A entrevista semiestruturada é uma técnica em que o entrevistador mantém uma discreta liderança no acompanhamento, permitindo, não obstante, que seu informante siga novas direções.

Garret (1974) e Laville e Dionne (1999) conceituam entrevista semiestruturada como uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento às respostas das questões geradoras da pesquisa.

A prática da entrevista semiestruturada permite ao entrevistado, sujeito da pesquisa, responder de forma livre a questões formuladas acerca do problema de pesquisa e, com isso, não obscurece suas falas. Flick (2007, p.106) salienta que as entrevistas semiestruturadas não obscurecem o modo de lidar com os tópicos relacionados ao tema da pesquisa:

O ponto de partida do método é a suposição de que os *inputs* que caracterizam entrevistas ou questionários padronizados, e que restringem o momento, a seqüência ou o modo de lidar com os tópicos, obscurecem, ao invés de esclarecer, o ponto de vista do sujeito.

Como técnica de coleta de dados, não segue um sistema rígido e hierárquico de perguntas e deixa livre o entrevistador para acrescentar ou modificar as perguntas de acordo com as falas dos entrevistados (os sujeitos da pesquisa).

De acordo com Minayo (2004, p.108), a entrevista semiestruturada apresenta como características básicas: “[...] perguntas do tipo fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas”. Alves-Mazzotti e Gewandsnajder (1999) ressaltam que, na entrevista semiestruturada, o entrevistador faz perguntas específicas em relação ao problema da pesquisa, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos.

Quando associada à observação sistemática, aumenta a comparabilidade dos dados coletados.

7.1.2.2 A observação sistemática

Durante a pesquisa de campo, foram feitas 15 observações visuais dos sujeitos da pesquisa com a finalidade de ver os seus hábitos e costumes. Os locais escolhidos foram o centro urbano de Boipeba, a beira do cais, os bairros da Matança, Areial e Tiririca, além dos manguezais, por serem locais em que esses sujeitos se relacionam com o turismo no seu cotidiano.

Já tenha previamente estabelecido algumas relações que cercam o objeto. A escolha deste instrumento para essas observações se justifica porque é um instrumento do tipo visual, que permite a aproximação do pesquisador com o sujeito e o objeto de estudo da pesquisa, não necessitando ter uma convivência prolongada com estes.

Ressalta-se que muitos autores ainda utilizam o termo pesquisa participante em detrimento da sistemática. Neste estudo, optou-se por utilizar a tipologia sistemática em substituição à participante.

Observação sistemática é um processo que mantém presente o observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. Apresenta como característica básica não seguir um elenco de variáveis controladas, que é muito comum em uma pesquisa experimental, mas é uma observação livre, embora o pesquisador

Conforme Cavedron (1999), a observação sistemática como instrumento de coleta de dados permite a aproximação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa com seu objeto de estudo. No caso específico, este tipo de coleta de dados permite

ao pesquisador entender a problemática que envolve as relações entre turismo e as transformações socioespaciais que ocorrem na Ilha de Boipeba.

Além disso, a observação sistemática permite também que o pesquisador se aproxime do seu sujeito de pesquisa para analisar como ele se relaciona com a atividade turística e como um ator das transformações socioespaciais.

7.1.2.3 Diário de campo

O diário de campo, em consonância com as diversas situações do cotidiano, é um instrumento do pesquisador para organizar suas observações. Compõe-se das situações e impressões pessoais, aspectos gerais, comportamentos, hábitos, costumes e expressões que possam falar sobre o tema.

É um instrumento complementar de coleta de dados que serve para registrar fatos e acontecimentos que foram perdidos nas entrevistas semiestruturadas e observação participante. Flick (2007, p.183) ressalta que esta técnica permite incorporar fatos importantes e questões de menor relevância ou fatos perdidos na interpretação, generalização, avaliação ou apresentação dos resultados, vistos a partir das perspectivas do pesquisador individual, e que também devem ser incorporados.

Ainda segundo esse autor, o diário de campo não representa apenas uma finalidade em si mesma ou um conhecimento adicional, mas também é útil na reflexão sobre o processo de pesquisa. Para Minayo (2004), a finalidade do diário de campo é o registro complementar de conversas informais, comportamentos, cerimônias, gestos, expressões que dizem respeito ao problema da pesquisa delimitado.

7.1.2.4 Conversa informal

Durante a pesquisa de campo, foram mantidos diálogos com os sujeitos da pesquisa sobre o problema de pesquisa em complementaridade às lacunas deixadas em outros processos narrativos.

A sua escolha se justifica porque deixa mais livre o narrador explicar as suas respostas acerca da atividade turística e suas repercussões espaciais na Ilha de Boipeba. Os dados foram de natureza quantitativa e qualitativa.

Com relação à coleta de dados, principalmente os primários, ocorreram dificuldades durante todo o processo de pesquisa devido à inexistência de uma base de dados específicos sobre a Ilha de Boipeba.

No que diz respeito aos dados secundários, socioeconômicos, ambientais e turísticos, foram utilizadas bases de dados regionais de instituições públicas e privadas sobre a Região Litoral Sul da Bahia, e esses dados foram adaptados para a realidade dessa localidade, tendo como referências dados do município de Cairu.

No entanto, o grande desafio desta pesquisa foi a elaboração de uma base de dados primários devido a sua inexistência. Foi essa experiência de campo que contribuiu para o engrandecimento do autor desta tese como pesquisador e por estar também mais próximo das particularidades do objeto de estudo.

7.2 ESCOLHA DA ÁREA DE PESQUISA E DOS LUGARES OBSERVADOS

A escolha da Ilha de Boipeba se justifica porque se caracteriza como lugar relativamente isolado e com um estilo de vida tradicional, típico dos ilhéus tropicais, além de ser pontuada por manguezais. Ademais, a localidade é possuidora de diversidades biológica e cultural, o que justifica a sua inserção em programas de desenvolvimento do turismo para motivar fluxos turísticos.

Com relação aos lugares observados, manguezais, estuários, cais, centro urbano da Velha Boipeba, Rua do Areial, praia da Boca da Barra, Praia de Tassimirim, Praia da Cueira, Vila de Moreré e os bairros da Matança e Tiririca, a escolha se justifica porque são espaços coletivos onde vivem os sujeitos desta pesquisa, onde eles compartilham uma sociabilidade e também trocam informações culturais com os turistas e os novos habitantes da Ilha.

Entre esses locais, os manguezais se destacam porque se constituem o substrato natural no qual os pescadores artesanais se organizam para produzir e reproduzirem a vida, local em que as atividades humanas ganham um sentido social e coletivo e também é utilizado pelos agentes privados e públicos promotores do turismo como matéria-prima na elaboração de produtos turísticos.

7.3 ESCOLHA DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi feita de acordo com o seu envolvimento de forma direta com a atividade turística e com as transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba.

O universo da amostra abrangeu pescadores e pescadoras artesanais, seus filhos e filhas e parentes próximos que habitam o entorno dos manguezais e estuários adjacentes da Ilha, os agentes econômicos do turismo, os gestores públicos, em nível estadual e municipal, turistas, moradores locais que participam também das relações complexas que envolvem o desenvolvimento do turismo na Ilha.

Contudo, o critério de escolha dos informantes foi de acordo com o seu envolvimento com o turismo e a área recorte de estudo. Depois da coleta, esses dados foram submetidos a análise e interpretações.

7.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A relação entre o modelo de desenvolvimento turístico e as transformações socioespaciais que ocorrem na Ilha de Boipeba foi interpretada e analisada a partir de suas ações e falas dos sujeitos e da descrição minuciosa dos lugares observados e, em particular, do trabalho diário nos manguezais e estuários adjacentes de acordo com os procedimentos a seguir:

a) ordenação e sistematização dos dados referentes ao contexto sócio-histórico da região Litoral Sul da Bahia e das populações tradicionais da Ilha de Boipeba também chamado momento da compreensão da conjuntura socioeconômica e política no qual se inserem os sujeitos da pesquisa, ou seja, a sua participação no processo produtivo, suas condições de reprodução cotidiana;

b) classificação e sistematização dos dados obtidos com a etnografia no trabalho de campo;

c) análise e interpretação exigiram a articulação desses dados com o quadro do referencial teórico, cujo objetivo foi tornar visíveis as questões que cercam a relação entre o modelo de desenvolvimento turístico com as transformações socioespaciais daquelas localidades.

Após análise e interpretação dos dados, procedeu-se à validação das

hipóteses.

7.5 VALIDAÇÃO DAS HIPÓTESES

As hipóteses são as respostas provisórias de um problema de pesquisa para sua validação ou não.

A validação das hipóteses se torna relevante porque permite também que o pesquisador, a partir das singularidades reais que pressionam o problema de pesquisa, pode agora fazer generalizações sobre este.

Segundo Carmo-Neto (1974), uma pesquisa científica requer não só testar hipóteses, mas também se acercar do contexto real em que está inserida, e sua importância reside no fato de ela permitir que o pesquisador faça correlações entre o singular e o geral.

Essa generalização é importante pelo fato de o cientista social construir novas teorias a respeito de seu problema de pesquisa e, assim, alimentar a produção do conhecimento científico sobre o seu tema.

A elaboração de novos conhecimentos científicos capacita o pesquisador para concluir o seu relatório de pesquisa porque, agora, os dados primários são transformados em categorias teóricas, ou seja, uma conjunção de dados teóricos e dados empíricos.

Esse processo constitui a epistemologia do conhecimento, ou seja, a verdadeira origem do conhecimento científico.

Fica evidente que, na produção de novos conhecimentos científicos, deve haver uma relação lógica e encadeada desde o tema até os instrumentos de coleta de dados.

No entanto, esse processo epistemológico requer, por parte do pesquisador, o conhecimento e a análise da realidade de sua área de pesquisa para que se acerque do contexto em que está inserido o problema de pesquisa e de sua problemática envolvida.

A partir desta análise o pesquisador pode agora fazer conclusões a cerca do seu problema de pesquisa e propor soluções.

Nessa análise, a descrição e compreensão da formação socioespacial da Ilha de Boipeba e a gênese da diversidade cultural da população tradicional que habita a Ilha de Boipeba são necessárias para compreender o problema de pesquisa e em

particular como a atividade turística causou transformações socioespaciais.

Essa descrição é feita na próxima secção.

8 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA ILHA DE BOIPEBA

A formação do espaço da Ilha de Boipeba é também uma consequência da expansão ultramarina das grandes navegações, sob os domínios dos espanhóis e portugueses, com a finalidade de expandir os seus mercados para os continentes, africanos, asiáticos e americanos.

Furtado (2007) já afirmou que a demanda crescente de produtos como madeira, açúcar metais que aguçaram a cobiça dos europeus foi responsável pelo surgimento e sucessão de ciclos econômicos, o da madeira, o da cana-de-açúcar, o do minério, o do café, o da borracha, o do cacau e o da soja. Esses ciclos foram responsáveis pelas primeiras transformações de ordem social e espacial.

Tais transformações ocorreram devido ao fato de os espaços naturais, que antes eram regidos pelas leis da natureza, foram transformados em espaços econômicos com características urbanas de origem europeia e com ordens vindas de fora. A depender dessas ordens, intensificam-se não só a metamorfose e o dinamismo do rural para o urbano como também a ruptura do tecido social, moldados agora em hábitos e costumes das sociedades europeias urbanas.

Logicamente, essas transformações também ocorreram na Ilha de Boipeba à medida que seu espaço natural vai sendo submetido a ciclos econômicos como o da cana-de-açúcar no período colonial, com a finalidade de abastecer as metrópoles europeias, como Portugal e Espanha. As marcas espaciais deste ciclo são retratadas pelas Figuras 39 e 40 a seguir.

Figura 39 – Foto 1 que retrata a paisagem colonial do ciclo de cana-de-açúcar na Ilha de Boipeba



Fonte: Boipebatur (2012, p.1).

Figura 40 – Foto 2 que retrata a paisagem colonial do ciclo de cana-de-açúcar na Ilha de Boipeba



Fonte: Boipebatur (2012, p.1).

De acordo com Furtado (2007), é a partir da metade do século XVI, com a produção de açúcar pelos portugueses e com a contribuição dos holandeses, que se consolida a ocupação do território brasileiro.

Nesse período, formam-se também as primeiras estruturas socioespaciais dos territórios brasileiros, que se vão estabelecendo de acordo com os moldes deste ciclo.

Essa metamorfose continua com a sucessão dos ciclos, e, em cada um, o molde ou matriz inicial de sua reprodução. Com o passar de um ciclo para outro, são incrustados novos arranjos espaciais que levam a transformações dos espaços vindouros.

Recentemente associada com o turismo, está-se iniciando mais um ciclo econômico nessa localidade, que é a exploração de gás na sua plataforma continental. Não resta dúvida de que esta atividade é promotora de benefícios econômicos para a localidade, mas, devido à complexidade de sua cadeia produtiva, que abrange desde os testes preliminares sísmicos para exploração até o transporte de gás através do mar, podem ocorrer impactos.

Como ressalta Vilardo (2006), na fase inicial de exploração de petróleo, os testes sísmicos afetam a pesca artesanal porque a presença de navios desorienta os pescadores em relação à localização (sinalização) dos pesqueiros tradicionais, que são passados de pai para filho

Essa atividade, associada ao turismo, vai adicionar novos elementos ao espaço da Ilha que interferem não só na dinâmica espacial, mas, também na organização socioeconômica da localidade.

8.1 ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA ILHA DE BOIPEBA

Os elementos, homens, firmas, instituições, infraestrutura e meio ecológico integram-se para formar o espaço da Ilha de Boipeba. Cada elemento contribui com suas peculiaridades para formar a sua configuração espacial turística.

Ressalta-se que os dados secundários utilizados na descrição desses elementos têm como base a visão de Cairu et al (2006), por ser a que mais aproxima da realidade turística da ilha e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Além disso, alguns desses dados foram aproximados tendo como referência o município de Cairu ao qual está subordinada a Ilha de Boipeba para fins administrativos e de planejamento.

No que diz respeito aos dados primários, estes foram coletados em campo devido à inexistência de uma fonte de informação sobre a localidade em estudo.

Homens – são os seres sociais que interagem com todos os elementos espaciais e dão materialidade social ao espaço. Correspondem aos residentes fixos e temporários e à demanda turística.

A população fixa residente da ilha é de 2.500 habitantes (Roberto Jorge Silva, 2012, gestor público da Ilha de Boipeba). A taxa de urbanização da localidade é de 44,36% e sua densidade populacional é de 30,33 hab/km² (IBGE, 2010).

A maior parte desta população se caracteriza por ser tradicional e, desde os primórdios que habita a ilha teve como origem a matriz étnica os índios aimorés. Depois, ocorreu uma miscigenação, de início com os portugueses e, em seguida, com os negros procedentes do continente africano.

Essa miscigenação teve como resultado étnico a formação de uma cultura crioula, que, após passar por vários processos socioculturais evolutivos, deu origem à variante denominada de pescadora artesanal. Essa titulação é devido ao fato de sua cultura tradicional ser elaborada em consonância com os recursos pesqueiros dos estuários e manguezais que pontuam a ilha. Como aponta a Figura 41 a seguir.

Figura 41 – Pescador da Ilha de Boipeba remando a sua canoa artesanal



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

De início, a pesca artesanal era a principal atividade econômica dessa população, tendo o cultivo de dendê, cravo e piaçava como secundário. Hoje, o turismo é a sua principal fonte de renda, sendo a pesca artesanal considerada a segunda. Entretanto, o cultivo de dendê e piaçava foi extinto da localidade, como atesta as narrativas do Sr. Afonso Dias dos Santos e da Sra. Sâmires dos Santos:

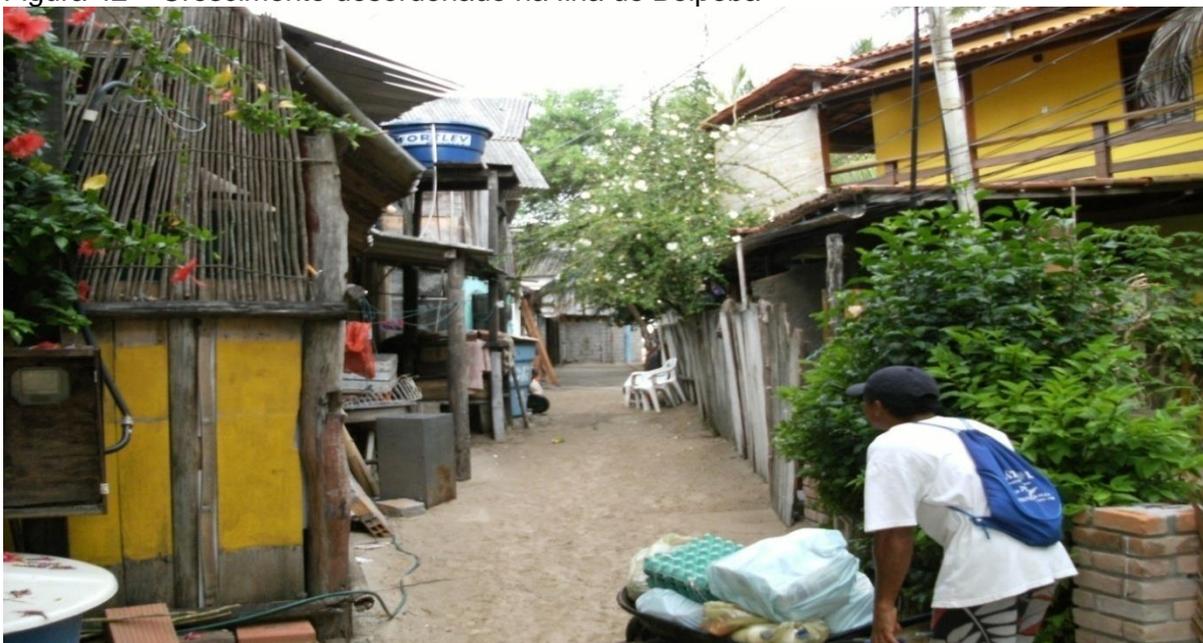
As principais atividades econômicas eram o cultivo do dendê e a pesca tradicional com o calão. As principais indústrias de beneficiamentos eram a Odesa e a Opalma. Eu tirava por mês 156 e 30 toneladas de dendê para estas indústrias. Com a chegada do turismo, estas atividades foram decaindo e o turismo hoje é a principal atividade econômica do município e ocorreu um abandono destas atividades e hoje a população vive do turismo e da pesca. (AFONSO DIAS DOS SANTOS, comerciante local, entrevista direta, 2010).

Hoje, somente o meu padraço pesca. Os meus irmãos pescam por esporte. Eles preferem trabalhar com o turismo. (SÂMIRES DOS SANTOS, gestora local de turismo, entrevista direta, 2012).

A outra parte de moradores fixos é oriunda dos municípios da Região Cacaueira, Ilhéus e Itabuna, que migraram para a Ilha em busca de empregos na atividade turística devido à crise que atingiu essa região na década de 80, devido a uma doença intitulada “Vassoura de Bruxa”, causada por um fungo patogênico que tem como principal patologia a morte das folhas dos cacauais, o que dá um aspecto de formato de vassoura, causando, depois, a morte total do vegetal.

Esse fenômeno, associado com a migração de moradores de outros municípios da Região Litoral Sul da Bahia, Valença, Ituberá, Nilo Peçanha, Camamu em sua maioria, contribui para o crescimento desordenado das áreas periféricas da ilha, levando a sua favelização, como retrata a Figura 42.

Figura 42 – Crescimento desordenado na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

No que se refere à população temporária, esta é composta em sua maioria por moradores de segunda residência. Esses moradores, em grande parte, são provenientes da Cidade do Salvador, possuem casas de veraneio e se deslocam para passar os feriados prolongados ou as férias de final de ano em Boipeba. O restante é oriundo dos municípios circunvizinhos, Cairu, Ituberá, Nilo Peçanha, Valença, que se deslocam à procura de emprego no período de alta estação e, depois, retornam para os municípios de origem.

Quanto à demanda turística, em sua maioria é constituída por casais e idosos que procuram tranquilidade para descansar. Segundo o Sr. Júlio Oliveira, ex-secretário de Turismo de Cairu entre os anos de 2010 a 2012, o fluxo é de 10.000 turistas/ano, que se distribui de forma assimétrica ao longo do ano:

- Meses de janeiro a março: variando entre 80 e 95 %;
- Mês de abril: desce para valores entre 40 e 60%;
- Meses de maio e junho: continua descendo para valores entre 20% e 25%;
- Meses de julho e agosto: volta a subir, com valores entre 30% e 40%;

– Meses de setembro e outubro: continua subindo, com valores entre 60% e 70%;

– Meses de novembro e dezembro: os valores oscilam entre 70% e 85%.

Consta que esse fluxo é sazonal, com período com percentagens maiores de turistas, que vai do final do ano até o carnaval do ano seguinte.

Firmas – são representadas, na ilha de Boipeba, pelas empresas ligadas diretamente à atividade turística, alojamentos (pousadas), alimentação (restaurantes), uma agência de viagem, e pelas empresas relacionadas, de forma indireta, a esta atividade, onze mercados, onze bares, três lojas de materiais de construção (CAIRU ET AL, 2006, p.30).

Com relação aos equipamentos de hospedagem, em sua maioria, são constituídos por pousadas, num total de 75. Cada uma tem em média de 13 a 20 unidades habitacionais, com uma capacidade de hospedagem de 1.400 leitos. A taxa de ocupação é de 90% no *Réveillon*, férias de janeiro, Carnaval. Nos períodos de média e baixa estação, as taxas de ocupação são 40% e 15%, respectivamente (Júlio Oliveira, ex-secretario de turismo, 2013).

Com relação ao setor de alimentação, a localidade dispõe de 30 restaurantes e 10 lanchonetes (Roberto Jorge Silva, 2012);

Instituições – diversas instituições, federais, estaduais e municipais, atuam no município de Cairu com diversas finalidades: socioeconômica; acadêmica, ambiental; turística. De forma direta ou indireta, interferem também nos espaços turísticos de Boipeba com objetivos de normalizar, ordenar, fiscalizar, organizar, conservar, proteger os recursos socioambientais da Ilha de Boipeba:

– EL PASO – Empresa privada que explora gás natural na região;

– AMABO – Associação dos Moradores e Amigos de Boipeba;

– BAHIA PESCA – Programa de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca;

– BAHIATURSA – Empresa Baiana de Turismo S/A (Órgão Oficial de Turismo da Bahia);

– CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional;

- COOPEMAR – Cooperativa Mista de Marisqueiras Pescadores e Aquicultores do Baixo Sul da Bahia;

– FAZAG – Faculdade Zacarias Góes;

– INEMA – Instituto do Meio Ambiente;

– EMBASA – Empresa de Água e Saneamento;

- IBAMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis;
- IDES – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia;
- SEBRAE – Sistema Brasileiro de Pequenas e Médias Empresas;
- SUINVEST – Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos da Secretaria de Cultura e Turismo;

O Quadro 14 a seguir mostra as instituições mais atuantes, que estão ligadas de forma direta com o turismo, meio ambiente e a pesca, e suas respectivas atribuições.

Quadro 14 - Organizações institucionais que atuam nas atividades de turismo, pesca e de proteção ao meio ambiente no município de Cairu, Bahia, e suas respectivas atribuições

Linhas de Atuação	Instituição	Atribuições
Pesca	BAHIA PESCA	Desenvolver o potencial de aquicultura da pesca na Bahia; Proteção dos pescadores; Intervenção nos projetos de cultivo.
Meio Ambiente	INEMA AMABO	Assegura a conservação e preservação do meio ambiente, exercendo o poder local; Promove o conhecimento técnico-científico e a integração com a sociedade. Desenvolve projetos de Educação Ambiental com a finalidade de sensibilizar a população local para a conservação dos recursos socioambientais da Ilha
Turismo	BAHIATURSA SUINVEST	Desenvolvendo programas para o fortalecimento institucional e de coordenação para assegurar parcerias público-privadas, a exemplo do programa de qualificação dos agentes de viagens e programa de certificação e qualificação dos serviços oferecidos aos turistas. Coordenar, acompanhar e avaliar os projetos de implantação de infraestrutura básica e empreendimentos nos polos turísticos, especialmente a sustentabilidade dos recursos naturais,

Linhas de Atuação	Instituição	Atribuições
	FAZAG	Ministra curso de graduação em Letras e Turismo.

Fonte: Sá & Associados (2003, p.3).

Infraestrutura – as hidrovias constituem o principal elo entre a Ilha de Boipeba e os distritos e cidades circunvizinhas. Barcos e lanchas rápidas fazem o percurso diário entre a cidade de Valença e os distritos de Torrinhãs e Graciosa no município de Cairu.

Todavia, com a criação de uma nova hidrovia, que faz o trajeto através de lanchas rápidas entre a Ilha e a cidade de Valença, aumentou de forma significativa o fluxo de turistas, visitantes e moradores. Como narra Sr. Antônio Brás:

[...] com surgimento das lanchas rápidas houve aumento do turismo em Boipeba. A lancha convencional demora em torno de três a quatro horas para fazer o trajeto até Valença. Com a lancha rápida o trajeto é feito em 1 hora e dez minutos. Pela lancha rápida o turista já começa a desfrutar do belo passeio para Boipeba (ANTÔNIO BRÁS, gerente de empresa que opera a lancha rápida, entrevista direta, 2010).

As embarcações que chegam à localidade são atracadas em dois *piers* de cimento, mas, na época dos feriados prolongados e férias de final de ano, isso não é suficiente para atender ao fluxo de turistas.

Próximo à ilha, na Fazenda Ponta do Curral, localiza-se uma pista de pouso para aterrissagem de aviões bimotores do tipo Cesna, que trazem turistas de várias partes do Brasil, como mostra a Figura 43 abaixo.

Figura 43 – Avião do tipo Cessna



Fonte: Addey Táxi Aéreo (2013).

A construção dessa pista foi determinante para o aumento do fluxo de turistas. Como afirma a Addey Táxi Aéreo (2013, p.1): “[...] na Alta estação a Addey abrirá novos voos regulares em Boipeba com horários extras”.

Como atesta também o Sr. Felipe Pereira:

Depois que agência foi inaugurada há seis anos e começamos a comercializar pacotes para a ilha aumentou o número de turistas na localidade. Transportamos cerca 800 passageiros no período de alta estação. A maioria é de brasileiros e o restante de países europeus, França, Portugal, Espanha e Itália. O voo parte do aeroporto Luís Eduardo Magalhães e em trinta minutos chega na Fazenda Ponta do Curral. Em seguida os turistas pegam uma lancha e em 10 minutos o estão em Boipeba (FELIPE PEREIRA, gerente da agência de viagem local, entrevista direta, 2012).

As vias públicas da Ilha de Boipeba, áreas mais urbanizadas, são pavimentadas com pedras, e a circulação de carros é proibida, sendo permitida somente a circulação de tratores que fazem a limpeza urbana.

Nos locais mais distantes do centro, existem diversas vias, trilhas de areia, que ligam os bairros periféricos ao centro urbanizado dessa localidade. A Figura 44 retrata essas vias.

Figura 44 – Vias urbanas (sem asfaltamento) da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Todos os domicílios são ligados a uma rede geral de distribuição de energia que chega a essas localidades por cabos subterrâneos, sendo depois distribuída por cabos aéreos presos a postes de cimento. Os moradores locais têm acesso a rádio, televisão, telefonia fixa e móvel, pois existe infraestrutura de telecomunicações, além de torres repetidoras de rádio e televisão e antenas de telefonia móvel, que permitem e asseguram a captação de sinais de rádio, televisão e telefones celulares, embora de forma precária.

Com relação à rede distribuidora de água, todas as residências são ligadas a uma rede geral de distribuição. O mesmo não acontece com relação à coleta de esgotos, pois 80% dos domicílios não estão ligados a uma rede geral coletora, e os dejetos são jogados diretamente nos estuários, manguezais, praias e rios (Roberto Jorge Silva, 2012). A Figura 45 a seguir mostra o lançamento de esgoto nos manguezais.

Figura 45 – Esgoto doméstico não tratado sendo lançado nos manguezais



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Os domicílios, próximo aos núcleos urbanos, possuem fossas sépticas rudimentares (Roberto Jorge Silva, 2012). Não foi constatada, pela pesquisa de campo, a presença de sanitários públicos nas praias e nas principais vias de trânsito de turistas.

A localidade em estudo não dispõe de aterro sanitário adequado para a deposição final dos resíduos sólidos gerados. Os resíduos são depositados pela população local em pontos específicos nas ruas e depois recolhidos por tratores, sendo a estes atreladas caçambas aberta de madeira onde são depositados os resíduos para serem transportados até o lixão a céu aberto, como demonstra a Figura 46 a seguir.

Figura 46 – Coleta de resíduos sólidos no centro do povoado de Velha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Em conversa informal com o Sr. Cláudio A. Sales, chefe de limpeza urbana da Ilha, este afirma que, durante o período de baixa estação turística, é recolhida por dia um caçamba de lixo e, no período de alta estação, aumenta para quatro.

Essa coleta é eficiente nos núcleos urbanos periféricos, mas, no meio rural, é inexistente, e a população descarta os resíduos a céu aberto.

A segurança pública é feita pela presença de policiais lotados no posto policial localizado na Velha Boipeba. Existe também um posto médico, para atendimento básico de saúde, que funciona 24 horas por dia para atender os moradores locais e turistas, sendo os casos mais graves direcionados para o hospital público de Valença. Para tal fim, a prefeitura dispõe de uma lanchambulância para atender a população e os turistas.

Com relação aos equipamentos turísticos, a localidade dispõe de um posto de serviços para informações turísticas.

A localidade dispõe, ainda, de um colégio público modelo, com aulas integrais nos dois turnos, a fim de atender os alunos das séries iniciais e do ensino fundamental;

Meio ecológico – é formado por um conjunto de ecossistemas costeiros, marinhos e fluviomarinhos frágeis, associados à Mata Atlântica Ombrófila Úmida, a exemplo dos manguezais, restingas, praias, recifes de coral e cordões dunares fixos,

que se assentam em baixios costeiros e terraços marinhos e fluviomarinhos e formam o complexo lagunar-fluviomarinho da ilha.

A presença desses ecossistemas forma uma paisagem peculiar típica de regiões insulares costeiras que ficaram estagnadas economicamente ao longo dos anos. A Figura 47 mostra esses ecossistemas.

Figura 47 – Ecossistemas fluviomarinhos, praias, rios, estuários, que formam o complexo lagunar da Ilha de Boipeba



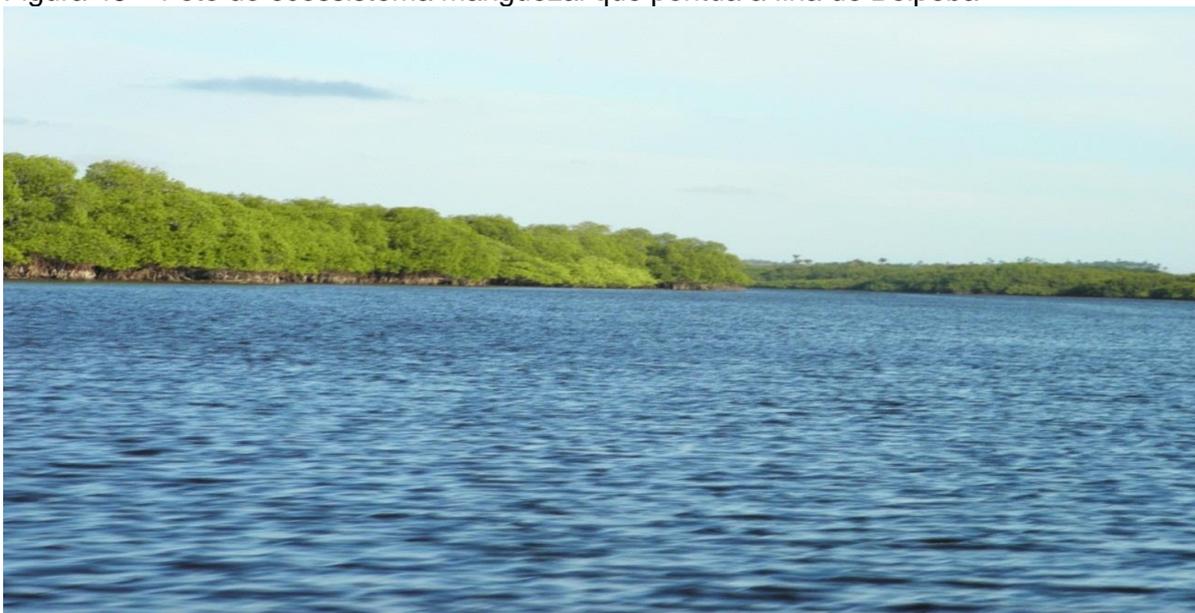
Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Essa paisagem constitui o elemento essencial de atratividade turística da localidade, como atesta Cairu (2006, p. 21):

A fraca ocupação humana residente, baseada em economia tradicional o extrativismo, a silvicultura e a pesca, constituem atividades principais, associadas a paisagens naturais de grande valor em particular em zonas costeiras, praias e manguezais tornaram-nas em zonas de grande atratividade turística que põem em risco os valores naturais e a própria estrutura socioeconômica local.

Associada aos ecossistemas que pontuam a Ilha, está presente uma fauna diversificada – aves, répteis, anfíbios, moluscos, crustáceos, peixes ósseos e cartilaginosos e mamíferos. Há também uma flora típica composta, em sua maior parte, por plantações de coqueiros. Entre esses ecossistemas, os manguezais se tornam relevantes por ser o mais abundante e contribuir para dar homogeneidade à paisagem da localidade, como mostra a Figura 48.

Figura 48 – Foto do ecossistema manguezal que pontua a Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Ademais, esse ecossistema é o substrato que a população tradicional que habita a ilha utiliza, não só como meio de sobrevivência, mas também para elaborar a sua diversidade cultural. No presente momento, a diversidade biológica dos manguezais e a diversidade cultural da população local estão sendo inseridas como matéria-prima em programas de desenvolvimento de turismo pra motivar fluxos turísticos para Boipeba.

Compreender como esses fluxos turísticos relacionam-se com a diversidade cultural da população tradicional da Ilha de Boipeba é relevante.

Nessa análise, a população tradicional que habita a Ilha de Boipeba é um elemento-chave essencial porque através da sua diversidade cultural produzida ao longos dos séculos em consonância com a presença da diversidade biológica dos manguezais conferiu a totalidade espacial dessa Ilha.

8.2 A DIVERSIDADE CULTURAL DA POPULAÇÃO TRADICIONAL QUE HABITA ILHA DE BOIPEBA

A origem da cultura da população da Ilha é o resultado da miscigenação ocorrida entre índios, negros e brancos, ocorrida no início no século XVI durante o período de ocupação da costa brasileira. Cada qual contribuiu com seus traços culturais, tendo a etnia Tupy como matriz original. A união desses traços formou um complexo cultural ou diversidade cultural.

Essa miscigenação permitiu que a população local elaborasse uma rica diversidade cultural, que se expressa através de elementos imateriais (ritos, crenças, práticas artesanais) e materiais (conjunto de objetos, artefatos de pescas, gastronomia), em consonância com a presença dos recursos naturais dos manguezais.

Além disso, a formação étnica dessa população permitiu que os elementos materiais e imateriais formassem uma rede complexa unitária da vida, ou seja, o seu sistema sociocultural.

O seu sistema sociocultural estilos de vida, valores, formações ideológicas, práticas artesanais de pesca, artes de elaborar os apetrechos de pesca, que foi construído ao longo da existência dessas populações tradicionais em consonância com o ecossistema manguezal.

Portanto, a cultura dessa população é mediada pela relação do tempo com o espaço e, nessa mediação, os fatores climáticos e edáficos dos manguezais são determinantes, a exemplo do tipo de ventos, do tipo de marés, dos ciclos lunares.

A análise que envolve a relação entre as diversidades biológica e cultura tem importância porque, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2013), o caráter simbiótico entre diversidade biológica e diversidade cultural ainda não foi adequadamente analisado, e os estudos existentes não relacionam a dinâmica da realidade local com as pressões exercidas pelos modelos de desenvolvimento implementados, em particular, os direcionados para a atividade turística.

A descrição dos aspectos culturais da Ilha de Boipeba tem como referências pesquisas etnográficas realizadas por Oliveira (2005) na Ilha de Sapinhos na baía de Camamu no ano de 2004, em Boipeba entre os anos de 2010 e 2013.

8.2.1 Ritos e crenças: o simbólico e o mundo do mangue

O uso da diversidade biológica dos manguezais não é feita somente por técnicas tradicionais para a produção de elementos materiais mas, também por processos simbólicos em que o mundo mangue serve de cosmovisão.

Esta cosmovisão se expressa nos ritos, nas crenças e nas lendas, sendo responsável também pela continuidade da cultura devido ao fato de os membros da comunidade repetirem essas práticas. Então, os fenômenos acontecem de novo, a

exemplo dos presentes que são oferecidos anualmente em louvor de Iemanjá, a deusa das águas.

Leff (2000) afirma que a continuidade de uma cultura não é atribuível a nenhum determinismo geográfico, biológico ou a mecanismos adaptativos às condições do meio, mas a sua simbologia.

Isso se justifica porque essa simbologia é incrustada nos modos de apropriação dos recursos naturais dos manguezais e no seu entorno. Isso se torna evidente devido ao fato de os principais festejos e a religiosidade local apresentarem relações com este ecossistema.

8.2.1.1 Manifestações culturais

As manifestações culturais da população local se expressam principalmente nas religiosidades e nos festejos. Manifestações cujas raízes são de origem africana, trazem traços com elementos da natureza, como as descritas a seguir.

– **Festa de Iemanjá:** celebrada no dia de 2 de fevereiro. Apresenta raízes africanas. Iemanjá é chamada também de Dona Janaína ou Rainha do Mar. A celebração se inicia um dia antes da festa oficial em que são celebrados cultos com cânticos e danças para referenciar os orixás, em particular, Iemanjá.

Pela pesquisa de campo, comprova-se que esses cânticos, chamados de chulas, apresentam elementos do mundo simbólico das águas, como os cantados pelo babarolixá Railton Silva num culto de candomblé em louvor a Iemanjá:

Ê sereia,
 Ê mãe d`agua,
 Peixe marinho borbulhou em cima d`água,
 Peixe marinho borbulhou em cima d`água,
 Pisa nas águas para quem sabe andar,
 Pisa nas águas para quem sabe pisar,
 Eu ia,
 Eu vou,
 Eu ia pisar nas águas,

A Figura 49 retrata o momento desse cântico num culto de candomblé.

Figura 49 – Cânticos em louvor a Iemanjá na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

No dia oficial da festa, os cânticos continuam e, depois, os moradores e os turistas saem em procissão pelas ruas da Ilha, levando o balaio cheio de presentes para ser ofertado a Iemanjá.

Ao término da procissão terrestre, o balaio é colocado no barco oficial da festa para dar início à procissão marítima. Nesse barco, o percurso é feito através dos manguezais e estuários, os devotos cantam em louvor a Iemanjá. Ao final da procissão marítima, o balaio e as flores são lançados ao mar. A Figura 50 mostra esse momento.

Figura 50 – Flores sendo jogadas em alto mar para lemanjá



Fonte: Arquivo pessoal (2013)

Após o lançamento dos presentes para lemanjá, a festa se encerra com cânticos e orações de agradecimento à 'Rainha do Mar' para que ilumine a vida de todos e traga mais fartura de peixe.

A festa vai-se mantendo há um século, graças aos esforços da comunidade local em transmitir a tradição para as crianças.

Porém, essa festa pode estar ameaçada de continuidade porque, com a chegada dos cultos evangélicos na localidade, está existindo intolerância religiosa e estimulando os pais das crianças para que os seus filhos não participem dos cultos, como presenciado pelo Babarolixá Railton Silva:

Com a chegada dos cultos evangélicos na ilha, as crianças já não estão mais interessadas em participar porque os pastores evangélicos depreciam a religião e pedem aos pais para elas não participarem e isto está comprometendo a continuidade de nossa religião aqui na ilha (Entrevista direta, 2013).

No entanto, os adeptos dos cultos vêm tentando fazer um trabalho junto à comunidade sobre a importância de manter esta tradição de origem africana;

– **Lavagem da Igreja do Divino:** acontece entre os dias 2 de maio de e 30 de junho. É uma festa que expressa com mais intensidade a cultura local. Nesse período, é referenciado o Divino Espírito Santo, padroeiro da Ilha. Durante os festejos, são rezadas missas e entoados cânticos, que culminam com uma procissão pelas ruas de Boipeba. As baianas carregam flores de diversas tonalidades e são

rezados cânticos em louvor ao santo. E são jogadas flores pelos estuários e manguezais. A festa se encerra na porta da igreja com a lavagem de suas escadarias.

– **Festa em louvor a São Francisco:** ocorre no mês de junho. Após a lavagem das escadarias da Igreja do Divino, a população local sai em procissão passando por estuários e manguezais de Boipeba, carregando as imagens de São Francisco e da Virgem Maria até a ponta da Ilha de Tinharé.

Depois de percorrer esse trajeto, os pescadores, carregando os seus remos, abrem a Igreja do Divino e fazem as orações em louvor a São Francisco, como aponta a Figura 51.

Figura 51 – Foto da procissão em louvor a São Francisco pelas ruas da Ilha de Boipeba



Fonte: Boipebatur (2013).

Dessa procissão, participam os moradores locais, turistas e visitantes procedentes de vários municípios circunvizinhos.

– **Festa de São Cosme e Damião e Festa da Criança e do Adolescente:** o período dos festejos é nos os dias 27 setembro e 12 de outubro. É uma festa de louvor aos santos gêmeos Cosme e Damião e às crianças. No sincretismo religioso, esses santos estão associados aos *ibejis* (orixás de entidades duplas), gêmeos e amigos das crianças, porque têm a capacidade de atender a seus pedidos e, em troca, exigem doces.

No dia 27 de setembro, período da noite, dia de louvor aos Santos Cosme e Damião, é realizada uma cerimônia de candomblé onde se oferece o caruru aos

devotos. O caruru é um prato típico da culinária baiana, cuja origem é africana. No seu preparo, azeite de dendê, quiabo, pedaços de frango ou peixe, camarão seco e feijão fradinho são os ingredientes básicos. Os temperos – gengibre, cebola, amendoim e pimentão – são de origem africana. Acarajé, abará e vatapá entram como complementos.

No dia 12 de outubro, comemora-se nas escolas o Dia dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, com atividades lúdicas e a presença dos professores e moradores locais.

Além das festividades que fazem parte do calendário de festas da Ilha de Boipeba, outras manifestações culturais ocorrem, como:

– A **Zambiapunga**: manifestação folclórica de origem africana, trazida para o Brasil há dois séculos pelos escravos africanos oriundos do Congo e de Angola. Durante o período de carnaval, os participantes do grupo (30 pessoas), composto por jovens e adultos de ambos os sexos, saem pelas ruas da ilha usando fantasias de tecidos do tipo cetim, de várias tonalidades.

Constata-se ainda, pela pesquisa de campo, que os membros do grupo portam enxadas e usam botas. Em conversa informal a Sra. Anália Menezes Magno, diretora do grupo, que essa indumentária simboliza a revolta dos escravos durante o período a que foram submetidos à escravidão.

Mas o destaque da manifestação é o uso, por parte de alguns membros do grupo, de conchas provenientes dos manguezais, que servem de instrumentos de sopro e emitem sons que variam de agudos a graves fortes e dão uma harmonia sonora durante a manifestação folclórica, como retrata a Figura 52.

Figura 52 – Foto que retratam os membros do grupo folclórico Zambiapunga utilizando conchas como instrumento musical



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Porém, essa manifestação já não existia mais na ilha e foi resgatada há dois anos pela Sra. Anália Menezes Magno:

A Zambiapunga estava esquecida há vários anos. Aí pensei: vou acordar o povo. Aluguei uma casa aqui na ilha e mandei confeccionar todas as indumentárias e chamei os antigos membros que toparam resgatar esta manifestação. (Entrevista direta, 2013).

Segundo a Sra. Anália Menezes Magno, depois que a Zambiapunga saiu pelas ruas de Boipeba, as crianças e os adolescentes já pedem para fazer parte do grupo. Assinala também que já ocorre procura por parte dos turistas quando chegam à localidade devido a sua divulgação pela Internet.

– **Bumba Meu Boi:** manifestação folclórica que sai nas ruas de Boipeba durante os festejos de Reis, os famosos Ternos do dia seis de janeiro. Os seus integrantes carregam um boi que simboliza o tema da festa. A Figura 53 mostra essa indumentária.

Figura 53 – Indumentária utilizada pelos integrantes do grupo Bumba Meu Boi da Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Como mostra a Figura anterior nessa indumentária estão presentes os elementos do manguezal, conchas, que são utilizados pelos integrantes do grupo como instrumento de sopro.

Contudo, essa manifestação já estava sendo extinta na Ilha, mas foi resgata também pela Sra. Anália Menezes Magno, como corrobora a sua narrativa:

Não vou deixar morrer esta tradição. Fui na cidade de Valença por conta própria e procurei os representantes do Bumba Meu Boi desta cidade. Depois aluguei um completo por R\$ 3.000,00 reais. Trouxe o puxador de Valença e quando saiu pelas ruas da ilha foi uma alegria total do povo. Os turistas ficaram encantados. No outro dia, um turista veio aqui e perguntou se o Bumba ia sair hoje. Falei para ele que estava cansada e é muita despesa para mim. Depois fiquei surpresa porque ele pagou as bebidas e ajudou a pagar uma parte do aluguel do Bumba (Entrevista direta, 2013).

Dona Anália ressalta que a atitude do turista foi decisiva para que ela produzisse um Bumba Meu Boi próprio e com sede própria, e acrescenta:

Tenho orgulho de resgatar a tradição do Bumba Meu Boi de Boipeba, pois a prefeitura do município de Cairu já se interessa em colaborar com esta manifestação folclórica e já está providenciado a documentação para tornar uma entidade cultural de utilidade pública (Entrevista direta, 2013).

– **Dia da Consciência Negra:** 20 de novembro. Nessa data, é comemorada a

figura emblemática de Zumbi, guerreiro, escravo e fundador do Quilombo dos Palmares. Ocorrem apresentações de músicas, danças, capoeiras, comida típica à base de azeite de dendê, pimenta, peixes e mariscos oriundos dos manguezais. O ponto culminante da festa é uma recordação dos aspectos da tradição da cultura africana;

– **Capoeira:** manifestação cultural que se expressa com música, dança e esporte. Foi trazida pelo Brasil pelos escravos africanos angolanos que, de início, era praticada como luta quando fugiam das senzalas durante o período da escravidão.

Em conversa informal com o mestre de capoeira Alessandro Santos da Paixão, ele afirma que a capoeira tem, nas suas raízes, a religião do candomblé e a dança dos negros africanos. Afirma também existir duas modalidades de capoeira – a regional e a angolana.

Para o mestre, existem diferenças entre ambas, como ele explica:

A capoeira de Angola é a de raiz porque ela é dançada com mais cadência e os golpes são rasteiros e lentos. Na capoeira regional, os golpes são dados por cima e são mais rápidos. Hoje aqui em Boipeba praticamos as duas ao mesmo tempo para não perder as suas raízes (Alessandro Santos da Paixão, entrevista direta, 2013).

Pela pesquisa de campo, constata-se que a capoeira é praticada por crianças e jovens. Segundo mestre Alessandro, é um instrumento de socialização entre as crianças e também para tirá-los do mundo das drogas e como melhoria da vida porque já existem alunos formados aqui em Boipeba e que já dão aulas em vários países, destacando, entre estes, a Austrália.

Durante a apresentação dos grupos de capoeira, no período noturno, é grande a frequência de crianças e de turistas, como mostra a Figura 54 retrata um grupo se apresentando na sede da AMABO.

Figura 54 – Grupo de capoeira se apresentando na seda da AMABO na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2010).

Como mostra a Figura acima, é grande o número de crianças e também a presença de turistas nos dias de apresentação dos grupos.

Fica evidente também que as chulas cantadas nas apresentações do grupo têm relação com o mundo das águas, como a cantada por mestre Alessandro:

O malandro me chamou para jogar capoeira na beira do mar,
O malandro não quer trabalhar,
O malandro me chamou para jogar capoeira na beira do mar,
O malandro não quer trabalhar,

A diversidade cultural da população também se expressa na gastronomia, linguagem, apetrechos e artes de pescas. Essa diversidade apresenta traços da diversidade biológica dos manguezais.

8.2.2 A gastronomia: a moqueca com azeite de dendê

A diversidade cultural da população da Ilha de Boipeba se manifesta também na gastronomia. A dieta dessa população é à base de peixes e mariscos, como mostra a Figura 55.

Figura 55 – Foto da gastronomia da Ilha de Boipeba à base de mariscos e azeite de dendê



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

A diversidade biológica e cultural, presentes na gastronomia da população estudada, pode ser observada pela chegada diária, no cais, de canoas com peixes e mariscos, conduzidos por homens adultos e alguns adolescentes que saem para pescar. Em seguida, eles separam os peixes; algumas mulheres levam o pescado para os quintais e começam a limpá-los para o preparo das moquecas e ensopados. Elas também catam os mariscos, principalmente siris, para fazer o “catado de siri”

Essa rotina revela a dependência de sobrevivência da população com os recursos aquáticos, em particular o mar, estuários e manguezais. Tal dependência foi evidenciada por Josué de Castro, ao descrever a dieta alimentar das populações que sobrevivem dos recursos dos manguezais e pelas populações que habitam o seu entorno no rio Capibaribe, em Recife:

Por outro lado, o povo daí vive de pegar caranguejo, chupando as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo e com a sua carne feita de lama fazer a carne de seu corpo e a do corpo de seus filhos (CASTRO, 1967, p.29).

É dessa dependência que ainda sobrevivem os pescadores da Ilha de Boipeba como relatam a Sra. Fabíola e o Sr. Leonardo:

Todos os meus filhos foram criados no peixe e marisco. (Fabíola Santos, ex- pescadora, 76 anos).

As espécies que eu mais pego, sororoca, guaricema e tainha, é para comer e vender. A gente come mais peixe e marisco (Leonardo Silva, pescador artesanal, 46 anos, entrevista direta, 2012).

Conforme observado em campo, o preparo dos alimentos tem forte tradição indígena e africana, utilizando-se leite de coco, azeite de dendê, pimenta, entre outros temperos. Como já foi afirmado por Freyre (1999), as tribos indígenas que habitaram o Nordeste brasileiro tinham como hábito a conservação da caça e da pesca em caldos grossos apimentados, fato também expresso nas narrativas:

As receitas do siri catado, do caranguejo e de peixes são: pimenta, sal, cebola, azeite de dendê, óleo de coco e molho de pimenta arriba saia (Marina Oliveira, 39 anos, dona de casa, entrevista direta, 2012).

A moqueca aqui é preparada com todos os temperos. Mas o que dá gosto mesmo é a pimenta arriba saia. (Sandra Silva Pereira, 40 anos, pescadora e dona de casa, entrevista direta 2012).

Os peixes, crustáceos e moluscos e suas respectivas formas de preparos, além de evidenciar os hábitos alimentares, traduzidos na sua culinária típica, mostram também o elo entre a diversidade biológica dos manguezais e a diversidade cultural da população da Ilha de Boipeba.

8.2.3 A linguagem

O vocabulário da população da ilha é rico, cheio de metáforas, eufemismos e hipérboles, que são utilizados na comunicação e transmissão dos conhecimentos tradicionais aos mais jovens, como as técnicas e o uso correto dos apetrechos de pesca, a identificação dos peixes e crustáceos, a identificação dos ciclos lunares e a velocidade e direção dos ventos.

Essa linguagem própria pode ser observada quando a população estudada descreve os ciclos lunares e a velocidade e direção dos ventos, explicando como a lua interfere nos ciclos das marés e na pescaria. Por exemplo, o termo “maré de arrebentação” é utilizado quando a lua está cheia e, neste caso, a maré vai ser forte:

A água da maré é alva, água suja é ruim para o peixe. Água boa para peixe é clara. Quando ando de canoa, eu conheço os ventos; este que está batendo na gente é o Nordeste; o vento Sul vem de cá; dali vem o Noroeste. (Sandra Nascimento, 43 anos, pescadora e dona de casa, entrevista direta, 2012).

Na época do *Réveillon* e do carnaval, a ilha fica “coalhada” de barcos; e vira bagunça de tantos turistas. (Luiz Silva, 16 anos, entrevista direta, 2012).

É através dessa linguagem que as práticas tradicionais de pesca são exercidas e passadas para as próximas gerações.

8.2.4 A pesca nos manguezais: cenário das artes e técnicas de pescas artesanais

Os recursos naturais dos manguezais possibilitaram aos homens que habitam o entorno desse ecossistema na Ilha de Boipeba, elaborarem instrumentos artesanais simples, compatíveis com esses recursos. Tais instrumentos (munzuás, jererés, puçás e redes) também fizeram com que eles elaborassem técnicas seletivas de pesca artesanal para um determinado recurso desse ecossistema; a exemplo da pesca com rede para peixes, da pesca com jereré para siris e da pesca com munzuás também para siris, o que permitiu uma integração equilibrada da sua cultura com os recursos naturais dos manguezais. Essas técnicas de pesca ainda se mantêm; são artefatos e instrumentos artesanais que não causam poluição nem degradação ambiental, estando, assim, em harmonia com os recursos naturais dos manguezais, assegurando e mantendo a relação entre as diversidades biológica e cultural. Para Diegues (1994), são várias as formas tradicionais de pesca artesanal em águas estuarinas e costeiras praticadas, no litoral brasileiro, por pescadores artesanais (o viveiro, o cerco, o jiqui) e, ao longo dos anos, vêm contribuindo para a manutenção da diversidade biológica dos ambientes costeiros, por serem técnicas seletivas que não degradam e poluem o meio ambiente.

O emprego desses instrumentos e as técnicas artesanais de pesca foram herdados de gerações passadas, revelando fortes traços indígenas. Tais instrumentos e práticas artesanais de pesca são descritos a seguir;

– **Pesca com munzuá:** o munzuá consiste em uma armadilha confeccionada em fibra vegetal, a cana-brava-do-brejo. Apresenta orifícios de vários tamanhos, que também vão determinar o tamanho da peça. Os munzuás são colocados em pesqueiros específicos nos manguezais, quando a maré está baixa. Quando esta enche, os siris entram na armadilha e não mais conseguem sair. É uma pesca

seletiva, pois o tamanho do siri que entra na armadilha é determinado pelo tamanho do orifício do munzuá. É uma arte de pesca praticada pela maioria dos homens e algumas mulheres. A esse respeito, dona Maria do Carmo diz:

Eu boto mais munzuá no mangue. A espécie que mais pego para vender é o siri; utilizo o munzuá como instrumento de pesca. O munzuá é mais para pegar siri. (Maria do Carmo, 33 anos, pescadora artesanal, entrevista direta, 2012).

A Figura 56 retrata o pescador artesanal utilizando o munzuá para pescar siri no manguezal.

Figura 56 – Pescador artesanal praticando pesca de siri com munzuá



Fonte: Arquivo pessoal (2010).

– **Pesca com Jereré:** é praticada, sobretudo, por mulheres e crianças. Utiliza-se o jereré, artefato que consiste em uma circunferência de madeira e arame, costurada com uma rede de pano ou *nylon*; no seu interior, é colocada uma isca de peixe, sendo jogado no manguezal, quando a maré está cheia, para a coleta de siri. A Figura 56 mostra o a pesca com jereré no manguezal;

– **Pesca de gamboa:** consiste em um cercado fechado, confeccionado com varas de madeira. A cerca principal é construída com varas de madeira. A cerca principal é construída em terra firme, no estuário próximo ao manguezal, e se estende até a parte de água que se bifurca em um cercado feito de varas, cujo tamanho é bastante variado. Quando a maré enche, os peixes, crustáceos e moluscos se chocam contra a cerca principal, que é vedada com vários tipos de materiais, varas pequenas e

redes de pano ou de *nylon*. Impedidos de passar para o outro lado, os peixes se direcionam ao longo da cerca e entram no cercado, não podendo mais sair, porque a abertura de saída é menor do que a de entrada; ali são alimentados pelos nutrientes naturais trazidos pela maré.

– **Pesca com rede:** é outra atividade bastante difundida nos canais dos manguezais e nos estuários próximos. A rede é um artefato feito pelo entrelaçamento de várias fibras de algodão, que décadas atrás eram tingidas com o tanino extraído das cascas da vegetação do mangue. Hoje, as fibras de algodão foram substituídas por linha de *nylon*. Essa atividade é praticada por duas ou mais pessoas. Para isso, usam uma canoa para se locomover. Em seguida, a rede é jogada em volta da canoa, em forma de uma semicircunferência, e puxada pelos pescadores, após a espera de algumas horas. Utiliza-se também uma técnica que consiste em ficar batendo os remos próximo à rede, para que os peixes sejam atraídos e se desloquem em sua direção. É uma pesca bastante primitiva e a única energia despendida é a braçal, estando, assim, em harmonia com os recursos naturais dos manguezais e do seu entorno e respeitando os ciclos biológicos das espécies, pois é lenta e de baixa mobilidade. A Figura 57 retrata a pesca com rede.

Figura 57 – Foto de pescadores artesanais praticando a pesca com rede



Fonte: Arquivo pessoal (2010).

Pesca com Linha: o sistema de pesca artesanal com linha é também bastante difundido entre os pescadores da Ilha. É praticada mais pelos homens, dentro dos manguezais e no seu entorno. É uma modalidade de pesca de baixo impacto e é seletiva, pois o tamanho do peixe e a espécie a ser capturada são

determinados pelo tipo de isca e o tamanho do anzol;

– **Pesca com jiqui:** o jiqui consiste em um cercado quadrangular, cujas laterais são forradas por redes confeccionadas com tecido de algodão. Esse instrumento é colocado dentro dos canais dos manguezais ou nos estuários adjacentes, sendo colocada uma isca de peixe no seu interior. Crustáceos, moluscos e peixes entram no jiqui e não mais podem sair, pois a abertura de saída é menor do que a de entrada. É outra técnica de baixo impacto, pois não consome energia e não degrada a natureza. A Figura 58 mostra um jequi.

Figura 58 – Foto do Jiqui



Fonte: Cairu et al (2006).

Observou-se, também, que os pescadores utilizam outros instrumentos de pesca, por exemplo, o **samburá**, construído de fibras vegetais, extraídas da cana-brava, todo entrelaçado com essas fibras; sua finalidade é transportar peixes, anzóis, linhas e iscas de peixes; a **zagaratea**, feita com diversas varas tiradas do mangue e amarradas ao longo de uma vara central para servir de amarração para as embarcações. Esse instrumento é usado para fixar ou amarrar as canoas no fundo dos manguezais e estuários adjacentes; o **puçá**, artefato que apresenta um aro em forma de circunferência, sendo nele amarrada uma rede de algodão. Tem como função pegar peixes dentro das redes, na gamboa; a **canoa**, meio de locomoção utilizado pela população local, é confeccionada com madeira, em que se utiliza um único tronco escavado; e o remo, feito de madeira, reto e longo,

manipulado pelo pescador para locomover a canoa.

Essas práticas tradicionais exercidas em consonância com a diversidade biológica dos manguezais vêm sendo modificadas devido ao crescimento acentuado da atividade turística nas últimas décadas.

Porém, a sua preservação requer um aparato legal para conservar os conhecimentos tradicionais da população que habita no seu entorno.

Além desse aparato se faz necessário também analisar como seu deu a inserção da atividade turística e que levou a transformações socioespaciais e mudanças na cultura dessa população. Essa análise é feita na próxima seção.

9 ATIVIDADE TÚRISTICA NA ILHA DE BOIPEBA

Para analisar e compreender os estágios evolutivos das transformações socioespaciais advindas da atividade turística da Ilha, foi escolhido modelo espacial de Buttler (1980). A sua utilização permite analisar essas transformações em períodos escalares e também elaborar cenários evolutivos espaciais futuros.

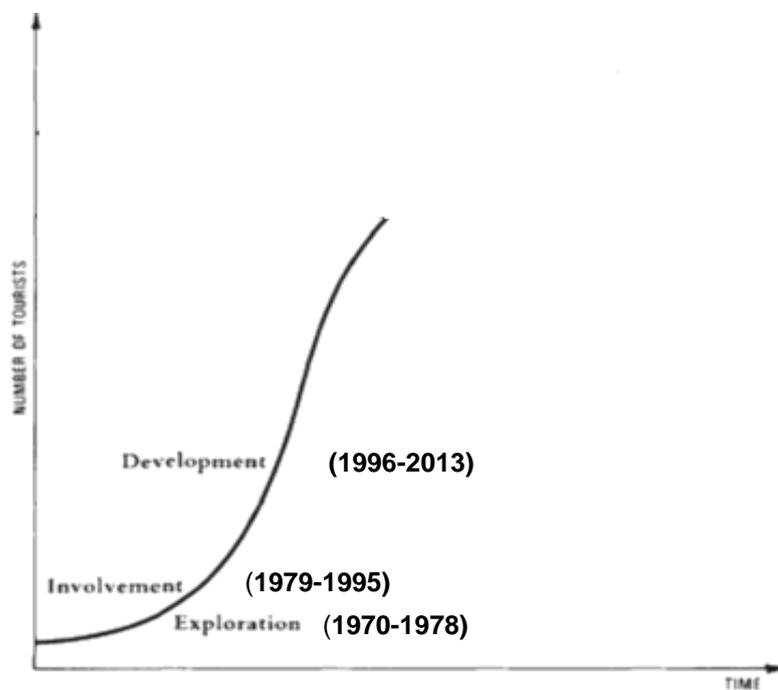
Esse modelo permite também analisar cada variável-chave que de cada período que foi responsável pela transformação socioespacial da Ilha de Boiepeba Santos e Silveira (2001) afirmam que nos estudos de análise espacial é essencial a escolha de cada variável-chave ou sistemas de varáveis que comandam as mudanças espaciais.

Isso se torna relevante porque em cada período escalar os fluxos dos objetos e ações dos homens não apresentam dinamismos homogêneos. Santos (2002) afirma que em cada lugar os fluxos não têm a mesma rapidez porque:

Os fluxos não têm a mesma rapidez. A velocidade de uma carta não é a mesma de um telegrama, um telex, um fax. Os homens não percorrem as mesmas distâncias ao mesmo tempo, dependem dos meios com que contam. Mas, no espaço geográfico, se as temporalidades não são as mesmas. [...] o entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo de sucessões e o eixo das coexistências (SANTOS, 2002, p.159).

Os períodos evolutivos do espaço turístico da Ilha são representados pelo Gráfico 9.

Gráfico 9 - Estágios evolutivos do espaço turístico da Ilha de Boipeba



Fonte: adaptado de Bluter (1980, p.7).

Esses estágios sucessivos são descritos e analisados a seguir.

9.1 ESTÁGIO DE EXPLORAÇÃO: PERÍODO ENTRE 1970 E 1978

No início da década de 70, a Ilha de Boipeba mantinha a sua configuração espacial com as características peculiares de um meio rural. Os cultivos de subsistência, mandioca, milho, feijão, dendê, piaçava, coco-da-baía eram predominantes. Entre esses cultivos, destacam-se as culturas de dendê e piaçava, o que também foi confirmado pelo Sr. Anselmo Silva, ex-agricultor e pescador artesanal:

A principal atividade era o dendê. Eu sozinho no período de colheita que vai de maio a setembro chegava a tirar 160 toneladas e ganhava por comissão. Hoje com a chegada do turismo esta atividade está sendo esquecida, pois os tiradores de dendê e piaçava estão todos trabalhando com o turismo. (Entrevista direta, 2010).

Ademais, a pesca artesanal praticada nos manguezais e estuários se

constituía também como outra fonte de renda secundária das comunidades locais, como presenciado por um pescador artesanal, Sr. José Silva:

Nos manguezais daqui se pescava em abundância caranguejos, siris e gaimuns. A população vivia, dependia da pesca artesanal para sobreviver. (Entrevista direta, 2010).

O núcleo urbano da Ilha se restringia ao povoado da Velha Boipeba, a pequenos estabelecimentos comerciais (que comercializavam gêneros alimentícios de primeira necessidade), e a casas residenciais dos moradores locais, como retrata a Figura 59.

Figura 59 - Núcleo urbano da Velha Boipeba na década de 70



Fonte: Castro Neto (1970).

Na parte periférica desse núcleo, gravitavam pequenos povoados, vilas de pescadores, a exemplo de Moreré, Cova da Onça, Ponta dos Castelhanos e Monte Alegre. Os espaços desses povoados eram também típicos de um meio rural e sem a presença de fluxos turísticos.

Contudo, no final da década de 70, começa a exploração turística da Ilha de forma espontânea por um pequeno grupo de turistas, *hippies*, aventureiros e mochileiros provenientes de várias localidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e, depois, por veranistas de segunda residência provenientes de Salvador e Valença, como constatado pelo veranista Sr. Armindo Castro Neto:

Quando cheguei em Boipeba na década de 70 o turismo não existia. Na metade da década de 70, a ilha começa a ser visitada por *hippies* e mochileiros de várias partes do País. Depois é que começou a chegar os veranistas de Salvador. (Entrevista direta, 2012).

Esses fluxos foram motivados pela implantação do sistema *Ferry Boat* no ano de 1971, que ligou Salvador à Ilha de Itaparica e facilitou o acesso à Região Litoral Sul da Bahia. Essa ligação facilitou o acesso para a Ilha de Boipeba. Outro fator preponderante para a ocorrência desses fluxos foi a construção da BR-101 (rodovia federal translitorânea, que corta o Brasil de forma longitudinal), no ano de 1973, proporcionando a interligação da cidade de Valença, principal porta de entrada para a Ilha de Boipeba, a esta via pela rodovia BA-542.

Mesmo ocorrendo pequenos fluxos de turistas e veranistas, a localidade ainda não apresentava uma configuração espacial típica da atividade turística devido à inexistência de: instalações adequadas para hospedagem de turistas, como pousadas, *spa*, *ecoresort*, hotéis e albergues; bares e restaurantes; agências de viagens; infraestrutura de acesso. Assim, para atender a essa deficiência de meios de hospedagem, os moradores locais adaptavam e alugavam os cômodos de suas casas como meio de hospedagem.

Contudo, nesse estágio, devido ao número insignificante de turistas, não ocorriam transformações socioespaciais. O meio físico permanecia inalterado e a paisagem da Ilha se mantinha com as características peculiares das regiões insulares tropicais, como retrata a Figura 60 .

Figura 60 – Foto da paisagem da ilha na década de 70



Fonte: Castro Neto (1970).

Não ocorria também a ruptura do tecido social devido ao fato de a maioria dos moradores locais não ter contato direto com um número expressivo de turistas. Por isso, a estrutura familiar tradicional, os cultivos de subsistência e as práticas de pesca artesanal mantinham-se também inalterados.

Esses fenômenos ocorrem devido a uma prevalência do meio natural sobre o técnico, com poucos objetos artificiais, e por isso existe uma assimetria entre os elementos espaciais.

Por isso, nesse estágio, ocorre uma prevalência do meio natural sobre o meio técnico e sem alterações significantes sobre o espaço porque os objetos técnicos desse estágio não são ainda dotados de alta tecnologia. Santos (2002) ainda assinala a evolução das técnicas, e a entrada de novos objetos artificiais se torna fundamental no entendimento dos períodos sucessórios do espaço.

Esse autor ainda ressalta que as características do espaço geográfico e sua evolução estão relacionadas com a evolução das técnicas que são impregnadas nos objetos e também pela ação da sociedade.

Todavia, no final da década de 70, esse cenário começa a mudar porque a Região Litoral Sul da Bahia foi inserida em programas públicos indutores do desenvolvimento do turismo, dando sequência a outro estágio na Ilha de Boipeba, que é descrito na próxima subsecção.

9.2 ESTÁGIO DE ENVOLVIMENTO: PERÍODO ENTRE 1979 E 1995

No final da década de 70, o turismo torna-se prioridade para o governo da Bahia. Para levar a efeito, o Estado assume o papel de planejador do turismo:

O governo do Estado tem sido um dos protagonistas da atividade do turismo na Bahia, seja pela iniciativa de conceber planos estratégicos, seja pelo irrestrito apoio às ações empresariais, ou até mesmo por ter assumido atribuições próprias do setor privado em determinadas regiões turísticas. (BAHIA, 2005, 39).

O turismo foi escolhido como uma atividade produtiva porque tem a capacidade de induzir o crescimento de regiões que apresentam suas economias estagnadas, o que justifica a necessidade de o Estado intervir como protagonista na promoção desse crescimento. Como justifica também Perroux (1977, p.154), ao formular a Teoria de Polos de Crescimento, as regiões estagnadas precisam da

intervenção do poder público porque não podem ficar aprisionadas pelas suas próprias fronteiras:

A economia nacional em crescimento não mais se apresenta, unicamente, como um território politicamente organizado sobre o qual vive uma população, nem como um aprovisionamento de fatores de produção, cuja mobilidade cessa nas fronteiras.

Para desempenhar essa função, no ano de 1981, a Empresa Baiana de Turismo S/A (BAHIATURSA) elabora o programa Caminhos da Bahia, como indutor do crescimento do turismo em várias Regiões do Estado.

Esse programa é uma consolidação da segunda estratégia do Plano de Desenvolvimento Turístico do Recôncavo (PTR), elaborado, no ano de 1970, pelo então Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER). Essa estratégia contempla a construção e o gerenciamento de hotéis; ações promocionais de *marketing*, capacitação de recursos humanos.

Ademais, os fundamentos teóricos do PTR são concebidos de acordo com o modelo teórico de desenvolvimento turístico intitulado de Polos Turísticos. Cruz (2001) ressalta que o cerne das políticas públicas turísticas regionais no Brasil é a criação de Polos Turísticos, a exemplo do PTR.

A base teórica primordial desse plano é que uma cidade, que corresponde a um polo turístico, detentora de recursos naturais e culturais e históricos, localizada em um ponto do espaço e dotada de uma rede de serviços turísticos, é capaz de atrair fluxos de turistas e promover o crescimento do turismo:

Portanto, esse fundamento teórico está de acordo com o pensamento de Perroux (1977) quando este afirma que a finalidade de um polo é expandir o crescimento com intensidades variáveis por diversos canais e com efeitos variáveis sobre toda a economia.

Becker (1995) e Cruz (2001) também são de opinião que a Teoria de Polos de Crescimento de Peroux é utilizada como fundamentos teóricos para elaborar as políticas públicas de turismo no Brasil.

Ainda de acordo com o PTR, essa cidade se caracteriza como um ponto de atração de fluxos turísticos nacionais e internacionais.

Assim, tomando como base os fundamentos teóricos do PTR acima especificados, foram selecionadas pelo programa Caminhos da Bahia quatro regiões turísticas: Chapada Diamantina, Litoral Sul, Recôncavo, São Francisco, Baía de

Todos os Santos, em função da diversidade dos recursos naturais, históricos e culturais de cada região.

Ademais, cada região é detentora de uma cidade como fator de atratividade, a saber: Lençóis na Chapada Diamantina; Valença no Litoral Sul; Salvador no Recôncavo e Juazeiro no São Francisco.

A inserção dessas regiões nos mercados turísticos tem como finalidade atingir o objetivo principal do programa, que é a integração dos espaços turísticos das regiões interioranas do Estado para a promoção do crescimento dessa atividade.

Para atingir esse objetivo, o governo baiano construiu hotéis em vários municípios das regiões-polos que fazem parte desse programa, a exemplo do Hotel Portal do Rio Una, construído no ano de 1981 na cidade de Valença, porta de entrada para a Ilha de Boipeba.

Nesse mesmo ano, lançou uma campanha promocional para divulgar as regiões turísticas do Estado da Bahia nos mercados internacional e nacional, como confirma Bahia (1983, p.7):

O princípio de tudo: fazer crescer o fluxo turístico. Para concretizar esse objetivo, a Bahiatursa realizou estudos de pesquisas, determinando os mercados de atuação da Empresa. A partir daí, desenvolveu, nos mercados tradicionalmente emissores e potencialmente promissores – pelo seu nível de desenvolvimento econômico – de fluxo turístico para a Bahia, uma intensa e agressiva política promocional.

Como consequência, o crescimento turístico na Bahia foi imediato:

Como resultado imediato houve o crescimento de voos diretos de Roma, Milão, Madri e Assunção para a Bahia, além das linhas existentes de Paris e Lisboa. Os números comprovam os resultados: somente em 1982, cerca de 900 mil turistas visitaram a Bahia, sendo 80 mil estrangeiros. Estes apresentando um crescimento de mais de 1000% em relação a 1979. Estes dados resultam em uma extraordinária, taxa de crescimento [...] mas foi o resultado da Bahiatursa e sua proposta de convidar o mundo para viver a Bahia [...] a proposta de aumento do fluxo turístico foi cumprida. (BAHIA, 1983, p. 9).

Esse crescimento repercutiu também na cidade de Valença (portão de entrada de turistas para os povoados de Morro de São Paulo e Ilha de Boipeba).

No início da década de 80, começaram a se deslocar para a sede desse município fluxos significativos de turistas oriundos de várias localidades da Bahia, Salvador principalmente, e de outros Estados brasileiros, como São Paulo, Rio de

Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, e de vários países – Itália, França, Portugal e Chile. Ressalte-se que os destinos finais desses fluxos são os povoados de Morro de São Paulo e Ilha de Boipeba, principais destinos turísticos da Região Litoral Sul, pertencentes ao município de Cairu.

Em Boipeba, esse fluxo era constituído, em sua maior parte, de turistas de segunda residência (veranistas) provenientes de Salvador e Valença e de turistas procedentes da França, Itália, Bélgica e Portugal; a outra parte era oriunda dos Estados brasileiros de São Paulo e Minas Gerais. A movimentação desse fluxo foi presenciada por um dos primeiros veranistas da Ilha, Sr. Armindo Castro Neto, o qual afirma:

O turismo começou a crescer na década de 80 em Boipeba e depois se expandiu para o povoado de Moreré. O fluxo de turistas era constituído em sua maior parte por veranistas provenientes de Salvador e de turistas de vários países. (Entrevista direta, 2012).

A ação de *marketing* favoreceu também a presença de visitantes de vários Estados brasileiros, como Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, de Brasília e de outros países (Itália França, Alemanha, Bélgica, Portugal e França), que se hospedavam em Morro de São Paulo e, depois, faziam passeios ao redor da Ilha para conhecer as suas belezas naturais e fazer refeições no número restrito de restaurantes de comidas típicas: moquecas de polvo, de siri catado, de cavala e caranguejo.

Esses turistas depois retornavam à Ilha como turistas para desfrutar com mais tempo de suas belezas naturais.

Portanto, esses primeiros fluxos turísticos constituem o marco histórico do surgimento do turismo na Ilha de forma induzida, em decorrência de uma política pública indutora do desenvolvimento do turismo e cuja estratégia-chave era o *marketing* promocional.

Além disso, esses primeiros fluxos foram responsáveis pelo envolvimento dos moradores locais com a atividade turística, como já estava previsto pelo Programa Caminhos da Bahia. Segundo dados oficiais (BAHIA, 1983), além de criar novas destinações turísticas na Bahia, esse programa estimulou o turismo interno e também foram despertados e motivados os interesses da comunidade e estimulada a sua participação.

O envolvimento dos moradores com o turismo se deu, inicialmente, com a construção das primeiras pousadas na parte do cais da localidade, em direção à praia da Boca da Barra, por estrangeiros que habitam a Ilha, e depois pelos habitantes nascidos na ilha, que edificaram as primeiras pousadas no centro urbano da Velha Boipeba, como vivenciado por um dos primeiros veranistas da localidade a chegar na década de 70, Sr. Armindo Castro Neto:

As pousadas na vila da Velha Boipeba começaram a ser construídas primeiro na beira do cais pelos gringos e depois pelos moradores locais para atender os turistas que vinham principalmente de Salvador. No centro de Boipeba, as três primeiras pousadas surgiram na Praça do Retângulo na década de 80. (Entrevista direta, 2012).

A outra forma de envolvimento dos moradores com a atividade turística ocorreu pelo aluguel de suas residências nos finais de semana prolongados, como atesta o comerciante local e natural da ilha, Sr. Anselmo Silva:

O turismo começa a ser explorado aqui com o aluguel de casas pelos moradores locais aos turistas de Salvador e municípios circunvizinhos nos feriados prolongados. (Entrevista direta, 2010).

Essas primeiras edificações da localidade foram construídas sem as devidas preocupações com o espaço da Ilha por parte dos poderes públicos. Como é evidenciado a seguir:

A ocupação urbana próxima ao atracadouro é bastante desordenada, observando-se inclusive construções que avançam sobre o rio (...) a ocupação próxima à praia representa a área de expansão mais valorizada de Velha Boipeba, onde se localizam hotéis, pousadas, bares, restaurantes, com um padrão construtivo mais sofisticado destinado ao apoio aos turistas. (BAHIA, 1999, p.82).

Como também afirma Queiroz (2002), a expansão do turismo induzida por esse programa, sobretudo no interior do Estado, não estava acoplada a um planejamento e resultou no crescimento desordenado dessa atividade e com repercussões socioambientais negativas.

Fica patente que as primeiras edificações relacionadas com a atividade turística e o envolvimento dos moradores locais são responsáveis pelas primeiras transformações socioespaciais da Ilha. Esse fenômeno ocorre porque a introdução de novos elementos espaciais, a exemplo das pousadas, interfere na totalidade do espaço turístico.

Santos (1985) afirma que a movimentação de novos elementos interfere no seu processo, ou seja, mudanças (Alto Moderado Baixo) ocorrem nesta categoria (o processo) interferem no movimento das outras, a exemplo da forma, a paisagem.

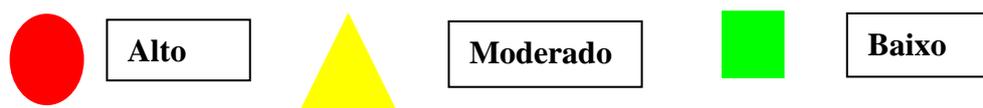
Ademais, alteração na totalidade espacial desencadeia transformações quando, nas localidades turísticas, programas de desenvolvimento de turismo são implementados com a finalidade de crescimento do turismo e sem as devidas preocupações com as questões socioespaciais, a exemplo do Programa Caminhos da Bahia.

Essas transformações desencadearam transformações de ordem espacial, econômica, social, como demonstra a Figura 61.

Figura 61 - Matriz dos problemas socioespaciais da Ilha de Boipeba, pressão e significância das transformações socioespaciais relacionadas com a atividade turística durante o período de 1979 a 1995

Transformações Socioespaciais da Ilha de Boipeba	Pressão	Significância da Transformação
Crescimento urbano desordenado	O início das primeiras edificações, casas de veraneio, pousadas, bares, restaurantes.	Alto
Mudanças na paisagem local	Transformação da paisagem original, casas rústicas de pescadores, em paisagem urbana. Transformação de espaços rurais em urbanos.	Alto
Surgimento dos primeiros loteamentos clandestinos	Construção de casas irregulares nas partes periféricas da ilha; Desmatamento em áreas de encostas.	Moderado
Especulação imobiliária	No início da década de 90, os moradores locais começam a vender as suas propriedades, localizadas principalmente na beira da praia, por preços abaixo de mercado.	Alto
Substituição dos cultivos tradicionais pelo turismo	Em 1990, os cultivos tradicionais, dendê, coco-da-baía e a pesca artesanal começam a ser substituídos pela atividade turística.	

Fonte: Adaptado Bahia (1988).



Como mostra a Figura acima, essas transformações não apresentam ainda significância alta porque a relação entre o número de turistas e o número de equipamentos não era ainda suficiente para causar problemas socioespaciais e possíveis impactos ambientais negativos relevantes. Isso se justifica também porque a sazonalidade turística na Ilha não era alta nesse período.

Essa descrição está de acordo com a visão de Butler (1980) quando afirma que, nesse estágio, as transformações socioespaciais ainda não causam impactos negativos significantes porque o dinamismo espacial é baixo em decorrência do baixo fluxo de turistas e de equipamentos instalados.

Entre as transformações socioespaciais especificadas na Figura anterior, o crescimento urbano da Ilha se constitui como o principal. Essa urbanização ocorreu porque as primeiras edificações voltadas para atender à atividade turística foram erguidas sem critérios técnicos e sem as devidas preocupações com o meio ambiente.

Verifica-se que, nesse período, a localidade não dispunha de uma lei que regulamentasse o uso e a ocupação do solo urbano e de instrumentos de gestão ambiental com a finalidade de conciliar as atividades produtivas e os recursos socioambientais da Ilha.

Fica evidente que o surgimento das primeiras transformações socioespaciais desse estágio está associado com a inexistência dos instrumentos de normatização do solo urbano. Cruz (2001), Becker (2005) e Chiapetti (2009) afirmam que a história das políticas públicas de turismo no Brasil está associada com a inexistência da dimensão espacial e dos problemas socioambientais que esta atividade causa e, entre eles, o crescimento urbano desordenado é o principal.

Na Ilha de Boipeba, o primeiro ponto de urbanização de forma espontânea se iniciou no final da década de 70, no centro do povoado da Velha Boipeba (Praça Santo Antônio), com a construção das primeiras casas de veraneio por veranistas oriundos principalmente da Cidade do Salvador, como presenciado pelo Sr. Armindo Castro Neto:

O início da urbanização da Ilha de forma descontrolada começou a partir do ano de 1979 no centro da ilha. Nesta data chegaram os primeiros veranistas desta localidade. Compravam as casas nas mãos dos moradores locais e depois transformavam em residências de veraneio (Entrevista direta, 2012).

Isso também foi registrado em publicação governamental:

A partir da década de 80, a atividade do turismo vem se desenvolvendo com muita força na região atraindo grande quantidade de turistas, veranistas, investidores principalmente nas localidades de Boipeba e Morro de São Paulo [...] a atividade turística merece atenção do poder público devido aos impactos que vem provocando ao meio ambiente local [...] em consequência do desordenamento do uso do solo. (BAHIA, 1998, p.77).

Depois, o foco de urbanização irradiou-se em direção ao cais, no sentido das praias da Boca da Barra e Tassimirim. Nesses locais, foram edificadas as primeiras pousadas da Ilha pelos estrangeiros que chegaram à localidade para se estabelecer como empresários do turismo. Foi o que Elísio Brasileiro, veranista da Ilha, vivenciou:

Com a chegada dos gringos, italianos, belgas, americanos, holandeses, franceses, no início da década de 80 se dá início à construção das primeiras pousadas de Boipeba, em direção às praias da Boca da Barra e Tassimirim. Antes não existiam edificações urbanas nestes pontos da Ilha. (Entrevistas direta, 2012).

Após a construção das pousadas na praia pelos estrangeiros, começa também a edificação das primeiras pousadas no centro da Velha Boipeba, por alguns moradores locais. Para isso, transformavam parte dos cômodos de suas residências em pousadas simples, como atestado por Elísio Brasileiro:

A construção das primeiras pousadas no centro de Boipeba começou no início da década de 80 quando os moradores locais começaram a transformar os cômodos de suas residências em pousadas simples (Entrevista direta, 2011).

Depois da construção das primeiras pousadas e das casas de veraneio, dá-se início às edificações de bares, restaurantes, mercadinhos de gêneros alimentícios no centro da ilha e na beira do cais para atender ao fluxo de turistas e veranistas que se deslocavam para essa localidade.

Esses fenômenos acima descritos se consolidam como os primeiros núcleos de urbanização da Ilha de forma não planejada.

Outra transformação espacial foi a mudança na paisagem local em decorrência de construções das primeiras edificações de forma desordenada. Essa paisagem retratava a predominância das casas rústicas dos pescadores, artesanais

e emolduradas na parte da frente pelos seus apetrechos de pesca e que também serviam de entrepostos para a venda de peixes.

É o que afirma o Sr. Anselmo Silva:

Há quarenta anos neste local só existia as casas dos pescadores. As frentes das casas serviam de pontos de comercialização de pescado. (Entrevista direta, 2012).

Figura 62 – Foto que retrata a parte frontal da casa dos pescadores da Ilha de Boipeba na década de 80



Fonte: Castro Neto (1970).

Essa paisagem é também retratada na Figura 62.

Constata-se também que a urbanização da Ilha de forma desordenada nesse estágio foi responsável pelos primeiros problemas ambientais. Entre esses problemas ambientais, destacam-se o lançamento de esgoto doméstico não tratado nas praias, rios, manguezais e estuários da Ilha de Boipeba, e a supressão da vegetação do bioma de Mata Atlântica.

Ressalta-se que esses problemas deram início ao surgimento dos primeiros impactos ambientais negativos da localidade e são descritos e analisados na seção

seguinte, por serem acumulativos e por seu grau de significância e efetividade aumentar com a intensidade da pressão exercida pelas atividades produtivas e, no caso específico desta pesquisa, o turismo.

A consequência desse lançamento é a poluição hídrica desses ecossistemas, como atestado por pesquisa institucional (BAHIA, 1995), registrando que, em vários povoados da Ilha, não existe preocupação com disposição final adequada dos esgotos domésticos e os mananciais subterrâneos e superficiais estão contaminados por coliformes fecais.

Vale ressaltar que a poluição hídrica por esgoto doméstico não tratado compromete também a qualidade de vida da população, pois os esgotos são fontes de bactérias, vírus e parasitas que causam diversas enfermidades infecciosas e parasitárias, como a febre tifóide.

Depois do início do processo de urbanização ocorrido na Ilha, começaram a surgir os primeiros loteamentos (meados da década de 80) nas partes periféricas da Ilha, Rua da Matança, Rua do Areial e Rua da Tiririca. O seu surgimento decorre do deslocamento de pessoas procedentes de vários municípios da região cacauera, a exemplo de Ilhéus e Itabuna, em busca de empregos na atividade turística.

Esse deslocamento ocorreu porque, nos meados dos anos 80, a lavoura cacauera foi dizimada em sua maior parte pelo aparecimento da doença vassoura de bruxa, causado por um fungo fitopatogênico e que deixou sem emprego milhares de trabalhadores rurais.

Neste sentido, sem condições financeiras para adquirir terrenos para construir suas residências, esses novos habitantes invadiram áreas de vegetação natural.

Contudo, a supressão da vegetação do bioma de Mata Atlântica foi responsável pelas perdas de várias espécies endêmicas, a exemplo do bicho-preguiça e do tatu-peba (AMABO, 2006). Além disso, a supressão da vegetação desse ecossistema é causa da transformação de espaços rurais em urbanos.

Outros problemas oriundos da perda da vegetação foram o assoreamento de rios, estuários e manguezais que margeiam os rios do Inferno e Catu.

Evidencia-se também que o crescimento do turismo foi a causa dos primeiros problemas sociais e econômicos da Ilha de Boipeba. Em relação aos problemas econômicos, destaca-se o surgimento da especulação imobiliária no início dos anos 90. Com a chegada do turismo, ocorreu uma demanda por terrenos e casas, assim, esta procura elevou os preços dos imóveis e, em particular, os

localizados próximos à praia e ao núcleo urbano do povoado, por serem mais valorizados.

Shiki (2007) e Chiapetti (2009) também evidenciaram, na cidade de Itacaré e Porto Seguro, que a especulação imobiliária nessas localidades foi uma das causas do surgimento de loteamentos clandestinos e levou ao crescimento urbano desordenado nos pontos periféricos desses destinos turísticos após a introdução do turismo nessas localidades sem as devidas preocupações com a ordenação do espaço urbano.

Na Ilha de Boipeba, a crescente procura por terrenos induziu os moradores locais a venderem suas propriedades abaixo do preço de mercado por estarem desinformados do seu valor real. Após a venda, não conseguiam comprar outro imóvel no mesmo preço e, por isso, adquiriram imóveis mais baratos na parte periférica da localidade. A venda dessas propriedades não ficou restrita somente ao núcleo urbano da vila e na beira da praia, tendo ocorrido também com as propriedades rurais.

Com a venda de suas propriedades, os agricultores migraram para o núcleo urbano da Velha Boipeba à procura de emprego no turismo. Já a outra parte se empregava como prestadores de serviços temporários em casas de veraneio e pousadas.

Como os empregos gerados pela atividade turística eram temporários, esses agricultores ficavam sem emprego ao final da estação. Muitos começaram a se envolver com drogas e outros passavam boa parte de seu tempo nos bares, ingerindo bebidas alcoólicas, surgindo, assim, os primeiros problemas sociais entre a população da localidade.

Ficou evidente também, nesse período, a substituição da pesca artesanal, como principal fonte de renda, pelo turismo. Muitos pescadores começaram a abandonar essa atividade para exercer atividades remuneradas temporárias em pousadas, bares e restaurantes. A outra parte transformou os seus barcos de pesca em embarcações para passeios turísticos.

Constata-se também que os jovens deixaram de se interessar pela arte da pesca para exercer atividades remuneradas temporárias na atividade turística. Segundo eles, a pesca é uma atividade que não valoriza as pessoas, de modo que trabalhar no turismo confere *status*, como atestado pelo Sr. Anselmo Silva, pescador artesanal:

A chegada do turismo vem afetando a pesca artesanal e vai chegar um dia que não tem mais pescador se dedicando a esta atividade. Os jovens não se interessam e com isto a atividade não pode continuar. (Entrevista direta, 2010).

O desinteresse pela pesca artesanal por parte dos jovens foi constatado também por Ramalho (2002) e Oliveira (2005) em Porto Sauípe no Litoral Norte da Bahia e na Ilha de Sapinhos no município de Camamu com a chegada do turismo. Esses autores constataram que o estilo de vida urbana dos turistas era o principal fator motivacional para a desistência dos habitantes locais.

Fica patente que as transformações socioespaciais evoluem com o crescimento da atividade turística. Essa evolução ocorre porque novos elementos espaciais, dotados de objetos técnicos, são introduzidos no espaço e provocam novas ações por parte dos homens sobre o espaço da Ilha.

Portanto, a conjunção de novos objetos e novas ações sobre o espaço confere uma nova dinamicidade e uma nova configuração socioespacial. Santos (2002) afirma que essa conjunção explica por que o espaço está sempre mudando

É assim que o espaço está sempre mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, em sua estrutura, em suas aparências e em suas relações. A celeridade das mudanças deve-se, substancialmente, à multiplicidade de vetores que o percorrem, à rapidez de sua substituição, à novidade das forças que portam e à sua incidência sobre os objetos. Estes, mesmos recentes, são rapidamente trocados, revalorizados ou desvalorizados. (SANTOS, 2002, p.213).

Para esse autor, o cerne dessa mudança está na sociedade que habita o espaço porque:

Uma vez criada e usada na execução da função que lhe foi designada, a forma subsequente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá a probabilidade de ser chamada a cumprir nova função. A cada mudança, fruto de novas determinações de parte da sociedade, não se pode voltar atrás pela destruição imediata e completa de formas precedente. Tal destruição não é só por vezes indesejável e dispendiosa, como ainda é de fato impossível. As rugosidades – formas remanescentes dos períodos anteriores – devem ser levadas em conta quando a sociedade procura impor novas funções. (SANTOS, 1985, p.55).

No entanto, as mudanças continuaram na Ilha de Boipeba devido ao crescimento da atividade turística pela introdução de programas de desenvolvimento de turismo na Região Litoral Sul da Bahia. Essas mudanças são descritas e discutidas na subsecção seguinte.

9.3 ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO: PERÍODO ENTRE 1996 E 2013

Por ser um período de longa duração, faz-se necessária a sua divisão em duas fases, para uma melhor análise e compreensão. Esses marcos divisórios se justificam também devido às peculiaridades dos programas de desenvolvimento implementados durante a sua vigência e também devido à introdução de novos objetos a esse espaço, que são responsáveis por novas ações por parte da sociedade.

- **Primeira Fase – entre os anos de 1996 e 2005**

Esse período se caracteriza pela implementação de infraestrutura de acesso e de serviços públicos para atender às diretrizes estabelecidas pelo programa PRODETUR /NE I na Região Litoral Sul da Bahia.

Contudo, no início da implementação desse programa no ano de 1995, não ocorreram investimentos diretos em infraestrutura e bens de serviços públicos na Ilha de Boipeba porque não se constituía como um destino-âncora com fluxo turístico expressivo. O Sr. Reinaldo Moreira Dantas, assessor técnico da Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos (SUINVEST) do Estado da Bahia, justifica esta exclusão:

No início do PRODETUR /NE I, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) queria destinar recursos para investimentos somente para a Costa do Descobrimento, em particular em Porto Seguro, porque esta localidade já apresentava um crescimento turístico expressivo. A inclusão posterior da Costa do Cacau, da Costa da Baleia, Costa do Dendê, Costa dos Coqueiros, foi uma reivindicação do governo do Estado da Bahia. (Entrevista direta, 2013).

Essa prioridade se justifica porque esse programa tem seus fundamentos teóricos também pautados no modelo de Polos Turísticos, e sua estratégia-chave é concentrar investimentos turísticos em localidades que já apresentam fluxo turístico expressivo.

No entanto, para ser implantado na Região do Nordeste, ocorreu uma adaptação, quando se elegeu um destino-âncora rico em recursos naturais e culturais ou uma cidade-âncora, em detrimento de um centro turístico-âncora desde que já apresentem um crescimento acentuado do turismo e possuam bens de serviços.

O Sr. Reinaldo Moreira Dantas também corrobora esta exigência: “a seleção de destinos âncora foi uma exigência do BID” (entrevista direta, 2013).

A substituição do centro turístico-âncora por um destino turístico-âncora é porque ficou constatado que programas, Megaprojetos Hoteleiros, fundamentados no modelo de Polos Turísticos foram responsáveis por problemas socioespaciais e com externalidades socioeconômicas negativas para a população local como em Cancún no México:

O BID para financiar o PRODETUR/NE estabelecendo novos parâmetros e condições, considerando os resultados de experiências mal sucedidas no campo social em complexos turísticos de outros países. Desse modo, ele passa se interessar, num primeiro momento, a financiar não os Centros Turísticos, mas promover o desenvolvimento do seu entorno (BAHIA, 1999, p. 12).

Gonzalez (2010) também afirma que o modelo de Megaprojetos Hoteleiros implementados em Cancún na cidade do México tem como estratégia chave a criação de centros turísticos. Ainda de acordo com essa autora após a sua implementação ocorreram problemas negativos de ordem social porque ocorreu aglomeração da atividade turística em áreas próximas aos atrativos naturais e culturais.

Problemas sociais também foram evidenciados por Dachary e Burney (2008) após a implementação do projeto fundamentado em Centros Turísticos Integrados em Cancún onde ocorreram custos sociais. Esses autores ainda assinalam que os custos sociais são decorrentes do endividamento do Estado devido aos custos de financiamento da infraestrutura de acesso e básica.

Também de acordo com esse ponto de vista está Gonzalez (2010,p.53) quando afirma que “o projeto de desenvolvimento instalado em Cancún pelo Estado é dotar a localidade de infraestrutura turística para o crescimento rápido da atividade turística”

Ressalta-se que esse destino-âncora corresponde à indústria motriz da Teoria de Polos de Crescimento formulada por Perroux (1977), como sendo aquela que tem

capacidade de atrair empresas para o seu entorno e depois promover o crescimento da região.

Nesses locais recortes, são feitos investimentos em infraestrutura de acesso e de serviços públicos, com a finalidade de promover o crescimento do turismo e, depois, se irradiar para outros pontos adjacentes da região.

Contudo, quando ocorre fluxo expressivo de turista, são instalados a infraestrutura e os bens de serviços para dar apoio e deslocamento a esses turistas.

Porém, na Ilha de Boipeba, o crescimento do turismo nesse estágio é resultante, mais uma vez, do *marketing* promocional que foi feito da Zona Turística Costa do Dendê nos mercados regionais, nacionais e internacionais como corrobora o Sr. Reinaldo Moreira Dantas:

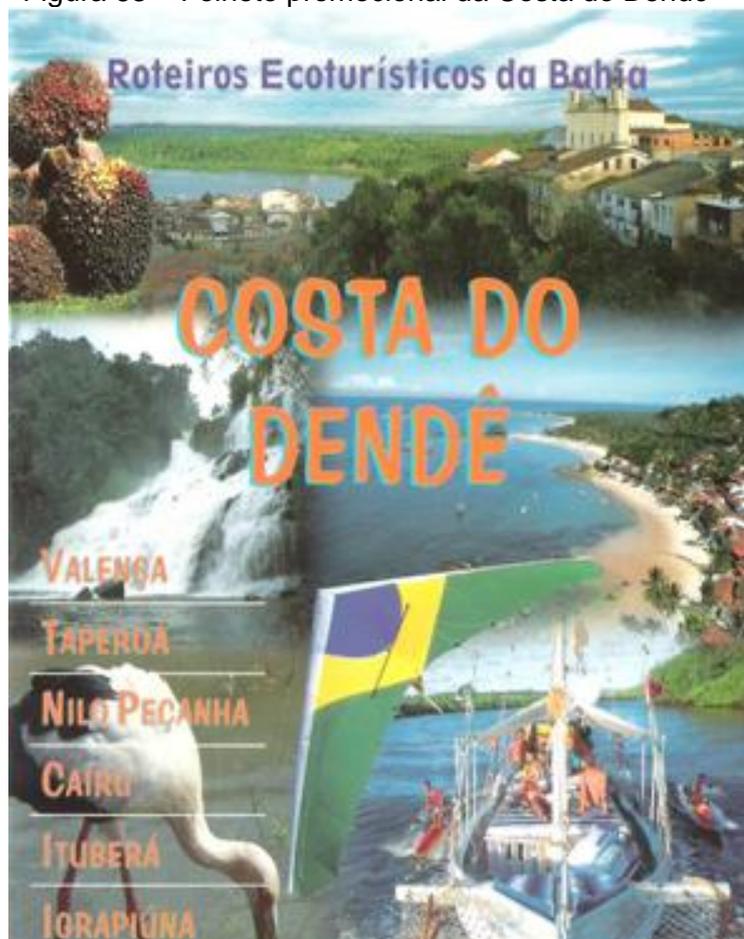
Na Ilha de Boipeba não ocorreram investimentos diretos do PRODETUR /NE I em infraestrutura. O crescimento do turismo que ocorre nesta localidade de forma espontânea é reflexo do marketing promocional deste programa e também do crescimento do turismo em Morro de São Paulo. (Entrevista direta, 2013).

Como também relata estudo institucional (BAHIA, 2001, p. 6):

Ao divulgar os atrativos da Costa do Dendê através de roteiros detalhados, complementados por fotos e mapas animados, a SUDETUR objetiva não somente estimular a visitação a essa região de excepcional beleza, mas também atrair possíveis investidores para esse rico e diversificado produto.

É também evidenciado por Chiapett (2009) quando afirma que o governo do Estado da Bahia fez uma *marketing* promocional através de *workshops*, folheterias, feiras de turismo, com a finalidade de divulgar os atrativos naturais e culturais do Polo Turístico do Litoral Sul nos mercados regionais, nacionais e internacionais, destacando a riqueza em recursos naturais e culturais, a exemplo da Costa do Dendê, como mostra a Figura 63.

Figura 63 – Folheto promocional da Costa do Dendê



Fonte: Bahia (2001, p.1).

A Figura 63, mostra a capa do livro promocional do *Roteiro Ecoturísticos da Costa do Dendê* publicado no ano de 2001 pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, contendo informações sobre os atrativos naturais e culturais da região

Butler (1980) assinala que um dos requisitos para que um destino turístico se desenvolva é o investimento em *marketing* promocional.

Pela pesquisa de campo, fica evidente que a instalação de infraestrutura de acesso e de serviços públicos em Boipeba foi uma iniciativa e com recursos próprios do governo da Bahia e de empresas privadas devido ao crescente fluxo de turistas para a Ilha.

Para tal fim, no ano de 2000, a Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A (EMBASA) instalou o sistema de abastecimento de água. Os estabelecimentos

comerciais casas de residência, pousadas e hotéis foram interligados a essa rede (Roberto Jorge Silva, gestor municipal da Ilha de Boipeba, entrevista direta, 2012).

Dando prosseguimento à instalação de infraestrutura da localidade, em 2001, foi construído um *pier* de cimento em parceria entre o governo local e a AMABO, para atender ao fluxo crescente de barcos e lanchas que transportam turistas, visitantes, veranistas e moradores locais porque o antigo (de madeira) já não estava mais atendendo a esse fluxo crescente e não dava condições seguras para o atracamento das embarcações. É o que retrata a Figura 64.

Figura 64 – Desembarque de turistas no novo *pier* de cimento na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

No ano de 2003, foram instalados, na Ilha, um posto de saúde e um posto policial com recursos da prefeitura local e do Estado. “Estes equipamentos têm como finalidade facilitar a permanência dos turistas na ilha e atender às necessidades de segurança e saúde da população local” (Roberto Jorge Silva, Entrevista Direta, 2012).

Foi instalada também uma nova linha rodoviária comercial no ano de 2004 pela empresa de ônibus Regional S/A. O trajeto é feito com ônibus expressos dotados de ar condicionado. Os ônibus partem do terminal rodoviário de Bom Despacho (Ilha de Itaparica) até a cidade de Valença pela BA-091. Nesse trajeto, o percurso gasto é de uma hora e dez minutos, sem paradas em pontos regulares. Em ônibus de linhas comerciais regulares, a depender da estação turística, o trajeto é

feito em média em duas horas. Depois, os turistas completam o trajeto em lancha rápida, que faz linha comercial entre Valença e a Ilha de Boipeba.

Após a implementação da infraestrutura, de serviços públicos e do *marketing* promocional, ocorreu um aumento do fluxo de turistas para a Ilha procedentes de diversos Estados brasileiros e de outros países. Esse aumento foi presenciado pelo gestor municipal da Ilha, Roberto Jorge Silva:

O turismo começou a crescer a partir da década de 90 porque os turistas procedentes de Morro de São Paulo vinham conhecer as piscinas naturais de Moreré e gostavam e depois retornavam para visitar Boipeba. A melhoria de acesso e de serviços foi essencial para este crescimento. (Entrevista direta, 2012).

Isso também constatado pela Fundação Onda Azul (2003):

A partir dos anos de 1990, o fluxo turístico para as ilhas que compõem a APA das Ilhas Tinharé e Boipeba aumentou significativamente, principalmente para visitar os povoados [...] de Boipeba [...].

Trabalho elaborado por órgão governamental (BAHIATURSA, 1997) também afirma que, nesse período, o fluxo de crescimento do turismo na Bahia foi de 4,6%/ano, e que este crescimento repercutiu de forma positiva em todas as zonas turísticas do Estado. Isso também é confirmado por Cairu et al (2006, p.142), quando afirmam que, “nesse período, ocorreu um aumento de fluxo de turistas para a Ilha de Boipeba, 1.4000 turistas, devido à melhoria da infraestrutura de acesso”.

A procedência desses fluxos, entre 80% e 90%, em sua maior parte é dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Brasília, Espírito Santo e do Distrito Federal, além de cidades próximas, como Salvador e Valença. O restante vem de países como Portugal, Itália, Alemanha, França, Bélgica, Itália e Espanha (CAIRU ET AL 2006).

O perfil desses turistas é, em sua maioria, composto de casais de meia idade à procura de belezas naturais e tranquilidade para descansar em Boipeba. “Estes turistas permanecem na Ilha com uma estadia de três noites e meia para turistas nacionais e para os turistas estrangeiros até cinco noites” (Walter Silva, proprietário de pousada, entrevista direta, 2011).

Fica evidente, que o crescimento do turismo na Ilha em um espaço de tempo curto apresenta relação direta com os programas de desenvolvimento de turismo fundamentados em Polos Turísticos implementado na Zona Turística da Costa do Dendê. Ressalta-se que, na Ilha de Boipeba, esse crescimento é resultante do *marketing* promocional do PRODEDTUR/NE I nessa zona.

Isso acontece porque o modelo de Polos Turísticos, ao dar ênfase à função do território, utiliza os recursos naturais (manguezais, praias, estuários) e culturais (festas populares, gastronomia, hospitalidade) como matérias-primas para a elaboração de produtos turísticos para atrair fluxo turístico, como constatado por Cairu et al (2006, p.1):

Essa mesma abundância de recursos naturais, culturas e paisagísticos que ficaram preservados durante anos, foram justamente os principais atrativos para o recente “boom” do turismo [...] na região, registrado mais contundente nos últimos dez anos.

Contudo, esse crescimento foi responsável pelo deslocamento de novos elementos espaciais, empresas de turismo, mercadorias, informações, turistas, visitantes, veranistas, para o centro urbano de Boipeba. Esses novos elementos são dotados de novos objetos técnicos.

O movimento dos novos elementos espaciais carregados de objetos técnicos, porém, tem como causa o surgimento de novas ações e de novos eventos sobre o espaço provocando a sua transformação. Como afirma Santos (2002), o movimento de novos objetos artificiais é responsável pelo surgimento de novas ações sobre o espaço e tem como consequência novos arranjos e novas transformações.

Tais transformações, por sua vez, são as causas do agravamento dos problemas espaciais, econômicos, sociais, culturais, ambientais e espaciais existentes na primeira fase desse estágio.

Esses problemas tomaram uma dimensão espacial relevante, o que motivou a implementação dos primeiros instrumentos de ordenamento do solo e de gestão ambiental do espaço, a exemplo da Resolução nº 1.692 de 19 de junho de 1998, que institui o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé e Boipeba, e da Lei nº 165, de 10 dezembro de 2004, que instituiu o Plano Diretor Urbano de Cairu.

Fica evidente que esses instrumentos são ineficientes e ineficazes porque não ocorreu integração entre os poderes públicos estadual e municipal para monitorar e fiscalizar os recursos socioambientais espaciais da localidade, como afirma Roberto Jorge Silva (gestor público da Ilha de Boipeba). “A APA só existe no papel. Monitoramento e fiscalização é inexistente por parte do governo do Estado da Bahia” (Entrevista direta, 2011).

Esses problemas se tornam relevantes quando associados à ausência de planejamento para preservar e conservar os seus recursos socioambientais. Mathieson e Wall (1990) e Butler (1980) corroboram que esses problemas apresentam relação com a ausência de planejamento em um destino turístico e também pela ausência de fiscalização por parte do poder público.

Wakashima e Capellari (2010), ao investigarem os impactos negativos do modelo indutor do turismo na cidade de Natal, constataram que, após a implantação das diretrizes do PRODETUR /NE I, ocorreram pontos de crescimento urbano desordenado em vários pontos da cidade. Esses autores constataram também ausência de fiscalização e monitoramento dos recursos socioespaciais por parte dos poderes públicos.

O crescimento urbano desordenado foi um dos aspectos negativos onde foi implementado (BAHIA, 1999). Crescimento urbano desordenado também foi evidenciado por Oliveira (2002) nos Estados de Pernambuco e Ceará após a implementação desse programa.

No Estado da Bahia, ocorreram também problemas de ordem espacial no povoado de Imbassay no Litoral Norte da Bahia, como aponta a Figura 65.

Figura 65 - Crescimento urbano desordenado na Praia de Imbassay no Litoral Norte da Bahia



Fonte: Arquivo pessoal (2002).

A Figura 65 aponta o crescimento desordenado na Praia de Imbassay, casas residenciais edificadas sem arruamento e próximas a área de brejos, após a abertura da estrada Linha Verde, com investimentos do PRODTEUR /NE I, que liga esse povoado à Cidade do Salvador.

A abertura dessa estrada provocou um crescimento rápido do turismo, que ocasionou problemas de ordem socioespacial.

A expansão e o crescimento urbano desordenado também ocorreram na Praia de Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabrália-Bahia, em decorrência desse programa, como mostra a Figura 66.

Figura 66 – Expansão e crescimento urbano desordenado na praia de Coroa Vermelha na cidade de Santa Cruz da Cabrália, Bahia



Fonte: Rhender (1999).

Como retrata a Figura 66 após a implementação daquele programa, ocorreu crescimento urbano desordenado que, depois, se expandiu para vários pontos dessa praia. Como aponta a Figura, essa praia localiza-se em terraços marinhos, ecossistema com alto grau de fragilidade.

Os problemas espaciais dessa fase na APA são especificados no Quadro 15 a seguir, de acordo com as zonas do seu Zoneamento-Ecológico Econômico. Essas zonas foram selecionadas para análise observando-se os seguintes parâmetros: pontos de aglomeração urbana; ações antrópicas provocadas pelos moradores fixos e veranistas; presença de ecossistemas frágeis e detentores de uma rica diversidade biológica.

Quadro 15 - Problemas espaciais que ocorrem na Ilha de Boipeba - 1991 a 2005

Zonas	Problemas Espaciais
ZUC (Zona de Urbanização Controlada)	Crescimento urbano desordenado no povoada da Velha Boipeba; Urbanização descontrolada em pontos periféricos ao núcleo urbano central da Velha Boipeba.
ZPR (Zona de Proteção Restrita)	Arruamentos não permitidos pela prefeitura; Presença de loteamentos clandestinos; Desmatamento da mata ombrófila densa; Transformação de espaços naturais em urbanos.

ZOM (Zona de Orla Marítima)	<p>Arruamentos não permitidos pela prefeitura.</p> <p>Aumento de edificações inadequadas, bares, restaurantes, pousadas, hotéis, próximos a linha de preamar;</p> <p>Mudanças na paisagem costeira;</p> <p>Pressão urbana na zona de praia;</p> <p>Construção de edificações permanentes na faixa costeira fora dos padrões da lei do ordenamento do solo urbano;</p> <p>Construção de edificações que impedem que dificulta o tráfego de pessoas;</p> <p>Construções de barracas na linha de preamar;</p> <p>Aumento da circulação de lanchas rápidas nos canais do rio Grande no período de alta estação.</p>
ZEP (I) - (Zona de Expansão)	<p>Substituição da paisagem costeira pela paisagem turística;</p> <p>Transformação das residências locais em edificações para prestação de serviços turísticos, bares, restaurantes, pousadas, lojas, mercadinhos e farmácias;</p> <p>Adensamento de equipamentos de infraestrutura, torres de celulares, antenas parabólicas, orelhões de telefonia fixa.</p>
ZOR (Zona de Ocupação Restrita)	<p>Ocupação desordenada em áreas costeiras;</p> <p>Aumento do fluxo turístico;</p> <p>Descaracterização da paisagem costeira.</p>
ZT (Zona Turística)	<p>Aumento do número de edificações (bares, restaurantes, pousadas) em áreas de declive;</p> <p>Fluxo turístico intenso;</p> <p>Mudança da paisagem local.</p>
ZUR (Zona de Urbanização Restrita)	<p>Construções de edificações, bares, restaurantes, pousadas, casas de veraneio de segunda residência, fora dos parâmetros estabelecidos na lei de uso do solo urbano;</p> <p>Surgimento de loteamentos clandestinos;</p> <p>Modificação da paisagem original;</p> <p>Substituição dos espaços naturais em espaços urbanos;</p> <p>Construções de edificações na linha de preamar.</p>

Fonte: Adaptado Bahia (1998).

O Quadro 15 demonstra que o crescimento urbano desordenado é relevante nas zonas ZUC e ZEP (1) devido a sua capacidade de expansão. Teve início na Praça do Campo no povoado da Velha Boipeba, como indica a seta amarela da Figura 67 a seguir.

Figura 67 - Foto que espelha a expansão do crescimento urbano na Ilha de Boipeba



Fonte: Novoa (2005).

Nesta primeira fase desse estágio, essa expansão também é vivenciada pelo gestor municipal da ilha, idade aproximada de 49 anos, Sr Roberto Jorge Silva:

Da década de 90 para cá ocorreu uma explosão demográfica na Ilha, porque as pessoas de outros municípios migraram para Boipeba a procura de emprego no turismo. Acham que esta região é propícia ao trabalho e em particular pelo turismo. Este fluxo de pessoas é responsável pelo crescimento urbano desordenado devido às construções de residências em locais inadequados. (Entrevista direta, 2011).

A Figura 68 anexada, Mapa de Uso Atual do Solo de 1995 mostra, em legendas vermelha e laranja, o crescimento urbano na Ilha e áreas degradadas.

Pela pesquisa de campo, fica evidente patente também que esse problema espacial não ficou somente restrito ao povoado da Velha Boipeba e expandiu para a beira do cais na parte frontal da ilha, como mostram as setas vermelhas.

Depois, expandiu-se para os pontos adjacentes as Zonas ZUC e ZEP(1), Rua do Areal, Rua da Tiririca, como apontam a seta branca. e a seta rosa e, em seguida,

se irradiou para a Rua da Matança, Povoado de Monte Alegre como sinalizam as setas verde e azul.

Outros problemas oriundos dessa expansão urbana desordenada nesse estágio foram: os loteamentos clandestinos; as transformações dos espaços rurais em urbanos; o desmatamento do bioma de Mata Atlântica e o comprometimento da qualidade da água dos mananciais; a construção de bares, restaurantes, pousadas, casas de veraneio de segunda residência sem obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo Zoneamento da APA e do Plano Diretor Urbano. Uma publicação oficial (BAHIA, 1999, p.83) confirma a presença desses loteamentos:

A outra área de expansão urbana do povoado se dá em direção ao interior da Ilha, onde existem construções recentes e indícios de loteamentos em local conhecido como Matança ou Tapera. Nessa área a ocupação é feita por edificações residenciais com padrão construtivo mais simples. Apesar das indicações de existência de loteamentos na área, este processo de parcelamento não tem registro da Prefeitura Municipal. (BAHIA, 1999, p.83).

Essa expansão urbana desordenada teve consequências negativas: o lançamento de esgotos domésticos e comerciais no Rio do Inferno e a contaminação dos aquíferos de Boipeba, o que veio a comprometer a sua qualidade:

[...] foram coletadas sete amostras para análise bacteriológica, em cacimbas, poços e fontes, de uma maneira geral, a grande maioria das amostras apresentou níveis diversos de contaminação. Apenas uma amostra apresentou teores de coliformes bem próximos de zero. (BAHIA, 1999, p.41).

A figura 69, retrata essa expansão.

Figura 69 - Expansão do crescimento urbano na Ilha de Boipeba



Fonte: Novoa (2008).

Fica evidente que não ocorreram fiscalização e monitoramento pelos poderes públicos estadual e municipal porque os parâmetros de edificações estabelecidos pelo Zoneamento da APA e o Plano Diretor Urbano não foram obedecidos.

Esses instrumentos estabelecem, respectivamente, que os lotes destinados a edificações não devem ultrapassar 250m² e 300m² e terem dois pavimentos. No entanto, essa metragem não é obedecida. Ainda de acordo com o Zoneamento, todas as edificações devem apresentar laudos técnicos para soluções compatíveis para o saneamento básico porque o lençol freático é de baixa profundidade.

Isso se justifica porque essas zonas são pontuadas por ecossistemas frágeis, a exemplo dos terraços marinhos.

Depois, o crescimento se irradiou para os pontos periféricos da Ilha, Rua da Matança, Povoado de Monte Alegre, como sinalizam as setas verde e azul, localidades inseridas nas Zonas ZPR e ZUR.

Como afirma também o Sr Roberto Jorge da Silva:

Nos povoados de Velha Boipeba a expansão urbana já ocorria em direção ao interior da ilha, onde surgiam construções recentes e a implantação de loteamentos. Estes empreendimentos levavam a um processo de parcelamento do solo, os quais não apresentavam nenhum registro na Prefeitura. Observava-se que as áreas de uso rural eram desmembradas das fazendas, para serem transformadas em uso urbano.

Isso se torna relevante porque a Zona ZPR é detentora de ecossistemas frágeis, lagoas, dunas, área de vegetação ombrófila densa, e também por ser um

nicho de reprodução de aves e mamíferos. Portanto, ficam proibidas todas as atividades que alterem a integridade ecológica desses ecossistemas. Fica evidente que a área dessa zona é invadida, hoje, para a instalação de loteamentos clandestinos, como mostra a Figura 70.

Figura 70 - Loteamento clandestino na Ilha de Boipeba, Cairu, Bahia



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

A Figura 70 retrata a presença de loteamentos clandestinos na Zona ZPR, rica em vegetação Ombrófila Densa. Essas edificações, além de comprometerem a redução de sua cobertura vegetal, ocasionam a perda da fauna e flora da Ilha.

Com relação à Zona ZUR, esses problemas espaciais foram significantes porque é pontuada por ecossistemas frágeis, terraços marinhos e fluviomarinhos, dunas e colinas, e a expansão do crescimento urbano mais o desmatamento interferem na sua integridade ecológica e comprometem a continuidade reprodutiva de sua fauna e flora.

Por isso, nessa zona não se permite a implantação de loteamentos e qualquer tipo de construção que venha a alterar a atual estrutura urbanística e sociocultural da população.

Os problemas espaciais que ocorreram na Zona ZOM, as construções inadequadas de bares, restaurantes, pousadas, hotéis, casas de veraneio de segunda residência na beira do cais, construção de barracas de praia na Praia das Pedras e da Boca da Barra são significantes. As setas vermelhas da Figura 67 retratam esta expansão.

Essas edificações comprometeram a integridade estrutural e funcional dos ecossistemas frágeis, estuários, rios, praias, que margeiam esta parte frontal da Ilha, já que tais edificações não estão ligadas a rede de esgoto (inexiste na localidade), e os dejetos humanos são lançados *in natura* nestes ecossistemas.

Pela pesquisa de campo, ficou constatada também que a expansão do crescimento urbano irradiou-se para pontos costais da ilha, margeados pelo Oceano Atlântico, como: ao Norte da Ilha, praia de Tassimirim localizada na ZUC; a Oeste, para a praia da Cueira, situada entre as zonas ZUC e ZT.

Na Zona ZT, os problemas espaciais se tornam relevantes porque existem áreas com declividade e por apresentarem também ecossistemas frágeis (terraços marinhos e fluviomarinhos) e colinas. Por isso, os empreendimentos turísticos a serem instalados têm de apresentar parecer técnico em relação ao saneamento compatível com o lençol freático.

Fica constatado que o crescimento urbano desordenado avançou em direção ao sul da Ilha também margeada pelo Oceano Atlântico na Praia de Moreré e no Povoado de Moreré, pontos periféricos da Ilha localizados nas zonas ZT e ZOR.

Os problemas espaciais da Zona ZOR são similares aos da Zona ZT porque esta apresenta os mesmos ecossistemas frágeis. Na instalação dos empreendimentos, devem ser apresentados pareceres técnicos para mitigar o lançamento de esgoto não tratado nesses ecossistemas e também soluções técnicas para evitarem a descaracterização da morfologia dos terrenos e perdas da sua fauna e flora.

Todavia, o povoado de Moreré é a localidade em que o crescimento do turismo se intensificou nos últimos anos. Isso ocorre devido à beleza cênica da localidade. Neste ponto, o crescimento urbano desordenado foi devido à construção de pousadas, hotéis, bares e restaurantes e também de casas de veraneio de segunda residência, com a finalidade de atender a esse crescente fluxo de visitantes e moradores, e ao surgimento de loteamentos:

Observa-se que o processo é semelhante em todos os povoados: as áreas de uso rural são desmembradas aos poucos em fazendas [...] para serem transformadas em uso urbano. Em geral são loteamentos feitos pelos proprietários de terras à medida que surgem demandas. (BAHIA, 1999, p.83).

Fica evidente que os problemas espaciais descritos e analisados acima nesse estágio são inerentes a locais em que o modelo de polos turísticos se implantou

como atividade econômica de forma não planejada como modelo indutor de desenvolvimento de turismo – o de Polos Turísticos. É confirmada essa ausência de planejamento, fiscalização e monitoramento por parte dos poderes públicos, que foi responsável pela expansão urbana desordenada na Ilha durante a primeira fase desse estágio (BAHIA, 1999).

Ressalta-se que o crescimento urbano desordenado que ocorreu nessa fase é a causa dos problemas ambientais em pontos específicos das zonas da APA.

Esses problemas são descritos e analisados de acordo com o zoneamento da APA e especificados no Quadro 16.

Quadro 16 - Problemas ambientais decorrentes da atividade turística na Ilha de Boipeba - 1991 a 2005

Zonas	Problemas ambientais
ZPR (Zona de Proteção Rigorosa)	Redução da cobertura vegetal dos manguezais; Redução das matas ciliares dos rios; Pesca predatória nos estuários e manguezais; Circulação de lanchas rápidas e barcos e atracagem nos recifes de coral; Fluxo intenso de barcos e lanchas sobre os recifes de corais; Fluxo intenso de barcos e lanchas nos canais estuarinos; Impedimento de desova de tartarugas marinhas; Erosão de encostas; Redução das áreas de restingas e de pântanos; Pesca predatória na alta estação turística; Surgimento de loteamentos clandestinos.
ZPVS (Zona de Proteção da Vida Silvestre)	Caça predatória; Redução da cobertura vegetal de matas nativas; Redução do habitat de espécies nativas que se associam aos manguezais (avifauna); Impedimento do ciclo reprodutivo de aves migratórias; Desmatamento da Mata Atlântica Ombrófila Densa para o surgimento de loteamentos; Extração ilegal de Madeira; Lançamento de esgotos sem tratamento nos rios, estuários.
	Assoreamento de áreas úmidas (brejos e lagoas) associadas a Mata Atlântica;

Zonas	Problemas ambientais
ZME (Zona de Manejo Especial)	Redução das áreas de restingas; Poluição hídrica dos aquíferos; Disposição final inadequada dos resíduos sólidos; Circulação intensiva de lanchas rápidas nos canais e estuários.

Fonte: Adaptado de Bahia (1998).

De acordo com o Quadro acima, os problemas ambientais que ocorreram na ZPR são significantes porque esta zona é pontuada por ecossistemas frágeis (recifes de corais, manguezais, estuários, rios, restingas). Além disso, os recursos naturais desses ecossistemas são utilizados como atrativos para a visitação turística nesta zona. Contudo, esses ecossistemas são protegidos e seu uso é limitado pela legislação federal, Lei Federal nº 4.771 de 1965, que institui o Código Florestal, e pela Lei nº 6938 de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente.

De acordo também com o Zoneamento-Ecológico Econômico da APA, ficam proibidas todas as atividades antrópicas que levem a perdas para a fauna e flora dos ecossistemas que pontuam essa zona e, em particular, para a desova de tartarugas marinhas.

No cotidiano, esses instrumentos de gestão ambiental não são eficazes porque, durante o período de alta estação, se deslocam fluxos de turistas provenientes da Ilha de Boipeba e dos povoados próximos (Morro de São Paulo e Garapuí) para as localidades pertencentes a essa zona, praias da Cueira, Moreré e Bainema, para os povoados de Ponta dos Castelhanos, Cova da Onça e de Moreré.

Dentre os ecossistemas afetados, o manguezal se destaca por ser um ecossistema frágil e pontua toda essa zona. Está localizado em maior quantidade nos estuários de Bainema e Cova da Onça. Com o crescimento da atividade turística, a partir da década de 80, a integridade e a funcionalidade ecológica vêm sendo comprometidas de forma cumulativa. As causas são o aumento do fluxo de barcos para transportar turistas e veranistas, as construções irregulares nas suas margens, a pesca predatória nos manguezais, os loteamentos clandestinos, as construções irregulares nas suas margens, o assoreamento de seus canais, a retirada de madeira para lenha, o lançamento de esgoto doméstico sem tratamento

Como também relata texto oficial (BAHIA, 1999, p.68): no setor “Rio Boipeba”

destacam-se o tráfego marítimo e a atividade de drenagens realizadas no leito do canal e desmatamento do mangue em fazenda na sua margem, próximo à Vila de Boipeba.”

A ocorrência dos tensores ambientais acima especificados sobre o manguezal é relevante porque esse ecossistema desempenha várias funções ecológicas, como: fornecer alimentos para diversas espécies endêmicas e transitórias; ser local de desova e reprodução de várias espécies de peixes, moluscos e crustáceos; ser berçário de alevinos; ser estabilizador das correntes marítimas; e, por fim, as suas raízes desempenham papel de filtrar sedimentos e assim evitam o assoreamento dos rios.

Os manguezais, além das funções ecológicas especificadas acima, desempenham também funções socioeconômicas. São locais de práticas artesanais de pesca; fornecedores de alimento para o homem; fonte de renda e emprego para as populações tradicionais que habitam o seu entorno; cenário da relação ente as diversidades biológica e cultural. Os tensores ambientais provocados pela visitação excessiva turística, contudo, comprometem essas funções.

Com relação aos problemas ambientais das ZPVS e ZME, a redução da cobertura vegetal das matas nativas se destaca entre os problemas ambientais.

Essa redução tem como causas a proliferação de loteamentos clandestinos e a retirada ilegal de madeira para lenha e comercialização de espécies de valor comercial.

As alterações que ocorreram no bioma de Mata Atlântica levaram a mudanças na sua totalidade, como a perda de sua biodiversidade a exemplo do curió (*Oryzoborus angolensis*). (AMABO, 2006), ave de canto sonoro belo. Essas alterações afetaram também os seus ecossistemas associados como as restingas, manguezais, estuários, lagoas e brejos.

No entanto, nessas zonas, de acordo com o zoneamento da APA, ficam proibidas atividades produtivas que alterem os ecossistemas que fazem parte dessas zonas. O que ocorreu nessa fase é que essas restrições não foram obedecidas em decorrência da ausência de fiscalização por parte dos poderes públicos.

Isso se torna relevante porque a Ilha de Boipeba faz parte de uma APA. Esta Unidade de Conservação tem como princípio básico permitir o desenvolvimento das

atividades produtivas em consonância com a conservação dos recursos ambientais. Para tal fim, foi elaborado o seu plano de manejo e, no seu escopo, consta o zoneamento. Esse zoneamento tem como objetivo limitar ou permitir as atividades econômicas em consonância com a fragilidade dos ecossistemas e o potencial degradador e poluidor dessas atividades.

Fica constatado que as transformações socioespaciais que ocorreram na APA nessa fase apresentam relação direta com o aumento dos novos elementos no seu espaço.

Esses novos elementos, dotados de novos objetos técnicos, induziram novas ações por parte da sociedade sobre o espaço de Boipeba. Santos (2002) assinala que a dinamicidade e a fluidez dos espaços apresentam relações diretas entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações.

Essas ações provocaram transformações socioespaciais que levaram a problemas espaciais e ambientais negativos, em decorrência da ausência de fiscalização e monitoramento dos recursos socioambientais dessa localidade.

Portanto, com a continuidade da atividade turística exercida sem ordenamento do uso do espaço e monitoramento e fiscalização desses recursos, os problemas socioespaciais se intensificaram.

Esses problemas foram responsáveis pelo surgimento de impactos econômicos, socioculturais e ambientais negativos relevantes, que são descritos na segunda fase desse estágio por serem acumulativos.

- **Segunda Fase – o período de abrangência de 2006 a 2013**

A característica peculiar desta fase é a relação estabelecida entre o crescimento do número de equipamentos turísticos com aumento do número de turistas e a expansão espacial da atividade turística.

Essa relação se comprova porque, no ano de 2007, foi implementada uma aerovia com a finalidade de facilitar o fluxo de turistas para a Ilha. Essa via interliga a localidade aos principais destinos turísticos emissores – Salvador, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O trajeto é feito por aviões comerciais, particulares, de pequeno porte, modelo Cessna, como mostra a Figura 71.

Figura 71 – Foto que retrata o avião modelo Cessna que faz o trajeto entre Salvador e a Ilha de Boipeba



Fonte: BoipebabahiaBrasil (2012, p.1).

As aeronaves partem do Rio de Janeiro com escala em Minas Gerais, São Paulo e Salvador. Desta cidade, o tempo gasto para os turistas chegarem à Ilha é de meia hora.

Após a operação da aerovia, o número de turistas para a localidade aumentou, como afirma o gerente da agência de viagens, Bahia Terra: Turismo & Eventos, Sr. Felipe Pedreira: “[...] no ano de 2008, quando começamos a operar, transportamos 200 turistas no período de alta estação e, no ano de 2013, este número é de 900 turistas” (Entrevista direta, 2013).

Com o mesmo propósito, em 2008, foi instalada uma nova hidrovia que interliga a Ilha ao município de Valença (principal porta de entrada de turistas para a Ilha de Boipeba). A sua operacionalidade está a cargo de uma empresa privada náutica, Dattoli Transporte Marítimo. O meio de transporte utilizado nessa hidrovia são lanchas rápidas dotados de alta tecnologia (movidas a motor a diesel de última geração, do tipo HP Yamaha, de quatro tempos e 250 cavalos de força), como assinala a Figura 72.

Figura 72 – Lancha rápida que faz o trajeto na hidrovia que interliga a ilha de Boipeba e a cidade de Valença



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

A Figura a 72 mostra a lancha rápida fazendo o trajeto, no Rio do Inferno, entre a Ilha e a cidade de Valença.

Após a instalação dessa nova hidrovia, ocorreu aumento significativo de turistas para Boipeba. De acordo com o Sr. Antônio Brás, gerente da empresa, no ano de 2008 a empresa operava somente com uma lancha com capacidade para transportar 15 passageiros e transportava 200 turistas no período de alta estação. Hoje, opera com oito lanchas e transporta, em média, 1.300 turistas (Entrevista direta, 2013).

Esse aumento se justifica porque esse trajeto antes era feito em três a quatro horas por barcos a motor, movidos a óleo diesel. A introdução dessa nova hidrovia foi um fator motivacional de fluxos turísticos porque o mesmo trajeto é feito agora em uma hora.

Depois, no ano de 2009, instalou-se na localidade infraestrutura básica de telecomunicações, operada por empresas particulares, a exemplo da empresa de telefonia móvel Tim Celular S/A, dotada de equipamentos de alta tecnologia, como: antenas repetidoras de sinais para celulares; antenas captadoras de sinais de televisão de TV aberta e paga. É o que mostra a Figura 73.

Figura 73 – Foto que mostra antenas repetidoras de sinais de telefones celulares e de televisão na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2011).

Essas novas vias captadoras de sinais de televisão e aparelhos de celular têm como finalidade ligar a localidade aos mercados regionais, nacionais e internacionais. Sobre elas, fluem informações, ordens, comandos e dados sobre o território da Ilha.

Outra característica marcante desse estágio é a divulgação de Boipeba na *Internet*, como um produto turístico rico em atributos naturais e culturais e também um paraíso para descansar. Com tal finalidade, diversos *sites* promocionais, em vários idiomas, circulam na rede mundial de computadores e apresentam a ilha com seus atrativos, para motivar fluxos turísticos, como aponta a Figura 74.

Figura 74 – Site no idioma inglês divulgando os atrativos da Ilha de Boipeba



Fonte: www.brol.com (2013).

O reflexo da implementação dessas novas vias de acesso e de meios informacionais é o aumento do fluxo de turistas e de equipamentos hoteleiros, como confirma o Sr. Roberto Jorge Silva:

No ano 2000, o número de pousadas e restaurantes eram, respectivamente, 18 pousadas e 15 restaurantes e, no ano de 2013,

aumentou para 60 pousadas e 30 restaurantes. No entanto, o número de leitos por pousadas é de 10 Unidades de Hospedagem, que perfaz um número de 400 leitos em 2000, e que aumentou para 1.300 leitos em 2013. Há 20 anos, o fluxo de turistas de Boipeba era de 600 turistas na alta estação e hoje é de 5.100 turistas. (Entrevista direta, 2013).

Esse aumento é peculiar em localidades turísticas que se encontram em fase de desenvolvimento porque ocorre um aumento da quantidade de equipamentos instalados com relação ao aumento do número de turistas.

Essa ascensão confirma também que a Ilha de Boipeba se encontra no estágio de desenvolvimento do turismo porque apresenta uma taxa de capacidade instalada de 30,2% (CAIRU et al., 2006).

Na verdade, quando essa capacidade é de 100%, mostra que o destino está consolidado. Isso se confirma porque, em Morro de São Paulo, após a requalificação do espaço urbano no ano de 2012, o fluxo turístico aumentou de 165.000 turistas no ano de 2010 para 200.000 turistas/ano em 2012 (Petrusca Melo, ex-secretária de Turismo de Cairu).

Esse aumento vem acompanhado do aumento do número de equipamentos nessa localidade. “O número de hotéis e pousadas aumentou de forma significativa no ano de 2012 aqui em Morro em função do crescimento do número turistas” (José Ribeiro, proprietário de pousada, entrevista direta, 2013).

Esses novos objetos são responsáveis por novas ações sobre o espaço. Mathieson e Wall (1990) afirmam que transformações socioespaciais oriundas da atividade turística não estão relacionadas somente ao ato de viajar dos turistas, mas também à dinamicidade imposta pelos novos objetos sobre o espaço.

Essa dinamicidade é responsável pelas novas ações sobre o espaço da Ilha de Boipeba.

Butler (1980) assinala que, quando ocorre o aumento do número de turistas e de equipamentos turísticos, a localidade começa a apresentar pontos de aglomeração espacial. Ainda de acordo com esse autor, essa aglomeração é identificada e aferida através dos problemas socioambientais que acarreta, a exemplo da qualidade da água e da degradação do espaço físico.

Essa aglomeração já ocorre na Ilha de Boipeba, como retrata a Figura 75.

Figura 75 – Foto que aponta a aglomeração da atividade turística próximo do estuário do Rio do Inferno na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Como mostra a Figura 75, essa aglomeração próxima de ecossistemas frágeis, no caso acima o estuário do Rio do Inferno, compromete a sua integridade ecológica devido ao lançamento de esgotos sem tratamento. Como evidenciado também em Morro de São Paulo onde, após implementação do PRODETUR/NE I ocorreu construções irregulares em área de Mata Atlântica, como aponta a Figura 76.

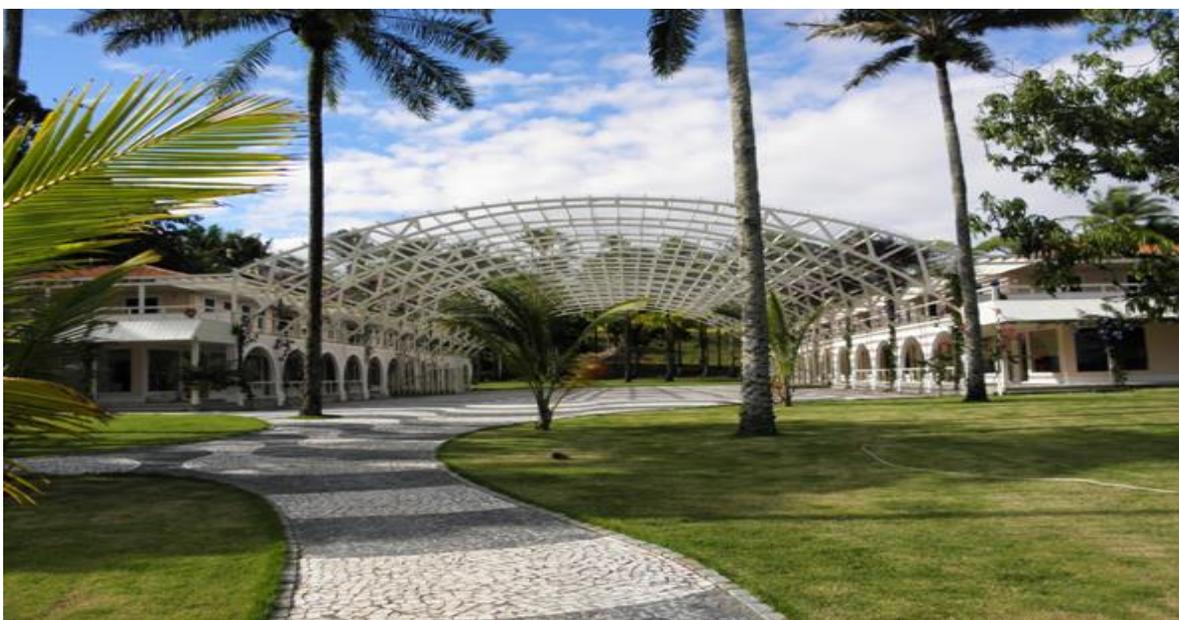
Figura 76 – Construções irregulares em área de Mata Atlântica em Morro de São Paulo na Costa do Dendê, Cairu, Bahia



Fonte: Arquivo pessoal (2006).

Pela pesquisa de campo, confirma-se que, nesse estágio, se dá início na Ilha a uma configuração típica de um destino turístico que está em estágio decréscimo, como retrata a Figura 77.

Figura 77 – Foto do recém-inaugurado *Shopping Center* da Velha Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

A Figura 77 retrata um *Shopping Center* construído na parte frontal da Ilha de Boipeba, com padrões arquitetônicos típicos de destinos turísticos europeus.

Contudo, esse novo equipamento foi construído na Ilha sem obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo Plano Diretor Urbano do Município de Cairu, pois o seu Artigo 16 estabelece objetivos e diretrizes básicas para o ordenamento do solo urbano, com a finalidade de evitar o parcelamento do solo, edificações ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infraestrutura urbana, à deterioração das áreas urbanizadas, à poluição e à degradação ambiental.

O não cumprimento dessas diretrizes provocou problemas de ordem ambiental e social, como presenciado pelo Sr. Olympio Serra:

Este equipamento foi construído sem licença ambiental. Quando choveu, ocorreu deslizamento de terra que foi até ao cais. Neste deslizamento, uma parte do cemitério foi junto com os restos mortais dos habitantes. Está se perdendo uma parte da história de Boipeba (Entrevista direta, 2013).

Ressalta-se que esse tipo de equipamento ocorre também em Praia do Forte e Morro de São Paulo na Bahia como apontam as Figuras 78 e 79.

Figura 78 – Shopping Center construído na Praia do Forte



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Figura 79 – Shopping Center construído em Morro de São Paulo



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

As Figuras 78 e 79 mostram que esses destinos já passaram pela fase de desenvolvimento e se encontram consolidados.

Pela pesquisa de campo, confirma-se a aglomeração espacial da Ilha de Boipeba que expressa também outros elementos espaciais que são típicos de localidades turísticas em desenvolvimento, como mostra a Figura 80.

Figura 80 – Foto que retrata a concentração de estabelecimentos no centro da Velha Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

A Figura 80 aponta, no centro urbano de Velha Boipeba, a aglomeração de restaurantes que comercializam alimentos de preparação rápida (*fast food* e *pizzas*); *lan houses*, cafeterias, agências de viagem; lojas de artesanato e lojas que comercializam produtos de praia.

Becker (1995, p.15) também afirma que essa aglomeração tem relação com programas de desenvolvimento de turismo pautados em Polos Turísticos porque provocam aglomeração. Essa aglomeração é resultante dos efeitos atrativos sobre outras atividades no mesmo espaço geográfico.

Em Morro de São Paulo, também ocorreu aglomeração urbana após a implementação do PRODETEUR/NE I. Figura 81 retrata o crescimento urbano desordenado em Morro de São Paulo na Costa do Dendê.

Figura 81 – Aglomeração urbana em Morro de São Paulo, Cairu Bahia



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

A Figura 81 mostra a aglomeração urbana em Morro de São Paulo na sua parte frontal, que dá para o Oceano Atlântico.

Nessa fase, devido ao crescimento da atividade turística que se expressa no aumento de novos elementos no espaço, a exemplo do número de pousada e de casas residenciais. Há dez anos, Boipeba tinha 680 casas e hoje são 1.200 (José Roberto Silva, gestor da Ilha). Esse aumento teve como consequência a expansão urbana de Boipeba, que se irradiou para vários pontos periféricos da localidade. A Figura 82 da página seguinte mostra essa expansão.

Figura 82 – Expansão do crescimento urban desordenado na Ilha de Boipeba

A consequência dessa expansão é a sua repercussão negativa no meio físico. Butler (1980) e Mathieson e Wall (1990) constataram em suas pesquisas que, durante o período de desenvolvimento, as repercussões espaciais negativas comprometem a integridade do meio físico e levam a impactos econômicos, sociais e ambientais negativos. Para esses autores, isso ocorre porque aumenta o fluxo turístico e o número de equipamentos instalados no espaço, que são cumulativos.

Isso se comprova porque a prefeitura local elaborou a Lei nº 170, de dezembro de 2004, que Institui a Política Ambiental Municipal, com a finalidade de evitar os problemas ambientais vindouros, oriundos da atividade turística, como os objetivos especificados no Artigo 3º e relatados nos parágrafos a seguir:

VI – preservar e conservar as áreas sensíveis do município, em termos ambientais, identificando aspectos como fragilidade, ameaças, riscos e os usos compatíveis;

VIII – controlar as atividades e os empreendimentos que possam implicar em riscos ou comprometimento da qualidade de vida e do meio ambiente.

Mas, no cotidiano, esse controle inexistente culminou com o surgimento de diversos impactos econômicos, sociais e ambientais negativos.

Esses impactos foram evidenciados na Ilha de Boipeba e analisados nas matrizes de impactos a seguir.

A opção da escolha por essas matrizes concorda com a visão de Santos (2004, p.110) porque:

Impacto ambiental é entendido como toda alteração perceptível no meio ocasionada por fenômenos naturais e por ações humanas. A avaliação de impacto abrange aspectos quantitativos e qualitativos e envolve mudanças de ordem ecológica, social, cultural, econômica e estética do meio.

Ainda de acordo com essa autora, uma planilha de impactos deve conter critérios de avaliação que o caracterizem como impacto.

Neste estudo, os critérios utilizados para análise dos impactos negativos foram: significância; duração; importância; reversibilidade. Essa escolha se justifica porque este estudo não se restringe apenas à avaliação dos aspectos quantitativos de um meio natural, mas aborda também aspectos econômicos, sociais e culturais que estão envolvidos com uma população e sua relação com as atividades econômicas.

A Figura 83 aponta os impactos econômicos negativos desse estágio.

Figura 83 - Matriz de impactos econômicos negativos decorrentes da atividade na Ilha de Boipeba

Tipologia dos Impactos	Significância	Duração	Importância	Reversibilidade
Substituição gradativa das cadeias produtivas tradicionais	Alto	Longo	Alta	Baixa
Dependência do turismo como atividade econômica	Alta	Longa	Alta	Média
Especulação Imobiliária	Alta	Alta	Alta	Baixa
Dependência do turismo local a investimentos externos	Média	Média	Média	Média
Estímulo à inflação	Alta	Alta	Alta	Alta
Temporalidade da atividade turística	Alta	Alta	Alta	Alta

Fonte: Adaptado de Santos (2004, p.107).

De acordo com a Figura 83 a substituição gradativa das cadeias produtivas tradicionais se destaca como impacto negativo porque, no início dos anos 90, com o crescimento da atividade turística, a pesca artesanal vem sendo, de forma gradativa, substituída pelo turismo.

Como evidenciado pela pesquisa de campo, segundo relatos do Sr. Sebastião Silva, presidente da Associação de Pescadores Artesanais da Ilha de Boipeba.

Na década de 1990 toda produção pesqueira da Ilha era de 20 t/ano. Depois decaiu para 10 t/ano no ano de 2000 e hoje a produção é de 5 t/ano. Esta diminuição se deu pela demanda de pescado a partir da década de 90 com a chegada do turismo na região e também pela introdução da pesca de arrastão na localidade. De início se usava um barco com um guincho de arrasto e depois passou para dois guinchos. (Entrevista direta, 2013).

Ainda de acordo com Sebastião Silva, essa prática predatória refletiu-se em todo o estuário e nos manguezais de Boipeba porque a pesca de arrastão mata os alevinos e fêmeas de várias espécies de peixes e crustáceos, além de interferir na reprodução de peixes, crustáceos e moluscos

Associado com a demanda por pescado pela atividade turística, outro fator preponderante é uma migração dos pescadores artesanais para se dedicar à atividade turística.

Pela pesquisa de campo, comprova-se que os pescadores artesanais, em maior quantidade, começaram a abandonar esse tipo de pesca para se empregarem em bares, pousadas e restaurantes da Ilha. A outra parte aluga as suas canoas como meio de locomoção para turistas.

Essa inversão de utilidade é uma das causas da substituição gradativa da pesca artesanal pelo turismo, como atesta a FUNDISPECA (2004, p.16):

[...] com a “descoberta” de Boipeba como destino turístico adaptou-se a esta nova realidade e parte da frota e dos pescadores dedica-se, agora, ao transporte de turistas, embora na baixa estação a pesca continue garantindo o sustento destas comunidades.

Esse fenômeno foi evidenciado também por Taveira (2009) na Ilha do Mel no Paraná.

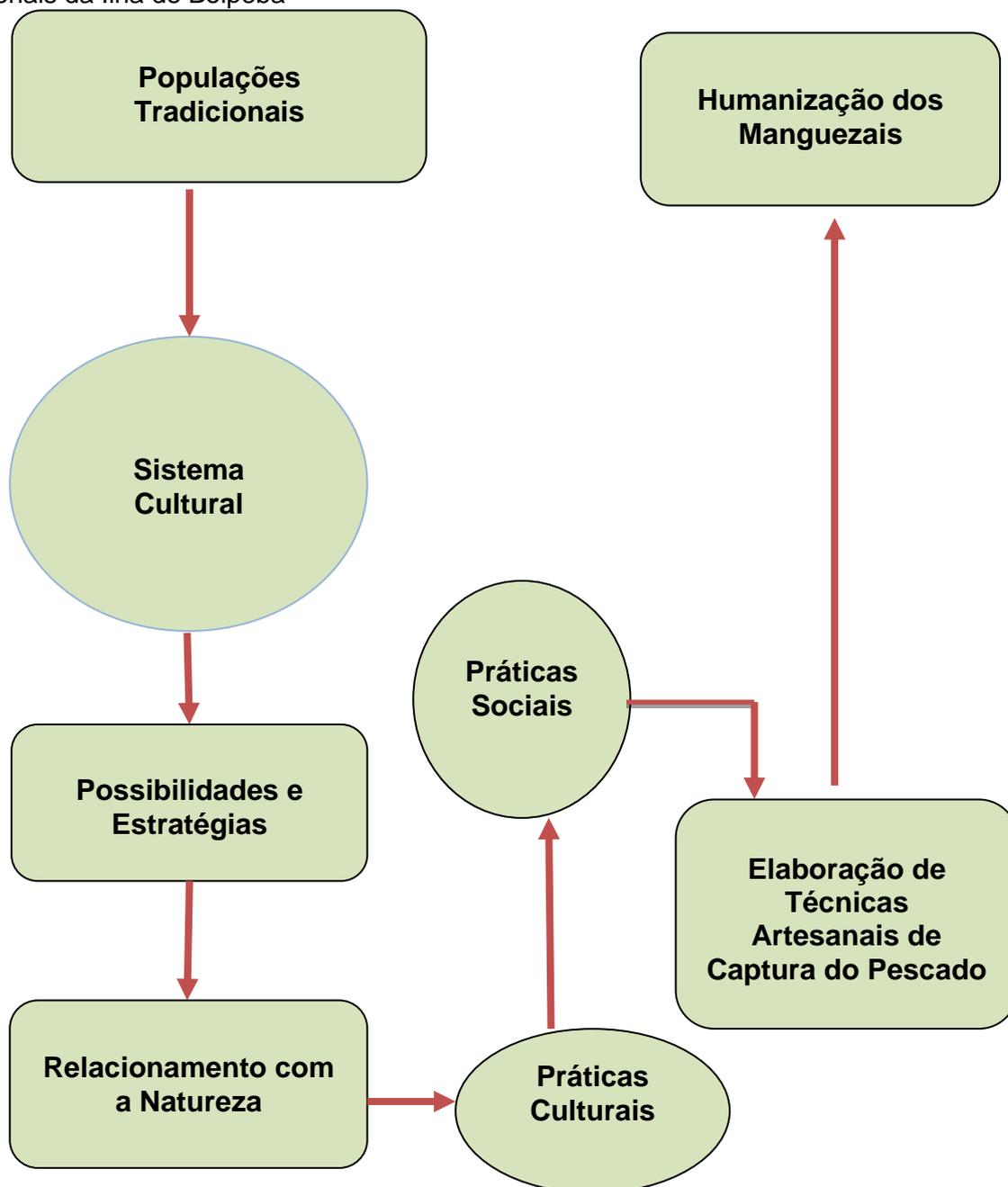
Na Bahia, foi constatado também pela FGV (2003), Oliveira (2005) e Cairu et al (2006) nos destinos turísticos Ilha de Sapinhos, Morro de São Paulo, Gamboa, Grarapuá e Barra Grande, do Polo Litoral Sul da Bahia.

Isso se torna significativo porque, ao longo dos séculos, as populações tradicionais estabeleceram uma dependência econômica com a pesca artesanal como a principal fonte de renda.

Essa dependência só foi possível porque criaram possibilidades e estratégias na captura de peixes, crustáceos e moluscos de interesse comercial e também para suprir as suas necessidades nutricionais básicas.

Essas estratégias foram mediadas pelo seu aparato cultural (diversidade cultural) que possibilitou a humanização dos manguezais, como demonstra a Figura 84.

Figura 84 - Esquema demonstrativo da humanização dos manguezais pelas populações tradicionais da Ilha de Boipeba



Fonte: Elaboração própria (2012).

De acordo com a Figura 84, o sistema cultural das populações tradicionais possibilita a elaboração de estratégias de relacionamento com a Natureza e, assim, estabelece a relação Homem-Cultura-Natureza.

Esse relacionamento foi possível porque os atos culturais dessas populações evoluíram para atos sociais. Em sociedade, os pescadores elaboram técnicas artesanais de captura do pescado e, através dessas técnicas, humanizam os

manguezais. Essa humanização é que justifica a simbiose entre a sua diversidade cultural e a diversidade biológica desse ecossistema.

Como expressa Diegues (1994), as populações tradicionais são povos que vivem em simbiose com os ecossistemas porque, ao longo do tempo, criaram estratégias e possibilidades do uso sustentável dos seus recursos naturais de forma não conflitante, pois retirava somente o necessário. Justifica, hoje, grande parte dos territórios brasileiros ainda serem habitados por essas populações, constituindo-se como ilhas isoladas de diversidade biológica.

Também Leff (2004) assinala que o legado cultural dos povos indígenas da América Latina aparece como um recurso indissociável de seu patrimônio de recursos naturais, pelo vínculo que, historicamente, tem estabelecido com o seu entorno, através das práticas produtivas.

Ademais, a substituição dos sistemas produtivos tradicionais, a exemplo da pesca artesanal, ocorre porque o modelo de desenvolvimento turístico pautado em polos turísticos leva em conta, na sua implementação, somente os aspectos econômicos, relegando os sociais e culturais.

Pesquisas realizadas por técnicos da FUNDISPESCA (2004, p. 55) com pescadores artesanais em Boipeba constataram que o turismo influencia diretamente na pesca de diversas maneiras

No período da alta estação, parte da frota desloca-se para a atividade de transporte e para pequenos passeios turísticos, atividade mais rentável que a pesca;

- Provoca um aumento da demanda de pescado, alterando os preços de forma significativa, bem como os fluxos de comercialização;
- Provoca um aumento da demanda de pescado alterando os preços de forma significativa, bem como os fluxos de comercialização;
- Aumento da geração de resíduos;
- Alterações comportamentais pelo encontro de culturas diversas, que provocam mudanças, principalmente nos jovens que passam a almejar um estilo de vida diverso do seu;
- Criação de novas oportunidades, que passam a ser procuradas, em detrimento da atividade na pesca;
- Através da modificação das artes e comportamentos de pesca, técnicas novas aprendidas com os turistas/veranistas podem ser incorporadas em detrimento das técnicas tradicionais.

Todavia, o turismo se caracteriza pela sazonalidade, com os empregos de caráter informal surgindo na alta estação. Passada essa estação, os pescadores artesanais ficam desempregados. Uma minoria retorna para a pesca artesanal e a outra fica desempregada. Esse problema se acumula e agrava os já existentes na localidade.

Nesse período, outro impacto negativo relevante é a especulação imobiliária devido à valorização da terra. Isso acontece porque, com o crescimento do turismo, há uma procura de terrenos próximos às praias e ao núcleo urbano de Boipeba porque são mais valorizados.

Essa valorização estimulou os habitantes a venderem as suas propriedades a preços menores do que os praticados pelo mercado por desconhecerem o preço real desses imóveis.

Após a venda, ficam impossibilitados de comprar outras propriedades com o mesmo dinheiro e migram para as partes periféricas da Ilha para construir as suas residências. Esse fenômeno explica uma das causas do surgimento de loteamentos clandestinos nas partes periféricas da Ilha, como evidenciado pelo Sr. Elísio Brasileiro, veranista da ilha desde a década de 80:

No início da década de 80, os moradores locais venderam as suas propriedades localizadas principalmente na frente do cais e na Praça de Santo Antônio para os gringos construir as primeiras pousadas da Ilha. Depois ficaram impossibilitados de comprar terrenos, pois o valor da terra se elevou muito. (Entrevista direta, 2012).

Essa especulação já foi constatada por Marcelino (1996) no Rio Grande do Norte em que, após a implantação do Projeto Rota do Sol com recursos do PRODETUR /NE I para interligar destinos turísticos e praias ao longo do corredor do litoral potiguar, ocorreu a elevação do valor mercadológico da terra, obrigando os moradores locais a venderem as suas propriedades com preços inferiores aos de mercado por desconhecerem seu valor real.

Ainda de acordo com essa autora, a especulação imobiliária foi responsável pela expulsão gradativa das populações locais para os núcleos periféricos dos destinos turísticos.

A pesquisa de campo mostra que, após a instalação desse programa na região, se intensificaram as transformações socioespaciais porque a implementação de infraestrutura de acesso e dos serviços públicos favoreceu não só o aumento do

fluxo de turistas, novos habitantes e novos visitantes, mas também de mercadorias e novos objetos técnicos para a Ilha de Boipeba.

A temporalidade da atividade turística que ocorre nessa Ilha é significativa. Isso ocorre porque o pico maior de turistas acontece entre os meses de dezembro a fevereiro, o que coincide com as férias escolares e as festa de final de ano e o período de carnaval.

Essa sazonalidade tem como consequência uma sobrecarga sobre os recursos socioambientais da Ilha a exemplo da procura por recursos naturais dos manguezais, peixes e crustáceos para serem servidos nos bares e restaurantes: “Quando chego a Boipeba não abro mão de comer a minha moqueca de peixe e de camarão” (Turista, entrevista direta, 2013). “A primeira coisa que fiz foi encomendar a moqueca de camarão, porque quando chego em Boiepeba, arrei as malas e vou comer a minha moqueca” (Reginaldo Sila, turista, entrevista direta 2013).

A sazonalidade turística é responsável também pelo aumento de geração dos resíduos sólidos. O Sr. Claudio A. Sales, gerente de limpeza da Ilha, afirmou que, durante o período de final de ano, aumenta a geração de resíduos sólidos: “No período de inverno, coletei uma caçamba de lixo e, durante o verão, aumenta para quatro “ (Entrevista direta, 2013).

O aumento de resíduos sólidos resulta em impacto ambiental negativo porque, após o período de alta estação, começa o período chuvoso, o que contribui para a produção do “ chorume” no lixão a céu aberto.

Além disso, essas transformações são as causas dos primeiros impactos socioculturais negativos, como os avaliados na Figura 85.

Figura 85 – Matriz de impactos negativos socioculturais decorrentes da atividade turística na Ilha de Boipeba entre os anos de 1996 e 2000

Tipologia dos Impactos	Significância	Importância	Reversibilidade
Mudanças dos Traços Culturais	Alto	Alta	Baixa
Mudanças dos valores coletivos e desarticulação do tecido social	Alto	Alta	Baixa
Mudanças de hábitos e costumes	Alto	Alta	Baixa
Efeito imitação – moradores locais imitam o estilo de vida e condutas dos turistas	Médio	Médio	Baixo
Quebra da coesão comunitária	Alta	Alta	Baixa

Fonte: Adaptado pelo autor de Santos (2004, p.107).

De acordo com a Figura 85 a mudança dos traços culturais entre os membros da população tradicional que habita o território da Ilha de Boipeba, é um dos impactos negativos significantes, como vivenciado pelo Sr. Olympio Serra:

Estas mudanças começaram com a chegada dos primeiros turistas para a Ilha. Depois foi a imigração de dos trabalhadores rurais da região cacaueira no final da década de 80 em busca de emprego nesta atividade.

Porém, essas mudanças foram responsáveis pela desarticulação do tecido social local, o que leva a quebra da coesão comunitária.

Autores como Loeb (1977), Jones (1978), Noronha (1979), Cohen (1984) e Casasola (1995) constataram que populações tradicionais que tiveram contatos contínuos com turistas tendem a mudanças na sua cultura e também a conflitos e desarticulação do tecido social familiar.

Rodrigues (1996) também corrobora o ponto de vista de que ocorre a desarticulação do tecido social das populações tradicionais que habitam em regiões litorâneas, após a introdução da atividade, porque novas atividades são inseridas no espaço pelo turismo em substituição às práticas tradicionais responsável pela

coesão comunitária, como a pesca artesanal:

[...] os antigos pescadores das áreas litorâneas transformam ou são transformados em barqueiros para o turismo. Os antigos coletores das florestas deixam as suas atividades e se transformam em operários da construção civil. São também incorporados em atividades informais, caseiros, domésticos e trabalhadores de hotéis. (RODRIGUES, 1996, p.57).

Fica patente que essa desarticulação afetou a pesca artesanal porque se constituía como a principal atividade produtiva antes da chegada do turismo, como atesta o Sr. Sebastião Silva, presidente da Associação de Pescadores Artesanais da Ilha de Boipeba: “As artes de pescas com gamboa e munzuá já não é mais praticada. Hoje está diminuindo a pesca com tapeamento nos manguezais, pesca de caranguejo” (Entrevista direta, 2013).

Observa-se também, com a chegada do turismo na Ilha, que os jovens não se interessam mais em aprender e praticar a pesca tradicional. Para os jovens, o “chique” agora é trabalhar como garçom nos bares e restaurantes locais, como recepcionista das pousadas e hotéis porque são atividades que dão *status* na sociedade local; para eles, a pesca artesanal é uma subprofissão (Sebastião Silva, entrevista direta, 2013).

Outro impacto sociocultural negativo relevante entre a população da localidade foi a mudança dos valores coletivos, como constatado pelo Sr. Olympio Serra:

Com a chegada dos turistas e os novos moradores para a Ilha de Boipeba, a população local começou a assimilar valores individuais em detrimento dos valores coletivos, como o princípio da solidariedade entre os seus membros, o batizado entre famílias amigas e o parentesco religioso. Estes valores coletivos estão sendo rompidos.

Isso se torna significativo porque esses valores coletivos, quando aceitos e difundidos entre os seus membros, asseguram a manutenção do tecido social dessa população.

Com relação a mudanças de comportamentos, hábitos e costumes entre a população da Ilha, isso é outro impacto, que acontece com frequência entre a população local após a chegada do turismo. Como afirma a Sra. Ismália Jesus Costa, presidente da Associação Não Governamental Luz Cultural da Ilha de Boipeba

Após a introdução do turismo em Boipeba, os moradores locais vêm perdendo a sua identidade cultural. Uma destas perdas se refere ao idioma. É frequente aqui as pessoas imitarem o jeito de falar dos turistas estrangeiros. Os jovens daqui copiam o jeito de vestir dos turistas. Observo uma mudança de comportamento em relação aos pais. Os jovens estão agressivos com os seus pais.(Entrevista direta, 2013).

A associação entre os impactos socioculturais e econômicos levou a impactos ambientais negativos. A Figura 86 a seguir demonstra e avalia os principais impactos ambientais negativos que ocorrem em Boipeba.

Figura 86 – Matriz de impactos ambientais negativos decorrentes da atividade turística na Ilha de Boipeba entre os anos de 1996 e 2005

Tipologia dos Impactos	Significância	Duração	Importância	Reversibilidade
Poluição dos manguezais e estuários por esgotos não tratados	Alta	Alta	Alta	Alta
Assoreamento de canais estuarinos próximos aos manguezais	Alto	Alto	Alta	Baixa
Pesca predatória e comercialização excessiva de peixes e crustáceos dos manguezais	Alta	Alta	Alta	Alta
Circulação de lanchas rápidas próximo aos manguezais	Alta	Alta	Alta	Alta
Disposição final inadequada de resíduos sólidos	Alta	Alta	Alta	Alta
Desmatamento da Mata Atlântica Ombrófila Densa para o surgimento de loteamentos clandestinos	Alta	Alta	Alta	Média
Visitação excessiva de turistas sobre os recifes de corais	Alta	Alta	Alta	Baixa

Fonte: Adaptado pelo autor de Santos (2004, p.107).

De acordo com a Figura 86, os impactos ambientais negativos sobre os manguezais são de longa duração e de alto grau de significância. Uma das principais causas é a inexistência de saneamento básico na Ilha. Além disso, com a chegada do turismo na década de 80, acentuou-se o lançamento de esgoto não tratado de residências domésticas e dos estabelecimentos comerciais.

Impactos negativos também foram evidenciados por Gonzalez (2010) nos manguezais localizados próximo ao Centro Turístico de Cancún em decorrência da expansão urbana desordenada: “Esta expansão criou um cinturão de ocupação irregular ao redor do centro de Cancún, inclusive em áreas preservadas pela Secretaria do Meio Ambiente (...) uma ameaça latente às áreas de mangue e lagoas locais (GONZALEZ, 2010, p.55).

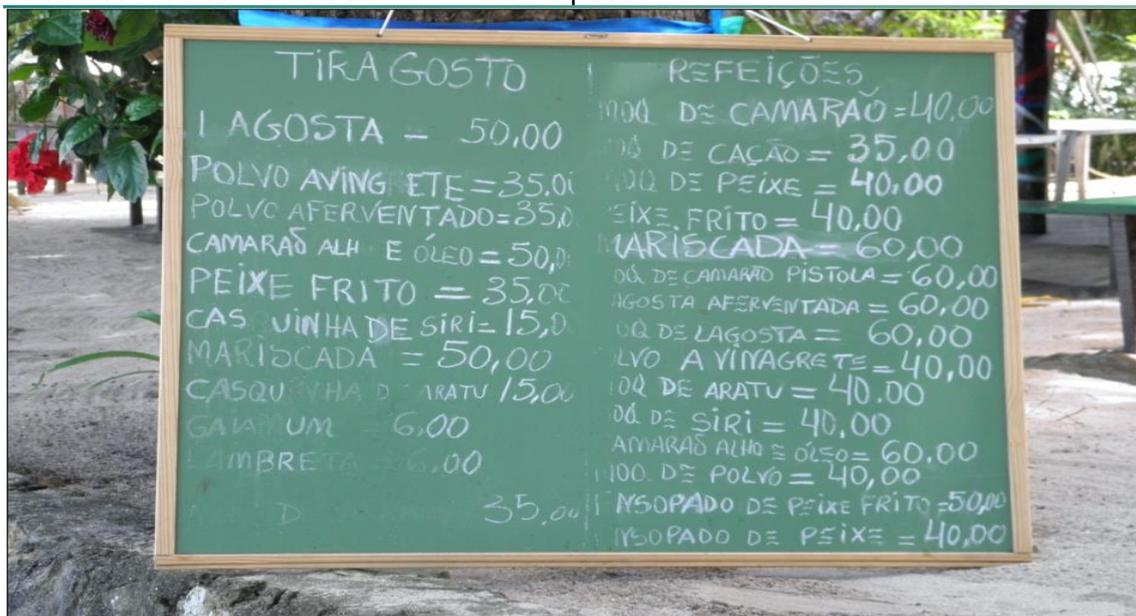
Todavia, essa degradação compromete a sua integridade ecológica porque interrompe a funcionalidade, uma vez que compromete o fluxo de vida das cadeias e teias alimentares dos manguezais, rios e estuários, pois o esgoto doméstico não tratado, quando lançado nesses recursos hídricos, diminui a demanda bioquímica de oxigênio dissolvido.

A diminuição desse gás na água interrompe o ciclo de vida dos microrganismos dos manguezais, fitoplâncton (algas microscópicas), zooplâncton (animais microscópicos), que são o suporte primário de alimentos para os peixes (robalos, carapebas, tainhas), crustáceos (caranguejos, siris, camarão), que também habitam esse ecossistema. Então, essa poluição diminui a quantidade desses animais, que são fonte de renda e de proteínas para as populações locais, que dependem principalmente dos manguezais para a sua sobrevivência.

As alterações sobre o ecossistema manguezal já foram evidenciadas por Sachaffer-Novelli (1995) em manguezais das regiões litorâneas de São Paulo em que o turismo foi introduzido e constataram que a poluição por esgotos domésticos não tratados afetam a funcionalidade desse ecossistema.

Outra causa de impacto negativo sobre esse ecossistema é a inserção dos seus recursos naturais – peixes, crustáceos, moluscos – como mercadorias que provocam impactos negativos. Essa inserção destina-se a atender à demanda turística crescente. A Figura 87 aponta a comercialização dos recursos naturais dos manguezais.

Figura 87 – Foto dos recursos naturais dos manguezais sendo comercializados por estabelecimentos comerciais na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

A Figura 87 retrata um quadro que serve de placa comercial de um estabelecimento que oferece refeições, cujo cardápio é composto pelos recursos naturais dos manguezais em atendimento à demanda turística, pois os turistas que se deslocam para a localidade demandam esses recursos. Como afirma o Sr. Nelson Vaz Sampaio, idade 59 anos, turista procedente de Salvador: “Quando venho para Boipeba, as minhas refeições são as moquecas de siri, caranguejo, lambreta e robalo” (Entrevista direta, 2011).

Essa lógica mercadológica já foi assimilada pelos pescadores artesanais locais, conforme narrativas transcritas:

Na época do verão, o que mais vendo é o siri catado, não só para os turistas mais também para os comerciantes locais. (Nilton Santos, 40 anos, pescador artesanal, entrevista direta, 2011).

Botei este pequeno restaurante para vender moquecas de peixes, siris e mariscadas aos turistas. Quem pesca sou eu mesmo nos manguezais da vila de Moreré (Gerônimo Tapioca, 45 anos, pescador artesanal e dono de restaurante, entrevista direta, 2011).

Para atender a essa nova demanda de mercado, os pescadores artesanais praticam a pesca predatória no período de reprodução das espécies animais de valor comercial que habitam os manguezais. Essa prática consiste na captura indiscriminada das fêmeas de caranguejos e guaiamuns no período da “andada”,

fenômeno reprodutivo que ocorre no período de fevereiro a maio em que as fêmeas saem de suas tocas e “andam” nos manguezais à procura dos machos para o acasalamento e posterior liberação dos óvulos. É o que comprova a pesquisa de campo de acordo com as narrativas dos pescadores:

Na andada do guaimum esta praia ficava coalhada de “patachoca” hoje já diminui bastante. Mas, mesmo assim, muita gente pega tanto os machos como as fêmeas. (Maria da Glória, 34 anos, pescadora artesanal da vila de Moreré, entrevista direta, 2011).

Na andada dos caranguejos, tem pescador que leva sacos de caranguejos que a gente perde a conta. (Madruga, 49 anos, pescador artesanal da rua Nova do Piã, entrevista direta, 2011).

Contudo, a captura das fêmeas no período de reprodução interrompe o ciclo reprodutivo desses crustáceos. E, por isso, é protegida pela Lei nº10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal nos manguezais.

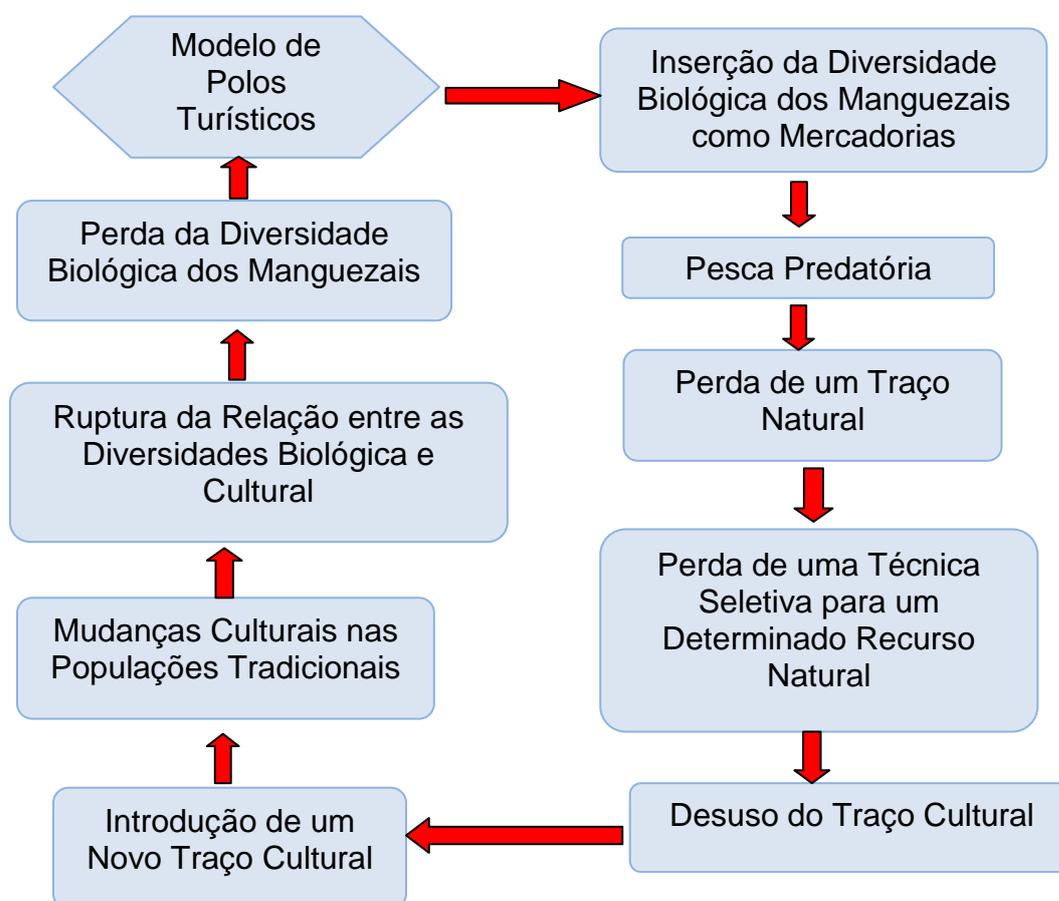
Ademais, essa lei não é obedecida pelos pescadores e também não é fiscalizada pelos poderes públicos. Ressalta-se a inexistência de programas de educação ambiental para sensibilizar a população local sobre a importância do ciclo reprodutivo desses crustáceos para assegurar a continuidade da espécie.

Fica evidente que a pesca predatória leva à perda dos recursos naturais dos manguezais, como vivenciado por Gerônimo Tapioca, pescador artesanal:

Quando quero pescar, vou para os manguezais da Vila de Moreré porque, nos de Piã, o peixe já está escasso. Às vezes, não pego nada. (Gerônimo Tapioca, 45 anos, pescador artesanal da rua Nova de Piã, entrevista direta, 2011).

Porém, a perda dos recursos naturais dos manguezais é causa da ruptura da relação entre as diversidades biológicas dos manguezais e da diversidade cultural da população tradicional que habita o entorno desse ecossistema. A Figura 88 demonstra os processos dessa ruptura.

Figura 88 – Diagrama demonstrativo da perda da relação entre a diversidade biológica dos manguezais e a diversidade cultural das populações tradicionais



Fonte: Elaboração própria (2013).

De acordo com a Figura 88, essa ruptura ocorre porque a perda de uma técnica seletiva para um determinado recurso natural dos manguezais tem como consequência o desuso de um traço cultural. Porém, o desuso favorece a introdução de um novo traço, a exemplo da pesca com bomba.

Esse novo traço ocasiona mudanças culturais que levam ruptura entre as diversidades. Essa ruptura é causa da perda da diversidade biológica dos manguezais. Ressalta-se que o modelo de Polos Turísticos induz à inserção da diversidade biológica dos manguezais como mercadoria para atender a uma demanda crescente de turistas que se deslocam para a Ilha de Boipeba. Essa demanda força um maior consumo de recursos naturais desse ecossistema.

O aumento desse consumo leva os pescadores artesanais a praticar a pesca predatória. Por sua vez, essa prática desencadeia uma série de fenômenos que

culminam com mudanças culturais na população tradicional que habita o entorno dos manguezais. Essas mudanças já foram constatadas também por Furtado (1993) e Diegues (1994), ao evidenciarem que as perdas da diversidade biológica dos ecossistemas levam a mudanças na diversidade cultural das populações tradicionais porque ambas estão entrelaçadas. No entanto, a cultura é o elo entre a diversidade biológica dos manguezais e a diversidade cultural das populações tradicionais que habitam o entorno desse ecossistema.

Ademais, uma cultura se caracteriza por ser dinâmica e se modifica com o tempo. Essa modificação ocorre porque novos traços são incorporados ao complexo cultural, e, uma vez incorporados, os traços antigos deixam de se manifestar e o novo passa a prevalecer. Freyre (1973) assinala que o dinamismo é uma característica marcante da cultura e se mobiliza com a extraordinária capacidade que têm os homens de se mobilizar.

Todavia, essa mobilidade está relacionada com a nova dinâmica territorial a que são submetidos os espaços turísticos.

Para Ignarra (1977), a instalação de infraestrutura de acesso para facilitar a inserção das localidades turísticas causa dinamismo e modificações de ordem espacial social e ambiental e, em particular, mudanças na cultura das populações locais. Como já assinalam Hoebel e Frost (1976), as mudanças ocorrem devido aos acréscimos tecnológicos e elas são responsáveis pela ruptura da relação entre a diversidade biológica dos manguezais e a diversidade cultural dos manguezais.

Além disso, a ruptura dessa relação é a causa da perda das práticas artesanais de pesca nesses manguezais, como afirma o Sr. Sebastião Silva, presidente da Associação de Pescadores Artesanais da Ilha de Boipeba:

A pesca com munzuá para o siri do mangue, já não é mais praticada nas margens dos manguezais; a arte de pesca com gamboa nos estuários foi extinta; a pesca por tapeamento e braçada já não é utilizada nos manguezais. (Entrevista direta, 2013).

Por sua vez, a diminuição da pesca artesanal justifica a sua substituição pelo turismo como a principal fonte de renda das populações tradicionais que habitam o entorno dos manguezais. A diminuição da pesca é vivida no cotidiano do Sr. Sebastião Silva:

O aumento do turismo quando chegou aqui na ilha aumentou o consumo de peixe. O pescador pesca mais siri, caranguejo e camarão. Há trinta anos, a pesca aqui era abundante. Hoje decaiu bastante. (Entrevista direta, 2013).

Essa diminuição é mais evidente em territórios que ficaram estagnados economicamente e depois foram (re)inseridos em um novo ciclo econômico na economia global, a exemplo da ilha de Boipeba, que no período colonial foi fornecedora de açúcar e hoje está inserida na atividade turística.

A diminuição da pesca foi evidenciada também por Maneschy (1993) e Masteller (1999) no litoral maranhense em que os territórios das comunidades tradicionais foram inseridos em programas de desenvolvimento turístico. Ocorreu, então, uma diminuição da pesca artesanal devido ao consumo excessivo dos recursos naturais dos manguezais e pela introdução de práticas predatórias para atenderem a uma demanda turística crescente.

Problemas sanitários comprometem também a estrutura e a funcionalidade dos manguezais, como evidenciados por Cunha-Lignon et al (2003) na cidade de Ubatuba, Litoral Norte de São Paulo, devido à pressão imobiliária depois da chegada do turismo.

A disposição final inadequada de resíduos sólidos a céu aberto é um impacto negativo significativo. Esse impacto é decorrente da produção do “chorume” (líquido escuro resultante da fermentação de resíduos orgânicos) que depois escorre e se infiltra no lençol freático contaminando todo o aquífero. A Figura 89 aponta o lixão a céu aberto da Ilha de Boipeba.

Figura 89 - Lixão a céu aberto na Ilha de Boipeba



Fonte: Novoa (2008).

A Figura 89 mostra também a presença de reservatório de água que contribui para a formação do “chorume”

O desmatamento do bioma de Mata Atlântica para o surgimento de loteamentos clandestinos se destaca entre os problemas ambientais. Essa redução tem como causas a proliferação de loteamentos clandestinos e a retirada ilegal de madeira para lenha e comercialização de espécies de valor comercial. A Figura 90 mostra a redução desse bioma na Ilha de Boipeba.

Figura 90 - Loteamento clandestino em área de vegetação Ombrófila Densa na Ilha de Boipeba, Cairu, Bahia



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Fonte

A Figura 90 torna evidente que a redução desse bioma é para a instalação de loteamento clandestino. Essa redução além de comprometer a integridade física dos ecossistemas associados a ele, manguezais, estuários, praias, é responsável também pela exaustão de sua flora endêmica a exemplo do bicho preguiça de coleira (*Bradypus tridactylus*).

A visitação excessiva de turistas sobre os recifes de corais é um impacto negativo significativo. Essa visitação compromete a funcionalidade desse ecossistema porque, no seu entorno, formam piscinas naturais translúcidas de beleza cênica peculiar, e várias espécies de peixes dependem dele para se alimentar e reproduzir.

Pesquisas realizadas pela Organização Não Governamental PRÓ-MAR (2006) comprovam esse impacto, como retratado pela Figura 91.

Figura 91 – Foto de coral do tipo cérebro que ocorre na Praia de Moreré na Ilha de Boipeba, com a sua parte direita morta



Fonte: PRÓ-MAR (2006).

A Figura 91 mostra um coral do tipo cérebro que ocorre nas piscinas naturais da Praia de Moreré com a sua parte direita morta devido a sua coloração esbranquiçada, como presenciado pela pesquisadora Josine França, do PRÓ-MAR:

O principal impacto ambiental negativo é sobre os recifes de corais devido à visitação excessiva de turistas no período de alta estação e causa a sua morte. Não existe uma sensibilização dos órgãos públicos para sensibilizar os turistas e visitantes de Morro de São Paulo da importância dos recifes de corais (Entrevista direta, 2012).

Essa sensibilização é importante porque o PRODEDETUR /NE I apresenta, no seu escopo, como uma de suas linhas de ação, o fortalecimento e a integração institucional entre os três entes federativos – União, Estado, Município –, com a finalidade de integrar as políticas públicas de turismo a outras políticas setoriais como as de gestão e fiscalização dos recursos socioambientais do espaço das localidades receptoras turísticas visando evitar problemas socioambientais e espaciais advindos do turismo.

Mas o que se evidencia pela pesquisa de campo é a inexistência de fiscalização por parte do município para obedecer aos parâmetros estabelecidos pela Lei de nº 167 de 14 de dezembro de 2004 que estabelece normas sobre o parcelamento do solo e disciplina o seu uso através do zoneamento do município. No seu Artigo 20, a Lei estabelece que, para assegurar a preservação das condições do meio físico do município, especialmente sua hidrografia, sua flora e sua fauna, a ninguém será permitida a prática de atos ou a realização de obras que concorram para desfigurar a paisagem local.

Pela pesquisa de campo, comprova-se a ausência de fiscalização.

Fica evidente também que os parâmetros de ocupação do solo, de acordo com o zoneamento do Plano de Manejo da APA, não são fiscalizados pelo Estado, como já descrito acima.

Essa inexistência é corroborada por Jussarema Vasconcelos, membro da Associação dos Moradores da Ilha de Boipeba:

Desde que resido em Boipeba há três décadas, nunca presenciei políticas públicas integrativas dos poderes públicos, União, Estado, município, com a finalidade de fiscalizar e monitorar os recursos socioambientais da APA (Entrevista direta, 2012).

A ausência de fiscalização e monitoramento foi evidenciada também por Chiapetti (2009) na cidade de Itacaré, localidade que faz parte da Zona Turística Costa do Cacau, após a implementação do Polo Turístico Litoral Sul e dos investimentos em infraestrutura.

Não restam dúvidas de que a instalação dos equipamentos e dos serviços públicos essenciais melhorou de forma significativa a vida da população que habita a Ilha de Boipeba.

Mas, por outro lado, facilitou o acesso, a construção de edificações e o aumento do fluxo de pessoas e turistas, causando problemas de ordem ambiental sobre diversos ecossistemas litorâneos frágeis, estuários, manguezais, praias,

dunas, rios e o bioma de Mata Atlântica. Isso veio a comprometer a integridade ecológica desses ecossistemas em consequência da inexistência da fiscalização e do monitoramento das ações humanas.

Chiapett (2009) assinala que, a partir do final da década de 90, as populações das regiões turísticas da Bahia foram favorecidas com alguns investimentos, principalmente em rodovias asfaltadas, saneamento básico, energia e recuperação do patrimônio histórico. Mesmo com esses investimentos, os impactos socioambientais negativos foram inevitáveis:

Após a conclusão dos investimentos do PRODETUR/NE I, um novo programa começou a ser elaborado, sendo uma segunda versão do PRODETUR. Este Programa passou a ser chamado de PRODETUR/NE II e além de continuar financiando a infra-estrutura, foi delineado para dar conta, segundo as próprias justificativas do Programa, dos impactos socioambientais negativos que direta e indiretamente estão associados às intervenções realizadas. (CHIAPETTI, 2009, p.166-167).

De acordo com Alban (2006), isso ocorre porque os problemas do turismo brasileiro são muito mais profundos e complexos, porque não se pode implementar políticas de turismo com a finalidade de induzir o desenvolvimento regional fundamentado na instalação de infraestrutura e de serviços públicos, visando somente um ponto ou recorte zonal do espaço detentor de recursos naturais e culturais.

Esse mesmo autor ainda assinala que essas políticas, em vez de promover o desenvolvimento local, levam a externalidades negativas socioespaciais porque os recursos selecionados nos pontos zonais são acessíveis, ao mesmo tempo, a um maior número de pessoas.

Pela pesquisa de campo, vê-se que essas externalidades se acentuam devido à ausência de políticas públicas direcionadas para o monitoramento e a fiscalização dos recursos socioespaciais da Ilha de Boipeba.

Essa ausência toma uma dimensão ambiental regional porque essa Ilha está localizada no arquipélago Tinharé/Cairu/Boipeba composto de vinte e seis ilhas conectadas por canais estuarinos. “Esta comunicação estuarina favorece não somente a circulação de vários cardumes de peixes, mas também de pessoas e de embarcações de outros estados e vários países.” (BAHIA, 2001, p.6).

Outro fator relevante para a ocorrência das transformações socioespaciais que levam à exaustão os recursos naturais e culturais da Ilha, refere-se ao Zoneamento Ecológico Econômico da APA. Esse instrumento de gestão ambiental foi elaborado tendo como parâmetros ecossistemas terrestres, sem levar em conta a ecologia dos ambientes insulares, que se caracterizam pelo dinamismo dos seus ecossistemas frágeis e o endemismo das espécies que lhes são próprias, e também pela diversidade cultural das populações tradicionais que habitam os espaços dessas ilhas.

Portanto, a não adequação desse zoneamento às peculiaridades da Ilha de Boipeba justifica também a ocorrência de transformações socioespaciais em curso na localidade, que se tornam significativas quando associadas à ausência de monitoramento e fiscalização do espaço e de seus recursos socioambientais.

Corrobora-se, pela pesquisa, que essas transformações provocam rupturas na relação estabelecida pelos sistemas ambientais com os sistemas socioculturais da Ilha. Essa ruptura se torna relevante porque a população tradicional que habita essa localidade, ao longo dos séculos, elaborou, através de sua diversidade cultural, estratégias e possibilidades do uso da diversidade biológica dos manguezais, mantendo a relação estabelecida entre esses sistemas

Beni (2003) também constata que, em um sistema turístico, a assimetria de um sistema interfere nos demais, provocando a sua ruptura. Também destaca a importância do planejamento do espaço na continuidade da simetria estabelecida entre os sistemas e subsistemas que fazem parte de um sistema turístico.

É patente que a assimetria do espaço turístico está relacionada com os programas de desenvolvimento de turismo implementados na região, fundamentados no modelo de Polos Turísticos, porque a sua implementação se deu de modo vertical, com investimentos exógenos e sem o aproveitamento da totalidade dos recursos socioambientais locais, ocasionando externalidades negativas para a população local.

Essas externalidades devem prosseguir na Ilha de Boipeba porque, com a continuidade do PRODETUR-NE I pelo programa PRODETUR-NACIONAL na região, continua a mesma estratégia de implementação de infraestruturas de acesso e de bens de serviços públicos em pontos específicos da Costa do Dendê, para aumentar o fluxo turístico.

Como constatado em Morro de São Paulo, após a requalificação urbana em 2012, ocorreu um aumento acentuado de turistas, como afirma a Sra. Petrusca Melo ex-secretária de Turismo no biênio 2010-2012 e atual superintendente de Desenvolvimento Sustentável do município de Cairu:

No ano de 2012, ocorreu aumento do fluxo de turistas para Morro de São Paulo em decorrência da sua (re)qualificação urbana. No ano de 2010, o fluxo de turista era 164.00 turistas/ano e depois passou para 200.000 turistas/ano em 2012. (Entrevista direta, 2013).

Fica evidente que o PRODETUR/NE é uma política pública de urbanização com a finalidade de aumentar o fluxo turístico em um curto período de tempo. Cruz (2001) também afirma que esse programa é um exemplo de urbanização movida pelo turismo.

A (re) qualificação urbana também é prioridade governamental com recursos do PRODETUR-NACIONAL para a Ilha de Boipeba, na opinião do Sr. Reinaldo Dantas (Entrevista direta, 2013).

Portanto, as transformações socioespaciais podem-se agravar na localidade se a (re)qualificação urbana for implementada porque vai ocorrer aumento do fluxo de turistas e de equipamentos hoteleiros, com repercussões negativas para o espaço da Ilha. O crescimento do fluxo turístico após a requalificação urbana foi constatado em Morro de São Paulo e Praia do Forte, como apontam as Figuras 92 e 93.

Figura 92 – Fluxo turístico em Morro de São Paulo



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Figura 93 – Fluxo turístico em Praia do Forte



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Como apontam as Figuras acima, após a requalificação urbana, ocorreu aumento do fluxo turístico nessas localidades, o que acentuou as suas transformações socioespaciais. A Figura 94 retrata essa transformação.

Figura 94 – Crescimento urbano desordenado no povoado de Praia do Forte



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

A Figura 94 retrata o crescimento urbano desordenado em Praia do Forte e Morro de São Paulo após a requalificação urbana dessa localidade.

Esse crescimento tende a se acentuar na Ilha de Boipeba porque está em execução o projeto que vai interligar o *Shopping Center* recém-construído na sua parte frontal, estuário do Rio do Inferno, com a parte costal dessa localidade, que é

margeada pelo Oceano Atlântico. Já se encontra em execução a abertura da estrada pavimentada com terra que faz essa interligação.

Essa via passa por áreas de vegetação de restinga e de Mata Atlântica, o que comprometerá a integridade ecológica desses ecossistemas e pode levar à exaustão no aspecto ambiental, com perdas da fauna e da flora desses ecossistemas.

Constata-se que as transformações socioespaciais que ocorrem na Ilha de Boipeba se acentuaram quando associadas à ausência da participação da sociedade local nos programas de desenvolvimento de turismo para discutir a gestão do uso do solo urbano e dos recursos socioambientais.

Isso é relevante porque o PRODETUR/NE foi elaborado de acordo com preceitos da reforma do Estado na década de 90, cuja diretriz era o fortalecimento institucional com a participação da sociedade. Nos Estados, entretanto, em que esse programa foi implementado, tal participação é questionável, de acordo com Shiki (2007, p.179):

Em termos de PRODETUR /NE, a participação também não foi uma constante. De acordo com os entrevistados, do governo local ou da sociedade, as audiências públicas foram apenas para dar uma aparência de participação, mas de fato poucos se fizeram presentes. Além disso, os projetos já vinham pré-definidos do governo estadual, sendo que nem mesmo os prefeitos e secretários municipais tinham participações.

Essa ausência de participação também foi evidenciada na Ilha de Boipeba, como afirma o Sr. Roberto Jorge Silva, gestor municipal da ilha. “Não fui convidado para participar de reuniões com o PRODETURI/NE I e o Conselho Gestor da APA para discutir os problemas que ocorrem na Ilha de Boipeba” (Entrevista direta, 2012) e também por “Paulo Peixinho proprietário de pousada em Boipeba (Entrevista, direta 2012)”.

Outro fator preponderante, que contribui para o agravamento das transformações socioespaciais em curso na Ilha, é a ausência de interação entre os entes federativos para gerirem o espaço da Ilha de Boipeba. Isso se evidencia porque não existe compatibilidade entre os parâmetros estabelecidos pelo parcelamento do solo entre os dois instrumentos legais de gestão do espaço. O Zoneamento Ecológico Econômico da APA estipula que os lotes devem ter 250m² em zonas que apresentam ecossistemas frágeis e lençol freático de baixa

profundidade. No entanto, pelo PDDU, esse limite é de 300m² para Zonas de Urbanização Controlada e 1.500m² para a Zona Turística.

Mas, pela pesquisa de campo, esses limites não são respeitados, como aponta a Figura 95.

Figura 95 – Terreno sendo comercializado na Ilha de Boipeba



Fonte: Arquivo pessoal (2013).

Como mostra a Figura 95, os terrenos comercializados em Boipeba na Zona Turística não obedecem às metragens estabelecidas pelo PDDU e pelo plano de manejo da APA.

A ausência de interação entre os entes federativos para gerirem o espaço da ilha se justifica também porque, até o presente momento, o município de Cairu não está credenciado e diplomado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia (CEPRAM) como membro do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) do Estado da Bahia. Como atesta a Sra. Petrusca Melo “O município de Cairu ainda não está licenciando os empreendimentos aqui em Cairu” (Entrevista direta, 2013).

Esse programa tem como finalidade capacitar os gestores públicos dos municípios e também orientar, de forma técnica, como estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA) para compor o pacto federativo de gestão ambiental brasileiro. Este sistema é composto pelos órgãos setoriais do município relacionados de forma direta com a gestão ambiental do espaço.

Ao fazer adesão ao pacto federativo, cabe ao município licenciar atividades produtivas que venham a provocar impactos ambientais locais e também fiscalizar e monitorar essas atividades.

No entanto, um dos requisitos necessários para exercer o licenciamento é o cumprimento da Resolução nº 3.925, de 30 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada no Estado da Bahia e que estabelece como um dos critérios para fazer adesão a esse programa a revisão do Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano. Constata-se que o plano em vigor em Cairu é o que foi elaborado no ano de 2004 e, por isso, não atende à complexidade espacial da Ilha.

As transformações socioespaciais em curso na Ilha de Boipeba vão-se acentuar nos próximos anos, devido também aos novos projetos em operação e os que estão previstos para serem implementados.

O que está em operação, o Projeto Manati, foi instalado na Ilha de Boipeba no ano de 2007, com a finalidade de explorar gás natural. Esse empreendimento é explorado por um consórcio de empresas formado pelas Queiroz Galvão e Norse Ecology, e liderado pela Petrobras. Tem uma vida útil prevista para 20 anos.

“O campo de Manati tem uma produção diária de gás natural de seis milhões de metros cúbicos.” (PELLEGRINI, 2010, p.197).

A Ilha de Boipeba vai sofrer influência direta desse projeto porque a plataforma de exploração de gás foi instalada próxima dessa localidade.

Contudo, esse tipo de empreendimento provoca mudanças socioespaciais e impactos negativos. Serrão (2009, p.4) também corrobora que as atividades produtivas de petróleo e gás provocam mudanças socioespaciais, a exemplo de:

- Aumento da taxa de imigração e alteração dos padrões de uso e ocupação do solo;
- Degradação ambiental marinha e costeira;
- Potencial de acidentes com derramamento de óleo;
- Restrição e exclusão de áreas marítimas utilizadas por outras atividades econômicas, principalmente a navegação e a pesca artesanal;
- Mudança do comportamento das espécies marinhas em virtude da presença das estruturas físicas, como, por exemplo, as plataformas e dutos;

– Mudança na dinâmica das pescarias, a percepção dos atores sociais em virtude da presença de outra atividade e a incorporação dessas transformações em seu cotidiano.

Como previsto no Artigo 126 da Lei nº 170 de 17 de dezembro de 2004, que institui a Política Ambiental Municipal e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente:

Art. 126. A exploração de gás natural, considerada efetiva e potencialmente poluidora e capaz de causar degradação ambiental, depende de licenciamento ambiental, qualquer que seja seu regime de aproveitamento, dependendo a sua autorização do cumprimento de todas as normas desta lei, das leis estaduais e federais pertinentes, além de prévia consulta popular.

Na Ilha de Boipeba, alterações na pesca artesanal nos manguezais já são constatadas, como afirma o Sr. Sebastião Silva, presidente da Associação de Pescadores da Ilha de Boipeba:

Depois da exploração de gás aqui na região a pesca nos manguezais e estuários tem reduzido bastante. Isto se deu início porque, quando começaram a fazer teste com explosão, a pesca diminui bastante porque está próxima de vários pesqueiros aqui na ilha. (Entrevista direta, 2013).

Esse impacto negativo é previsto também por Pelegrini (2010) ao avaliar a vulnerabilidade ambiental dos manguezais de Garapuá, Cairu, Bahia, destino turístico localizado próximo à Ilha de Boipeba, em relação a esse empreendimento, constatando que:

No caso específico da atividade de petróleo, tanto as etapas da fase de exploração (pesquisa sísmica e perfuração exploratória) quanto da fase de produção (perfuração de desenvolvimento e produção) são consideradas como potencialmente poluidoras, ou seja, sua implementação pressupõe a existência de riscos, ainda que distintos principalmente em função da escala temporal envolvida (meses para a fase de exploração e anos para a fase de produção). (PELEGRINI, 2010, p.203).

Porém, esse empreendimento é uma atividade produtiva que insere novos elementos ao espaço e movimenta os já existentes porque, a longo prazo, poderá trazer novos problemas socioespaciais e potencializar os já existentes.

Isso se justifica porque, em conversa informal com o Sr. Raul Silva, técnico de segurança da Petrobras, que estava a passeio na Ilha com a família, ele manifestou o intuito de comprar uma casa de veraneio em Boipeba.

Com relação ao projeto a ser implementado, a construção da Ponte Itaparica-Salvador, como retrata a Figura 96.

Figura 96 – Foto do projeto da futura ponte de Itaparica-Salvador



Fonte: Bahia (2013).

O projeto proposto apresenta as seguintes especificações técnicas: comprimento de 11,7km; 27m de largura; 6 vias de circulação; 2 vias de acostamento e vão livre de 700m. Tem previsão de execução no ano de 2014 e conclusão prevista para o ano de 2018 (BAHIA, 2013, p.1).

Pelo porte técnico, torna-se prioritário para o governo do Estado da Bahia:

As obras também permitirão a retomada do desenvolvimento de regiões fragilizadas economicamente, entre as quais a Ilha de Itaparica, Recôncavo baiano e o Baixo Sul. O projeto criará ainda um novo eixo de expansão urbanística, diminuindo a pressão sobre as áreas urbanas de Salvador e do Litoral Norte. O turismo nos municípios ao longo da BA-001, desde Salvador até Ilhéus, também será estimulado. (BAHIA, 2013, p.2).

Contudo, esse projeto, quando executado, vai-se constituir como um novo vetor de integração regional porque a ponte vai interligar as seguintes regiões: a Região Metropolitana de Salvador, a Região do Baixo Sul da Bahia, a Região Litoral Sul da Bahia, Região Oeste da Bahia com a Região Sudeste do Brasil:

A partir da ponte, será construído o Sistema Viário Oeste, proporcionando a duplicação das BA's 001 e 046, nos trechos entre Bom Despacho, Nazaré e Santo Antônio de Jesus. Será ainda implantada nova rodovia ligando os municípios de Santo Antônio de Jesus e Castro Alves e, a partir daí, haverá a duplicação da BA-493 até o entroncamento com a BR-116. (BAHIA, 2013, p. 2).

Esse novo eixo rodoviário de integração regional vai repercutir no crescimento do turismo, como afirma também o governador do Estado da Bahia: “[...] esse é o pontapé inicial para construção da ponte, dinamizando o turismo e a economia local. Estamos fazendo um projeto arrojado, que dure mais de 30 a 40 anos.” (BAHIA, 2013, p.1).

Quando executado, esse projeto vai conferir um novo dinamismo espacial à Ilha de Boipeba com o possível aumento do fluxo de turistas e de equipamentos instalados no seu espaço. Esse dinamismo será responsável pela introdução de novos elementos espaciais.

Esses novos objetos aceleram o tempo biológico das espécies, o tempo de crescimento, o tempo de alimentação e reprodução. Esses novos objetos serão responsáveis também por novas ações da sociedade sobre o espaço da Ilha de Boipeba.

Essas novas ações vão conferir mais fluidez e luminosidade à Região Litoral Sul da Bahia, o que, por sua vez, vai interferir também no espaço da Ilha de Boipeba, conferindo a este um novo dinamismo. Santos (2001) afirma que os espaços luminosos e dinâmicos são uma consequência da acumulação de densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais apto para atrair atividades com maior conteúdo de capital, tecnologia e informação.

Butler (1980) afirma que esse novo dinamismo é o marco divisório de um destino turístico: passar do estágio de desenvolvimento para o de consolidação.

Comprova-se que a evolução das transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba está relacionada aos programas de desenvolvimento de turismo Caminhos da Bahia e PRODETEUR/NE I, implementados na Região Litoral Sul da Bahia, sem, contudo, ocorrer investimentos financeiros diretos por parte desses programas em infraestrutura de acesso e em serviços públicos.

Corrobora-se que essas transformações se acentuaram e evoluíram ao longo das décadas quando associadas à ausência de fiscalização e monitoramento dos

recursos socioespaciais da APA por parte dos poderes públicos e da participação local.

Essa evolução culminou com o surgimento de impactos socioeconômicos e ambientais negativos, que levaram à ruptura da relação estabelecida entre a diversidade biológica dos manguezais e a diversidade cultural da população tradicional que habita o espaço da Ilha de Boipeba

Esses fenômenos apontam para o fato de que a tendência da localidade é evoluir para o estágio de consolidação da atividade turística e polarizar o seu espaço, como já ocorreu em Morro de São Paulo na Costa do Dendê, em Porto Seguro na Costa do Cacau e em Praia do Forte, após a implementação do PRODETUR/NE I. Essa polarização vai-se refletir na qualidade do produto turístico dessa localidade, o que pode levar ao seu declínio.

Acontecendo essa polarização, vão ocorrer o declínio e a falta de qualidade do produto turístico da Ilha de Boipeba, com perdas irreversíveis para os recursos socioambientais dessa localidade.

10 CONCLUSÕES

Ao abordar o problema de pesquisa – as transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba Cairu, Bahia, podem estar relacionadas com a atividade turística iniciada com a implementação de programas de desenvolvimento de turismo pelo governo do Estado da Bahia, comprova-se que estas transformações estão relacionadas com a atividade turística iniciada com a implementação desses programas.

A atividade turística se iniciou nessa localidade de forma espontânea na década de 70 por *hippies*, aventureiros e mochileiros provenientes de várias localidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e, depois, por veranistas de segunda residência provenientes de Salvador e Valença.

No entanto, era um fluxo pequeno e a localidade não dispunha de meios de hospedagem e também não havia infraestrutura de acesso para a localidade o que justificava a manutenção de sua configuração espacial típica de um meio rural e uma paisagem insular típica de localidades costeiras tropicais.

No início de 1981, ocorreu a implementação do Programa Caminhos da Bahia na Região Litoral Sul da Bahia, o qual tinha como estratégia primordial a divulgação dos destinos turísticos dessa região nos mercados nacionais e internacionais, com a finalidade de aumentar o fluxo de turistas.

Cumprе salientar que não ocorreram investimentos diretos por parte desse programa em infraestrutura de acesso e de serviços públicos.

Portanto, a partir desse ano, deu-se início ao aumento do número de turistas para a ilha de Boipeba de forma induzida e o envolvimento dos moradores locais com a atividade turística.

Ficou evidente também que esse programa foi implementado sem as devidas preocupações com a conservação e a preservação dos recursos socioespaciais dessa localidade. Essa ausência se justifica devido à ocorrência das suas primeiras transformações socioespaciais devido à construção das primeiras pousadas por parte dos estrangeiros e depois por alguns moradores locais. Tais transformações foram responsáveis pelo surgimento dos problemas socioespaciais da ilha como: crescimento urbano desordenado, mudanças na paisagem local, surgimento de

loteamentos clandestinos; especulação imobiliária e substituição das atividades econômicas pelo turismo.

O surgimento desses problemas motivou o governo do Estado da Bahia a criar a APA das Ilhas Tinharé e Boipeba no ano de 1992, com a finalidade de conciliar o desenvolvimento das atividades produtivas e, em particular, o turismo, com a preservação e conservação dos recursos socioambientais das localidades localizadas na área de abrangência da APA.

No ano de 1995, outro programa de desenvolvimento de turismo foi implementado naquela região, o PRODETUR/NEI, com a finalidade de aumentar o fluxo turístico em localidades detentoras de recursos naturais e culturais capazes de motivar fluxos turísticos.

No entanto, na Ilha de Boipeba, não ocorreram intervenções diretas em infraestrutura e de serviços públicos por parte desse programa.

Coube à prefeitura local, ao setor privado e ao governo do Estado da Bahia alocar recursos para dotar a ilha de infraestrutura de acesso e para atender ao fluxo crescente de turistas, resultante principalmente do *marketing* promocional do PRODETUR /NE I, que foi realizado também nos mercados nacionais e internacionais.

Em decorrência do fluxo crescente de turistas para a Ilha de Boipeba, ocorreu também um aumento do número de equipamentos instalados (pousadas, restaurantes, bares), de novos visitantes, de mercadorias e de informações e, em particular, durante o estágio de desenvolvimento dessa localidade.

Esses fenômenos foram responsáveis pelo aumento da intensidade das transformações socioespaciais em curso naquela localidade e levaram a impactos socioambientais negativos como: substituição gradativa das cadeias produtivas tradicionais; mudanças dos valores coletivos e desarticulação do tecido social; poluição dos manguezais e estuários por esgotos não tratados; redução da cobertura vegetal dos manguezais e do Bioma de Mata Atlântica.

A ocorrência desses impactos obrigou a prefeitura do município de Cairu a implantar, no ano de 2004, o Plano Diretor Urbano, com a finalidade de disciplinar o uso do solo urbano.

Após a criação e implementação dos instrumentos de gestão ambiental e do uso do solo urbano, as transformações socioespaciais continuaram a se expandir para pontos periféricos da Ilha, devido à ausência de um pacto de gestão entre a

população local, empresários e o poder público para gerenciar os recursos socioambientais e do espaço de Boipeba.

A ausência desse pacto ficou evidente porque a população local não foi convidada a participar de reuniões para discutir a gestão do espaço e dos recursos socioambientais dessa localidade. Isso se tornou significativo porque quando associada a falta de fiscalização e de monitoramento dos recursos socioambientais da Ilha por parte dos poderes públicos, federal, estadual, municipal ocorreu a continuidade e intensificação das transformações socioespaciais da localidade.

Tal ausência tomou uma dimensão espacial e socioambiental relevante, porque a Ilha de Boipeba caracteriza-se por ser um ambiente insular, possuidor de ecossistemas frágeis, em particular os manguezais, habitado por uma população tradicional detentora de rica diversidade cultural, a qual, até o presente momento, ainda mantém práticas tradicionais de pesca no uso dos recursos desse ecossistema, o que assegura sua conservação.

A manutenção dessas práticas já se encontra comprometida devido à continuidade dos impactos socioambientais negativos a exemplos da poluição, degradação dos manguezais e que já refletem na perda da relação estabelecida entre a diversidade cultural da população tradicional que habita a Ilha de Boipeba com a diversidade biológica com esse ecossistema.

Além disso, o cenário aponta para a continuidade dessas transformações na localidade devido à instalação de novos projetos, a exemplo do Projeto Manati de exploração de gás natural, cuja plataforma de produção na parte frontal da Ilha de Boipeba, para o Oceano Atlântico, e já se encontra em operação.

Fica patente a capacidade desse projeto de interagir com os fatores sociais, espaciais e ambientais da Ilha e provocar mudanças socioambientais, como a interferência negativa na pesca artesanal e a imigração de novos visitantes, o que já ocorre em Boipeba.

Outro projeto a ser instalado é o Projeto Viário Oeste. Quando executado, esse projeto vai interligar a Região Metropolitana de Salvador com o Litoral Sul da Bahia e com o Oeste da Bahia e estes com a Região Sudeste do Brasil. O elo entre as regiões é a construção da ponte de Itaparica com 12 km de extensão, com início de execução previsto para o ano de 2014 e o término no final do ano de 2018.

A construção dessa ponte se constitui na retirada dos obstáculos de integração entre essas regiões. Esse projeto vai repercutir no espaço da Ilha de

Boipeba porque vai aumentar o fluxo de turistas, de novos visitantes, de mercadorias e de novas informações e, por isso, vai intensificar e expandir as transformações socioespaciais existentes e alavancar o surgimento de outras.

Todavia, essas transformações tendem a se potencializar sobre o espaço da Ilha porque o cenário aponta também para a manutenção das mesmas estratégias de continuidade dos programas de desenvolvimento do turismo, implementados na Região Litoral Sul da Bahia, a exemplo da requalificação urbana prevista na Ilha de Boipeba com recursos financeiros do PRODETUR-NACIONAL.

Corrobora-se que localidades que passaram por (re)qualificações urbanas, a exemplo de Porto Seguro, na Costa do Descobrimento, Praia do Forte e Imbassay, na Costa dos Coqueiros, ocorreu aumento acentuado de turistas e de equipamentos turísticos em curto período de tempo, o que levou à potencialização das transformações socioespaciais já existentes.

Não ocorrendo um pacto de gestão ambiental entre os entes federativos com a população local, com a finalidade de monitorar e fiscalizar os recursos socioespaciais da Ilha de Boipeba, torna-se óbvio, não apenas o seu declínio, mas também a perda da qualidade do produto turístico.

Para que esse declínio não ocorra, recomenda-se um modelo de turismo pautado de acordo com os preceitos do desenvolvimento sustentável em que devem ser levados em conta os seguintes parâmetros de sustentabilidade: sociais; econômicos, culturais, ecológicos e tecnológicos. Quando implementados, tais parâmetros mitigam os problemas socioespaciais negativos e potencializam os positivos.

Porém, esse modelo só pode ser almejado quando o espaço da Ilha de Boipeba for inserido no novo modelo de gestão ambiental compartilhada do Estado da Bahia. Esse modelo tem como objetivo principal a adesão dos municípios ao pacto federativo do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

Para tal fim, o município de Cairu precisa antes estruturar e implementar o seu Sistema Municipal de Meio Ambiente.

A estruturação desse sistema se torna necessária porque, de acordo com o Sistema Nacional de Meio Ambiente, cabe ao município licenciar os empreendimentos de atividades produtivas que provoquem impactos locais negativos e com forte potencial poluidor, a exemplo da atividade turística.

Esse sistema tem como finalidade compartilhar a gestão ambiental do município entre os entes federativos e também dividir as soluções ante os problemas socioambientais que ocorrem no seu espaço.

Recomenda-se também que, antes de sua implementação, deve ocorrer o fortalecimento institucional dos órgãos setoriais da prefeitura do município de Cairu, em particular, os envolvidos diretamente com atividade turística e gestão ambiental da Ilha.

Esse fortalecimento perpassa primeiro pela formação técnica dos gestores públicos para saberem elaborar políticas públicas que conciliem o desenvolvimento da atividade turística com a conservação dos recursos socioespaciais da Ilha.

Deve-se também estimular a participação da sociedade local na (re)implementação do sistema de gestão ambiental compartilhado principalmente na elaboração dos instrumentos de gestão ambiental e do uso do solo urbano, a exemplo do Plano Diretor Urbano, do Plano Ambiental do Município e de outros instrumentos complementares como a Agenda 21 local e o Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal.

Finalmente, deve-se ressaltar que chegar à conclusão desta tese de doutorado só foi possível porque o referencial teórico abordado estava de acordo com os fatos empíricos observados na Ilha de Boipeba.

Mas encontrar as respostas às questões geradoras da pesquisa e corroborar as hipóteses da problemática que envolve as transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba, oriundas da atividade turística, só se tornou possível porque ocorreu um encadeamento lógico entre o tipo de pesquisa selecionado, a pesquisa qualitativa, o tipo de método escolhido, o estudo de caso, os instrumentos de coleta de dados selecionados, a entrevista semiestruturada, a observação sistemática, a conversa informal e o diário de campo.

Esse encadeamento também apresenta uma relação lógica com o referencial teórico e permite ao pesquisador fazer generalizações sobre o tema desta pesquisa – Turismo e Transformações Socioespaciais – e analisar a evolução dos aspectos particulares que estão envolvidos com as transformações socioespaciais da Ilha de Boipeba.

Essa análise só foi possível porque o modelo de Bluter (1980) sobre evolução espacial de um destino turístico, selecionado para a execução desta pesquisa, é adequado ao contexto da Ilha de Boipeba.

Contudo, nesse caminho lógico, ocorreram limitações na execução desta tese devido à inexistência de uma base de dados secundários socioeconômicos, ambientais e turísticos sobre a Ilha de Boipeba.

Na resolução desse impasse, foi feita uma adequação, utilizando a base de dados referentes ao município de Cairu, culminando com a aproximação à realidade da área de pesquisa e ao problema de pesquisa.

Mas essa limitação foi preponderante na execução desta pesquisa porque se tornou necessária a elaboração também de uma base de dados primários e, depois, comparar esses dados com a realidade da Ilha de Boipeba apreendida *a priori*.

Essa limitação também ocorreu quando foram feitas comparações com outras localidades que apresentam o mesmo problema da pesquisa no seu espaço, a exemplo de Morro de São Paulo, Praia do Forte e Imbassaí, o que obrigou uma visita a essas áreas *in loco*, para coletar informações para posteriores comparações com a Ilha de Boipeba.

As limitações ocorridas durante o trajeto desta pesquisa tornaram-se relevantes para as reflexões entre o tema – Turismo e Transformações Socioespaciais – e o contexto inter-regional e intrarregional porque o fato turístico é complexo e envolve elementos materiais e imateriais. O deslocamento de um desses elementos de forma assimétrica desequilibra todo o sistema turístico, levando a problemas de ordem socioespacial.

Por isso, urge a realização de pesquisas que abordem a problemática socioespacial envolvida com a atividade turística dentro de um contexto regional e que envolva estudos comparativos com um maior recorte de áreas selecionadas.

Isto se justifica porque uma região não é um espaço fechado e isolado por molduras, uma vez que as atividades econômicas são como artérias pulsantes em que os fatores de produção introduzidos pelas ordens dos homens pulsam e se locomovem, ultrapassando as fronteiras de uma região, de acordo com os modos de produção, de circulação e de consumo de produtos.

Esses estudos são necessários para o entendimento da problemática envolvida entre o turismo e o espaço, para que as soluções não sejam comandadas somente de acordo com as ordens dos mercados globais.

Na conclusão desta tese, fica constatado também que o diferencial do acontecer do fato turístico na Ilha de Boipeba é uma consequência da diversidade

cultural da população tradicional que nela habita, uma vez que o comportamento dos turistas é homogêneo e voltado apenas para o consumo.

Fica evidente que, se essa diversidade não estiver incorporada ao planejamento do espaço turístico, este passa a ser um mosaico de elementos espaciais homogêneos, que expressa um mundo físico estático e sem a sua totalidade social.

É essa totalidade social que dá vida subjetiva ao espaço e, assim, estão garantidas não só a reprodução espacial de forma simétrica para as próximas gerações como também a continuidade de outras formas de vida na Terra.

REFERÊNCIAS

- ADDEY TÁXI ÁEREO. *Boipeba-Bahia*. Disponível em: <<http://www.boipeba-addey.com.br>>. Acesso em: 13 jan.2013.
- ALBAN, Marcus. Turismo no Brasil: a estratégia de expansão espacial e seus problemas. *Turismo-Visão e Ação*, v. 8, n.2, p.301-308, maio/ago. 2006.
- ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: IBAMA, 1998.
- AIEST - ASSOCIATION INTERNATIONALE DES EXPERTS SCIENTIFIQUES DU TOURISM.Disponível em:<<http://www.aiest.org>> Acesso em: 3 mar. 2013.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais:pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Thompson, 1999.
- ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega; NISHIDA, Alberto Kioharu. *Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uça, Ucides cordatus (L. 1763) (Decopoda, Brachyura):o estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil*. *INCI, Caracas*, v. 28, n.1, p.36-43, jan. 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANTUNES, Paulo Bessa. *Direito Ambiental*. 11. ed. Rio de Janeiro:Lúmen Juris, 2008.
- ARRUDA, Reinaldo S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1.,1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 1997.v.1:Conferências e Palestras, p. 262-276.
- ARRUDA, Reinaldo S. V.“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos Trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000. p.273-290.
- ASSIS, Lenilton Francisco. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano 7, n.11/12/13, p.107-122. set./out. 2003.
- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA ILHA DE BOIPEBA. *Como chegar*. Boipeba, 2006.
- AZZONI, Carlos Roberto. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico. *Turismo em Análise*, São Paulo, v.4, n.2, p.37-51, nov.1993.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Plano de Turismo do Recôncavo: Resumo*. Salvador, 1972.
- BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Bahiatursa. *Relatório de Atividades 1973-1983*. Salvador, 1983.

- BAHIA. Governo do Estado. Decreto nº 1.240, de 5 de junho de 1992. Cria a Área de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé e Boipeba no Município de Cairu e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1992.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Projeto Ilhas Tinharé e Boipeba: Área de proteção ambiental- etapa 1-diagnóstico ambiental. v.2: Estudos do Meio Físico, 1995. 1 CD ROOM.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN); Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental das ilhas de Tinharé e Boipeba*, Salvador, 1998. v.1.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Bahiatursa. *A estratégia de desenvolvimento do turismo na Bahia 1991-2002*. Salvador, 1997.
- BAHIA. Secretaria de Turismo e Cultura. Bahiatursa. *PRODETUR-BAHIA: A importância do turismo como vetor de desenvolvimento sustentado*. Salvador, 1999.
- BAHIA. Superintendência de Cultura e Turismo. Bahiatursa. *Estratégias turísticas a Bahia - 2003-2020*. Salvador, 1999.
- BAHIA. Secretaria de Turismo e Cultura. Bahiatursa. *PRODETUR-BAHIA: A importância do turismo como vetor de desenvolvimento sustentado*. Salvador, 1999.
- BAHIA Empresa Bahiana de Turismo S/A. *Zoneamento Ambiental da Área de Proteção Ambiental da Península de Maraú*. Salvador, 2001. 1 CD-ROM.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento e Turismo. *Roteiros ecoturísticos da Bahia: Costa do Dendê*. Salvador, 2001.
- BAHIA. Centro de Recursos Ambientais. *Mapa de Localização da Região Litoral Sul da Bahia*. Salvador: CRA, 2003, 1 mapa. Escala 1:1.500.000.
- BAHIA. Secretaria de Turismo. *A Estratégia Turística da Bahia 1991-2005*. Salvador, 2005.
- BAHIA. Secretaria de Turismo. *A Estratégia Turística da Bahia 2003-2020*. Salvador, 2005.
- BAHIA. Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM). *Resolução nº 3.925, de 4 de março de 2009*; que dispõe sobre o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada do Estado da Bahia. Salvador, 2009.
- BAHIA. Casa Civil. *Lei nº 3.858 de 03 de novembro de 1980* que institui o Sistema Estadual de Recursos Ambientais. Disponível em: < <http://www2.casacivil.ba.gov.br> > Acesso em: 9 mar.2010.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia. *Sistema de dados georreferenciados*. Disponível em: < <http://www.sei.ba.gov.br/sidegeo> >. Acesso em: 9 mar. 2010.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. *PRODETUR*. Disponível em: < <http://www.setur.ba.gov.br/programas-e-projetos/eixo-estrategico-qualificacao-dos-servicos-e-do-destino/prodetur/> > Acesso em: 3 jun.2013.

- BAHIA. Conselho Estadual de Meio Ambiente. *Resolução nº 1.692, de 19 de junho de 1998, que aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas de Tinharé e Boipeba, no Estado da Bahia*. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/legislacao/r>>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- BAHIA. Ouvidoria Geral. *Governo da Bahia anuncia projeto da ponte que liga Salvador a Itaparica*. Disponível em: <<http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br>> Acesso em: 2 mar. 2013.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos do Estado da Bahia. *Índice de desenvolvimento social segundo os municípios baianos: 1998-2008*. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 6 fev, 2013.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. *Programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste: primeira fase*. Fortaleza, 2005.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. *Atividade Turística no Mundo e no Brasil*. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>> Acesso em: 13 jan. 2013.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. *Prodetur: ampliando as atividades turísticas no Nordeste*. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 6 jun. 2013.
- BARRETO, Margarita. Espaço público: usos e abusos. In: YÁSIGI, Eduardo et al. (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 38-54.
- BECKER, Berta. *Levantamento e avaliação da política pública federal e seu impacto na região costeira*. Brasília: PNMA, 1995.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. O PRODEDETUR-CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1966. p.163-176.
- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do Turismo*. 8. ed. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- BOIPEBATUR. *Festas populares de Boipeba*. Disponível em: <http://www.boipebatur.com.br/festas_populares>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- BOMFIM, Natanael Reis; TUPINAMBÁ, Khalla. Itacaré o “paraíso” perdido: representação, impactos e planejamento sustentável. *CULTUR*, Especial, ano 5 n. 1, p.44-57, jan.2011.
- BOUDEVILLE, Jacques. *Los espacios económicos*. Buenos Aires: EUDEBA, 1969.
- BOULLÓN, Roberto. C. *Planejamento do espaço turístico*. São Paulo: USC, 1997. ok
- BRASIL. Presidência da República *Lei Nº 4.771 de 15 setembro de 1965 que institui o Código Florestal*. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2013.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Mapa de Situação da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba*. Brasília, 1995, 1 mapa. Escala 0:20 km.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Nº 6.902, de 27 de abril de 1981* (dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências). Disponível em: < <http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/federal> >. Acesso em: 9 mar. 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Brasília: Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). *Resolução nº 10 de 14 de dezembro de 1988 que dispõe sobre as áreas de proteção ambiental*. Disponível em <http://www.mma.gov.br/conam>. Acesso em: 25 jan.2013.

BRASIL. Presidência da República *Lei Nº 6.938 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente*. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

BRASIL. Presidência da República. *Lei Nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. (Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 8 jan.2013.

BRITO, M. C. W. de; VIANNA, L. P. Vila de Picinguaba: o caso de uma comunidade caiçara no interior de uma área protegida. In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS, 2., 1992, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1992. v.4, p.1.067-1.073.

BROL.COM. *Boipeba Island*. Disponível em: <<http://www.brol.com/vacations/boipebaisland.html> >. Acesso em: 6 fev. 2013.

BRUYNE, Paul. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Trad. Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUTLER, R. W. The social implications of tourist development. *Annals of Tourism Research*, v.2, n.2, p.100 -112, nov./dec. 1974.

BUTLER, R. The concept of a tourist area of life cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, v.19, n.1, p.5-12, 1980.

CAIRU. Prefeitura Municipal de Cairu. *Lei nº 165, de 10 de dezembro de 2004*; que instituiu o Plano Diretor Urbano de Cairu e dá outras providências. Disponível em: <www.cmcairu.ba.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2010.

CAIRU. Prefeitura Municipal. *Lei nº 167, de 14 de dezembro de 2004*; que estabelece normas sobre o Parcelamento do Solo e disciplina o seu uso através do Zoneamento do Município. Disponível em: < www.cmcairu.ba.gov.br >. Acesso em: 14 out. 2010

CAIRU. Prefeitura Municipal. *Lei nº 170, de 17 de dezembro de 2004*; que institui a Política Ambiental Municipal e dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente. Disponível em: <www.cmcairu.ba.gov.br >. Acesso em: 14 out. 2010.

CAIRU. Prefeitura Municipal de Cairu; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Universidade Livre da Mata. *Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município de Cairu, Bahia (Cairu 2030)*. Disponível em: <www.cmcairu.ba.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2010.

CALDAS, Alcides dos Santos. *Slides de aulas sobre Geografia e desenvolvimento*. Salvador, 2008.

CARA, Roberto Bustos. El turismo y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.86-93.

CARMO-NETO, Dionísio. *Metodologia científica para principiantes*. 2. ed. Salvador: Universitária Americana, 1974.

CARVALHO, José Jorge Sousa; VALENTE, D.; CARVALHO, R. Impactos ambientais da atividade turística na Região Estuarina de Porto Sauípe-Bahia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL MANGROVE, 2003, Salvador. *Anais...* Salvador, 2003. v.1, p.191-192.

CASASOLA, Luis. *Turismo y ambiente*. 2 ed. México: Ed. Trillas, 1995.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, J. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro. *O lugar do turismo na ciência Geografia: contribuições teórico-metodológicas à ação dedutiva*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Física)-Faculdade de Filosofia, Letras. 2006.

CASTRO NETO, Armindo. *Núcleo urbano da Velha Boipeba na década de 70*. 1970.1 fotografia. Escala 10cm x 15cm.

CASTRO NETO, Armindo. *Foto da paisagem da Ilha de Boipeba na década de 70*. 1970.1 fotografia. Escala 10cm x 15cm.

CASTRO NETO, Armindo. *Foto que retrata a parte frontal da casa dos pescadores da Ilha de Boipeba na década de 80*. 1980.1 fotografia. Escala 10cm x 15cm.

CAVEDRON, N. R. O método etnográfico em estudos sobre cultura organizacional: implicações positivas e negativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, 23., 1999. *Anais Eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

CHIAPETTI, Jorge. *O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na Região Cacaueira da Bahia*. 2009. 205f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

CHRISTALLER, W. Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions underdeveloped countries recreation areas. *Papers of the Regional Science Association*, n.12, p.95-105, 1963.

- COHEN, Erik. The sociology of tourism: approaches, issues, and findings. *Ann.Rev.Socio.*, v.10, n.3, p. 73-92, 1984.
- COLCHESTER, M. *Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas*. In: DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000. p.225-256.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-47.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton et al. *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998. p.251-256.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. *Introdução à Geografia do Turismo*. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.
- CUNHA-LIGNON, Marília et al. Pressão do turismo nos manguezais do Rio Escuro (Litoral Norte de São Paulo, Ubatuba): análise temporal de fotografias aéreas. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MANGROVE 2003: articulando pesquisa e gestão participativa de estuários e manguezais, 20 a 24 de maio de 2003, Salvador, Bahia. *Resumos...* Salvador, Bahia, 2003. p.457.
- DACHARY, Alfredo César e BURNEY, Stella M. Arnaiz. Turismo y Desarrollo: Crecimiento y Pobreza. México: Univ. de Guadalajara. 2008.
- DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES; A.C. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000. p.126149.
- DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- DIEGUES, A C. S. *Conhecimento e manejo tradicionais: ciência e biodiversidade*. São Paulo: NUPAUB, 2000.
- DIEGUES, A C. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB da Universidade de São Paulo, 1994.
- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1993.
- FERREIRA, Carlos Mauricio de C. Espaço, Regiões e Economia Regional. In: HADDAD, Paulo Roberto. (org). *Economia Regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.
- FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2.ed. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- FOSTER, J. The sociological consequences of tourism. *International Journal of Comparative Sociology*, v.5, p.212-227, 1964.

FRAGA, Adriana de Paula; PANITZ, Clarice N. O impacto dos efluentes dos tanques de cultivo do camarão branco (*Litopenaeus vanamei*) para as regiões costeiras no Estado de Santa Catarina. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MANGROVE 2003: articulando pesquisa e gestão participativa de estuários e manguezais, 20 a 24 de maio de 2003, Salvador, Bahia. *Resumos...* Salvador, 2003. p.217.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FREYRE, G. *Problemas brasileiros de antropologia*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

FRUEHAF, Sandra Pavan. RIZHOPHORA MANGLE: em áreas contaminadas de manguezal na baixada santista. 2006. Tese (Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas)-Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz, Piracicaba, 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Plano de desenvolvimento turístico pólo litoralsul*: relatório preliminar. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. *Pesquisa Fipe 2011*. Disponível em <<http://www.salvadorconvention.com.br>> Acesso em: 15 mar.2013. o

FUNDAÇÃO ONDA AZUL 2003. Projeto de criação do conselho gestor da APA das Ilhas Tinharé e Boipeba. Salvador, 2003.1 CD-ROM.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES. (FUNDIPESCA). *Relatório final de pesca: meio sócio-econômico*. Salvador, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GARRET, A. *A entrevista, seus princípios e métodos*. 6. ed. Tradução de Sampaio et al. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1974.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. ok

GEIGER, P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M. (Org.). *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998. p.221-222.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v.2, n.1, p.29-42, jun. 2004.

GÓMEZ-POMPA, A. Posible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. *Biotrópica*, 1971, v.3, n.2, p. 125-135, 1971.

GONZALEZ, Priscilla. *Turismo, planejamento e hospitalidade: o projeto Cancún-México.2010*. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade)-Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2010.

HILLS, Theo L; LUNDGREN, J. The impact of tourism in the caribbean: a methodological study. *Annals of Tourism Research*. v 4, n. 5, p. 248-267, may-sept.1977.

- HOEBEL, E. A. Adamson; FROST, Everett. L. *Antropologia cultural e social*. Tradução de Euclides Carneiro Silva. São Paulo: Cultrix, 1976.
- IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2000 e pesquisa de orçamentos familiares*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2010.
- INTERNATIONAL SOCIETY OF MANGROVE. *Los manglares se cuentan ente los ecosistemas más valiosos del mundo*. Disponível em: <<http://www.mangrove.or.jp/>>. Acesso em: 8 jan. 2011.
- JONES, D .R . W. Prostitution and tourism. Presented at PEACESAT Conf. Impact Tourism Dev. Pac. Sess. 4, Apr. 19, 1978.
- KAPLAN, A. *A conduta da pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Herder, 1972.
- KAPLAN, D.; MANNERS, R. *Teoria da cultura*. Tradução Zilda Calcenik. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- KLAUS, A. Taming the wilderness myth. *BioScience*, [s.l.], v.42, n.4, p. 271-279, Apr. 1992.
- KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 2 ed. Tradução. Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2001.
- LARAIA, R.B. *Cultura um conceito antropológico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFÈBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- LEFF, Henrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Tradução de Jorge Esteves. Blumenau: FURB, 2000.
- LEFF, Henrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade poder*. 3. ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LEROY, Jean-Pierre L. *Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente: populações litorâneas ameaçadas: carcinocultura, pesca industrial, turismo, empreendimento públicos e poluição*. Pernambuco: ONU, 2004.
- LIMA, Jandir Ferreira de. A concepção de espaço econômico polarizado. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.4, n.7, p.7-14, set.2003.

LITOARTE. *Rio do Tiba, Santa Cruz da Cabrália*. 1990.1 cartão postal :Escala 10cm x 15cmm checar.

LIZIÊ, Camila. Era uma vez Boipeba. *Revista Boipeba onde vivo*, Boipeba, n.1, p.1-8 2008.

LOEB, L. D. Creating antiques for funand profit: encounters between Iranian Jewishmerchants and touring correligious. *See Smith*, p. 1 85-192, 1977.

LOPES, Antônio Simões. O espaço econômico. In: SILVA, José da Silva Costa; DENTINHO, PONCE, Tomaz Dentinho; NIJKAM, Peter. *Compêndio de Economia Regional: métodos e técnicas de análise regional*.2 ed. Lisboa: APDR, 2005. p.35-59.

LÒPEZ PALOMEQUE, Francisco. Actividades turísticas y espacio geográfico en el umbral_del siglo XXI. *Papers de Turisme del ITVA*, n. 14/15, p 37-41, 1994.

LÒPEZ-PALOMEQUE, Francisco. Planificación territorial del turismo y sostenibilidad: fundamentos, realidades y retos. In: COLOQUIO INTERNACIONAL EN DESARROLLO TERRITORIAL Y TURISMO SOSTENIBLE: UNA APROXIMACIÓN A PARTIR DE LA VALORIZACIÓN TURÍSTICA, 8., sept. 2007, Colombia. *Anales...* Colombia: Universidad Externado de Colombia, 2007.

MANESCHY, M. C. Pescadores nos manguezais:estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura do caranguejo. In: FURTADO, G. L.; LEITÃO, W.; *Povo das águas: realidade e perspectiva na Amazônia*. Belém: Museu Emílio-Goeldi, 1993. p.19-62.

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. Turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo In: RODRIGUES, Adyr Balasteri (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.177-183.

MARCONI, A. M.; PRESOTTO, Z. M. N. *Antropologia: uma introdução*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCILIO, M. L. *Caiçara: terra e população*. São Paulo: Paulinas: CEDHAL, 1986.

MASTELLER, M. *Resumo da literatura sobre conceitos do uso de áreas do mangue com referência especial para a aqüicultura artesanal*: Brasília: IBAMA, 1999.

MATHEUS, Maria Clara Cassuli; FUSTINONI, Suzete Maria. *Pesquisa qualitativa em enfermagem*. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2006.

MATHIESON, Alister; WALL, Geoffrey. *Repercusiones económicas, físicas y sociales*. México: Ed. Trillas, 1990.

MEDEIROS, Jailson; SILVA, Márcia Regina da. Impactos socioambientais do manguezal do Rio Curimatau, Canguaretama, RN-Brasil. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MANGROVE 2003: articulando pesquisa e gestão participativa de estuários e manguezais, 20 a 24 de maio de 2003, Salvador, Bahia. *Resumos...* Salvador, Bahia, 2003. p.214.

MELLO, L. G. *Antropologia Cultural*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MENGHINI, Roberto Palamar. *Dinâmica da recomposição natural em bosques de mangue impactados: Ilha Barnabé (Baixada Santista), SP, Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MEURER, Prenome et al. Efeito de efluentes de cultivo de camarão na estrutura da macrofauna bêntica do sistema estuarino de Laguna, SC. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MANGROVE 2003: articulando pesquisa e gestão participativa de estuários e manguezais, 20 a 24 de maio de 2003, Salvador, Bahia. *Resumos...* Salvador, Bahia, 2003. p.209.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, 1993, p.239-248.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 8 ed. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIOSSEC, J. M. Un modèle de l'espace touristique. *Espace Geographique*, n.6, p.41-48, 1977.

MOLINA, Sergio E. *Turismo y Ecología*. 5. ed. México:Trillas, 1966.

MORAN, Emílio F. *Adaptabilidade humana*. São Paulo: Edusp, 1994.

MORAN, Emílio F. O estudo da adaptação humana em ecossistemas amazônicos. In: NEVES, Walter (Org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR. 1991. p.161-178.

NASCIMENTO, Solange Alves. *Ecofisiologia do manguezal*. Aracaju: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, 2008.

NICOLÁS, Daniel Hernaux. Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 39-54.

NORONHA, R. Paradise reviewed: tourism in Bali. *See de Kadt*, p. 1 77-204, 1979.

NOVOA, Karina. (Boipeba, Cairu). *A expansão urbana desordenada na Ilha de Boipeba*. 2008.1 fotografia área. Escala 10cm x 15cm.

NOVOA, Karina. (Boipeba, Cairu). *Expansão do crescimento urbano na Ilha de Boipeba*. 2008.1 fotografia. Escala 10cm x 15cm.

NOVOA, Karina. (Boipeba, Cairu). *Lixão a céu-aberto*. 1986.1 fotografia área. Escala 10cm x 15cm.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo de. *A fragilidade da relação entre a diversidade biológica e cultural nos manguezais da ilha de Sapinhos, no município de Maraú, Bahia*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Fundação Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a diversidade biológica*. Disponível em: <<http://.onu.brasil.org.br>>. Acesso em: 4 jan.2011.

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- PEARCE, Douglas. *Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens*. Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2003.
- PEARCE, Douglas. Tourism and the autonomous communities Spain. *Annals of Tourism Research*, v, 24, n.1, p. 156-177, 1997.
- PELLEGRINI, Júlio Augusto de Castro. *Vulnerabilidade socioambiental dos manguezais de Garapuá, Cairu/BA frente à inserção da indústria petrolífera*. 2010. Tese (Doutorado em Meio Ambiente)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- PEREZ CUÉLLAR, Javier (Org.). *Nossa diversidade criadora*. Campinas: Papirus; Brasília: Unesco, 1997.
- PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento: a empresa motora em uma região e a região motora. In: SCWARTZMAN, Jacques. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREADE/MINTEE, 1997, p.121-178.
- PLOG, S. C. Why destination areas rise and fall in popularity. In: KELLY, E. M. (Org.). *Domestic and International Tourism*. Wellesley: Mass, 1977.
- POSEY, D. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados Kayapó. In: RIBEIRO, B. G. (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Finep, 1987. v.1.
- PRATS, J. Oriol. Teoría y práctica del desarrollo. Cambios en las variables “ecuación del desarrollo” en los últimos 50 años. *Revista del CLAD: Reforma y Democracia*, Caracas, n. 36, p.1-17, oct. 2006.
- PRÓ-MAR – Organização Socioambiental. *Coral de cérebro* (Boipeba, Cairu). 2006. 1 fotografia. Escala: 10 cmx15cm.
- PRÓ-MAR – Organização Socioambiental. *Visitação turística excessiva aos recifes de corais na Praia de Moreré na Ilha de Boipeba*. 2006. 1 fotografia. Escala: 10 cmx15cm.
- QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de. *Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. 236p. (Coleção Selo Turismo).
- RAMALHO, Simone Ramalho Oliveira. *Os manguezais de Porto Sauípe: um estudo etnográfico sobre a segurança alimentar*. 2002. Dissertação (Mestrado em Nutrição) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- RAMOS, S. (Org.). *Manguezais da Bahia: breves considerações*. Ilhéus: Editus, 2002.
- RHENDER, Sérgio O. (Santa Cruz da Cabrália). *Praia de Coroa Vermelha*. 1999. 1 cartão postal: Escala 10cm x15 cm.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Caminho das Letras, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Arlete. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.55-62.

ROOSEVELT, Anna C. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento. In: NEVES, Walter (Org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR. 1991. p.103-141.

RUEDA, R. P. *Populações tradicionais e educação ambiental*. Brasília: IBAMA/CNPT, 1999.

SANCHES, Rosely Alvim. *Caiçaras e a estação ecológica de Juréia-Itatins: litoral sul de São Paulo*: Annablume: Fapesp, 2004.

SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-100, jun.1977.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, N. P. C et al. Caracterização dos mangues e análise microbiológica das águas superficiais da ilha de Tinharé – Bahia – Brasil. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 9., 13 a 17 de setembro de 2009, São Lourenço, Minas . *Anais...* São Lourenço, 2009. 1-12.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SAZAKI, Karen; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. Reflexões sobre o conceito de lugar na Geografia Humanística. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, ano 11, n. 19, p. 82-88 jan. 2009.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. *Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar*. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Perfil dos sistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal. *Bol. Inst. Oceanogr.*, v.7 n.2, p.1-16, 1999.

SCHERER, Elenise. *O defeso e a defesa do meio ambiente*. Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro_anual>. Acesso em: 11 jan. 2011.

SERRÃO, Mônica Arnold. *Os impactos socioambientais e as medidas mitigadoras/compensatórias no âmbito do licenciamento ambiental federal das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

SESSA, Alberto. *Turismo e política de desenvolvimento*. Tradução: Lourdes Fellini Sartor. Porto Alegre: UNIONTUR, 1983, 167 p.

SHIKI, Simone de Faria Narciso. *Estado, políticas públicas e desenvolvimento local: sustentabilidade do turismo no Nordeste brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Antônio Corrêa. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia (Org.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. p.25-37.

SILVA, Charlei Aparecida da. *Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica*. 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Ambiental)-Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SILVA, João Albino da; SILVA, João Antônio Vieira da. Inserção territorial das actividades turísticas em Portugal: uma tipologia e caracterização. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n.1, p.00-00, 2003.

SILVA, Jorge Antonio Santos. A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil: modelo de pólo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno. *Turismo e Análise*, São Paulo, v.17, número especial, p.5-23, jan. 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Geografia do turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.122-142 ok

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo; Nacional, 1987. v.117.

SOUZA, Gisela Maria Rezende de Souza; VIEIRA FILHO, Nelson A. Quadros. Impactos socioculturais do turismo em comunidades insulares: um estudo de caso no arquipélago de Fernando de Noronha-PE. *Observatório de Inovação do Turismo-Revista Acadêmica*, v. 6, n.4, p.1-18, dez. 2011.

SPALDING, Mark; KAINUMA, Mami; COLLIS, Lorena. *Word Atlas of mangrove*. Itália: FAO, 2010.

SPÍNOLA, C. A. O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 8, p. 50-59, 2006.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impactos ambientais*. Tradução Margarete Dias Pulido. São Paulo: ALEPH, 2000.v.1.

TAVEIRA; Marcelo da Silva; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. O modeloturístico potiguar e seus efeitos socioespaciais nas comunidades litorâneas.

Observatório de Inovação do Turismo–Revista Acadêmica, v.4, n.4, p.1-13, dez. 2009.

TELLES, Daniel Hauer Queiroz; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. M. G. Impactos socioculturais no processo de turistificação da Vila de Encantadas, Ilha do Mel, Paraná, Brasil. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 5, n.1, p.183-208, abr. 2012.

TOMAZZONI, Edgard Luís. *Turismo e desenvolvimento regional: modelo APL Tur aplicado à região das Hortênsias (Rio Grande do Sul)*. 2007. 000f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. The effects of tourism on socio-cultural values. *Annals of Tourism Research*, v.1, n.2, p.74-105, Nov./Dec. 1976.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Distribuição do mangue no mundo e no Brasil*. ano. Disponível em: <<http://www.cb.ufrn.br/ecomangue>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

VANNUCI, M. Manguezais e sua importância: uma visão geral. In: RAMOS, Sérgio (Org.). *Manguezais da Bahia: breves considerações*. Ilhéus: UESC, 2002. p.13-28. o

VANNUCI, M. *Os manguezais e nós*. São Paulo: EDUSP, 1999.

VARGAS, Heliana Comin. Os pólos de desenvolvimento e o planejamento regional. São Paulo: USP, 1982.

VELOSO PIRES, Ewerthon. Impactos socioculturais do turismo sobre as comunidades receptoras: uma análise conceitual. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 3, p. 14-18, 2004.

VERA, J. F.; LÓPEZ-PALOMEQUE, F.; MARCHENA, M.; ANTON, S. *Análisis Territorial del Turismo*. Barcelona: Ed. Ariel, 1977.

VERGARA, S. C. Tipos de pesquisa em administração. *Cadernos EBAP*, Rio de Janeiro, FGV, n. 52, p.00-00, jun. 1990.

VILARDO, Cristiano. *Os impactos ambientais da pesquisa sísmica marítima*. Projeto Final de Curso (Programa de Formação Profissional em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

WAKASHIMA, Mayra Aya; CAPELLARI, Benjamin. Globalização e descolonização: uma análise do crescimento do turismo residencial no Mediterrâneo Espanhol e no Litoral Nordeste e seus impactos socioambientais. *Revista Iniciação*, São Paulo, v. 1, n.1, p.32-43, out.2010.

WHITE, Leslie. A. *O Conceito de sistemas culturais: como Compreender tribos e nações*. São Paulo: Zahar, 1978.

WOLF, E. R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970. ok

WORLD TOURISM ORGANIZATION. *National an regional tourism planning: Methologies and case studies*. Boston, 1994.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. *Basic concepts oh the tourism satélite account*. Madrid: Ed. WTO, 2001.

WORLD TRAVEL E TOURISM COUNCIL. *Tourism economic impact world 2011*. Disponível em: <www.wttc.org>. Acesso em: 13 jan. 2013.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, G. *Tourism: blessing or blight?* Penguin: Harmondsworth, 1973.

ANEXO A – Mapa de uso atual do solo da Ilha de Boipeba